

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANAIS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS
ABET

ISSN 2238-2925

ABET	Juiz de Fora	v.6	n.3	pp.1-100	Set./Dez. 2016
------	--------------	-----	-----	----------	----------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor

Prof. Dr. Marcus Vinicius David

Editor Chefe da Revista ABET

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Vice-Reitora

Prof^a. Dr^a. Girlene Alves da Silva

Editor de Política Editorial

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Dr^a. Mônica Ribeiro de Oliveira

Editor Científico

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Pró Reitor de Graduação

Prof^a. Dr^a. Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

Projeto Gráfico

Me. Gilberto Maurício Frade da Mata
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa

Editoração

Me. Gilberto Maurício Frade da Mata
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Vice - Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Ricardo Tavares Zaidan

Capa

Lic. Nivea Maria Ferreira
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Anais Brasileiros de Estudos Turísticos / Universidade Federal de Juiz de Fora. -
v. 6, n. 3 (Set./Dez. 2016). - Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de Fora,
2016 -. [on-line]

Quadrimestral

Disponível em: <abet.uff.emnuvens.com.br>

ISSN 2238-2925

1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento - Teoria.

Editores

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. - Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Conselho Editorial

Alejandro Palafox-Muñoz, Prof. Dr., Universidad de Quintana Roo, México

Alexandre Panosso Netto, Prof. Dr., EACH- Universidade de São Paulo/USP, Brasil

Alonso Rodriguez, Prof. Dr., Universidad Estatal a Distancia / UNED, Costa Rica

Alvaro Banducci Junior, Prof. Dr., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS, Brasil

Angela Cabral Flecha, Prof. Dr^a., Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP, Brasil

Arturo Santamaria Gómez, Prof. Dr., Universidad autonoma de Sinaloa, México

Carlos Costa, Prof. Dr., Universidade de Aveiro /UA, Portugal

Christianne Luce Gomes, Prof. Dr^a., Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG, Brasil

Edegar Luis Tomazzoni, Prof. Dr., Universidade de São Paulo/USP, Brasil

Eduardo Abdo Yázigi, Prof. Dr., Universidade de São Paulo/USP, Brasil, Brasil

Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma, Prof. Dr^a., Universidade Federal do Pará / UFPA, Brasil

Ivan Kozic, Prof. Dr., Institute for Tourism, Croatia

Jessica Faustini Aquino, Prof. Dr^a. Arizona State University, Estados Unidos da América do Norte

José Lázaro Quintero Santos, Prof. Dr., Patel College of Global Sustainability, University of South Florida, Estados Unidos da América do Norte

Jose Manoel Gonçalves Gândara, Prof. Dr., Universidade Federal do Paraná/UFPR, Brasil

Lynn Minnaert, Prof. Dr^a., University of Surrey, Reino Unido

Magnus Luiz Emmendoerfer, Prof. Dr., Universidade Federal de Viçosa / UFV, Brasil

Maria Elena Monet Despaigne, Prof. M^a., Escuela de Altos Estudios de Hotelería y Turismo, Facultad de Turismo, Havana, Cuba

Michelle Kovacs, Prof. Dr^a., Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Brasil

Natan Uriely, Prof. Dr., University Ben Gurion Negev, Israel

Sérgio Leal, Prof. Dr., Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Brasil

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. - Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

SUMÁRIO / CONTENTS / ÍNDICE

DADOS DA REVISTA

Dados da Revista 1-4

EDITORIAL

Apresentação da Edição Temática: Turismo e Organização Sócio-Espacial 5-6

Thiago Duarte Pimentel

ENSAIOS TEÓRICOS

Espacios de Protección del Capital: panoptismo y videovigilancia en el destino turístico de Cabo San Lucas, Baja California Sur (México) 7-20

Spaces For Capital Protection: panoptism and videosurveillance in tourism destination of Cabo San Lucas, Baja California Sur (Mexico)

Jesús Bojórquez Luque, Manuel Ángeles Villa & Alba E. Gámez Vázquez

Controle do Espaço Urbano e o Território como Produto Turístico: reflexão teórica sobre a segregação imposta da população em situação de rua no contexto de megaeventos (Rio 2016) 23-39

Control of Urban Area and the Territory as a Tourism Product: theoretical reflection on segmentation imposed of population in street situation in the context of megaevents (Olimpiadas rio 2016)

Sara Conceição De Paula

ARTIGOS ORIGINAIS DE PESQUISA

Turismo Religioso: o caso do Jubileu de Conceição do Mato Dentro e do impacto da mineração na região (Minas Gerais/Brasil) 30-43

Religious Tourism: the case of Conceição do Mato Dentro's Jubilee and the Impact of Mining in the region (Minas Gerais / Brazil)

Graziela Armelao Jácome

Aprendizagem na Gestão Pública Municipal para o Desenvolvimento Turístico 44-55

Learning in Municipal Public Management For Tourism Development

Brendow de Oliveira Fraga, Alice Rodrigues Borges Lazaroni, Magnus Luiz Emmendoerfer & Gilberto Maurício Frade da Mata

Administração Pública do Turismo: experiências sulamericanas de turismo social em perspectiva comparada (Argentina, Brasil e Chile) 56-66

Public Administration of Tourism: social tourism in south american experiences a comparative perspective (Argentina, Brazil and Chile)

Aristides Faria Lopes dos Santos

ESTUDOS DE CASO

Imagem de Marca de Destinos Turísticos: análise da imagem perceptual de duas cidades patrimônio mundial da humanidade da Unesco 67-75

Destination Brand Image: analysis of the perceptual image of two Unesco's world heritage cities

Luís Filipe Silva & Marisa del Rio

Territorial Dynamics of the Bay of Villefranche-Sur-Mer (French Riviera) : from commercial and military vocation to tourism and sporting activities 76-84

Dinâmica Territorial da Baía de Villefranche-Sur-Mer (Riviera Francesa): da vocação comercial e militar ao turismo e atividades desportivas

Christian Coglievina, Bernard Massiera, Valérie Morales & Imed Ben Mahmoud

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

El Turismo Residencial de Retiro en Mazatlán, México: una propuesta de marca-ciudad 85-96

Retiring Residential Tourism in Mazatlán, Mexico: a brand-city proposal

Omar Lizárraga Morales

DIRETRIZES PARA OS AUTORES 98-101

Guidelines to the authors

Apresentação da Edição Temática: Turismo e Organização Sócio-Espacial

Thiago Duarte Pimentel*

O terceiro número de 2016 é uma edição temática dedicada à *Organização Socioespacial promovida por meio do, pelo e para o Turismo*, que a partir de um conjunto de textos de perspectivas diferentes, desde aquelas mais críticas às mais funcionalistas, passando por diferentes enfoques, desde os impactos sociais produzidos pelo uso e apropriação do espaço pelo turismo à forma como a percepção e a imagem de determinados espaços turísticos pode ser produzida e gerida, este número reúne um vasto material de diferentes partes do mundo.

Abrindo a presente edição temos o ensaio teórico *Espacios de Protección del Capital: panoptismo y videovigilancia en el destino turístico de Cabo San Lucas, Baja California Sur (México)*, de autoria dos pesquisadores Jesús Bojórquez Luque, doutorando em história pela Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS (México), Manuel Ángeles Villa, doutor em Relações Transpacificas pela Universidad de Colima/UC (México), e por Alba E. Gámez Vázquez, doutora em relações internacionais pela Universidade de Essex (Reino Unido). Neste ensaio teórico, a partir de uma perspectiva crítica baseada na teoria da microfísica do poder de Michel de Foucault, os autores se dedicam a análise dos mecanismos de vigilância, pública e privada, a partir do conceito de *panóptico*, o qual é trasladado para a visualização dos destinos turísticos. Assim como no *panóptico* carcerário de Bentham onde todos os detentos são vigiados de forma difusa, sem identificar a fonte que os vigia, os autores defendem a tese de que, nos destinos turísticos, a introdução de mecanismos de vigilância, tais como câmeras e sistemas integrados de monitoramento, produzem uma rede impessoal e difusa que, se por um lado cria a sensação de proteção aos vigiados, por outro, tem uma finalidade precípua de resguardar e proteger a integridade do capital, fazendo com que os espaços de consumo criados para serem apropriados pela indústria turística estejam sempre disponíveis e propícios a serem continuamente operados de forma ininterrupta, assegurando assim a manutenção e reprodução das condições de incremento do capital. Nesse sentido, torna-se imperioso e necessário arguir se e como tais mecanismos se traduzem numa expansão das liberdades individuais humanas ou se, de forma concomitante e inerente a sua utilização, eles seletivamente impõem um determinado padrão de uso e apropriação do espaço.

Indo na esteira desta reflexão, a saber, na polaridade instalada entre as formas de uso e apropriação do espaço consideradas legítimas e adequadas pelos grupos sociais dominantes, inclusive determinando que

espaços devem ser ocupados e quem tem o direito de ocupá-los, *versus* os usos e apropriação consideradas ilegítimas ou inadequadas, segundo o padrão dominante, feitos pelos grupos sociais marginalizados e despossuídos é que se insere também o segundo artigo desta edição, outro ensaio teórico, intitulado *Controle do Espaço Urbano e o Território como Produto Turístico: reflexão teórica sobre a segregação imposta da população em situação de rua no contexto de megaeventos (Rio 2016)*, de autoria de Sara Conceição de Paula, mestra em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS (México), diploma em revalidação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Tomando com base no pano de fundo do contexto dos Jogos Olímpicos sediados pela cidade do Rio de Janeiro em 2016, neste documento a autora se preocupa em analisar como a população marginalizada, em situação de vivência nas ruas, – considerada mesmo indesejada – sofre a intervenção de Estado por meio de mecanismos de gestão pretensamente democráticos e integradores mas que, de fato, são formas de manter o controle e a ordem sobre essa população e o espaço que ela pode ou deve ocupar (assim como, principalmente, quais espaços ela não pode e não deve ocupar). Em sua análise a autora recorre ao conceito chave de Gueto, de Loic Wacquant, para trazer à tona uma reflexão sobre como o aparelho estatal se assenta, de forma difusa, sobre mecanismos e sistemas – como o sistema penal – que visam a repressão e punição para a manutenção de uma ordem social hegemônica, tendo sua eficácia mais acentuada, sobretudo, sobre aqueles que, de forma inversamente proporcional, são os mais frágeis, despossuídos de capitais e recursos passíveis de serem mobilizados e que, portanto, seriam os que supostamente mais necessitam do Estado. Assim, é curiosamente nessa lógica perersa que se instala um sistema de proteção, que, na verdade, serve para proteger aqueles que já estão protegidos, evitando por meio da neutralização, segregação e exclusão o contato com os indesejados.

O terceiro artigo, *Turismo Religioso: o Caso do Jubileu de Conceição do Mato Dentro e do Impacto da Mineração na Região (Minas Gerais/Brasil)*, de Graziela Armelao Jácome, doutoranda em Patrimônio Artístico, Sociedade e Paisagem da Universidade de Extremadura (Cáceres/Espanha), analisa como o turismo tem ocorrido em Conceição do Mato Dentro, de forma pontual e seletiva, motivado pelo turismo religioso vinculado ao Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, enquanto que nas demais épocas do ano predomina um



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações! 4.0 / Internacional

* Doutor em Ciências Sociais / UFJF. Mestre em Administração de Empresas / UFMG. Bacharel em Turismo / UFMG. Professor e pesquisador UFJF em tempo integral, pós-graduação em Ciências Sociais e Turismo e Ciências Humanas. Membro da Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo / AIEST. Professor visitante EUA, México, Cuba, Equador. Editor Chefe das revistas Anais Brasileiros de Turismo / ABET e Revista Latino-Americana de Turismologia / RLAT. Diretor do Centro Latino Americano de Turismologia / CELAT e do Observatório Econômico e Social do Turismo / OEST. CV: <http://lattes.cnpq.br/9841188234449467>. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo. R. José Lourenço Kelmer, Campus Universitário, CEP: 36036-330, Juiz de Fora/MG, Brasil. thiago.pimentel@ufff.edu.br

esvaziamento da cidade, cuja atividade econômica principal está ligada à mineração. Segundo a autora, os resultados mostram que, se por um lado a cidade recebe nos dez dias de festa em torno de 40 mil romeiros, por outro lado descobre-se hoje o problema do baixo fluxo de turistas ao longo do restante do ano; e que em parte tal esvaziamento se dá em função da degradação de atrativos turísticos culturais e ecológicos em face da mineração. Assim, aponta-se aqui para uma necessária revisão da forma como a atividade turística impacta o território, pois essa excessiva concentração momentânea também traz impactos negativos, sociocultural, ambiental e economicamente.

Em *Aprendizagem na Gestão Pública Municipal para o Desenvolvimento Turístico*, assinado por Brendow de Oliveira Fraga, mestrando em administração pela Universidade Federal de Viçosa/UFV, Alice Rodrigues Borges Lazaroni, mestra em administração pela Universidade Federal de Viçosa/UFV, Magnus Luiz Emmendoerfer, pós-doutor pela Universidade do Minho em Portugal, e Gilberto Maurício Frade da Mata, mestre em administração pública pela Universidade Federal de Viçosa/UFV, os autores debruçam-se o processo de aprendizagem da gestão pública municipal para a habilitação em uma política que confere recursos financeiros aos municípios com uma certa organização para o Turismo, a política do ICMS turístico. Os resultados apontam dados sobre a aprendizagem social e organizacional, os atores, objetos e efeitos no processo de aprendizagem e a percepção da gestão pública a respeito do desenvolvimento turístico. De modo geral, a gestão pública do turismo experimentou um estado de aprendizagem do gestor público com novas condutas e posturas na condução das atividades turísticas, por meio da iniciativa de sistematização e consolidação das práticas no setor. A gestão encontra-se sensibilizada para a tomada de decisão em conjunto com os atores afins ao turismo, porém com desafios para a concretização da integração de diferentes setores e aumento do reconhecimento do turismo em um município com uma imagem turística ainda não consolidada

O quinto artigo deste número, *Administração Pública do Turismo: experiências sulamericanas de turismo social em perspectiva comparada (Argentina, Brasil e Chile)*, de Aristides Faria Lopes dos Santos, Doutorando e Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi; evidencia como os programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) estão institucionalizados nos espaços nacionais de Argentina, Brasil e Chile. Enquanto na Argentina o governo federal financia parcialmente as viagens para grupos familiares de baixa renda; no Brasil, o governo federal e o empresariado do setor de comércio subsidiam um sistema de serviços para empregados formais do setor; já no caso Chileno o turista custeia sua viagem integralmente, mas o governo nacional mantém um sistema de apoio ao turista e qualificação dos

prestadores de serviços atuantes em destinos turísticos alheios aos roteiros convencionais.

Caminhando no sentido de uma orientação mais pragmática e funcionalista do uso e apropriação do espaço, o sexto artigo, intitulado *Imagem de Marca de Destinos Turísticos: análise da imagem perceptual de duas cidades património mundial da humanidade da Unesco*, traz um estudo de caso comparado sobre as imagens percebidas pelos turistas das cidades de Santiago de Compostela (Espanha) e do Porto (Portugal). Nele, os autores Luís Filipe Silva, doutorando em Dirección y Planificación del Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e Marisa del Rio, doutora em Economia pela mesma universidade, analisam, com base em um estudo quantitativo feito com dois grupos de turistas, as imagens de cada cidade, evidenciando a partir de 19 dimensões inerentes à imagem perceptual as implicações de gestão dos destinos turísticos em causa.

O sétimo artigo, *Territorial Dynamics of the Bay of Villefranche-Sur-Mer (French Riviera) : from commercial and military vocation to tourism and sporting activities* é assinado por Christian Cogliévina, mestre em Economia e Gestão e professor associado da Universidade de Nice (França), Bernard Massiera, PhD em Sciences of Sport e professor da mesma universidade, Valérie Morales, PhD em Sciences e professora assistente de Sociologia do Esporte na Universidade de Côte d'Azur, e Imed Ben Mahmoud, PhD em Sociologia e professor associado da Universidade de Nice. Neste estudo de caso os autores mostram como, através do tempo, os usos atribuídos ao espaço litorâneo da Riviera Francesa dotaram esta região de capital cultural para convertê-la atualmente num centro de turismo esportivo internacional.

Fechando esta edição temos o documento de Omar Lizáraga, *El Turismo Residencial de Retiro en Mazatlán, México: una propuesta de marca-ciudad*, que se dedica a elaboração de uma proposta sintética de especialização do turismo, a partir da criação de uma marca no âmbito do destino turístico e sua circunscrição espacial, uma marca cidade. Sua tese se baseia no argumento de que a estratégia competitiva dos destinos turísticos normalmente é a especialização. Analisando o caso empírico de Mazatlán (México) e a demanda pelo segmento de turistas estadunidenses aposentada, muitos dos quais possuem segunda residência neste destino, ou o frequentam de forma fiel ao longo dos anos, o autor desenvolve uma proposta programática de marca-cidade a ser explorada pelo destino em questão, o que supostamente lhe renderia mais frutos do ponto de vista da gestão profissional e estratégica do turismo e seu posicionamento como destino no mercado global. É com esse conjunto de artigos que temos a honra de lhes brindar e desejar a todos uma proveitosa e interessante leitura!

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel
Editor Chefe/Editor-in-chief

ESPACIOS DE PROTECCIÓN DEL CAPITAL: PANOPTISMO Y VIDEOVIGILANCIA EN EL DESTINO TURÍSTICO DE CABO SAN LUCAS, BAJA CALIFORNIA SUR (MÉXICO)

Jesús Bojórquez Luque*
Manuel Ángeles Villa**
Alba E. Gámez Vázquez***

Resumen

Haciendo referencia al panóptico carcelario de Bentham, que Foucault extiende a un sistema de imposición de conductas sociales, en este artículo se ofrece un análisis del panoptismo contemporáneo en el sector turístico a partir del análisis del caso de Cabos San Lucas, en el noroeste mexicano. En esta localidad turística, el creciente establecimiento de mecanismos de vigilancia pública y privada se ha convertido en sinónimo de seguridad. El texto aborda este problema a partir del tipo de construcción y uso social del espacio en ese centro turístico, donde la acumulación por desposesión (del paisaje, de la tierra, de las playas, etc.) propicia desigualdad y polarización, con la problemática social que esto conlleva. Impuesto por las élites como necesidad y solución, lejos de resolver las causas de la inseguridad, el panoptismo se convierte en un instrumento de control social *naturalizado* incluso para los vigilados.

Palabras Clave: Panoptismo. Videovigilancia. Centros turísticos. Cabo San Lucas (México).

SPACES FOR CAPITAL PROTECTION: PANOPTISM AND VIDEOSURVEILLANCE IN TOURISM DESTINATION OF CABO SAN LUCAS, BAJA CALIFORNIA SUR (MEXICO)

Abstract

Bearing in mind Bentham's Panopticon prison, a concept that Foucault extended into a system where power imposes distinct rules for social conduct, we offer an analysis of the present day panoptism in Cabo San Lucas, an important tourist venue in Northwestern Mexico. We approach the problem from with a consideration of how social space is produced (and used) in this tourist destination, where accumulation by dispossession (of landscape, land, beaches, etc.) results in inequality and polarization, with the social problematic that those conditions foster. Rather than removing the causes of insecurity, panoptical surveillance –seen by power-holders both as a necessity and a solution– turns instead into an instrument of social control, *naturalized* even by the population subjected to it.

Keywords: Panoptism. Surveillance. Tourism destinations. Cabo San Lucas (Mexico).

ESPAÇOS DE PROTEÇÃO DO CAPITAL: PANOPTISMO E VÍDEOVIGILÂNCIA EM DESTINOS TURÍSTICOS A PARTIR DO CASO DE CABO SAN LUCAS, BAJA CALIFORNIA SUR (MÉXICO)

Resumo

Tendo como referência o panóptico carcerário de Bentham, um conceito que Foucault estende a um sistema de condutas sociais, neste artigo oferecemos uma análise do panoptismo contemporâneo existente no setor turístico a partir do caso de Cabo San Lucas, no noroeste do México. Neste destino turístico, o crescente estabelecimento de mecanismo de vigilância pública e privada se converteu em sinônimo de segurança. O texto aborda este problema a partir do tipo de construção e uso social do espaço neste centro turístico, onde a acumulação por despossessão (da paisagem, da terra, das praias, etc.) propicia a desigualdade e polarização, com toda a problemática social que isso traz consigo. Imposto pelas elites como necessidade e solução, mas longe de resolver as causas da insegurança, o panoptismo se converte em um instrumento de controle social *naturalizado* inclusive para os vigiados.

Palavras Chave: Panoptismo. Videovigilância. Centros turísticos. Cabo San Lucas (México).



Licenciada por Creative Commons Atribuição Não Comercial / Sem Derivações/ 4.0/ Internacional

* Doctorado, en curso, en Historia (Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS, México), Maestro en Economía del Medio Ambiente y de los Recursos Naturales (Universidad Autónoma de Baja California Sur/UABCS, México, 2013) y Licenciado en Sociología (UAS, 1993). Profesor de asignatura de la UABCS y profesor de tiempo completo del Colegio de Bachilleres del Estado de Baja California Sur (COBACH). Áreas de interés: desposesión urbano-territorial; la producción del espacio; el panoptismo; procesos de urbanización desde la teoría de la historia. Dirección: Av. de la Juventud y Juárez, Cabo San Lucas, Baja California Sur, México, C.P 23469. Teléfono (612) 12 388 00, Ext. 7100. [jesbojorquez70@hotmail.com].

** Doctor en Relaciones Transpacíficas (Universidad de Colima, México, 2010), Maestro (Master of Arts) en Economía (New School for Social Research, Nueva York, 1975); licenciado (Bachelor of Arts) en Economía (Columbia University, Nueva York, 1970). Profesor-investigador en el Depto de Economía de la Universidad Autónoma de Baja California Sur/UABCS (México). Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, nivel 1. Áreas de interés: economía heterodoxa; geografía crítica; procesos de urbanización; turismo y desarrollo desigual. Carretera al Sur Km 5.5, Col. El Mezquitito, La Paz Baja California Sur, México, C.P 23080. Teléfono (612) 12 388 00, Ext. 3611. [manan@uabcs.mx].

*** Doctora en Relaciones Internacionales (Universidad de Essex, Reino Unido, 2001), Maestra en Estudios Internacionales (Universidad Autónoma de Barcelona-CIDOB, España, 1995), Licenciada en Economía por la Universidad Autónoma de Baja California Sur (UABCS) (México, 1993). Profesora-investigadora del Depto Académico de Economía de la UABCS desde enero de 2000. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores del CONACYT desde 2001, nivel 1. Áreas de interés: cambio global y desarrollo; turismo y desarrollo regional. Dirección: UABCS, Carretera al Sur Km. 5.5, Col. El Mezquitito, La Paz, BCS, México, CP 23080. [agamez@uabcs.mx].

1 INTRODUCCIÓN

En *La revolución urbana*, Henri Lefebvre (1991/1974) estudia el tránsito de un mundo en el que predominan “las cuestiones del crecimiento y la industrialización [...] a un período en el que la problemática de la urbanización deviene predominante” (LEFEBVRE, 1991: traducción propia), sentando las bases para un proceso de urbanización planetaria. Si bien ese autor rechaza la sociedad post industrial (entonces, “¿qué le pasa a la industrialización? (Ibíd., 4), la sociedad del ocio (aunque “trata solo de una parte” de la cuestión” (Ibíd.), es parte distintiva de la nueva sociedad urbana.

La “arquitectura del goce” (LEFEBVRE, 2014) establece la virtual universalización de una nueva forma de acumulación de capital que ha provocado la apropiación de activos otrora no mercantilizados, como el mar, la playa, la montaña. Ello es posible por políticas públicas que favorecen la privatización de los activos comunes a partir de la desposesión, a la que no son ajenos los medios violentos (LEFEBVRE, 1974, p. 221-224). Sin embargo, a la par han surgido fuerzas de resistencia que defienden las formas antiguas del espacio. Es esa disputa entre los actores implicados, esto es, entre el poder y la resistencia, la que determinará la forma que habrá de configurarse el espacio (PORCEL, 2010).

La producción del espacio y la urbanización están ligadas y a ello no escapa la urbanización con fines turísticos, en un proceso en que se acondicionan y equipan espacios con la infraestructura apropiada para producir y ofrecer a la venta bienes y servicios con fines recreativos, de ocio y de placer (CLAVÉ, 1998, p. 25).

El turismo convierte al suelo en una mercancía y genera la aparición de nuevas expresiones de uso espacial y de infraestructura que se enfrentan al uso tradicional y costumbres autóctonas, además de alterar las formas productivas de las localidades afectadas y de la región en que se inserta (Ibíd., p. 25-26). En esta conformación del espacio turístico interactúan diversos actores, tales como propietarios de terrenos, agentes inmobiliarios, gobiernos, turistas y empresas turísticas, que se vuelven productores del espacio buscando su mayor provecho (Ibidem, 26).

La producción del espacio urbano es producto de los diversos intereses y acciones de estos protagonistas que utilizan el marco normativo, así como mecanismos extralegales. De esa manera, se da una apropiación desigual de la ciudad por los protagonistas principales, con consecuencias socioespaciales expresadas en la periferización de vastos grupos sociales (CAPEL, 1974; HARVEY, 2007).

A partir del desarrollo tecnológico y de las telecomunicaciones, quedan pocos espacios inafectados fuera de la globalización turística, expresada en el creciente aumento de viajeros (que supera desde 2010 los un mil millones de turistas en el mundo) y una gran derrama económica bajo una estructura empresarial transnacional fundamentalmente.

En este esquema tienen alta relevancia los destinos de sol y playa, donde los productores del espacio actúan bajo la lógica de apropiación y comercialización de los atractivos que ofrece el destino (paisaje y playa). Otrora activos públicos, playa y paisaje se vuelven privados y, por lo tanto, no accesibles a la población sin ingresos suficientes para pagar por su usufructo (HARVEY, 2004). El paisaje, el entorno, se construye a partir de estas relaciones de poder expresándose en sociedades divididas, fragmentadas o en proceso de serlas (TRONCOSO, 2001).

En este artículo se hace referencia al panóptico carcelario de Bentham, que Foucault extiende a un sistema de imposición de conductas sociales, para ofrecer un análisis del panoptismo contemporáneo en Los Cabos, en el noroeste mexicano. Ubicado en la parte más austral del estado de Baja California Sur, Los Cabos es una región expresamente construida para la generación de capital turístico. Considerada ejemplo de éxito turístico en tanto destino orientado al mercado extranjero y de altos ingresos, se había mantenido como un espacio pacífico. Sin embargo, junto con el resto del estado, en Los Cabos se perciben ya los efectos de crisis de gobernabilidad.

En el contexto anterior, el establecimiento de mecanismos de vigilancia pública y privada se ha convertido en sinónimo de seguridad. El argumento que sostenemos es que este fenómeno puede explicarse a partir del tipo de construcción y uso social del espacio en ese centro turístico, donde la acumulación por desposesión (del paisaje, de la tierra, de las playas, del esfuerzo laboral) propicia desigualdad y polarización. Impulsado como necesidad y solución, lejos de resolver las causas primarias de la inseguridad, el panoptismo se convierte en un instrumento de control social *naturalizado* incluso para quienes son sujetos de ese control.

El trabajo que a continuación se presenta, analiza el concepto de panoptismo, desde Bentham, hasta Foucault, y como ese dispositivo de vigilancia y control se introduce al espacio público a partir de la videovigilancia. Posteriormente se aborda como se ha introducido el panoptismo electrónico en Europa, continente precursor, y de ahí a América Latina y el caso concreto de México. Se finaliza analizando la introducción de las tecnologías de videovigilancia para el caso concreto del destino turístico de Cabo San Lucas, donde el empresariado y gobierno local,

impulsan el fortalecimiento de la seguridad pública a partir de estos dispositivos electrónicos en las áreas donde se reproduce el capital.

2 PANOPTISMO Y ESPACIO PÚBLICO

En el siglo XVIII Jeremy Bentham concibió el panóptico, una estructura arquitectónica carcelaria que permitía vigilar a un individuo sin que éste viera a su vigilante, generando una sensación de penitencia controlada (FOUCAULT, 2003, p. 206). Más adelante, Foucault traslada la idea de panoptismo a los diversos métodos y mecanismos de control, donde el poder de uno o unos sobre los muchos es la constante, a través de la fiscalización de sus movimientos y comportamientos; siendo éstos ajustados a los de quienes concentran el poder, esto es, los dueños de los sistemas económicos, políticos y sociales (FARRÉS y MATARÁN, 2012).

Constituidas como fuentes de control, administración y disciplina, las ciudades siguen estando organizadas a partir de procesos de vigilancia en concordancia con el sistema económico construido y los intereses dominantes (Salcedo, 2002), así, las diferentes clases sociales tendrán capacidades distintas para crear, generar, acondicionar y recrear y el espacio (MONTAÑEZ y DELGADO, 1998, p.121-122). En la sociedad contemporánea las formas de vigilancia y control están asociadas a la revolución tecnológica actual, con dispositivos de videovigilancia presente en negocios privados, pero también en las calles.

La videovigilancia es una política profusa del Estado, que en el contexto del modelo neoliberal¹ establece formas de concepción del espacio basadas en la segregación urbana. La videovigilancia ha trastocado el significado tradicional del espacio público para convertirlo en un espacio acotado, donde se expresan los mecanismos de control social (COLEMAN, 2004, p. 295).

El aumento en la vigilancia de los lugares públicos ha generado críticas por los cambios en el espacio público y la incomodidad de la ciudadanía al ser vigilada. Uno de los elementos de mayor riesgo en cuanto a la implementación de la videovigilancia es la imposición de procesos de homogenización, limpieza o purificación del espacio con el fin de quitar o disminuir las formas de vida urbana no aceptables

desde el punto de vista de quienes detentan el poder (KOSKELA, 2003, p.294).

Si bien Foucault se preocupó por la forma en que el hombre moderno se ha formado a partir de las tecnologías disciplinarias del poder, en la actualidad la videovigilancia reproduce el objetivo que tuvo el panóptico original: ejercer el poder, pero también inhibir las conductas desviadas, reducir los índices de delincuencia y contribuir a la seguridad de las ciudades.

La visibilidad es el mayor efecto que produce el panóptico y a partir de ello se realiza la regulación disciplinaria a través de la tecnología disciplinaria justificándose en aras de garantizar seguridad absoluta (KOSKELA, 2003, p. 295-297). La práctica del panoptismo se presenta como mecanismo que asegura las prácticas sociales que no pongan el riesgo del modelo de sociedad, ciudad y espacio impuesto.

En la actualidad, el pospanoptismo provoca un fenómeno de extraterritorialidad y lo físico entra al terreno de lo virtual. Los dispositivos sinópticos centrados en instrumentos tecnológicos tienen como objetivo vigilar, modelar, administrar y orientar las actitudes de los individuos (CASTRO, 2009, p.173).

El principal argumento legitimizador del panoptismo electrónico es la seguridad. Una empresa argentina del ramo asegura que

“en la actualidad es difícil concebir un servicio de seguridad sin contemplar [...] los sistemas de detección de imágenes o sistemas de Circuito Cerrado de Televisión (CCTV)”, pues estos brindan capacidades: a) de disuadir el delito (“está comprobado que en las zonas cubiertas por cámaras el índice de delitos es mucho menor que en otras desprotegidas”); b) de control de la conducta (“monitoreando que determinados procesos se lleven a cabo de forma apropiada [...] y detectando anomalías”); y c) de reducir la presencia del personal de seguridad y efectuar economías en el gasto (SIE, 2013, s/p).

Evidentemente estos tres elementos resultan sumamente atractivos tanto para el empresariado como para las administraciones neoliberales que dan nueva vida al viejo lema de “Orden y Progreso”, que contradice las ideas de libertad, de instituciones abiertas, derecho a la privacidad y los derechos humanos en general de las sociedades burguesas actuales.

mercados (una vez creados) debe limitarse a lo básico porque el aquél no puede posiblemente poseer suficiente información como para anticiparse a las señales del mercado (precios) y porque poderosos intereses inevitablemente deformarán e influenciarán sus intervenciones (particularmente en las democracias) para su propio beneficio (ver WILLIAMSON, 1994).

¹ Harvey (2006) define al neoliberalismo como “una teoría de prácticas políticas económicas que proponen que el bienestar humano puede ser logrado mejor mediante la maximización de las libertades empresariales. Esto, dentro de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad privada, libertad individual, mercados sin trabas, y libre comercio. El papel del Estado es crear y preservar un marco institucional apropiado para tales prácticas. El intervencionismo del Estado en los

El panoptismo actual está presente en la cotidianidad urbana, implementándose para asegurar los valores de la sociedad capitalista, un panoptismo que viene del poder; pero también tiene un carácter voluntario, dado que los individuos pueden acceder al *reality show* que representa observar vía internet otras “realidades” de gente desconocida (VALERA, 1999).

En estas sociedades fragmentadas estos dispositivos panópticos se intensifican durante el modo de regulación neoliberal (JESSOP, 2002; MARCUSE, 2006), de tal suerte que las ciudades actuales se configuran en términos de segregación espacial y/o residencial. En ellas, los portones eléctricos, las bardas con electrificación en su parte superior y los guardias de seguridad –las comunidades cerradas– proliferan, ante una percepción de temor de ser invadidos en su propiedad e intimidad, generando resabios y enfrentamiento social (CASTRO, 2009). En este contexto de neoliberalización del espacio, los sectores vulnerables (e incluso, frecuentemente, los clase medieros) son segregados ante el aumento del precio del suelo, la desaparición de las fuentes de empleo, la privatización del espacio público, y un clima de inseguridad general propiciada por la polarización social.

Sin duda, las sociedades actuales son diferentes y más complejas que los espacios de las arquitecturas carcelarias estudiadas por Bentham y Foucault. El crecimiento acelerado de las ciudades ha estimulado la tentación de generar mecanismos tendientes a verificar la identidad de las personas y sacarlas del anonimato mediante documentos, credencialización, etc. De la misma forma la movilidad internacional de grandes poblaciones ha desencadenado el diseño de mecanismos tendientes a controlar e identificar a los inmigrantes como parte importante de la gobernabilidad de los países receptores. En el espacio urbano la videovigilancia se refuerza como una manera de reducir las oportunidades para la inestabilidad, prevención y gestión de riesgo ante lo no deseado (NORRIS, McCaHILL y WOOD, 2004, p.118).

En Alemania, las videocámaras empezaron a utilizarse desde los años cincuenta para el control del tráfico en las calles; en los años sesenta y setenta se emplearon en Estados Unidos y la Gran Bretaña como mecanismos de control y vigilancia a las manifestaciones y desórdenes públicos. En el caso de las calles, fue en Bournemouth, Inglaterra donde se instaló por primera vez y de forma permanente (1984) una videocámara. No es casual que sea precisamente en el Reino Unido donde funcionen más cámaras de vigilancia, tanto de carácter público

como privadas (VARONA, 2012, p. 10-11): Hoy en día, reporta un periódico londinense, en el país hay cerca de 6 millones de cámaras de circuito cerrado (una por cada 14 habitantes), incluyendo 750,000 instaladas en “ubicaciones sensibles,” como escuelas, hospitales y hospicios (BARRET, 2013).

La difusión internacional de esta tecnología se expandió sobre todo en los años noventa, para el caso europeo hubo diferencias en la asunción de la videovigilancia, por ejemplo, el caso de Francia, Austria, Holanda e Italia fueron de las últimas en asumirlas (FERNÁNDEZ, 2014, p.77). En el caso de España, en el centro de la capital Madrid, de acuerdo con Ruiz (2014, p.305), la ciudad contaba con 174 videocámaras repartidas en diferentes puntos de los espacios públicos, esto sin contar las cámaras desplegadas por comercios de la zona, así como otros edificios, en lugares emblemáticos como la Plaza Mayor, Gran Vía-Montera-Sol-Plaza Soledad Torres Acosta, en el barrio de las Letras, el barrio de Lavapiés, se han llenado de cámaras de videovigilancia.

El panoptismo tecnológico en general, permite el control y vigilancia de los individuos generando bancos de datos, hábitos de consumo y estilos de vida de las personas (CORTAZAR, 1997). El mercado se ha inundado de todo tipo de elementos electrónicos para controlar y vigilar individuos generando binomios inclusión/exclusión, dentro/fuera para permitir el orden sin dañar las estructuras a partir de una vigilancia sutil; proceso que se ha naturalizado y normalizado (CARRACEDO, 2002, p.452). Así, la tecnología vino a reconfigurar el espacio público y el desenvolvimiento de los ciudadanos en él, siendo éstos un objeto de sospecha constante (ESPÍNOLA y ESQUIVEL, 2011, p.75).

Los dispositivos de vigilancia, extensiones de las formas tradicionales de vigilar, han sido ubicadas como herramientas para fortalecer el modelo neoliberal en el espacio público y los aparatos de control; para ubicar, vigilar y acotar lo que ponga en riesgo la homogenización de la globalización de los valores del individualismo como forma importante en la expansión del consumismo (Ibidem, 2011). Así, en sentido estricto, en la actualidad la videovigilancia y la seguridad son conceptos entrelazados.

Las cámaras de vigilancia tienen como propósito también crear un mundo artificial de seguridad que inhiba los impulsos de quien se sienta vigilado (LOFBERG, 2009, p.139). Las nuevas tecnologías han reforzado la idea que los problemas de inseguridad se combaten con estrategias represivas, fortaleciendo la lucha contra el crimen y ofreciendo espacios seguros en los lugares donde se dan las actividades económicas preponderantes (ARTEAGA,

2010, p. 264). Sin embargo, ello no considera las voces críticas que sostienen que los problemas de inseguridad se dan a partir del fortalecimiento de modelos económicos que acentúan los problemas de desigualdad social.

Así como ha acontecido en Europa y los Estados Unidos, los dispositivos de videovigilancia han sido introducidos en América Latina, sobre todo a raíz del crecimiento de la inseguridad en sus principales metrópolis donde la segregación residencial expresada en el surgimiento de cotos privados y la *gentrificación* urbana han demandado de manera creciente estas tecnologías para reforzar la seguridad en esas zonas.

3. LA VIDEOVIGILANCIA EN AMÉRICA LATINA

En la actualidad Latinoamérica, se ha convertido en un mercado muy atractivo para la industria de las videocámaras y demás dispositivos electrónicos presentando una tasa de crecimiento de 40.5% del 2008 a 2013. De acuerdo con lo anterior América Latina la región se destaca por encima de otras zonas del mundo; el país latinoamericano que más ha invertido en este rubro fue Brasil, quien ha sido sede de dos eventos deportivos de carácter mundial. Después de Brasil, Argentina, México y Colombia son los países que presentan una mayor adquisición de equipos (ARTEAGA, 2016, p.195-196).

En el caso de Argentina la utilización del panóptico electrónico en los espacios públicos por parte del Estado se manifestó de manera profusa en la primera década del presente siglo, llegándose a una gran cobertura en los últimos años, atendiendo al discurso gubernamental del combate a la inseguridad para mejorar la cotidianidad de barrios (LIO, 2015, p.293).

En Río de Janeiro Brasil, desde 2008 a 2009 se aprobaron una serie de leyes donde se autorizaba el uso de cámaras de vigilancia, así como su regulación, con el objetivo de aumentar los niveles de seguridad en la sociedad, apostando por instalar dispositivos en instalaciones de uso público, exceptuando las escuelas públicas (CARDOSO, 2013, p.51).

En Santiago de Chile en 1994, se instaló el primer sistema de cámaras de vigilancia que tenía como fin el reforzar la seguridad de los espacios públicos. Estos dispositivos electrónicos son utilizados por cuerpos policíacos como los carabineros y la policía de investigaciones, los cuales tienen como fin prevenir el delito, investigar faltas administrativas e inteligencia policial (PALACIOS, 2007, p.17-20). Después de la capital, municipios ricos como Los Condes y Lo Barnechea, han implementado una tecnología basada en globos aerostáticos con cámaras de video para la

videovigilancia para combatir la inseguridad, generando protestas entre la sociedad civil por la invasión a la privacidad (TIRONI y VALDERRAMA, 2016, p.132).

Debido al aumento sustancial de los hechos delictivos en Ecuador, las principales ciudades del país, Quito y Guayaquil, las autoridades han introducido sistemas de videovigilancia tomado en cuenta su estatuto constitucional de autonomía en seguridad (PONTÓN, 2016, p.189-192).

3.1 Videovigilancia en México

México, apeló al panoptismo electrónico como herramienta importante para el combate a la inseguridad, fenómeno que llegó a niveles alarmantes en los años noventa del siglo pasado. Se da, así, un gran crecimiento de la adquisición de esos equipos desde esos tiempos en la forma de CCTV, la tecnología de videovigilancia más extendida en el país. En la mayoría de las ciudades, las calles y cruceros más transitados tienen cámaras para vigilar a coches y a peatones. Además, centros comerciales, pequeños, medianos y grandes comercios, bancos y oficinas públicas están inundadas de esta tecnología con el fin de vigilar a empleados y a clientes (ARTEAGA, 2010, p.264). Crece, de ese modo, la paranoia y la desconfianza constante en un contexto de la acumulación desmedida, así como sus fenómenos asociados como la desigualdad en la distribución del ingreso.

El incremento de la videovigilancia en Latinoamérica, y específicamente en México, no se ha asociado a un estudio por parte de quienes impulsan esta tecnología para saber si en realidad hay un efecto positivo frente al fenómeno de inseguridad. Esta situación de falta de certeza en la utilidad del panoptismo electrónico, contrasta con otras zonas del mundo donde hay una evaluación de estos dispositivos, midiendo límites y alcances de estas estrategias en la reducción de eventos delictivos (ARTEAGA, 2016, p.196).

Un municipio pionero que instaló videovigilancia fue Huixquilucan, en el Estado de México, que en el año 2004 estableció un circuito de videocámaras, a pesar de que ese municipio estaba catalogado con índices de criminalidad bajas. El argumento de la autoridad municipal de ese entonces fue el cuidar los límites con otros municipios que presentaban altos índices de inseguridad, como Naucalpan, Tlalneptlá y Atizapán, además con datos de que 66% de los ladrones que operaban en Huixquilucan no vivían en esa demarcación (Ibíd., 2006, p.41).

Otra de las entidades pioneras en la legislación de la videovigilancia en México ha sido la Ciudad de México, con la Ley que Regula el uso de Tecnología

para la Seguridad Pública del Distrito Federal, publicada en la Gaceta Oficial del Distrito Federal en el 2008. El objetivo de esa ley es la ubicación, instalación y operación de estos dispositivos tecnológicos que coadyuven a mantener el orden y seguridad de los ciudadanos a partir de fenómenos como desastres, situaciones de emergencia, delincuencia y faltas administrativas (IBARRA, 2001, p.263).

En la actualidad, varios estados de la República han reglamentado en torno a la videovigilancia como instrumento que coadyuve a la seguridad pública. Ese es el caso del Estado de México, que argumenta que dicho reglamento tiene por objetivo “regular la colocación, registro y retiro de tecnologías así como el análisis, control, reserva y utilización de la información obtenida de los equipos y sistemas tecnológicos a cargo de las instituciones de seguridad pública” (GACETA DEL GOBIERNO DEL ESTADO DE MÉXICO, 2015).

En Durango, en el norte del país, se reglamentó el uso de la videovigilancia tanto en espacios de carácter público como de carácter privado y que son implementados por autoridades de los tres niveles de gobierno, empresas privadas de seguridad o particulares. Dicha manifestación tecnológica forma parte del paisaje cotidiano de las sociedades actuales (PERIÓDICO OFICIAL DEL GOBIERNO DEL ESTADO DE DURANGO, 2012).

Colima es otro de los estados que han legislado el panoptismo electrónico, dicha ley resalta la importancia de la vigilancia electrónica como instrumento fundamental para el control de lugares públicos lo que facilitará el trabajo a las autoridades administrativas o judiciales en el estado (H. CONGRESO DE COLIMA, 2009).

En el estado de Nuevo León en febrero de 2016, estableció una ley para regular el uso de videovigilancia, poniendo como argumento principal la inseguridad que se vive en la entidad. Con esta ley se reglamenta el uso de cámaras de seguridad tanto en el sector público como privado, las cuales se tendrán que coordinar con la Secretaría de Seguridad y las autoridades municipales (H. CONGRESO DEL ESTADO DE NUEVO LEÓN, 2016).

El Baja California Sur, entidad donde se encuentra la localidad de Cabo San Lucas objeto de estudio del presente trabajo, expidió el 31 de julio de 2014 la Ley de Videovigilancia del Estado de Baja California Sur, cuyo objetivo es:

“regular la utilización de videocámaras para grabar o captar imágenes con o sin sonidos en lugares públicos o privados abiertos a la sociedad de manera exclusiva por las instituciones de seguridad pública, por otras autoridades de los inmuebles que estén a su disposición, o bien, por

empresas prestadoras de seguridad privada” (BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO DE BAJA CALIFORNIA SUR, 2014, s/p).

4. LA CIUDAD TURÍSTICA DE CABO SAN LUCAS, BAJA CALIFORNIA SUR

El Centro Integralmente Planeado (CIP) de Los Cabos se ubica en el extremo sur de la península de Baja California, en el noroeste mexicano (ver mapa 2). El centro turístico se encuentra en el municipio de uno de los cinco de Baja California Sur (Ver mapa 1), siendo sus principales centros de población San José del Cabo y Cabo San Lucas. La creación del Puerto de Cabo San Lucas en 1974 y el aumento de la infraestructura urbana en San José del Cabo consolidarían a Los Cabos como un destino turístico internacional conformado por un corredor de 33 km. de longitud (BALAREZO, 1990, p.32).

La forma actual de Los Cabos como uno de los CIP, que se han construido en diversos puntos del litoral del país, es producto de la política del gobierno mexicano concretada por el Fondo Nacional para el Fomento del Turismo (FONATUR). Este esquema de fomento del turismo fue el fundamento formal de la actualmente llamada “vocación natural” del estado hacia el turismo, pues impulsaba la producción del espacio turístico por el sector privado mediante la previa construcción de la infraestructura básica para esa actividad (pavimentación, servicios de electricidad y agua potable, lotificación, etc.). Tal construcción fue financiada con dinero público, a la vez que el gobierno federal daba paso a la adquisición legal del territorio costero por entidades y personas físicas extranjeras por la vía del fideicomiso bancario (GÁMEZ y MONTAÑO, 2003).

Los Cabos de ser una pequeña zona pesquera y agrícola, la región se transformó en uno de los destinos turísticos más dinámicos de México: centrado en el turismo convencional (sol, arena y playa, pesca deportiva, y diversión), esto se complementado por el turismo de exclusividad. Su creciente especialización es en los visitantes extranjeros y nacionales de muy de altos recursos, aunada al turismo tradicional “todo pagado”, lo que incuestionablemente genera una enorme derrama económica, cuya magnitud e impactos no han sido analizados adecuadamente.

Pero para dar una idea, en 2014 la derrama fue estimada en 725.6 millones de USD (o sea, alrededor de 11 mil millones pesos, al tipo de cambio de entonces), producto del arribo al estado –mayormente a Los Cabos– de 1.7 millones de visitantes (GOBIERNO DEL ESTADO, 2015, p. 27).

El dinamismo de este espacio turístico como fuente de empleo ha estimulado un altísimo crecimiento demográfico, así como la construcción de una importante infraestructura de comunicaciones con cargo al erario público, si bien crecientemente operada por privados. De acuerdo con las estadísticas del Gobierno del Estado (2015), Los Cabos contaba (en 2014) con 15,792 habitaciones (una reducción aparentemente temporal de los 20,370 reportados en 2013, causada por los efectos del huracán Odile). BCS recibió, además, casi 300 mil visitantes que llegaron en cruceros (Ibíd., p. 28).

Mapa 1. Estado de Baja California Sur, México.

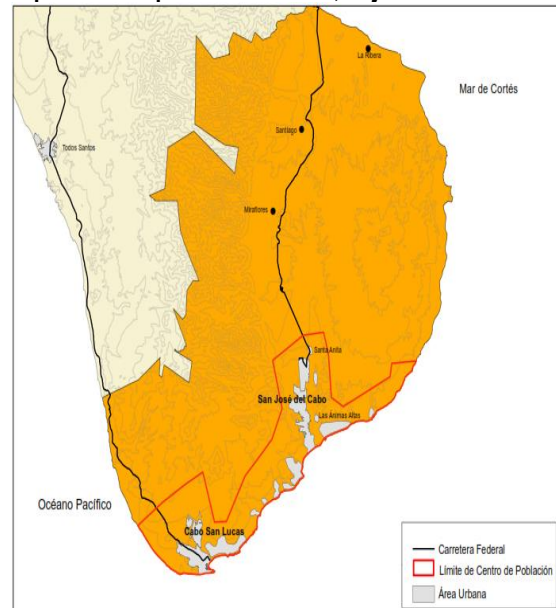


Fuente: Bojórquez y Ángeles (2014).

Teniendo como mercado meta a Estados Unidos y Canadá (FONATUR, 2012), las inversiones siguieron fluyendo a Baja California Sur. En 1977 se inaugura el aeropuerto internacional de San José del Cabo. Las obras de infraestructura urbana y turística en el corredor harían que el turismo se tomara la actividad que modelaría el desarrollo del estado aprovechando sus recursos naturales.

El acelerado crecimiento del sector turismo en Los Cabos ha significado una gran fuente de empleos y derrama económica, pero en otro sentido –como es evidente en Cabo San Lucas– la incapacidad de los gobiernos estatal y municipal para resolver los problemas y necesidades de una población en constante crecimiento. De una economía de autoconsumo se pasó a una orientada al sector terciario que impactó en una concentración geográfica y sectorial de la inversión provocando externalidades negativas como la baja calidad de vida en la población, la presión social por tierra habitacional y consecuentes procesos de especulación (ÁNGELES y GÁMEZ, 2004).

Mapa 2. Municipio de Los Cabos, Baja California Sur.

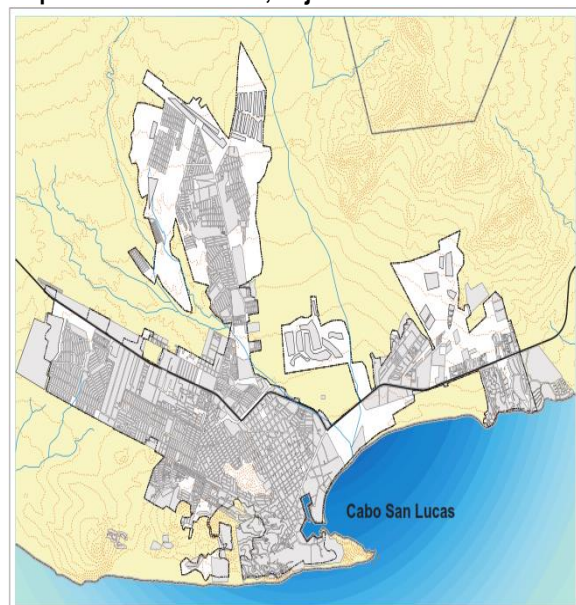


Fuente: Bojórquez y Ángeles (2014).

La ciudad de Cabo San Lucas (ver mapa 3) está en constante contacto con la ciudad de San José del Cabo, vecina y cabecera municipal, entre estas dos localidades se da un intercambio constante de recursos humanos y materiales. Estas dos localidades están conectadas a través de una carretera con una extensión de 33 kilómetros de longitud, donde se localiza el famoso corredor turístico de Los Cabos.

A la par del desarrollo turístico, se ha presentado una acumulación de los rezagos en servicios urbanos es de tal magnitud, siendo uno de los problemas más graves que presenta al estado de Baja California Sur (BOJÓRQUEZ, 2013; BOJÓRQUEZ, 2014).

Mapa 3. Cabo San Lucas, Baja California Sur.



Fuente: Bojórquez y Ángeles (2014).

La expansión de la mancha urbana se duplicó en 1993 al crecer sobre tierras ejidales como las colonias Ejidal y Arenal, así como la colonia Obrera y la 4 de Marzo; o en algunos casos en lugares distantes de la mancha urbana, como Lomas del Sol. De la misma forma se desarrollaron asentamientos de altos ingresos como el fraccionamiento El Pedregal, cercano a la zona de marina. Durante 1993-2004 surgen colonias como Los cangrejos, Hojazen, Miramar, Jacarandas, La Jolla, Arcos del Sol, Lagunitas, Arcos del Sol, Mesa Colorada, El Caribe, y fraccionamientos que se ubican en la zona del corredor turístico (BOJÓRQUEZ, 2013).

El crecimiento de la actividad turística y el fenómeno migratorio en Los Cabos afectó en gran medida a regiones como Mulegé y Comondú, ubicadas al norte del estado, que se convirtieron en municipios expulsores de población. Por el contrario, Los Cabos creció de 10 mil habitantes en 1970 a casi 170 mil en 2005 (40% de los habitantes en el estado), y ahí se ubican casi 20,000 mil habitaciones de hotel, campos de golf exclusivos y es destino casi 2 millones de visitantes al año.

Esto lo ha convertido en el segundo destino de playa más importante después de Cancún. De acuerdo con datos del INEGI, en el 2005 se trasladaron al estado 41,313 personas, cantidad que representa 1.7% del total de migrantes internos ese año México (GÁMEZ, WILSON e IVANOVA., 2010, p. 225-226).

En 2015 la población del municipio sobrepasó la de La Paz, la sede de los poderes estatales, con una población de 288,000 habitantes, es decir, 40% de la población del estado (GOBIERNO DEL ESTADO, 2015). Las cifras más recientes que hay disponibles en relación a la marginación urbana, emanadas del último Censo de Población (INEGI, 2010), indican la siguiente situación para esa localidad: Muy baja marginación: 20,112 habitantes (15.74% de un total de 127,745); Baja, 20,384 (15.96%), Media, 23,605 (18.48%), Alta, 45,986 (36.00%); Muy alta, 17,658 (13.82%).

4.1 Videovigilancia en Los Cabos

En consonancia con la polarización social que acontece en Los Cabos, y Cabo San Lucas en particular, ha aumentado el temor al crecimiento de la

inseguridad. Además de las extorsiones a dueños de pequeños negocios (CABO MIL, 2014), desde hace tres o cinco años los datos estadísticos revelaban que Baja California Sur presentaba el mayor índice de violencia y delitos en México, al haber una persona ejecutada cada cuatro días en promedio (CRÍTICA POLÍTICA, 2014). Un indicador estatal, pero que puede trasladarse a Los Cabos, es que una de cada cinco personas mayores de 18 años había sido víctima de un delito en Sudcalifornia, aunque casi 80% no lo había denunciado (INEGI, 2013). Igualmente, son frecuentes las quejas y denuncias de los empresarios y la desconfianza en los cuerpos policiacos. Esto, a su vez, ha impulsado el negocio de la seguridad privada,

Desde la iniciativa privada y las instituciones públicas se han desarrollado estrategias de reforzamiento de la vigilancia y seguridad en este destino turístico. El gobierno del estado de Baja California Sur ha implementado e instalado el Centro de Control, Comando, Comunicación y Cómputo (C4).² El ayuntamiento de los Cabos (2012) ha argumentado que debido al crecimiento acelerado de la población en el municipio se generaron condiciones de inseguridad por lo cual se creó la necesidad de contar con un Centro Integral de Control y Monitoreo (C-2) en aras de “disminuir los tiempos de atención a las llamadas de emergencia de la población, establecer un sistema de videovigilancia para disuadir los actos delictivos, así como un mecanismo de monitoreo que agilice el tránsito vehicular”.³

De acuerdo con informes del Ayuntamiento de Los Cabos, el C-2 cuenta con un personal de 30 elementos, un Director, un Comisionado del C-4, una encargada del Sitio AFIS, una encargada de Soporte Técnico, un Operador de Radio, 12 en la UDAI y 13 en el área de atención de llamadas de emergencia. A partir de agosto de 2012 operarían 11 cámaras (AYUNTAMIENTO DE LOS CABOS, 2012). Cursos de capacitación para detectar anomalías y prevenir hechos instrucciones fueron establecidos, ante la prioridad de la XI administración de “mantener un municipio seguro” (PUGA, 2012).

La instalación de las cámaras se localiza en un supermercado localizado a la entrada de San José del Cabo, en la glorieta Fonatur, sobre el corredor turístico hasta el estadio de béisbol, sobre avenida Centenario, otras más en la Plaza Mijares, cerca del

² De acuerdo con el oficio enviado por la Subsecretaría de Seguridad Pública de Baja California Sur a petición de los autores y tramitado a través del Instituto de Transparencia y Acceso a la Información Pública del Estado de Baja California Sur, en adelante ITAIBCS, este programa se fundamenta en el artículo 21 de la Constitución de los Estados Unidos Mexicanos; artículos 32, 33 y 34 en su inciso A y 46 de la Ley del Sistema Estatal de Seguridad Pública de BCS.

³ El presidente municipal de la administración 2011-2015 indica, en un boletín de prensa, que se “ha dado puntual seguimiento para que se

concentren las áreas productoras de la información policial, las cuales son generadoras de productos de inteligencia que son utilizados para la toma de decisiones, permitiendo administrar de forma eficaz y eficiente la información generada al interior de la corporación en el servicio diario, así como la atención de las llamadas de auxilio de la ciudadanía, teniendo la visión de crecimiento y modernización del flujo de información de tecnologías de comunicaciones y video vigilancia, herramientas que permitirán contener y disminuir el fenómeno de la criminalidad” (AYUNTAMIENTO DE LOS CABOS, 2012).

panteón municipal, en el circuito hotelero, así como en el camellón central y en el estacionamiento del Centro de Convenciones G20; todos ellos lugares centrales en la ciudad, aunque también se proyectan en las colonias y zonas más conflictivas de Los Cabos (PADILLA, 2012).

Fig. 1. Cámara en la intersección Blvd. Lázaro Cárdenas, Constitución y Corredor Turístico



Fuente: Bojórquez (2016).

Fig. 2. Cámara en la intersección de Blvd. Lázaro Cárdenas y Ave. Leona Vicario.



Fuente: Bojórquez (2016).

Fig. 3. Cámara por Lázaro Cárdenas, frente al hotel Wyndham.



Fuente: Bojórquez (2016).

Fig. 4. Centro de Control y Monitoreo C2



Fuente: Canaco-Los Cabos (2016).

El centro de Control y Monitoreo de Los Cabos, C2, tuvo una inversión de nueve millones de pesos en el año 2011, aportados por recursos federales y municipales. Justificado para beneficiar a una población de 102,730 habitantes, sus funciones son atender los llamados de emergencia y monitoreo de zonas estratégicas del territorio municipal, para fortalecer las acciones de combate, contención y prevención de criminalidad de Los Cabos.

Está interconectado con el Sistema de Plataforma México que forma parte del Nuevo Modelo Policial impulsado por el gobierno federal, y se espera que cuente con 30 nuevas cámaras de videovigilancia. Esto implicará aumentar la corporación policial en al menos 712 elementos más, así como el número de radio patrullas (CANACO-LOS CABOS, 2011). Ubicando el excesivo crecimiento poblacional de Los Cabos como la causa directa del incremento en los niveles delictivos, el Consejo Coordinador Empresarial ha participado (con la adquisición de cámaras) con los gobiernos municipal y federal para hacer de Los Cabos el "destino turístico más seguro del país" (CONSEJO COORDINADOR DE LOS CABOS, s.f). Es de notar en esta definición y preocupación de la iniciativa privada, la ausencia de una visión amplia y crítica del problema y de sus efectos en la parte no turística de la zona. La percepción de los pequeños prestadores de servicios turísticos en playa, sobre la instalación de las cámaras es positiva y garantizará su integridad. Con la aportación de los colonos de esta zona y con ayuda del C4 policial se colocarán más cámaras en futuro (MEGANOTICIAS, 2013).

Por otra parte, aunque en menor medida, se han dado pronunciamientos respecto a que ante las políticas económicas impulsadas recientemente en el país, el desempleo sea fuente de que algunas personas caigan en la delincuencia y la necesidad de que la iniciativa privada se comprometa también socialmente (CABO MIL, 2014).

Fig. Cámara de vigilancia en Blvd. Lázaro Cárdenas y Paseo de La Marina.



Fuente: Bojórquez (2016).

Fig. Cámara de vigilancia en Blvd. Lázaro Cárdenas y Paseo de La Marina.



Fuente: Bojórquez (2016).

Con el argumento del aumento en el número de delitos en la zona turística y la marina de Cabo San Lucas, la Administración Portuaria Integral anunció en octubre de 2015 la instalación de ocho cámaras de vigilancia, las cuales forman parte de la primera etapa de un proyecto de 16 unidades, que junto con las 12 ya instaladas, buscarán darle seguridad al turista y a ciudadanos en general que acuden a esa zona (YÁNEZ, 2015).

La inversión para proveer videovigilancia a la zona turística y la marina es de 20 millones de pesos, los cuales fueron asignados por el Fondo Nacional de Desastres Naturales (FONDEN), tras paso del huracán Odile que afectó al estado de Baja California Sur y en concreto al municipio de Los Cabos (Ibíd.). Siguiendo con la política de seguridad pública, en el año 2016, la XII administración municipal anunció la instalación de un mayor número de cámaras de seguridad en la zona turística, incluso anunciando el uso de drones para tal propósito (EL INFORMANTE, 2016).

5 CONCLUSIONES

En destinos turísticos de nuevo cuño en México (los CIP), como en el caso de Los Cabos, Baja California Sur, los fenómenos de inmigración elevada, de demanda creciente de tierra habitacional, de servicios públicos como agua potable, drenaje, recolección de basura, pavimentación; de servicios educativos de todos los niveles; de servicios de salud para una población creciente, han evidenciado la incapacidad del Estado para satisfacer la demanda de estas urgentes necesidades.

La producción del espacio urbano de la ciudad de Cabo San Lucas se ha realizado a través de la neoliberalización del espacio, siendo la acumulación por despojo el rasgo distintivo, con playas privatizadas o con acceso controlado, con el paisaje distorsionado u obstaculizado por los complejos hoteleros. La polarización social y segregación espacial resultante en la ciudad de Cabo San Lucas se traduce en una zona turística y comercial equipada en términos urbanos, área donde se concentran las empresas comerciales, de servicios y de infraestructura hotelera (Playa y área circundante a la marina), mientras que, por mucho, la mayor parte de la ciudad carece de infraestructura urbana, con falta de alumbrado público, agua, drenaje y pavimento. La segregación urbana se aprecia vívidamente a partir de esa isla de riqueza en ese mar de pobreza.

En términos de seguridad, es precisamente en esa porción más rica de Cabo San Lucas donde se manifiesta la mayor presencia de las fuerzas de seguridad municipal, para crear un ambiente de tranquilidad en la zona turística y comercial, mientras que los fraccionamientos de clase media y las colonias populares son víctimas del crecimiento de fenómenos de delincuencia común, como el asalto, el robo a casa habitación, e incluso el secuestro. Una de las estrategias implementadas por las autoridades municipales para "cuidar" el destino turístico es el reforzamiento de la seguridad a través de la videovigilancia, del panoptismo electrónico, apoyado por el organismo que agrupa al sector empresarial de Los Cabos. Con donaciones de cámaras de seguridad se han reforzado al organismo policial llamado C4 para combatir la inseguridad en la zona de reproducción del capital, donde operan una gran cantidad de empresas de la localidad.

El control que se ejerce sobre los ciudadanos y los espacios públicos donde están las cámaras de vigilancia se lleva a cabo con la justificación del combate a la inseguridad. Si bien la inversión en cámaras por los empresarios en la localidad tiene parte en ello, en gran medida son los ciudadanos de clase media (quienes mayormente llevan la carga impositiva

en México y en Los Cabos) los que subsidian la seguridad del destino turístico. El personal del C4, así como el mantenimiento de los equipos, del edificio donde opera, etc., son sufragados con los impuestos que los ciudadanos aportan para el financiamiento de las actividades del Estado mexicano, y se centran en la zona comercial y turística.

En Los Cabos, la construcción y uso social del espacio como destino turístico se caracteriza por una apropiación privada del paisaje, de la tierra y de las playas; esto propicia desigualdad y polarización, con la problemática social que esto conlleva. En ese contexto, impuesto por las elites como necesidad y solución, lejos de resolver las causas de la inseguridad, el panoptismo se convierte en un instrumento de control social naturalizado incluso para los vigilados. Control que descuida la periferia y difícilmente será remedio para una inseguridad que es alimentada por el propio modelo de construcción de tal espacio turístico.

BIBLIOGRAFÍA

- ÁNGELES, M.; GÁMEZ, A., *Neoliberalización, turismo y socioeconomía en el sur Baja California Sur*, Documento de trabajo, Departamento de Economía, Universidad Autónoma de Baja California Sur, La Paz, BCS, 2016.
- ÁNGELES, M.; GÁMEZ, ALBA (2004), Crecimiento turístico y desarrollo humano en B.C.S. Ponencia en el *Seminario Anual de Investigación de la Cuenca del Pacífico*. Universidad de Colima. Colima, México, 2004. Recuperado de: <<http://apec.uco.mx/Sem04/Mesall/AlbayManuelAng eles.swf>>. Consulta: 8/06/2016.
- ARTEAGA, N., Vigilancia y control social de la violencia en México. *Capítulo Criminológico*, vol. 34, núm. 1, Universidad de Zulia, Venezuela, pp. 33-54, 2006.
- ARTEAGA, N., Video-vigilancia del espacio urbano: tránsito, seguridad y control social. *Andamios*, Volumen 7, Núm. 14, Ciudad de México. México, pp. 263-286, 2010.
- ARTEAGA, N. Regulación de la videovigilancia en México. Gestión de la ciudadanía y acceso a la ciudad. *Espiral*, vol. XXXIII, núm. 66, mayo, Guadalajara, México, pp. 193-238, 2016.
- AYUNTAMIENTO DEL LOS CABOS. Importante labor policial realiza Centro Integral de Control y Monitoreo. 2012. Recuperado de: <<http://www.loscabos.gob.mx/blogs/prensa/?p=3410>> Consulta: 3/06/2016.
- BALAREZO, T. *Viabilidad del sector turístico en el Desarrollo Socio-Económico de Baja California Sur, desde una perspectiva ambiental (caso de Los Cabos, BCS)*, Tesis de Maestría, Colegio de la Frontera Norte. Tijuana, México, 1990.
- BAÑUELOS, J. Videovigilancia en la sociedad panóptica contemporánea. *Razón y Palabra*, número 31. ITESM-Campus Estado de México. México, 2003. Recuperado de: <<http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n31/jba nuelos.html>>. Consulta: 16/09/2016.
- BARRET, D., *One surveillance camera for every 11 people in Britain, says CCTV survey*, 2013. Recuperado de: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/10172298/One-surveillance-camera-for-every-11-people-in-Britain-says-CCTV-survey.html>>. Consulta: 4/11/2016.
- BENTHAM, J. Panopticon. En BOZOVIC, M. (Ed.) *The Panopticon Writings*, Londres, Verso. 2011.
- BOJÓRQUEZ, J. *Expansión urbana en áreas ejidales en el marco de las reformas al artículo 27 constitucional y el desarrollo turístico en Cabo San Lucas, Baja California Sur, México*, Tesis de Maestría, Universidad Autónoma de Baja California Sur, México. 2013a.
- _____. El papel de la tierra de propiedad social en la configuración urbano habitacional en la ciudad turística de Cabo San Lucas, Baja California Sur, México. *Turydes*, Vol. 6, núm. 15. Universidad de Málaga, España, 2013b.
- _____. Evolución y planeación urbana en la ciudad turística de Cabo San Lucas, Baja California Sur (México), *Pasos*, Vol. 12, núm. 2. Universidad de la Laguna, España pp. 341-356, 2014.
- BOJÓRQUEZ, J.; ANGELES M. Expansión turística y acumulación por desposesión: el caso de Cabo San Lucas, Baja California Sur (México), *Cuadernos de Geografía*, Vol. 23, No. 2, Universidad Nacional de Colombia, Colombia. Pp. 179-202, 2014.
- BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO DE BAJA CALIFORNIA SUR. *Ley de video vigilancia del estado de Baja California Sur*, Gobierno de Baja California Sur, 2014. Recuperado de: <<http://contraloria.bcs.gob.mx/wp-content/uploads/LEY-VIDEOVIGILANCIA-BOLETIN-OFICIAL.pdf>>. Consulta: 8/09/2016.
- CABO MIL. *San José del Cabo contará con 11 cámaras más de videovigilancia*, 2012. Recuperado de: <<http://www.cabomil.com.mx/index.php/noticias/881-san-jose-del-cabo-contara-con-11-camaras-mas-de-video-vigilancia>>. Consulta: 8/08/2016.
- CABO MIL. *Denuncian cámaras aumento en delitos como secuestros virtuales*, 2014. Recuperado de: <<http://www.cabomil.com.mx/index.php/112-denuncian-camaras-aumento-en-delitos-como-secuestros-virtuales>>. Consulta: 21/10/2016.
- CANACO-LOS CABOS. Seguridad en Los Cabos. ¿Qué es el C2?. *Boletín informativo*, Año 3, Vol. 16, Cabo San Lucas, México, 2011. Recuperado de: <<http://canacoloscabos.com/english/bol16.pdf>>. Consulta: 19/08/2016.
- CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español, *Revista de Geografía*, Vol. 8, No. 1, 19-56, 1974.
- CARDOSO, B. Cámaras Legislativas: Vidovigilancia e leis no Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, núm. 81, pp. 49-81, 2013.
- CARRACEDO, J. La vigilancia en la sociedad de la información. ¿Un panóptico electrónico?, *Política y Sociedad*, Vol. 39 No. 2, Universidad Complutense de Madrid, España, pp. 437-455, 2002.

- CASTRO, R. La ciudad apastada. Neoliberalismo y postpanóptico, *Revista de Ciencia Política*, Vol. 29, No. 1, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, pp. 165-183, 2009.
- CLAVÉ, S. La urbanización turística. De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. *Doc. Anál. Geogr*, Universidad Autónoma de Barcelona, 32, pp. 17-43, 1998.
- COLEMAN, R. Reclaiming the Streets: Closed Circuit Television, Neoliberalism and the Mystification of Social Divisions in Liverpool, UK. *Surveillance and Society*, 2(2/3): 293-309, 2004. Recuperado de: <[http://www.surveillance-and-society.org/articles2\(2\)/liverpool.pdf](http://www.surveillance-and-society.org/articles2(2)/liverpool.pdf)>. Consulta: 10/04/2016.
- CONSEJO COORDINADOR DE LOS CABOS. *Cámaras de Vigilancia*, S.f. Recuperado de: <http://loscabos.org.mx/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=27>. Consulta: 13/06/2016.
- CONSEJO NACIONAL PARA LA EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA SOCIAL, *Medición de la pobreza en México. Anexo estadístico 2010-2014*, 2015. Recuperado de: <http://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Programas_BD_10_12_14.aspx>. Consulta: 3/11/2016.
- _____. *Medición Municipal de la Pobreza 2010*, 2010. Recuperado de: <<http://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Medicion-de-la-pobreza-municipal-2010.aspx>>. Consulta: 3/11/2016.
- CORTÁZAR, F. Trabajo, empleo y tecnologías de la información II, *Espiral*, vol. VII, núm. 9, Universidad de Guadalajara, México, pp. 121-138, 1997.
- CRÍTICA POLÍTICA. *No hay garantía de paz y tranquilidad en Los Cabos, considera investigador*, 22 septiembre, 2014. Recuperado de: <<http://www.criticapolitica.mx/95936>>. Consulta: 15/10/2016.
- DÍEZ-RIPOLLÉS, J.; CEREZO, A. La prevención de la delincuencia callejera mediante videocámaras. Regulación jurídica y eficacia. *Polít. Crim*, Vol. 4, Nº 7, Art. 6, Universidad de Talca, Chile, pp. 171-196, 2009.
- EL INFORMANTE. *Gobierno de Los Cabos utilizará drones para vigilancia*, Diario El Informante, 2016. Recuperado de: <<http://elinformantebcs.mx/gobierno-de-los-cabos-utilizara-drones-para-vigilancia/>>. Consulta: 8/09/2016.
- ESPÍNOLA, D.; ESQUIVEL, E. Videovigilancia y el discurso de la seguridad. Hacia el proceso electoral del 2011. *Estudios de Comunicación y Política*, núm. 27, UAM, México, 2011.
- _____. Uso político de las TIC: La videovigilancia y el discurso de la seguridad. *VI Congreso Internacional de Comunicación y Realidad*, Facultad de Comunicación Blanquerna, Universidad Ramón Lull, Barcelona, España, 2012.
- FARRÉS, Y.; MATARÁN, A. Colonialidad territorial: para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización de la metrópoli. Notas desde La Habana. *Tabula Rasa*, No.16, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá, Colombia, : 139-159, 2012.
- FERNÁNDEZ, A. Videovigilancia privada en lugares de acceso público y derecho a la protección de datos: el caso alemán, *Estudios de Deusto*, vol. 62/1, Bilbao, España, pp. 73-116, 2014.
- FONATUR. *Proyectos y desarrollos*, 2012. Recuperado de: <<http://www.fonatur.gob.mx/es/index.asp> 9/09/2012 >. Consulta: 14/04/2016.
- FOUCAULT, M., Panoptism. En: GIESEKING, J.; MANGOLD, W.; KATZ, C.; LOW, S.; SAEGERT, S. (Eds.), *The People, Place, and Space Reader*, Londres, Routledge, 2014.
- GACETA DEL GOBIERNO DEL ESTADO DE MÉXICO. *Reglamento de la ley que regula el uso de las tecnologías de la información y comunicación para seguridad pública del Estado de México*, Gobierno del Estado de México, Toluca, 2015. Recuperado de: <<http://legislacion.edomex.gob.mx/sites/legislacion.edomex.gob.mx/files/files/pdf/gct/2015/jun304.PDF>>. Consulta: 8/09/2016.
- GÁMEZ, A.; WILSON, T.; IVANOVA, A. Las mujeres en la migración interna y empleo informal en Baja California Sur. *La Ventana*, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, México, 2010.
- GÁMEZ, A.; MONTAÑO, B., El Sector Turismo en Baja California Sur, en Ivanova, Antonina y Manuel Ángeles (Eds.), *Diagnóstico Estratégico de Baja California Sur*, México, Plaza y Valdez Editores. 2003.
- GOBIERNO DEL ESTADO DE BAJA CALIFORNIA SUR, *Baja California Sur, Información Estratégica*, La Paz, BCS, 2015. Recuperado de: <<http://spyde.bcs.gob.mx/files/die/2015/EstrategicoBCSJulio2015.pdf>>. Consulta: 2/11/2016.
- H. CONGRESO DE COLIMA, *Ley que regula la videovigilancia en el estado de Colima*, 2009. Recuperado de: <http://congresocol.gob.mx/web/Sistema/uploads/LegislacionEstatal/LeyesEstatales/regula_videovigilancia.pdf>. Consulta: 8/11/2016.
- H. CONGRESO DE NUEVO LEÓN. *Aprueban uso de sistemas de videovigilancia*, Septuagésima Cuarta Legislatura, 2016. Recuperado de: <http://www.hcnl.gob.mx/sala_de_prensa/2016/02/aprueban_uso_de_sistemas_de_video_vigilancia.php>. Consulta: 8/09/2016.
- HARVEY, D., El 'nuevo' imperialismo: acumulación por desposesión. *Social Register*, 99-129, 2004. Recuperado de: <<http://investigacion.politicas.unam.mx/teoriasociologicas/caparatodos/pdf/Tradici%F3n/Harvey,%20David%20-%20El%20nuevo%20imperialismo%20Acumulaci%F3n%20por%20desposesi%F3n.pdf>>. Consulta: 08/07/2016.
- _____. Neoliberalism as creative destruction. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, Vol. 88, No. 2, junio, pp. 145-158, 2006.
- _____. *Breve historia del Neoliberalismo*, Ediciones Akal, Madrid, España, 2007.
- IBARRA, E. Seguridad, protección de datos personales y regulación jurídica de la videovigilancia en México. En:

- Lucero Romero (Coord.), *Jus informa Tic's*, Instituto de Investigaciones Jurídicas-UNAM, México, 2011.
- INEGI. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. *Estadísticas a propósito del día mundial de la población. Datos de Baja California Sur*, La Paz, BCS, 11 de julio, 2013. Recuperado de: <<http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/espanol/prensa/Contenidos/estadisticas/2013/poblacion3.pdf>>. Consulta: 25/05/2016.
- JESSOP, B., Liberalism, neoliberalism and urban governance: a state-theoretical perspective. En: BRENNER, N.; THEODORE, N. (Eds.), *Spaces of Neoliberalism*, Londres, Blackwell Publishing, 2002.
- KOSKELA, H. Cam Era- the contemporary urban panopticon. *Surveillance and Society*, 1 (3):292-313, 2003.
- LEFEBVRE, H. La producción del espacio, *Papers, Revista de Sociología*, Universidad Autónoma de Barcelona, No. 3, 219-229, 1974.
- _____. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. *Toward an Architecture of Enjoyment, Minneapolis*. The University of Minnesota Press, 2014.
- LIO, V. Ciudades, cámaras de seguridad y video-vigilancia: estado del arte y perspectivas de investigación. *ASTROLABIO*, Nueva Época, núm. 15, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, pp. 273-302, 2015.
- LOFBERG, S. Ojos de Águila: una primera aproximación al sistema de video vigilancia en Quito. En: CARRIÓN, F.; ESPÍN, J. (Eds.), *Un lenguaje colectivo en construcción: el diagnóstico de la violencia*. Flacso-Ecuador, Gobiernos Locales por la Sustentabilidad (ICLEI), Alcaldía Metropolitana de Quito. Ecuador, 2009.
- LOZANO, J. Leyes del cuerpo como aproximación al control social y a las normas de género, intimidad y sexual. El caso de anticuerpos-disolución del organismo social 0.0.1, *Razón y Palabra*, núm. 70, Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey, México, 2009.
- MARCUSE, P. The Partitioned City in History. En: MARCUSE, P. VAN KEMPEN, R. (Eds.), *Of States and Cities. The Partitioning of Urban Space*, Oxford, Oxford University Press, 2006.
- MEGANOTICIAS. Reforzarán seguridad en el Médano con cámaras de videovigilancia, 2013. Recuperado de: <<http://www.meganoticias.mx/noticias-los-cabos/item/33136-reforzaran-seguridad-en-el-medano-con-cameras-de-videovigilancia.html>>. Consulta: 22/06/2016.
- NAVARRO, G.. Siguen delitos a la alza en Los Cabos, advierte IP, *Octavo Día*, 2014. Recuperado de: <<http://octavodia.mx/articulo/54184/siguen-delitos-a-la-alza-en-los-cabos-advierte-ip>>. Consulta: 22/10/2016.
- PADILLA, P. A más tardar en 15 días funcionarán cámaras de vigilancia. *Peninsular Digital*, 2012. Recuperado de: <<http://peninsulardigital.com/municipios/a-mas-tardar-en-15-dias-funcionaran-cameras-de-vigilancia/82192>>. Consulta: 15/05/2016.
- PALACIOS, P. *Análisis crítico del régimen jurídico de videovigilancia de las fuerzas del orden y seguridad pública*, Tesis de Magister, Universidad de Chile, Chile, 2007.
- PERIÓDICO OFICIAL DEL GOBIERNO DEL ESTADO DE DURANGO. Ley que establece las bases para la videovigilancia en el estado de Durango, Gobierno del Estado de Durango, 2012. Recuperado de: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/nom_02_05_07_2012.pdf>. Consulta: 8/09/2016.
- PONTÓN, J., J. "Mano dura" en Guayaquil: medios, inseguridad y populismo punitivo, *Razón y Palabra*, núm. 93, Universidad de los Hemisferios, Quito, Ecuador, pp. 186-203, 2016.
- PORCEL, S., *La producción social del espacio urbano. Tensiones y ajustes en la (re)ordenación urbana de los Tres Turons de Barcelona*, Trabajo de investigación para la obtención del Diploma de Estudios Avanzados (D.E.A.) en Sociología, Universidad Autónoma de Barcelona, España, 2010.
- PUGA, J. Inaugura gobernador Agúndez centro de monitoreo C2 en San José del Cabo, *Radar Político*, 2011. Recuperado de: <<http://www.radarpolitico.com/2011/04/01/inaugura-gobernador-agundez-modulo-de-c2-en-los-cabos/>>. Consulta: 12/05/2016.
- _____. Capacitan a personal del C2 de Los Cabos, sobre videovigilancia, *Radar Político*, 2012. Recuperado de: <<http://www.radarpolitico.com/2012/09/19/capacitan-a-personal-del-c2-de-los-cabos-sobre-videovigilancia/>>. Consulta: 22/05/2016.
- ROJAS, J. Mecanismos de videovigilancia en la sociedad de la información. *UOC Papers*, núm. 5, 2007. Recuperado de: <<http://www.uoc.edu/uocpapers/5/dt/esp/rojas.pdf>>. Consulta: 19/05/2016.
- RUIZ, S. Videovigilancia en el centro de Madrid: ¿Hacia el panóptico electrónico?, *Teknokultura*, Universidad Complutense de Madrid, Vol. 11 Núm. 2, pp. 301-327, 2014.
- SALCEDO, R. El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo posmoderno, *Eure*, Pontificia Universidad Católica de Chile, Vol. 28, núm. 84. Chile. Pp. 5-19, 2002.
- SEDESOL, SECRETARÍA DE DESARROLLO SOCIAL. *Informe Anual sobre la Situación de Pobreza y Rezago Social*, 2016. Recuperado de: <<http://www.gob.mx/sedesol/documentos/informe-anual-sobre-la-situacion-de-pobreza-y-rezago-social>>. Consulta: 9/11/2016.
- SQUIRES, P. Los sistemas de videovigilancia: lecciones útiles de una cultura de la vigilancia. En: CALFA, R.; SPERBER, S.; BOURGEOIS, N. (Eds.), *Foro Europeo sobre seguridad urbana. Ciudadanos, ciudades y videovigilancia. Hacia una utilización democrática y responsable de la videovigilancia*, Foro Europeo Para la Seguridad Urbana, París, Francia, 2010.
- SIE – Seguridad Integral Empresaria. *Diálogo SIE: El importante rol del sistema de CCTV en la Seguridad Privada*, 2013. Recuperado de: <<http://siesa.com.ar/el-importante-rol-del-sistema-de-cctv-en-la-seguridad-privada/>>. Consulta: 3/11/2016.

- SUTTON, A.; WILSON, D. Open-Street CCTV in Australia: The Politics of Resistance and Expansion, *Surveillance and Society*, 2(2/3): 310-322. 2004. Recuperado de: <[http://www.surveillance-and-society.org/articles2\(2\)/australia.pdf](http://www.surveillance-and-society.org/articles2(2)/australia.pdf)>. Consulta:10/06/2016.
- TIRONI, M.; VALDERRAMA, M. Urbanismo militarizado y situación cosmopolítica: el caso de los globos aerostáticos de vigilancia en Santiago de Chile, *Polis*, Volumen 15, N° 44, Universidad de Los Lagos-Santiago, p. 131-159, 2016.
- TRONCOSO, A. Espacio y poder. *Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología*, n°32, Chile, pp. 10-23, 2001.
- VALERA, S. Espacio privado, espacio público: Dialécticas urbanas y construcción de significados, Polis Research Centre, txt Public art observatory Project, Universidad de Barcelona, 1999. Recuperado de: <<http://www.ub.edu/escult/editions/Otresal.pdf>>. Consulta:03/07/2016.
- VARONA, G. *Estudio exploratorio sobre los efectos del uso policial de la videovigilancia en lugares públicos. Propuesta criminológica de un sistema de indicadores sobre su adecuación y proporcionalidad en materia de seguridad*, Instituto Vasco de Criminología, Universidad del País Vasco, España, 2012.
- WILLIAMSON, J. In search for a manual for Technopols. En: WILLIAMSON, J. (Ed.), *The political economy of policy reform*, Institute for International Economics, Washington, pp. 11-28, 1994.
- YAÑEZ, B. Más de 25 cámaras de seguridad vigilarán la marina Cabo San Lucas, *Diario El Independiente*, 2015. Recuperado de: <<http://diarioel Independiente.mx/2015/10/mas-de-25-cameras-de-seguridad-vigilaran-la-marina-de-cabo-san-lucas/>>. Consulta: 6/09/2016

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 23 de novembro de 2016; aceito em 13 de janeiro de 2017; publicado online 10 de fevereiro de 2017.

Received on November 23, 2016; accepted January 13, 2017, published online February 10, 2017.

Ensaio Teórico / Theoretical Essay. Seção revisada por pares / Double bind review section.

CONTROLE DO ESPAÇO URBANO E O TERRITÓRIO COMO PRODUTO TURÍSTICO: REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A SEGREGAÇÃO IMPOSTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DE MEGAEVENTOS (RIO 2016)

Sara Conceição De Paula*

Resumo

O presente trabalho busca apresentar uma discussão teórica sobre a criação de territórios produtos para o turismo e as dinâmicas de segregação espaciais impostas no contexto de luta pelo controle do espaço urbano. De maneira específica, nosso intento é problematizar a incidência de ações governamentais pautadas na lógica da neutralização seletiva da população em situação de rua, concebida como grupos/figurações produtores de risco "institucionalizando" uma segregação espacial coerente à lógica da hostilidade externa e afinidade interna. Para alcançar o objetivo proposto, centramos a teoria da economia política do encarceramento, em particular destaque à obra de Di Georgi (2006), sobre a produção de grupos artificiais produtores de riscos na sociedade posfordista. Esta discussão é articulada com as contribuições de Wacquant (2006; 2010; 2011) donde se evoca as dinâmicas que consolidam as práticas de segregações impostas a determinados grupos considerados perigosos ou contagiosos. O pano de fundo é a criação de territórios- produtos destinados ao turismo donde a atividade econômica coincide, transpassada por conflitos em função da administração e controle do espaço produto.

Palavras chave: Encarceramento. Categorias artificiais de grupos produtores de risco. Centro Pop. Higienização. Segregação.

CONTROL OF URBAN AREA AND THE TERRITORY AS A TOURISM PRODUCT: THEORETICAL REFLECTION ON SEGMENTATION IMPOSED OF POPULATION IN STREET SITUATION IN THE CONTEXT OF MEGAEVENTS (OLIMPIADAS RIO 2016)

Abstract

This paper seeks to present a theoretical discussion about the creation of tourism products territories and the dynamics of spatial segregation, in the context of a struggle for control over urban space. In a way, our intent is to problematize the incidence of governmental actions based on logic of selective neutralization of the street population, designed as groups of risk, constituting such a spatial segregation consistent with the logic of the external hostility and internal affinity. To achieve the proposed objective, this paper present the theory of political economy of punishment, in particular, the work of Di Georgi (2006) about the production of artificial categorical of the risks producers groups in society posfordista. This argument is articulated with contributions of Loic Wacquant (2006; 2010, 2011,) where he mentions how the imposed segregation practices are consolidated for certain groups considered dangerous or contagious. The backdrop is the creation of territories for the tourism products, where the economic activity is transposed by conflicts in function the administration and control of space.

Keywords: Punishment. Artificial categories of risk groups producer's. Centro Pop. Sanitizing. Segregation.

EL CONTROL DE ESPACIO URBANO Y TERRITORIO COMO PRODUCTO TURÍSTICO: REFLEXIÓN TEÓRICA SOBRE LA SEGREGACIÓN SOCIAL IMPUESTA A LA POBLACIÓN QUE VIVE EN LA CALLE EN EL CONTEXTO DE MEGAEVENTOS (RIO 2016)

Resumen

Este artículo presenta una discusión teórica sobre la creación de territorios-productos turísticos y la dinámica de la segregación espacial, en el contexto de una lucha por el control del espacio urbano. De manera específica, el intento es problematizar la incidencia de acciones gubernamentales basadas en la lógica de neutralización selectiva de la población en situación de calle, identificadas como grupo productor de riesgo, de modo a "institucionalizar" una segregación espacial consistente con la lógica de la hostilidad externa y la afinidad interna. Para lograr el objetivo propuesto, este trabajo presenta la teoría de la economía política del castigo, en particular, el trabajo de Di Georgi (2016) sobre la producción de grupos artificiales productores de riesgos en la sociedad posfordista. Este argumento se articula con las aportaciones de Loic Wacquant (2006; 2010; 2011) donde se menciona cómo se consolidan las prácticas de segregación impuestas para ciertos grupos considerados peligrosos o contagiosos. El panel de fondo es la creación de territorios como productos, donde la actividad económica turística pasa por conflictos en función de la administración y control del espacio.

Palabras clave: Castigo. Categorias artificiales de grupos de productores de riesgo. Centro Pop. Desinfección. Segregación.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Mestre em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS, México (2016). Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Brasil (2014). Integra o grupo de investigação Conhecimento e Organização em Turismo (Cogito) e o Observatório Econômico e Social do Turismo/OEST e o Centro de Pesquisas Sociais/UFJF. E-mail: sara.angrense@gmail.com. Áreas de interesse: Estado e Sociedade, políticas, segregação espacial e turismo.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é apresentar uma discussão teórica sobre a criação de territórios-produtos no turismo e as dinâmicas de segregação espacial. Dando destaque à figura do Estado, no contexto de luta pelo controle e administração do espaço urbano, busca-se problematizar como determinadas ações governamentais (mesmo com discurso de inserção social) podem conformar a lógica da neutralização seletiva de grupos/figurações considerados produtores de risco constituindo uma segregação espacial coerente à lógica da hostilidade externa e afinidade interna. Por esta razão, juntamente com a ação dos aparatos policiados, conformam a higienização dos territórios-produtos turísticos amparados na dinâmica da estigmatização, pressão, confinamento espacial e o enclausuramento institucional. A contribuição esperada desta discussão é uma reflexão teórica que objetiva sustentar um mapeamento etnográfico sobre o processo de redistribuição e diferenciação sócio espacial no contexto das transformações em função do turismo que se consolida como uma das principais atividades econômicas dos países subdesenvolvidos latino-americanos. Além disso, busca-se aproximar da discussão o rol do programa social Centro Referência para a População em situação de rua (Centro Pop) em tal cenário.

Para alcançar o objetivo proposto, dialogando com autores que estudam dinâmicas de segregação no Brasil no contexto urbano, centramos a teoria da economia política do encarceramento, com particular destaque à obra de Di Georgi (2006), sobre as categorias artificiais de grupos produtores de riscos na sociedade posfordista. A partir deste ponto se evoca a necessidade de analisar as dinâmicas que consolidam as práticas de segregações impostas a determinados grupos considerados perigosos ou contagiosos (WACQUANT, 2006; 2010; 2011).

O pano de fundo de tal problemática é a criação de territórios produtos destinados ao turismo donde a atividade econômica coincide no objetivo da administração e controle do espaço. A presente discussão é um recorte, parte de uma investigação em andamento, que tem como objetivo analisar os efeitos na população em situação de rua a partir da incidência de uma possível relação estabelecida entre a política militar (PM)/guardas municipais (GM) e o programa social Centro Pop no Rio de Janeiro no período dos Megaeventos, sobretudo, nas Olimpíadas 2016.

As principais considerações apontam para o marco da construção de categorias artificiais de grupos produtores de riscos que, por sua vez, passa necessariamente por questões econômicas e sócio-

étnicas. Uma vez socialmente identificados, os meios de punição e controle de tais categorias artificiais modificam-se e são particulares a cada sociedade e contexto. E, para a segregação imposta da população em situação de rua no *locus* estudado, as ações governamentais exercem importante papel que podem ser analisadas a partir de elementos constituintes da segregação: estigmatização, a pressão, o confinamento espacial e o enclausuramento institucional (WACQUANT, 2010). A partir de tais elementos, na tentativa de controle e administração do espaço território produto, a regulação estatal, exercida tanto pelo braço penal (configurado a partir dos aparatos policiais) quanto pelo braço social (conformado a partir da intervenção do programa Centro Pop em tal contexto) exerce uma relação dicotômica, que conjuga dois distintos antinômicos, mas exclusivamente harmônicos conformando um cenário de hostilidade externa (no território produto) e afinidade interna (dentro do programa ou no complexo de assistência pública, um espaço demarcado e estigmatizado). Este último, ainda que possa assumir uma tônica de caráter inclusivo, entretanto, também pode representar a ampliação das formas de encarceramento e neutralização entendida a partir da subordinação do sujeito e aceitação de caráter voluntário (Acássio Augusto, 2010).

Este ensaio está dividido em três apartados, além desta introdução. No primeiro, discutimos a relevância que o turismo alcançou nas agendas governamentais nos países latino-americanos nos últimos anos pondo ênfase no comprometimento estatal para com o desenvolvimento da atividade econômica em questão. Em sequência, discutimos como o espaço urbano, o território, concebido como produto turístico, é transpassado por diversas dinâmicas de controle que acentuam demandas já existentes conformando fenômenos como a higienização e a segregação espacial. No apartado seguinte discutimos a produção de categorias artificiais de grupos produtores de risco e por fim, apresentamos um arquétipo teórico que poderia sustentar a análise do controle social da população em situação de rua a partir de programas sociais e aparatos policiais para o contexto analisado.

2 O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Diante dos expressivos problemas econômicos na produtividade total dos fatores de produção nos países latino-americanos, a atividade turística há sido incorporada por muitos governos como a opção quase mágica para a retenção de divisas e melhorias no giro da atividade produtiva interna e saldos na balança de

pagos. Incorporada como estratégia para o desenvolvimento, tal como fornecem os direcionamentos da Organização Mundial de Turismo (OMT), a atividade ganha destaque pelo volume de políticas e de transformações em determinados territórios visando o máximo de aproveitamento e competitividade do setor para benefícios dos turistas (CARVALHO, 2014; JUSIDMAN, 2012; MORENO; VILLARREAL, 2016).

O tema ganha ainda mais destaque quando a ONU destina às Cidades Criativas relevância econômica e põe ênfase na necessidade de estabelecer rede de Cidades Criativas a fim de requalificar os espaços urbanos para o “reconhecimento e difusão de novas práticas culturais e novos investimentos econômicos, que possam gerar riquezas socioeconômicas e culturais” (EMMENDOERFER; MENDES; ARAÚJO; MATA, 2016, p.74)¹.

Por toda América Latina, o turismo e o discurso evocado sobre o aproveitar os benefícios da atividade e seu retorno para a população tem sido o contexto pelo qual grandes projetos de transformações nos espaços se dão, impactando a distribuição espacial, tocando necessariamente questões do âmbito econômico, urbanístico, ambientais e sociais (VILLARREAL; SALVATIERRA, 2015; JUSIDMAN, 2012).

Com relação ao espaço urbano no Brasil, principalmente para a realização da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, a atividade turística se conformou por meio de megaeventos, proporcionando grandes projetos de transformação urbana de impactos significativos principalmente no quesito da remoção forçada, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas (PAIVA; MEDEIROS; ÁLVARES, 2013). Conforme destaca os autores, a lógica é expandir a zona de aproveitamento turístico (e valorização imobiliária) nas áreas centrais e promover a relocação de seus moradores pobres para zonas de periferias.

Já como o território-produto “institucionalizado”, o fomento da atividade turística se torna um contexto agravante onde é possível observar o transpasso sobre demandas da ordem pública com intento de realocar, controlar e evitar os pobres, no âmbito de luta pelo controle do espaço. São dinâmicas que buscam maneiras de “civilizar, evitar e/ou tutelar o diferente (no caso, os moradores de favelas e subúrbios, os mendigos e crianças pedintes na rua), reafirmando a existência das margens e das ‘classes perigosas” (VITAL DA CUNHA, 2012, p.228).

Percebe-se então a ebulição de um repertório por parte dos cidadãos de bem que procuram o controle/tutela e civilidade do “diferente” principalmente pela via das ações governamentais. O discurso visa intervenções mais enérgicas da política local, outros órgãos responsáveis e um conjunto de mecanismos que busca contra restá-los para opor os à margem dos “moradores, os comerciantes locais, moradores de bairro de mesmo nível social etc.” (VITAL DA CUNHA, 2012, p.216).

Na América Latina se observa um eixo básico que conecta três outras características persistentes no denominado (neo) liberalismo. Um, o enaltecimento da figura do empreendedor e do empreendedorismo como meio alternativo a escassez de emprego e do bem estar. Dois, no caso das políticas penais, a ativação de todas as áreas do aparato penal e o combate incremental da criminalidade que recupera a ideia do crime como uma decisão unicamente individual. Três, no caso das políticas sociais, a utilização da condicionalidade e do uso cada vez mais focalizado dos programas sustentados nos méritos individuais que reformam classificações sociais em direção ao fomento de tipos específicos de comportamento (VITE PÉREZ, 2014; CASTEL, 2014; VÁSQUEZ OLIVERA, 2012). Tal cenário, que tem como núcleo o enaltecimento da responsabilidade individual irrestrita, “exalta os vencedores por seu vigor e por sua inteligência, e fustiga aos ‘perdedores’ da ‘luta pela existência’, apontando suas falhas de caráter e suas deficiências de comportamento” (ABROMOVAY, 2010, p.21).

Tal cenário marca duas figuras claras que delimitam o exercício dos dois braços do Estado: distinguir o pobre bom – o incapacitado ou o empreendedor, com dois ou mais empregos, que trabalha de dia e estuda de noite, que tem seu pequeno negócio legalizado, o promotor do desenvolvimento e do bem estar da sociedade (o qual a política social – focalizada e seletiva – deveria atender), do pobre mau – o feio, sujo e vagabundo, bandido, sem valores e caráter, que leva alguma característica estigmatizada (o qual a política penal – incremental e expansiva – deveria atender). Portanto, é possível identificar que tais ações governamentais se instalam em um contexto de perpetuação das construções de categorias artificiais de grupos produtores de risco.

¹Como o conceito de “cidade criativa” refere-se a algo amplo que pode gerar imprecisões, Emmendoerfer, Mendes, Araújo y Mata (2016) destacam a necessidade de utilizar o termo território criativo. Neste ensaio, utiliza-se o conceito de território-produto como uma precisão da criação de cidades-produtos. Território-produto turístico

pode ser aqui entendido como um espaço destinado ao aproveitamento econômico da atividade turística que concebe a vivência em determinados territórios como produto mercadológico, de venda de experiência.

3 CATEGORIAS ARTIFICIAIS DE GRUPOS PRODUTORES DE RISCO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Di Georgi, por meio de uma abordagem materialista, retorna à obra clássica de Rusche y Kirchheimer (2004) para elaborar uma análise sobre os mecanismos de controle e suas transformações no período onde o pacto fordista e keynesiano se distancia. O autor coloca ênfase na correlação entre as transformações no sistema penal e o mercado laboral apontando como a sociedade pós fordista deixa a disciplina da carência (PAVARINI, 1983) para se estabelecer no governo da excedência. Desta maneira, a sociedade dá um relevante lugar à noção de risco.

Segundo Abiuso (2015), um dos conceitos chave para a aportação de Di Gerogi é o de multidão. Este pode ser entendido como “um conjunto de subjetividades produtivas que escapam a qualquer classe de organização econômica rígida e uma força de trabalho diversificada cujas características parecem escapar de qualquer projeto disciplinário de individualização e unificação” (ABIUSO 2015, p.167).

Estas **categorias artificiais** não possuem uma classificação rígida, já que emergem do conceito de multidão. Entretanto, é possível observar certa homogeneidade a partir do governo da excedência. Para De Giorgi (2006), o governo da excedência estabelece-se como, por exemplo, na vigilância generalizada, na seletividade de acesso, na criminalização do imigrante como também no encarceramento massivo, entre outros. Dentro deste universo se estabelecem técnicas de neutralização seletiva que incidem a partir da produção de tais categorias. Desta maneira, a criação de territórios- produtos para o turismo se torna um lugar de disputa pelo seu controle frente às transformações no espaço urbano. E, por sua vez, a figura do Estado ganha relevância pelo papel que incide frente a um posicionamento coercitivo que há assumido, a favor da segregação punitiva.

Para De Giorgi (2006), o governo da excedência estabelece-se como, por exemplo, na vigilância generalizada, na seletividade de acesso, na criminalização do imigrante como também no encarceramento massivo, entre outros. Desta maneira, a criação de territórios- produtos para o turismo se torna um lugar de disputa pelo seu controle frente às transformações no espaço urbano.

E, por sua vez, a figura do Estado ganha relevância pelo papel que incide frente a um posicionamento coercitivo que há assumido, a favor da

segregação punitiva. Portanto, observar as interações entre o Estado e seu trato com a população em situação de rua nos leva a relevância de identificar os mecanismos pelos quais a segregação é imposta.

Apresentando os guetos dos judeus na Europa no século XIII y XIX, afronorteamericanos nas metrópoles fordistas do século XX e os Burakumin no Japão, Wacquant (2010) afirma que o gueto como espaço de segregação étnico imposta não se dá como um processo “não controlável e não desenhado”. Tão pouco faz parte natural da “história da migração”. Trata-se de “uma forma de urbanização altamente peculiar distorcida pelas relações assimétricas de poder entre grupos etno-raciais”. É amparada pelo aproveitamento e discriminação econômica, pela dissuasão legal e por costumes (WACQUANT, 2010, p.125, tradução livre).

Conforme observou o sociólogo, o gueto possui quatro elementos constitutivos: 1) a estigmatização, 2) a pressão, 3) o confinamento espacial e 4) o enclausulamento institucional. Pode ser considerado, em sua forma mais desenvolvida, como uma instituição de duas caras; que cumpre com funções opostas, unindo dois coletivos em uma relação de dependência assimétrica. Por um lado, se destina a confinar e controlar um grupo considerado contaminado, evitando toda ameaça de corrupção e contágio. Por outro, é um instrumento integrador e protetor já que alivia seus membros do contato com o grupo dominante, fomentando a construção da comunidade dentro da esfera restrita.

A expansão significativa do sistema penal e do paradigma repressivo punitivo manifestam “um encarceramento de diferenciação com o objetivo de manter a parte, facilitando a subtração do corpo societal” (WACQUANT, 2011, p.118). As proporções são alarmantes em diversos contextos. Na Inglaterra, os negros são 7 vezes mais suscetíveis de serem presos que seus homólogos brancos ou asiáticos; para as mulheres, a proporção é 10 vezes mais. Na Alemanha, os ciganos são 20 vezes mais suscetíveis que os cidadãos locais, na Holanda, 43% dos presos em 1993 eram estrangeiros. Na Bélgica, o índice de encarceramento dos estrangeiros era 6 vezes maior que dos nativos em 1997 e até o processo penal era mais largo (Wacquant, 2011).

Se sua ação é mais enfática sobre a população periférica, a dinâmica não se altera; apenas se intensifica na segregação punitiva² da população em situação de rua. Os indivíduos em vivência nas ruas tornam-se um segmento em situação limite de pobreza, de espaço demarcado e estigmatizado (ROBAINA,

² Segundo Arguello (2005, p.1), a segregação punitiva “se constitui de largos períodos de privação de liberdade em prisões sem

comodidades, além de uma perseguição do Estado, através da vigilância e da estigmatização daqueles que já foram liberados”.

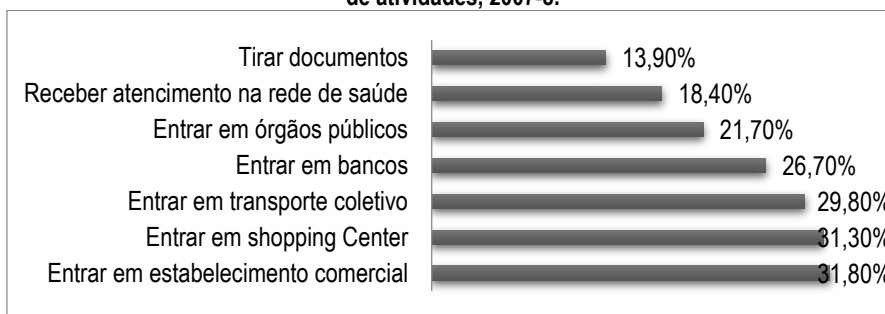
2011; PEREIRA, 2009). Sua vulnerabilidade frente ao levante punitivo é evidente e inegável, apesar de algumas tentativas de afirmar o contrário³.

A discriminação segue incorporando outras figuras. Nos Estados Unidos, pesquisas apontam que o fato do indivíduo estar desempregado torna-o mais suscetível ao agravamento na determinação da pena mais do que ser negro. Diminui também as possibilidades de liberdade condicional ou antecipada.

Na Europa, o trabalhador em vulnerabilidade torna-se um “cliente natural” das formas de prisões, ficando à mercê das condições de escoamento do emprego desqualificado; “reforçando a disciplina no mercado” (WACQUANT, 2011, p.110).

No Brasil, conforme os dados sobre o perfil da população de rua (Brasil, 2008), a realidade não é muito diferente.

Quadro 1: População em situação de rua segundo experiências de impedimento de entrada em locais ou para realização de atividades, 2007-8.



Nota. As colunas não totalizam 100% pois a informação foi coletada em quesito de marcação múltipla.

Fonte: Recuperado de “Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Dados da Amostra)”, Ministério do desenvolvimento, 2008, *Meta*, p.13.

O **quadro 1** aponta somente os impedimentos sofridos e desconsidera as “não tentativas” dos indivíduos de entrarem em determinados estabelecimentos por considerarem que provavelmente não serão bem aceitos (BRASIL, 2008). Em um sentido próximo à Robaiiana (2011) relata como a invisibilidade toma lugar como estratégia da população em situação de rua para lidar com as adversidades cotidianas e sobreviver nos espaços públicos do Rio de Janeiro. A invisibilidade acaba se tomando uma imagem e ação de defesa e adaptação.

No contexto dos megaeventos, os relatos de práticas de higienização são alarmantes. “Não há lugar para o que a enfeita [a cidade], mesmo que seja gente” (UCHOAS, 2013, p.4)⁴. Tais elementos dão espaço a ações mais violentas a esta população, conformando-se às anteriormente vivenciadas como também práticas de *skinheads*, grupos higienistas, queima de bens vitais e documentos pela polícia municipal ou guarda municipal, infrações de direitos humanos, reacomodações para zonas periféricas geralmente relacionadas ao consumo de crack.

No estado de Minas Gerais, entre fevereiro de 2011 e maio de 2012, foram assassinadas, pelo menos, 61 moradores de rua num total de 195 em todo o país (CNDDH, 2011). Na cidade de Belo Horizonte⁵, líder no *ranking* de mortes com pelo menos 54 casos pelos dados do CNDDH (2011), a população em situação de rua teve seus poucos bens queimados pela polícia militar, guarda ou fiscais.

Em São Paulo, por exemplo, conforme o jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil (TEIXEIRA; MATSUDA, 2012), as práticas públicas eram baseadas na higienização e estigmatização. Segundo pesquisa realizada no projeto Tecer Justiça, o encarceramento da população em situação de rua chegou ao ponto de aumentar exponencialmente a população carcerária. Cerca de 40% das prisões em flagrante efetuadas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) atingiam pessoas em situação de rua e, quase metade, usuários de *crack*. O objetivo, segundo as autoras, era *tirá-los da vista* – remover da população “em situação de risco” os que ameaçavam com infortuna presença (*idem*).

³ Em alguns casos, a violência à população em situação de rua é comparada à sofrida pela população geral o que torna os números absolutos ínfimos. Esta prática pode ser observada em *Moradores* (2013). Os números absolutos de homicídios das pessoas em situação de rua são de fato menores que o da população em geral. Entretanto, o autor não apresenta nenhuma comparação de proporcionalidade e nem questiona se existem proximidades entre a condição de vida da maior parte da população morta e a parcela em situação de rua.

⁴ Recuperado de “Higienização”, *Revista Caros amigos*, ano 15, julho, 2013.

⁵ HOLANDA, T. Minas Gerais lidera assassinos de moradores de rua no país. Estado de Minas. Online. Belo Horizonte, 22 de jun. 2012. Recuperado em 16 de dezembro de 2013 <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/06/22/interna_gerais,301699/mg-lidera-assassinatos-de-moradores-de-rua-no-pais.shtml>.

O abandono das práticas de prevenção foi ressaltado pelas autoras, que era substituído na falácia da “diminuição da criminalidade” e a proteção das pessoas *em risco*, que, no caso, não seriam as pessoas em situação de rua, mas sim as demais. No entanto, como observado, as técnicas de neutralização seletiva não são restritas aos aparatos policiais. Conforme destacou Rusche & Kircheimer, (2004), os meios de punição são particulares e dependentes da sociedade que o produz.

Feltran (2014), no caso brasileiro, afirma que, nas periferias é possível destacar duas figurações recentes e dicotômicas: a violência urbana, que solicita uma resposta incremental e repressiva e a do desenvolvimento social, que propõe a transformação de pobres em “classe C”. Sobre estas duas figurações que aponta o autor, como também observado em Vital de Cunha (2012), Wacquant (2010; 2011) e Acássio Augusto (2010), há duas facetas que parametrizam a regulação estatal no tocante ao controle do espaço e disciplina: os aparatos penais e os programas sociais.

Um elemento importante para análise de Wacquant (2010) ao estudar a segregação étnica imposta como uma “forma especial de *violência coletiva concretizada no espaço urbano*” (WACQUANT, 2010, p.126, tradução livre) é ressaltar como que em alguns contextos o benefício ou privilégio da segregação se converte em obrigação e confinamento. É o caso onde o autor analisa os confinamentos forçados dos judeus a zonas especiais entre o século XIII y XIV.

A relação entre programas sociais e a diversificação da punição como expansão do sistema penal é destacado por Acácio Augusto (2011) nas periferias do Rio de Janeiro, Brasil. Segundo o autor, os programas sociais nas favelas se conformam como formas de ostracismo e reproduzem a lógica da prisão para outros espaços.

O autor compara o *continuum* institucional dos programas sociais com os campos de concentração a céu aberto, onde, conforme o autor, cabe em um ponto distinto da compreensão de zona de exclusão social. Não opera como centros de confinamentos fechados, delimitados por um espaço característico de exclusão, mantidos fora de certo centro.

Pelo contrário, caracteriza-se como uma tecnologia de controle disposta no próprio território utilizando-se de pessoas que convivem no mesmo regime de governo e habituados a uma “administração do território por seus habitantes”. Possui uma tônica de caráter inclusivo, entretanto, amplia as formas de encarceramento e requer respeito e sujeição de caráter voluntário (PASSETTI, 2006 *como citado em* Augusto, 2010, p. 178).

Para Wacquant (2013, p. 17), os programas sociais e as políticas penais nos Estados Unidos operam como mecanismo de dupla regulação que incide sobre o proletariado urbano rumo à precariedade laboral. *Dupla regulação* refere-se a relação entre os aparatos policiais e o complexo de assistência social a favor da disciplina da força de trabalho.

Tal prática da ação pública conforma a transformação do *Welfare state* em *Workfare* e *Prisionfare*: (a) *Workfare*, que representa barreiras ou um acesso condicionado à assistência social que outrora era concebida como direito e; (b) *Prisionfare*, que corresponde à postura estatal de prender e segregar ou neutralizar, seja por meio das instituições ou pela diversificação da punição em outros espaços.

4 PROGRAMAS SOCIAIS E A ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DOS ESPAÇOS URBANOS

Os programas sociais corresponderam um dos principais pilares dos governos autodenominados esquerdas no Brasil que trabalhavam a proposta de forma enfática, presente nos discursos oficiais como fator de primazia de ação política (BRASIL, 2011a). Com relação à população adulta em situação de rua, o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) desenvolveu o Centro Pop, um centro especializado responsável pelo atendimento que atua no âmbito da proteção especial (BRASIL, 2010a).

A ênfase principal do projeto pauta-se na reinserção do indivíduo através de programas que procuram uma ação conjunta com outros projetos já atuantes do governo, como o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS (BRASIL, 2010a). Os principais objetivos são o reestabelecimento dos vínculos familiares, higiene básica, alimentação, cursos profissionalizantes entre outros (BRASIL, 2010a).

Ressalta-se que o marco histórico do programa é datado em 2009 com o Plano Nacional para a População em situação de Rua. Desde então, o Centro Pop torna-se referência em assistência para estes indivíduos como também um canal de desenvolvimento de técnicas e junção de profissionais de variadas áreas que se empenham em “orientar, em todo o território nacional, a gestão do Centro Pop e a oferta qualificada do serviço” (BRASIL, 2011, p. 3).

Neste cenário, são identificados que, ao menos nos discursos, os programas sociais situam uma dicotomia diante da prática historicamente exercitada. Paralelamente à promoção do Centro Pop e sua lógica de inserção social, no Brasil, o trato com esta população possui relatos brutais de hostilidade e extermínio históricos, alguns semelhantes aos campos

de concentração nazista⁶. Esta população se torna envolvida como vítimas em relatos de hostilidade como também entre os próprios em vivência de rua. Ações como espancamento, extermínio, práticas homofóbicas e envenenamento são comumente temas de denúncia de violência⁷ a esta população (BRASIL, 2011b).

Enquanto por um lado há a prisão e repressão, os programas sociais, em especial o Centro Pop, entram como alternativa de reinserção social. Estes dois mecanismos consolidam duas propostas de atuação que, a partir de uma observação inicial de seus discursos, se configuram como distintas. Contudo, embora necessariamente destoantes, coexistem no mesmo contexto de reprodução.

Aproximando de Wacquant (2013; 2010), no tocante aos mecanismos que se conformam na “institucionalização” dos guetos, como também retomando a obra de Rusche & Kirchheimer (2004), De Giorgi e outros autores do gênero da economia política do encarceramento, é possível identificar a junção constituinte de duas faces do Estado como técnica para a disciplina e controle dos espaços urbanos.

Sustentamos aqui a lógica da dupla regulação, feita pelos dois braços do Estado. Desta maneira, os aparatos penais e o complexo da beneficência pública são melhores entendidos como faces, partes de uma relação antagônica, mas ao mesmo tempo interdependente, capaz de conjugar dois distintos antinômicos.

Tal relação pode ser concebida em torno de quatro elementos constituintes da segregação imposta: a estigmatização, a pressão, o confinamento espacial e o enclausuramento institucional (WACQUANT, 2010). Tais meios conjugam o estabelecimento de uma hostilidade externa e uma afinidade interna. Tal comportamento, por exemplo, pode ser identificado na crença a favor da necessidade de ações mais “enérgicas” quando a população alvo de tutela se recusa se submeter aos conteúdos educativos/civilizatórios dispostos pelos órgãos públicos. Nesta medida, são destinados à visão que estes contribuem “decisivamente para o aumento da desordem urbana e da insegurança pública entre os moradores e entre os ‘cidadãos de bem’” (VITAL DA CUNHA, 2012, p.216). O benefício também é conformado como obrigação frente à hostilidade e higienização da ação da polícia militar e guarda municipal na cidade.

Tais aspectos podem indicar que os aparatos policiais e o programa Centro Pop (inserida na capilaridade do complexo de beneficência pública) conformam-se em torno de uma lógica dual entre a articulação do penal e do social. Esta, só pode ser

entendida no seu papel de técnica de neutralização seletiva tendo como alvo a população em situação de rua, destacada socialmente como categoria artificial de indivíduos produtores de risco.

Tais elementos podem indicar que o Centro Pop (principal ícone do complexo da beneficência pública para a população de rua no Brasil (BRASIL, 2011a) e a Polícia Militar e Guarda Municipal (os aparatos policiais) podem possuir elementos de sintonia, podendo ser considerados, um *continuum* institucional que opera na gestão e controle do espaço urbano a favor das transformações concernentes ao aproveitamento da atividade turística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou problematizar a criação de territórios produtos do turismo e as dinâmicas de segregação espacial no contexto de luta pelo controle do espaço urbano tendo como chave a segregação punitiva da população em situação de rua (Centro Pop), pautada pela lógica da hostilidade externa e afinidade interna, exercida por programas sociais e aparatos policiais.

Conforme observado, o turismo como atividade econômica tem permitido significativas transformações em paisagens, territórios e nos espaços urbanos. Sem embargo, tocam necessariamente questões do âmbito econômico, urbanístico, ambientais e sociais da distribuição espacial.

Com relação ao controle destes territórios destinados à exploração da atividade turística, a contribuição de Di Gerogi (2006) permite destacar como a construção artificial de categorias de indivíduos permite a segregação espacial de grupos que a sociedade sinala como produtores de risco. Uma vez identificados, os meios de punição e controle de tais categorias artificiais são particulares a cada sociedade e contexto.

E, para a segregação imposta da população em situação de rua, uma possibilidade para analisar a intervenção estatal em estes espaços é feita a partir dos principais elementos constitutivos da segregação social: 1) a estigmatização, 2) a pressão, 3) o confinamento espacial e 4) o enclausuramento institucional (WACQUANT, 2010).

Assim, as ações governamentais podem conformar duas linhas de atuação, distintas antinômicas, que exercem uma relação dicotômica entre o braço social (o programa social Centro Pop e o complexo de beneficência pública) e o braço penal

⁶ Caso Colônia, o hospício de Barbacena, Minas Gerais.

⁷ Ver CNDDH. *Notas de repúdio aos atos violentos em Ourinhos, São Paulo e Uberlândia*. 2011. Disponível em:

<http://centronddh.blogspot.com.br/2011/05/nota-de-repudio-aos-atos-violentos-em.html>. Acesso em dez. 2013. Ver também G1(2013).

(aparatos policiacos) conformando a lógica da hostilidade externa (no território produto) e da afinidade interna (circulação dentro dos espaços demarcados). Além disso, possui uma tônica de caráter inclusivo, entretanto, amplia as formas de encarceramento e requer respeito e sujeição de caráter voluntário.

A violência da segregação espacial potencialmente involucrada no desenvolvimento de territórios criativos e na utilização do espaço urbano como produto de consumo, como observado, não pode ser ignorada enquanto objeto de estudo. Tal discussão teórica é eminentemente amparada na necessidade de uma concepção unitária da ciência social.

E, portanto se faz necessário a produção de investigações orientadas à observação direta, no interior das dinâmicas, distanciando-se das práticas de investigações que se acerbam ao tema sem qualquer conhecimento primário ou até secundário, reproduzindo estereótipos retirados do senso comum corrente, jornalístico ou universitário (DURÃO; WACQUANT, 2008).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIUSO, F. L. Comentário a Alessandro de Giorgi: Re-thinking the Political Economy of Punishment: Perspectives on Post-Fordism and Penal Politics, *Delito y Sociedad*, 40, año 24, 2º semestre, 2015.
- ABRAMOVAY, P. V.; MALAGUTI, V. (org.) *Depois do Grande Encarceramento*, Revan, Rio de Janeiro, 2010.
- ANITUA, G. I. A América Latina como instituição de sequestro. pp.67-83, En: ABRAMOVAY, P. V.; MALAGUTI, V. (org.). *Depois do Grande Encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- ARGÜELLO, K. Do Estado Social ao Estado Penal: invertendo o discurso da ordem. *Actas...Primeiro congresso Paranaense de Criminología*, nov., Londrina, 2005.
- AUGUSTO, A. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. pp.175-181. In: ABRAMOVAY, P. V.; MALAGUTI, V. (ORG.). *Depois do Grande Encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Normativas para o Centro Pop*. 2010b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 27 de dez. 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais nº119*. Brasília, DF: Diário da União 25 de nov. de 2009.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS nº02. de 22 de novembro de 2010. *Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único*. Brasília, 2010c.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Departamento de proteção especial. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. SUAS e População em Situação de Rua*. v. 3. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011a. (ISBN: 978-85-60700-58-5)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. SUAS e População em situação de rua. *Centro Pop Institucional*. 2010a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua/centro-pop-institucional>> Acesso em: 18 set. 2013.
- BRASIL. Ministério Público de Minas Gerais. *Equipe do Centro Nacional de Direitos Humanos da Pop de Rua mostra balanço ao PGJ*. 2011b. Disponível em: <<http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/noticia/index/id/25731>>. Acesso em: 16 dez. 2013.
- CARVALHO, F. C. C. Análise das Influências Internacionais sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. In *VI Congreso Latinoamericano de Investigación Turística*. Neuquén: Argentina, 2014.
- CNDDH. Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores ee Materiais Recicláveis. (2011). Disponível em: <<http://centronddh.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 03 de jan. 2014.
- DURÃO, S.; WACQUANT, L. O corpo, o gueto e o Estado penal: entrevista com Loïc Wacquant, *Etnográfica* [Online], vol. 12 (2), 2008. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1811>> Online desde 05/07/012; Consultado em 23/08/2016.
- FELTRAN, G. S. O Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo, *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014.
- ICPS. International centre for Prison Studies. Walmsley, R. *World Prison Population List*. Tenth Edition, University of Essex, United Kingdom, 2014.
- JACOBO WASELFISZ, J. *Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil*, Flacso, Brasil, 2015.
- JUSIDMAN, C. Contextos urbanos, pobreza y violencia. pp. 361-388. En: ORDÓÑEZ, G. B. *La pobreza Urbana en México: nuevos enfoques y retos emergentes para la acción pública*. Juan Pablos Editor, México, 2012.

- MORADORES de rua: mortes ideologicamente inflacionadas (2013). *Jornal Opção*. Ed. 1988. 11 a 17 de ago. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/moradores-de-rua-mortes-ideologicamente-inflacionadas>>. Data de Acesso: 24 dez. 2013.
- MORENO, I. A. C; VILLARREAL, L. Z. Participación social y turismo alternativo en San Mateo Almomoloa, México, Consejo Mexicano de Ciencias Sociales, 5º Congreso Nacional de Ciencias Sociales, "La agenda emergente de las ciencias sociales: Conocimiento, crítica e intervención", Guadalajara, México, 2016.
- PAIVA, L. R.; MEDEIROS, M. G.; ÁLVARES, L. M. C. O Paradigma Neoliberal e os Megaeventos: como a Copa e as Olimpíadas Servem à Produção de Cidades mais Excludentes no Brasil. *Anais ... Encontro Nacionais da Anpur Desenvolvimento, planejamento e governança - Recife*, v. 15, pp. 1-17, 2013.
- PAVARINI, M. *Control y Dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*, siglo veintiuno editores, México, 1983.
- PEREIRA, V. S. Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. In:em *Libertas*. Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.9, n.2, p.173-195. jul./dez. 2009.
- ROBAIANA, I. M. M. A Invisibilidade como Estratégia Espacial das Populações de Rua na Cidade do Rio de Janeiro, *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 1, N.2, p. 167-176, 2011.
- RUSCHE, G., KIRCHHEIMER, O. *Punição e Estrutura Social*. 2 ed, Instituto Carioca de Criminologia, Pensamento criminológico n3, Revan, Rio de Janeiro, 2004.
- TEIXEIRA, A.; MATSUDA, F. Feios, sujos e malvados. In: *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, p.12-13, mar., 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1124>>. Data de acesso: 01 de jan. de 2014.
- VILLARREAL, L. Z.; SAVATIERRA, N. M. *La configuración capitalista de paisajes turísticos*. Universidad Autónoma del Estado de México, Ediciones y Gráficos Eón, Ciudad de México, 2015.
- VITAL DA CUNHA, C. A cidade para os civilizados: significados da ordem pública em contextos de violência urbana, *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 - no 2*, pp. 211-232, ABR/MAI/JUN 2012.
- WACQUANT, L. *Las dos caras de un gueto. Ensayos sobre marginalización y penalización*, Siglo Veintiuno, Buenos Aires, 2010.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. 2.ed, Zahar, Rio de Janeiro, 2011.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Coleção Pensamento Criminológico, 3, Revan Editora, Rio de Janeiro, (2003]2013).

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 23 de novembro de 2016; aceito em 12 de janeiro de 2017; publicado online 10 de fevereiro de 2017.

Received on November 23, 2016; accepted January 12, 2017, published online February 10, 2017.

Ensaio Teórico / Theoretical Essay. Seção revisada por pares / Double blind review section.

TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO JUBILEU DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO E DO IMPACTO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO (MINAS GERAIS/BRASIL)

Graziela Armelao Jácome*

Resumo

O presente artigo trata da relação entre a euforia do turismo em Conceição do Mato Dentro – Brasil em torno de um patrimônio imaterial religioso denominado Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, a maior festa da cidade, e ao mesmo tempo do esvaziamento turístico causado pela presença do processo de mineração desde 2011. A presente pesquisa é de natureza antropológica e situa-se no campo dos estudos qualitativos descritivos ou exploratórios, tendo contado com a observação participante, entrevista aberta e contato direto. Os resultados mostram que, se por um lado a cidade recebe nos dez dias de festa, em torno de 40 mil romeiros, por outro descobre-se hoje com o problema do baixo fluxo de turistas ao longo do restante do ano, devido à degradação de atrativos turísticos culturais e ecológicos em face da mineração. Contudo, a partir da festa do Jubileu, inúmeros turistas relataram que passaram a visitar a cidade, independente do período das festas, para conhecerem outros atrativos culturais, fenômeno esse confirmado por comerciantes locais.

Palavras-Chave: Turismo Religioso. Patrimônio Imaterial. Jubileu. Mineração.

RELIGIOUS TOURISM: THE CASE OF CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO'S JUBILEE AND THE IMPACT OF MINING IN THE REGION (MINAS GERAIS / BRAZIL)

Abstract

The present paper deals with the relation between the euphoric tourism in Conceição do Mato Dentro (Brazil) – involved by an intangible religious heritage denominated Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, which is the biggest celebration of the village – and, at the same time, the touristic deflation caused by the process of mineration since 2011. The present research is of anthropologica nature situated in the field of exploratory and descriptive qualitative studies, considering the participant observation, open interview and direct contact. The results show that if in one hand the city receives, in the ten days of celebration, around 40 thousand pilgrims, it faces today the problem of the lower flow of tourists along the remain year due to the degradation of toruristic attractions booth cultural and ecological in front of the mineration. However, departing form the Jubileu celebration innumerous tourists said that they came back to the city searching for other environmental and cultural atractives, which is confirmed by local traders.

Keywords: Religious tourism. Intagible Heritage. Jubilee. Mining.

EL TURISMO RELIGIOSO: EL CASO DEL JUBILEU CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO Y EL IMPACTO DE LA MINERÍA EN LA REGIÓN (MINAS / BRASIL)

Resumen

El presente artículo se dedica a analizar la relación entre el turismo eufórico en Conceição do Mato Dentro (Brasil), en torno a un patrimonio religioso intangible denominado Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que es la mayor celebración del pueblo y, al mismo tiempo, la deflación turística causada por el proceso de mineración desde 2011. La presente investigación es de naturaleza antropológica situada en el campo de los estudios exploratorios y descriptivos cualitativos, considerando la observación participante, la entrevista abierta y el contacto directo. Los resultados muestran que, se por un lado, la ciudad recibe alrededor de 40 mil peregrinos en los diez días de celebración, por otro, ella enfrenta hoy el problema del menor flujo turístico a lo largo del año restante debido a la degradación de las atracciones turísticas culturales y ecológicas debido a exploración de la actividad de minería en la región. Sin embargo, partiendo de la celebración Jubileu, numerosos turistas dijeron que regresaron a la ciudad buscando otros atractivos ambientales y culturales, fenómeno este confirmado por los comerciantes locales.

Palabra clave: Turismo Religioso. Patrimonio Intagible. Jubileu. Minería.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Doutoranda em Patrimônio Artístico, Sociedade e Paisagem/ Universidade de Extremadura – Cáceres/Espanha (2014 – 2017). Mestre em Ciências pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Sociais (2014). Bacharel e Licenciada em Psicologia pelo Centro Universitário FUMEC (1995). Atualmente é investigadora associada no Instituto Terra e Memória, Investigadora (Universidade da Extremadura/ES). Universidade da Extremadura Avda. de Elvas, s/n, 06071 Badajoz, Espanha. Possui interesse em: Antropologia, Patrimônio, Educação Patrimonial, Turismo. [prof.graziela.jacome@gmail.com].

1 INTRODUÇÃO

A mineira cidade de Conceição do Mato Dentro, conhecida colonialmente como arraial freguesia Conceição, região de exploração do ouro é, atualmente, em contextos mundiais conhecida como região de exploração do minério de ferro. Por outro viés, essa cidade abriga centenária romaria em torno do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, a maior festa da cidade, tomada, no contexto a ser proposto, como manifestação de Turismo Religioso. Se por um lado em torno de um patrimônio imaterial religioso denominado Jubileu a cidade recebe milhares de turistas e romeiros, por outro lado, se vê diante de um esvaziamento turístico, ao longo do ano, causado pela presença do processo de mineração desde 2011.

O presente artigo debruça-se sobre a discussão em torno da degradação do solo e da paisagem em áreas de mineração e a sua recuperação através da atividade turística, nomeadamente, turística religiosa. Afinal, o Turismo nestas áreas pode estimular a economia e incentivar o uso e a reutilização de áreas naturais que foram prejudicadas de alguma forma por atividades antrópicas. É o que se pretende perceber e mesmo descrever neste cenário concepcionense.

Tentando encontrar nas práticas turísticas ligadas ao Jubileu, a outras festas da cidade, ou a seus atrativos naturais que ainda são, por assim dizer, frequentáveis, é que será possível tentar perceber a possibilidade de se agregar novamente valor econômico, social e cultural nestes locais e melhorar a qualidade de vida da cidade e do entorno, sem deixar de usufruir da mineração, já que esta constitui papel de grande importância para a sociedade concepcionense.

2 UMA BREVE REFLEXÃO TEÓRICA

Antes de adentrar ao ponto focal do artigo, são necessárias algumas pequenas reflexões a fim de debater o estatuto teórico, bem como a prática social que se convencionou chamar de “turismo religioso popular”. E para isso, é quase como ver-se diante de uma ironia frente às atuais transformações pelas quais passam o campo religioso em interface com as esferas ditas não religiosas como o turismo, o lazer e inclusive a política. Parece mesmo, haver ambiguidade conceitual teórica no termo turismo religioso.

Diante de estatísticas de viagens, motivações, entre outros aspectos do turismo, consultadas e analisadas a partir de órgãos como a FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2002) – que apresenta esse segmento como uma oportunidade de

negócios e área de trabalho ainda pouco valorizada e explorada por turismólogos bem como empresários, pode ter-se uma ideia, sob um levantamento feito pela Fundação através da Universidade de São Paulo mostrando que existe cerca de 15 milhões de brasileiros interessados em destinos religiosos (MELO, 2000). E a maioria dos temas religiosos desses destinos é tomada como popular, ou seja, são procissões, rezas ditas informais, festas, dentre outras. Dessa forma, cabe arguir, se seria correto afirmar que todos os que vão a templos, igrejas, visitam santuários estão fazendo “turismo religioso”? Seria ainda correto afirmar que o que um romeiro, um peregrino, um crente, faz ao esfolar seus joelhos pagando promessas, orando contrito no templo, é turismo religioso? Ou seria romaria, peregrinação e fé? Estas atitudes relacionam-se ao íntimo, ao interior. Então, de que forma o turismo é visto? Provavelmente conectado a um estilo de experiência mais lúdica, ligada ao divertimento, a leveza, ao olhar, ao conhecer, ao exterior. Contudo, por outro lado, a religião também pode vir a ser espetáculo, divertimento, visão e exterioridade passível de muitas cores e símbolos, sensações.

Segundo a definição oficial da Conferência Mundial de Roma realizada em 1960:

O turismo religioso deve ser entendido como uma atividade que movimenta peregrinos em viagem pelos mistérios da fé ou pela devoção a algum Santo. Na prática, são viagens organizadas a locais sagrados ou para congressos e seminários ligados à evangelização. São também as viagens para festas religiosas celebradas periodicamente, para espetáculos e/ou representações teatrais de cunho religioso (Silveira, 2004, p. 4).

Ora, isso significa que a Conferência Mundial de Roma, desde 1960, já previa que o turismo, mesmo que religioso traria consigo o germen atrativo do próprio espetáculo! Assim, o Turismo Religioso dialogaria com aquilo que o Ministério do Turismo, no Brasil, define, ou seja, a busca espiritual e a prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas. Caracterizando-se por deslocamento a locais para:

Participação em eventos para fins de peregrinações e romarias, retiros espirituais, festas e comemorações religiosas, apresentações artísticas de caráter religioso, encontros e celebrações relacionados à evangelização de fiéis, visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros e a realização de itinerários e percursos de cunho religioso e outros). (BRASIL, 2008, p.19).

Portanto, notório é que, o fato de o turismo ser religioso ou não religioso, não separa certas comemorações que possam vir em formato de festas e manifestações, como lembrado anteriormente, coberto por cores e símbolos, sensações. Para além, também fica claro que o público praticante do turismo religioso não é, necessariamente, constituído somente por religiosos, devotos, sacerdotes e de qualquer credo ou confissão religiosa.

A diferença entre o turista religioso e o turista de outros segmentos do turismo é que o turista religioso é, geralmente, motivado pela fé e sabe o que vai encontrar no lugar sagrado. E, nesse contato com o sagrado, esse turista procura, normalmente, a renovação da energia por meio do contato com a divindade. Entretanto, muitos deles apreciam atividades paralelas que ocorrem nos lugares ditos santos, se interessando, por exemplo, pelas edificações dos lugares visitados, pela gastronomia, bem como pelas festas, por assim dizer, “mundanas”.

Os lugares do turismo religioso podem ser tomados como especiais, como Santuários, sendo eles naturais, metropolitanos, oficialmente sagrados ou festivamente profanos. No Brasil, por exemplo, o turismo religioso tem apresentado um crescimento significativo. No entanto, ainda há muito que se explorar se considerada a dimensão territorial e as inúmeras manifestações culturais e religiosas existentes no território nacional. Em relação a Minas Gerais, Flávio Vitarelli (2001), sustenta que: é especificamente em Minas Gerais, onde se comemoram datas religiosas como a Semana Santa, Corpus Christi, os jubileus, as festas de padroeiros e demais santos, que o turismo religioso pode conseguir um avanço condizente com uma de suas vocações.

Atualmente, essa atividade vive um imenso desenvolvimento mesmo que informal, pois Minas Gerais, além de ser o Estado onde se concentra o maior número de católicos, possui uma grande riqueza em manifestações religiosas, e por todo o Estado existem curandeiros, rezadeiras, médiuns, aparições de santas milagrosas, romeiros e demais manifestações místicas.

Diante da discussão acerca dos termos turismo, religioso, popular (...), será ofertada uma possibilidade de se tentar perceber que as inúmeras vivências do público seja ele turisticamente religioso e seja ele religiosamente turístico, não há hipóteses, afirma-se: vivem ambas situações por assim dizer plurais nos dois lugares que se coloquem a ocupar. Seus andamentos sejam religiosos, turísticos, culturais, podem eles se enlaçar e se construir espaços em comum, ainda que sem total percepção de tal.

Ora, dessa forma, peregrinação enquanto manifestação milenar pode estar presente em um

‘pacote de viagens’ nos dias de hoje, tal qual o esteve nos pés rotos nas múltiplas e empoeiradas estradas até um seu monumento de fé. No mesmo ramo, estaria o turismo, fenômeno dito contemporâneo, presente em um deslocar a fim de se rezar, afinal, há uma possível permeabilidade entre esse fenômeno conceitualmente novo e inúmeras outras matérias sociais, como a religião, no caso em tela.

Dessa forma, “turismo religioso” está a basear-se em alicerces que não se obrigam a definir, por exemplo, que se vai fazer diante da possibilidade de uma viagem, em sendo ela nas férias ou em ocasiões de ritos festivos como festas de santos. A viagem, portanto, não encerra um roteiro com sentimentos pré-determinados, todavia, uma ideia do que se deseja, e muito, muito espaço para o que se vivenciará.

Em meio a todo esse cenário religioso e turístico, e longe da impressão irônica, *a priori*, que separava o turismo religioso do espetáculo e o turismo de lazer da fé, é que se seguem outras reflexões acerca do tema proposto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza antropológica e situa-se no campo dos estudos qualitativos descritivos ou exploratórios, tendo contato com a observação participante, entrevista aberta e contato direto.

Utilizou-se, portanto, a entrevista não estruturada a fim de conferir à pesquisadora espaço para explorar os temas que adviessem ao longo da conversa, e deixar ao entrevistado a construção de sua própria resposta. Isso porque o objetivo foi o de estabelecer uma forma especial de conversação que permitisse, no momento de reflexão sobre os dados coletados, atribuir a ela significados interpretativos, sem que isso soasse, aos limites da pesquisa acadêmica, lirismo indesejável, mas, pelo contrário, pertinente, dado o caráter quase etéreo (com licença poética), do objeto empírico observado.

Some-se à observação direta, a análise de inúmeros vídeos sobre o Jubileu do Bom Jesus do Matosinhos, feitos ao longo de 6 anos de festa e que pertencem aos arquivos da paróquia e que me foram cedidos a fim de tomar conhecimento de diversos ângulos da manifestação.

Ao longo da exibição, feita nas acomodações do santuário, houve inúmeras interrupções para que me fossem explicadas natureza, estrutura, e mesmo finalidade do evento. Oportunidades em que o pároco expôs suas análises acerca das imagens, missas, falas de romeiros, canções, bênçãos.

4 RELIGIÃO E MINERAÇÃO NO MESMO ESPAÇO: UM ESBOÇO DE ANÁLISE

4.1 A região de Conceição do Mato Dentro e seus apelos turísticos

O município de Conceição do Mato Dentro está localizado na Serra do Espinhaço, dista 164 quilômetros ao norte de Belo Horizonte, a capital mineira. O Censo de 2010 registrou uma população de 17.908 pessoas para o município de Conceição do Mato Dentro, das quais, 12.269, ou seja, 56,8% residiam na sede municipal (IBGE¹, 2010).

A região é marcada pela presença de dois importantes biomas, o primeiro, a Mata Atlântica. Este é um bioma de floresta tropical que abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil, as suas formações vegetais são extremamente heterogêneas, possuindo desde campos abertos em regiões montanhosas até florestas chuvosas mais perenes nas terras baixas do litoral. A fauna abriga variadíssimas espécies endêmicas.

O segundo bioma é o Cerrado, trata-se de um tipo de Savana que ocorre no Brasil. Pelo fato de ser cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul tem índices pluviométricos regulares que lhe propiciam grande biodiversidade, embora menor que a Mata Atlântica. Abrange oito dos estados do Brasil Central, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí e Distrito Federal.

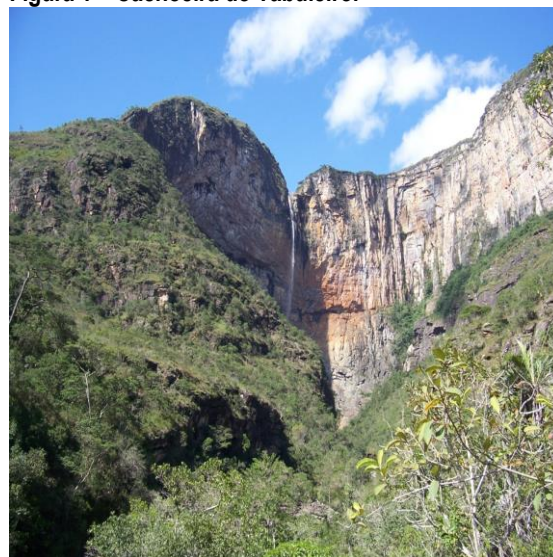
Neste contexto de biomas é que a região é conhecida por seu valor paisagístico, bem como por seu patrimônio histórico-cultural e ambiental. Abrigando, inclusive, a 3ª maior cachoeira do Brasil, com 273 metros de queda, situada exatamente entre os dois biomas citados, e que atrai turistas de diversas partes do país e do mundo, a Cachoeira do Tabuleiro.

Em vista de todas as explicações anteriores, foi que a Serra do Espinhaço passou a constituir, desde a década de 1990, conforme apontam Becker & Pereira (2011, p. 239), o viés de uma política de desenvolvimento regional pautada claramente no turismo. Essa política seria consubstanciada no Programa Estrada Real², na criação de áreas de proteção ambiental e na conformação, na esfera municipal, de toda uma estrutura institucional.

Segundo as autoras, a transformação da Serra do Espinhaço em Reserva da Biosfera (2005), diploma justificado em termos da biodiversidade e do significado da região como referência histórica e

cultural, teria gerado expectativas e propiciado um novo enquadre a esse vetor de desenvolvimento (BECKER; PEREIRA, 2011).

Figura 1 – Cachoeira do Tabuleiro.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

O município de Conceição do Mato Dentro, bem como seu entorno, possui fortíssimos apelos turísticos, tanto para turistas a procura de lazer como turistas religiosos. Esses apelos aparecem em forma de exuberantes atrativos naturais como cachoeiras, rios, escaladas, serras e montanhas, cavernas e grutas, além de edificações arquitetônicas como casarões e igrejas, assim como as festas religiosas do Jubileu e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, por exemplo, e as festas mundanas, como o carnaval; para além, tem-se, ainda, as bandas de música e corais, sem falar, na 'arquitetura' gastronômica, que nesse somatório, sempre atraiu um número imenso de turistas ao longo de todo o ano.

4.2 O Jubileu de Conceição do Mato Dentro: entre a religião e a festa

Com relação à festa religiosa do Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos de Conceição do Mato Dentro, a pesquisadora intensificou sua relação com a mesma, quando em 2010, assumiu o cargo de Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico da cidade, e, a partir dos primeiros contatos, passou a atuar na qualidade de representante do Poder Executivo, como mediadora, neste caso específico, entre as festas culturais e religiosas e a política

objetivo é promover o desenvolvimento dos 162 municípios mineiros situados na área de influência da Estrada Real, por meio do incentivo ao turismo cultural, religioso, histórico e rural, ecoturismo e turismo de aventura". (ESTRADA REAL, 2008).

¹ IBGE Instituto de Geografia e Estatística.

²Segundo o site do Governo de Minas, "o projeto Estrada Real é a principal iniciativa do governo de Minas Gerais na área de turismo e o mais importante programa turístico em implantação no País. Seu

pública de cultura concepcionense, representadas por programas, projetos e atividades da Secretaria.

A manifestação do Jubileu, que é realizada desde o ano de 1787, chamou, especialmente, atenção por se tratar da maior festa religiosa da cidade, tendo duração dos dias 14 a 24 de junho, atraindo cerca de 40 mil romeiros, e, abrigando junto a si inúmeras outras festas e atrativos mundanos como, Cavalgada do Jubileu, Rodeios, o Forró do Jubileu, as barraquinhas de 'cacarecos', comidas e farturas.

Acerca das origens de determinadas festas e comemorações religiosas no Brasil, tem-se que:

As festas religiosas têm sua origem no calendário de romarias e devoções aos Santos e Santas europeus, herança portuguesa com influência da miscigenação com os índios e negros no Brasil colônia. Tais manifestações podem ser vistas tanto em vilarejos quanto em grandes cidades. (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Assim sendo, não seria diferente com uma festa de origem católica, no caso o Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos em Conceição do Mato Dentro. Alguns espaços denominados sagrados, no caso em tela, em Minas Gerais, tem-se que o próprio termo sagrado, presta-se a designar uma espécie de espaço que tenha recebido uma verdadeira consagração devido a uma religião e dessa forma, votando os ritos e cultos oriundos da mesma. Segundo Carlos Alberto Steil:

O espaço ganha uma função metafórica e se apresenta como um texto que possibilita o acesso às múltiplas interpretações sobre os quais se funda esta sociedade entre os homens, santos e anjos se encontram diretamente implicativos, através de diferentes formas de trocas e de convivências. (STEIL, 1996, p. 23).

Pois bem, o Jubileu da cidade de Conceição do Mato Dentro tem se apropriado das múltiplas interpretações que é capaz de despertar naqueles que vêm até ele para o conhecerem, e acabam por lhes proporcionar essas diversas formas de trocas, de simbolismos, de convivências. Ainda com relação à noção dos espaços e suas diferentes formas de trocas simbólicas e de convivências, cabe nesta altura do artigo, uma reflexão acerca do conceito denominado geografia sagrada, conceito esse que:

Engloba aqueles aspectos da paisagem que estão associados à religião, o ritual, a magia e o oculto [...]. Um tema recorrente neste gênero de estudos são imagens e simbolismo da

paisagem, onde tanto os aspectos naturais como os criados são examinados em termos do seu significado cosmológico. (PARKES in: PORTOCARRERO, 2010, p. 20).

Figura 2 – Santuário do Bom Jesus do Matosinho.



Fonte: arquivo pessoal (2016).

Este conceito, aplicado ao caso do Jubileu concepcionense, nos coloca em uma reflexão acerca da paisagem, da geografia que é percebida nessa paisagem sagrada. E, no caso de Conceição do Mato Dentro, emergida em um processo de rápidas modificações ligados à premente mineração, ocupa de nos levar a pensar em como têm se portado as paisagens religiosas diante das profundas e rápidas mudanças nos contextos sócio ambientais do município. Para tal, tem-se que, mesmo diante de um conceito de geografia sagrada, não se está preso a uma paisagem fixa, imutável, ao contrário, parte-se, segundo Gustavo Portocarrero, que não se pensa no próprio:

[...] conceito de paisagem como algo fixo mas sim relacional, então segue-se daí que diferentes pessoas ou grupos dão sentidos à paisagem de formas diferentes. [...] A posição distinta de uma pessoa em relação à paisagem resulta da interação simultânea de [inúmeros] aspectos. (PORTOCARRERO, 2010, p. 21).

E assim sendo, há que se tentar perceber uma constante construção social diante da interseção de discursos políticos e culturais que hoje vêm modificando a paisagem sócio ambiental, bem como a geografia sagrada deste município e de seu modus operandi. Mas que comprovadamente não retirou da festa sagrada sua força em acontecer, e esse acontecer, com o ingrediente da fé, como será visto mais adiante.

Em termos de origem, o Jubileu concepcionense está pautado naquilo que se denomina lenda, e neste

caso, uma lenda portuguesa, um culto que começou, por assim dizer, à beira mar. Conta a lenda, repetida convictamente pelos concepcionenses e romeiros que frequentam o Jubileu, que, um tal fariseu chamado Nicodemos, que por sinal ajudou José de Arimateia a retirar o corpo de seu filho, Jesus Cristo da cruz, que esse Nicodemos teria se escusado do convívio social a fim de se dedicar ao amor do Cristo, e que dessa maneira o teria feito em homenagens em forma de esculturas, em imagens.

Uma dessas imagens teria, em socorro a ser salva das invasões e reprimendas romanas, sido colocada em uma embarcação à deriva e que em viagem sem destino, teria chegado à praia do Espinheiro, no norte de Portugal, às margens da cidade de Matosinhos, próximo à cidade do Porto, isso após uma longa epopeia do Mar Mediterrâneo ao Oceano Atlântico, tendo resistido bravamente às comuns intempéries marítimas.

A força milagrosa em torno dessa imagem dá-se a partir do momento em que segundo Olinto Santos:

Recolhida por pescadores, a imagem, à qual faltava um braço, foi considerada milagrosa. Os pescadores ao fazerem uma fogueira para se aquecerem, notaram que um pedaço de madeira não pegava fogo. Foram verificar e constataram que se tratava do braço perdido da imagem. (SANTOS, 2014, p. 31-2).

Entre lendas portuguesas que aqui não nos cabe serem descritas e mediante os milagres que foram atribuídos a essa imagem em Portugal, na lenda que veio do mar, em Minas Gerais, precisamente em Conceição do Mato Dentro, houve a fixação de uma outra lenda e sua força, agora oriunda das montanhas, dos montes, das alturas, afinal, Minas está entre montanhas, que desde a colonização, serviu de tesouro reluzente aos aventureiros e à metrópole portuguesa em suas ambições à busca de ouro e pedras preciosas. Todavia, para, além disso, as alturas geraram em relação à imagem do Bom Jesus de Matosinhos “mineiro”, outras atribuições, bem como seus mitos de origem.

Com relação à chegada da imagem trazida de Portugal para as Minas Gerais, para Conceição do Mato Dentro, tem-se que em meados do século XVIII estavam a residir em Conceição, ou de passagem pela cidade, portugueses oriundos de regiões do norte de Portugal, como cidade do Porto, Braga, Miranda e Guimarães, cidades essas, localizadas nas proximidades de Matosinhos – cidade que guarda

consigo a lenda da chegada da imagem do então Bom Jesus, feito por Nicodemos, que tornar-se-ia - de Matosinhos, e nesse caso, Bom Jesus de Matosinhos “concepcionense”.

Ainda que em lendas ou mesmo mitos de criação é necessário que seja feita uma localização mais precisa na origem da imagem e depois, a do culto do Bom Jesus em Conceição do Mato Dentro, que em remotos tempos era denominada, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Conta-se que um negro, um tal escravo de nome Antônio Angola, que pertencia ao senhor Manuel Santiago, no ano de 1734 andava no mato à procura de lenha, e que desta procura, além da lenha, trouxe consigo uma imagem de Jesus crucificado feita em madeira. Essa imagem teria sido levada ao então vigário Padre Manuel Amorim Coelho e guardada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Conta-se ainda, que um senhor português, José Corrêa Porto, que estava na época muito doente de “zamparina”³, e que propôs uma promessa à recém-chegada imagem encontrada pelo tal escravo, que se obtivesse a cura através dela, havia de construir, no alto do morro da cidade, uma capela para dar abrigo à imagem.

Figura 3 – Santuário Bom Jesus do Matosinhos em dias de festa, década de 1940.



Fonte: arquivo da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.

E foi assim, após a cura, que foi construída uma primeira e bem simples igreja para o Senhor Bom Jesus, e desde então, essa cura foi considerada, o primeiro milagre da imagem. Outros milagres ainda aconteceram, e segundo os romeiros que nesses mais de 200 anos frequentam o Jubileu concepcionense, “muitos milagres ainda estão sempre a acontecer!”⁴. Em 1743, precisamente no dia 16 de

³ Uma espécie de gripe muito forte que ataca o sistema nervoso causando comprometimentos nos movimentos dos membros, como braços e pernas.

⁴ Fala concedida por D. Imaculada, à pesquisadora, em 15.06.2011. D. Imaculada mora em Diamantina e comparece Ao Jubileu desde 1971.

junho, o Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei João da Cruz, segundo relatos de Pe. Eduardo Ribeiro⁵:

Em visita pastoral a Conceição do Mato Dentro, recomendou ao vigário da freguesia, Pe. Miguel de Carvalho Almeida Matos, que construísse uma capela nova para a milagrosa imagem. [...]. Em 1787, o papa Pio VI concedeu indulgência plenária a todos os devotos que participassem piedosamente do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. A contar dessa data, são mais de 200 anos de celebração do Santo Jubileu. (RIBEIRO, 2014, p. 26).

São nesses mais de 200 anos que o Jubileu vem atraindo moradores, padres, romeiros, peregrinos, turistas religiosos e não religiosos até a cidade de Conceição do Mato Dentro, em um incessante anuário de festas e louvores. Se na cidade de Lurdes em França, o apelo é a peregrinação, se na cidade de Fátima em Portugal se tem a devoção, no Brasil, tem-se tudo isso e algo mais, têm-se as festas! Os apelos religiosos em Conceição do Mato Dentro, para não dizer Minas Gerais, logo Brasil, são apelos religiosos e festeiros:

Eu venho ao Jubileu, venho com fé. Meus pais faziam assim desde eu com 3 anos, contaram eles. Eu já vou pra 83 anos, venho com meus 6 filhos e 11 netos, pensa, minha filha são muitos anos. Mas eu venho pras festas também, venho entregar meus agradecimentos e meus pedidos, mas sabe que ensinei meus filhos fazer um passeio também, né? Dá tempo de tudo, e Nosso Senhor, o Bom Senhor, entende tudo, nos protege e dá divertimento. Festa também é reza com o Senhor.⁶

O Jubileu embora seja uma festa de conotação religiosa, traz consigo certa conotação social e até mesmo comercial, afinal, o enorme fluxo de visitantes, romeiros, religiosos e turistas religiosos ou não, participam da euforia desses tantos dias nos quais a cidade se transforma em um novo cenário. Com relação às missas, essas acontecem desde o raiar do dia e somente terminam em altas horas da noite:

Eu venho por isso, moça. Venho mesmo pra rezar. Quero acordar e dormir com os hinos na cabeça, e já lá vão muitos anos assim. Eu tiro férias pra vir, eu podia até ir pra praia, né, mas não vou não, eu venho é pra jubilar! Aproveito pra comprar umas coisas, roupas, panelas,

umas coisas que a mulher gosta de comprar no jubileu. Mas gosto mesmo é de saber que o ano venceu e o dinheiro das férias podem me trazer para o Bom Senhor, isso é chique! Minha barraca é aquela amarela, viu lá? É das grandes, tem até varanda. Quando eu vinha no início, as coisas eram mais difíceis, mas agora não, Bom Jesus me beneficiou, e hoje as férias são dedicadas a ele, mas com uma barraca maior é melhor, né? (risos). Tenho mais conforto pra dormir e acordar com as vozes dos padres que rezam missas sem parar, é assim, Jubileu é isso. Mas é que a moça não sabe, eu também venho cá de vez em quando, mas venho rápido, é que já sei das cachoeiras e dos rios, vale a pena um fim de semana prolongado pra nadar, e a cidade é bonita. Mas as férias longas, essas são pra o Senhor de Matosinhos, isso é.⁷

Com o crescimento constante do número de fiéis ao longo desses mais de 200 anos, foi pedida uma autorização para que todo sacerdote que estivesse em Conceição do Mato Dentro, por ocasião do Jubileu, pudesse receber confissões e pregar, “pra não faltar benção a ninguém!”⁸

São muitos os romeiros que chegam com suas coloridas barracas, armado-as em meio a cantos e alegrias. E como a pesquisadora pôde observar ao longo de 4 anos de frequentação do Jubileu, ora como Secretária de Cultura e Patrimônio Histórico, e em outro momento como pesquisadora por ocasião do mestrado (a partir de 2012), dessa maneira foi que percebeu que:

Aos poucos, que essas gentes de fé, com seus pés cansados, tocam a terra e miram o céu. Movimentam-se de muitas outras cidades em direção ao Santuário do Bom Jesus, comprovando para si mesmas a “fé nossa de cada dia”. Fazem romarias sem fim para o Nosso Senhor saudarem. Sobem a escadaria em direção ao “alto” porque acreditam na lei do retorno de quem faz o bem, e acreditam no sacrifício como louvor. Carregam crianças, como rebentos lindos, ensinado essa fé desde cedo! Enfrentam o frio, constante frio, agasalhados somente por Esse Senhor. Arrastam barracas, sacolas e sacos com simplicidade comovedora. Badalam bules de café, panelas, copos e pratos, como música fossem, acendendo fogo no chão e iluminando a escuridão do céu preguiçoso que naquelas horas, já foi deitar. Não há distâncias que os

⁵ Padre Eduardo Ribeiro, pároco do município de Conceição do Mato Dentro.

⁶ Entrevista concedida por D. Maria da Conceição Almeida, à pesquisadora, em 17.06.2012. D. Maria da Conceição Almeida mora em Dom Joaquim e comparece ao Jubileu desde 1932.

⁷ Fala de Sr. Sebastião do Socorro, à pesquisadora, em 18.06.2013. Sr. Sebastião reside em Curvelo e frequenta o Jubileu há 33 anos.

⁸ Fala de Sr. Sebastião do Socorro, à pesquisadora, em 18.06.2013.

separem do inverno de junho, do inverno de Nosso Senhor! Não há frio em madrugadas e fogos de roqueiras que não os faça levantarem mais cedo para a persignação com o Senhor. Não há dificuldade que os impeça de ali chegarem e acreditarem porque são ônibus, carroças, cavalos, e caronas, um sem fim de ir e vir em nome do Divino Bom Senhor. (JÁCOME, 2014, p. 45-6).

Figura 4 – Chegada da Cavalgada do Jubileu a Conceição do Mato Dentro.



Fonte: arquivo da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.

De fato, em cada detalhe das inúmeras vezes em que a pesquisadora subiu e desceu as 'ruas do Jubileu', foi notória a presença dos pais a acariciarem suas crianças, das mães a subirem de joelhos em "[...] pedidos de perdão, de jejuns silenciosos, e de abraços a um irmão [...]". Cada momento é um pórtico ao tempo, a essa criação apoteótica do ser. Cada momento é um convite a "[...] calar e observar, é preciso 'jubilar', como diz o povo daquele lugar." (JÁCOME, 2014).

Por outro lado, é um momento de observar aqueles que fazem promessas em retornar, como disse um casal ainda bem jovem:

Nós viemos para conhecer o Jubileu, daí, é claro que acabamos por rezar. (risos). Seriadamente, esse momento é tão comovente que dá vontade de ter mais fé quando nós vemos a fé dessa gente. Mas agora que já conhecemos a festa do Jubileu, vamos a duas cachoeiras que nos indicaram, vamos passar mais tempo aqui na cidade só pra isso. E já temos como compromisso retornar daqui a dois meses, quando tiramos férias, nós dois, para fazermos caminhadas e nadarmos por muitas

cachoeiras e rios. Tivemos notícias das belezas naturais e queremos ver mais coisas. De mais a mais, confessamos, comemos muito bem, a culinária é forte, Minas é boa na colher do tempero! (risos). Nós também soubemos do carnaval de marchinhas daqui, é bem verdade que no Rio de Janeiro tem toda uma tradição de carnaval, mas já estamos querendo conhecer outras opções, e sabe que o dono da pousada em que estamos nos convenceu que vale a pena irmos, é isso aí... quem sabe depois das férias de agosto voltamos em fevereiro? (risos).⁹

Figura 5 – Bênção dos cavaleiros no Santuário do Bom Jesus do Matosinhos.



Fonte: arquivo da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.

São muitas as notoriedades religiosas, culturais e ambientais que o município oferece, não faltam falas acerca disso, em se tratando dos turistas, há sempre uma série de motivos para fazê-los elogiar e retornar a cidade. Contudo, há por outro viés, aqueles que ao longo dos anos viram as claras modificações sofridas pela cidade:

Antes as ruas ficavam mais limpas, mesmo com esse tanto de barracas com roupa e comida. Mesmo com esse tanto deromeiros. Até com o estrume dos cavalos da cavalgada a gente lidava bem. Mas tem umas coisas estranhas que acontecem agora. Eu vivo a rezar pra esse povo daqui. Tem a tal da mineração e o povo conta que tem muita água suja, é verdade mesmo. Tem a cachoeira do Baú e das Ninfas, umas aqui de perto mesmo, a gente já nem vai mais lá. Tá tudo sujo. Disseram por aí que tem fazendeiro que vendeu as terra pra empresa, que o gado estava morrendo, então era melhor vender o que tinha e ir pra outro canto. Imagina, só? Nós vem de longe pra vê o Bom Jesus e esse povo tem que ir embora pra manter vivo o que restou

⁹ Entrevista concedida por um casal da cidade do Rio de Janeiro, à pesquisadora, em 21.06.2013.

deles. Estranho isso, não sei falar melhor do que falo, a senhora me entende? O Senhor Bom Jesus que abençoe pra não acabar a cidade, não é mesmo? (silêncio).¹⁰

O Jubileu a muitos faz bem, inclusive ao povo da cidade, em todos os sentidos, pois sempre movimentou uma quantidade incrível de transações comerciais, para além de trazer muita gente de fé e muitas festas para as horas de 'folga'. Sempre deslocou uma quantidade incontável de turistas que deixam tributos na cidade, além de muitas amizades. Desloca ao longo desses anos uma série de condutas concepcionenses em torno do 'jubilar'. Há concepcionenses que aguardam carinhosamente o Jubileu para tirarem suas férias, gente da terra a andar pela terra, como é o caso de Gilvan:

Claro que o Jubileu é aguardado com alegria. Eu passo um ano a esperar o movimento que ele traz. Minhas férias podem acontecer por uma semana em outro mês, só pra ir à praia com a família, mas as outras semanas, são só pra curtir os 10 dias do Jubileu. A Sirlene (se referindo à esposa) já sabe, eu quero é 'jubilar'. Nada pode ser melhor nessa vida que ouvir a roqueira de manhã, vê que o dia começou, tomar um café e subir e descer as ruas cumprimentando o povo. Depois tem o forró a noite, tem pé de dança, tem uma bebida com os amigos. Tem missa, é claro, mas tem a fatura de uma comida mineira diferente, e aquele tanto de gente a circular. Ô Conceição que fica boa de se ver. (risos). Férias, só gosto para o Jubileu. ¹¹

4.3 A mineração na região de Conceição do Mato Dentro

Com relação à mineração, tem-se que Conceição do Mato Dentro encontra-se inserida em antiga área de colonização, área essa, marcada pelo denominado Primeiro Ciclo do Ouro, ou seja, uma extração de ouro e diamante que constituiu ao longo do século XVIII, uma importante rota de comércio a alcançar o Distrito Diamantino, situado alguns quilômetros mais ao norte. Os descobertos, especialmente os diamantes, foram encontrados entre o final do sec. XVII e séc. XVIII, e por assim dizer, de modo significativo, ao longo da Serra do Espinhaço, uma formação geológica dentre as mais

antigas do Brasil, marcada, ainda, pela ocorrência de jazidas auríferas (PAULA, 2007).

A descoberta de ouro no sítio que viria a se denominar Conceição (do Serro, e posteriormente do Mato Dentro) teria ocorrido no início do séc. XVIII, e sua primeira capela sendo erguida em 1702. A Vila do Príncipe, atual cidade de Serro, a mais antiga da região, foi instituída em 1714 (BARBOSA, 1995). A descoberta e extração do diamante nessa região próxima ao Tejuco (atual município de Diamantina), que se fez acompanhar, entre 1734 e 1821, da conformação de um distrito administrativo especial, é ainda um pouco posterior (RENGER, 2007).

Em 2006 o Governo de Minas Gerais anunciava uma parceria com a empresa MMX Mineração e Metálicos S.A., do Grupo EBX, para programar aquilo que veio a ser denominado como Projeto Minas-Rio¹², com um custo inicial orçado em cerca de 3 bilhões de dólares. Diante do movimento de interesses que se fazia representar nesse anúncio, logo teriam se desfeito, afirmam as autoras, os arranjos destinados a consolidar o ecoturismo como indutor de desenvolvimento (BECKER; PEREIRA, 2011), as forças políticas locais e regionais voltando-se rapidamente para a expansão da frente mineral.

Se a chegada do Projeto Minas-Rio à região de Conceição do Mato Dentro aparece como relativamente contraditória desde o ponto de vista local, não se pode dizer o mesmo se o abordarmos a partir de fenômenos de outra ordem de escala – como o da inserção do Brasil na economia mundial (SEVÁ FILHO, 2010). Essa inserção, aponta Milanez, tem se dado historicamente via fornecimento de recursos naturais, que hoje se reflete na especialização em setores de produção intensivos no uso desses recursos (MILANEZ, 2012).

No que diz respeito especificamente ao setor mineral, desde o início dos anos 2000, é verificada uma elevação geral dos preços, tendência que deve se manter, devido ao alto padrão de consumo dos países industrializados, ao crescente consumo dos países emergentes, e à previsão de esgotamento, dentro de um curto prazo, das melhores jazidas (MILANEZ, 2012). O prognóstico, afirma o autor (p. 38), é o de uma rápida expansão da exploração mineral, o que já viria ocorrendo no Brasil, onde as operações teriam passado de um total de 20 bilhões para 85 bilhões de dólares entre 2004 e 2011,

¹⁰ Entrevista concedida por Sr. Altamira Neto, à pesquisadora, em 19.06.2014. Sr. Altamira Neto mora em Colatina, no Estado do Espírito Santo e frequenta o Jubileu há 28 anos.

¹¹ Entrevista concedida por Gilvan, à pesquisadora, em 23.06.2013.

¹² O Projeto Minas-Rio, que já se encontra em operação entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tem capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

A operação conta com o maior mineroduto de minério de ferro do mundo (529 km de extensão), que liga a região da Mina da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro (MG), ao Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), atravessando 33 municípios mineiros e fluminenses.

crescimento puxado pelo minério de ferro (com 70% de participação).

Becker e Pereira (2011), informam que, se no período entre 1943 e 1989 o Departamento Nacional de Produção Mineral registrou 26 direitos minerários para o município de Conceição do Mato Dentro, entre 2001 e 2009 totalizavam 193 os direitos minerários registrados, o que confirma a rápida expansão da exploração minerária, bem como suas consequências ambientais e sociais para essa região. Além, disso, em se tratando de uma crescente exploração minerária, há que se fazer uma reflexão acerca de uma expansão a nível regional, o que significaria angariar novas áreas de exploração e, portanto um aprofundar constante de impactos, vindo a, gerar novos conflitos, aumentar a população atingida pelos efeitos negativos da atividade (MILANEZ, 2012).

O Projeto Minas-Rio prevê a abertura de uma mina para exploração de minério de ferro nas serras do Sapo¹³ e Ferrugem¹⁴; a construção de uma planta de beneficiamento e enriquecimento desse minério, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas¹⁵, além disso, a implantação de três estruturas associadas: um mineroduto de 525 quilômetros, integrado a um porto marítimo em implantação na Barra do Açu, litoral norte do Estado do Rio de Janeiro; uma linha de transmissão de energia derivada da Subestação Companhia Energética do Estado de Minas Gerais – CEMIG em Itabira e uma adutora de água com captação no Rio do Peixe, bacia do Rio Doce, município de Dom Joaquim, para fornecimento de água ao processo industrial, inclusive para o mineroduto (SISEMA¹⁶, 2008. Parecer Único SISEMA N.º 001/2008, fls. 05, Processo COPAM¹⁷ N.º0472/2007/001/2007).

Tal projeto é congruente com as características do movimento de capital descrito por Milanez, obedecendo, dessa forma, tanto ao trajeto de globalização do mercado minero-metalúrgico, determinado pela expansão das empresas por novas áreas, na busca pelas melhores reservas disponíveis; como à dimensão estratégica que o transporte do minério de ferro por longas distâncias assume no novo contexto (MILANEZ, 2012). A mina do Sapo/Ferrugem possui reservas de 1,5 bilhão de toneladas, com produção prevista de 56 milhões de toneladas de minério por ano (vida útil de 40 anos), a

um teor médio de 41,22% de ferro, gerando 68,5 milhões de toneladas por ano de material lavrado (BECKER & PEREIRA, 2011). Relativamente pobre, a atratividade do custo/benefício da exploração desse minério muito provavelmente se atrela à alternativa do mineroduto. Maior extensão de área a ser minerada, geração de maior quantidade de estéril e rejeitos, meio de transporte intensivo em um dos recursos naturais mais caros à população, a Água. (MILANEZ, 2012).

Com relação ao constante jogo global do capital, é chamada a atenção para certas tramas que o mesmo proporciona às práticas e aos sentidos locais. Ora, a apropriação de territórios pela prática capitalista, faz da mineração um fator que provoca uma série de transformações socioambientais, econômicas, espaciais, culturais, políticas, sociais e psicológicas, em um processo intermitente que desvaloriza, quando mesmo não ignora, os bens materiais e simbólicos, as terras e as próprias vidas das populações que são afetadas. Segundo afirma Sevá Filho:

[...] algo que expressa a acumulação de capital, mas é outra coisa, algo que está em jogo nas relações internacionais e, ao mesmo tempo, nas relações locais: a expansão da infraestrutura produtiva pesada, a qual somente se concretiza dentro da lógica do circuito econômico global. Assim, essa expansão da infraestrutura e do capital fixo sempre se faz à custa dos recursos naturais locais e da renda dos países e das regiões onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas. A cada implantação de uma indústria pesada, energética, mineral, metalúrgica ou petroquímica, decorre que todos os outros projetos e usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis (SEVÁ FILHO, 2010, p. 115).

Mediante as vivências mundiais de acumulação de capital, de relações internacionais, bem como a implantação de indústrias, empresas, *etc.* cumprindo as necessidades dos mercados, é que se torna clara uma reflexão em torno do rápido crescimento da população mundial [que] levou à necessidade de grandes incrementos da produção minerária, os quais vêm sendo obtidos através da aplicação intensiva de

¹³ São Sebastião do Bom Sucesso, distrito rural onde se localiza a Serra do Sapo e uma das maiores construções exploratórias do empreendimento minerário.

¹⁴ Serra da Ferrugem, também conhecida como Mirante da Torre ou Mina da Torre, é a moldura da paisagem que abraça a cidade, sendo a origem do seu nome em face da constituição mineral ferrosa. Possuindo uma área de 867 hectares, e transformada em monumento natural em maio de 2007, preservando toda a paisagem da serra, além de ter seu conjunto

arquitetônico tombado como patrimônio histórico-cultural pelo município. Que, todavia está, igualmente, nos planos de exploração minerária pelo empreendimento.

¹⁵ O município de Alvorada de Minas dista 48 Km de Conceição do Mato Dentro e está incluído no Projeto Minas-Rio. É um município bem menor que o concepcionense em termos de tamanho e de população.

¹⁶ SISEMA – sistema Estadual de Meio Ambiente.

¹⁷ COPAM – Conselho de Política Ambiental.

novas tecnologias (KOPEZINSKI, 2000). São a esses incrementos tecnológicos para os quais, nos dias de hoje os mananciais ambientais de Conceição do Mato Dentro têm se entregado a fim de alimentar as necessidades dos citados mercados. Todavia, em tendo o Brasil a mineração como uma de seus setores básicos da economia, esse, de alguma forma deve contribuir para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, uma vez que a partir da produção minerária criam-se empregos e insumos para a indústria em geral. No entanto, é possível observar outros efeitos, os denominados negativos, afinal, a degradação dos ecossistemas avança-se, e, até então estavam aparentemente estáveis e mesmo harmônicos.

Com relação às fatídicas modificações que o município tem vivenciado diante do inevitável processo de mineração, ainda tem-se que, o empreendimento denominado Anglo American¹⁸, garante em apresentação à população um plano, em 2011, com um conjunto de possíveis realizações que garantiria uma ação, por assim dizer, 'modelar', no qual afirmaram:

Estamos atuando com total respeito às pessoas e à realidade local. Ouvindo, conversando e fazendo tudo de forma harmônica, preparando a região para conviver com a mineração. [...]

O projeto, que abrange também as cidades mineiras de Alvorada de Minas e Dom Joaquim, inaugura um novo modelo de atuação do setor de mineração, especialmente no que diz respeito ao reassentamento de famílias, tornando-se pioneiro no setor por ser inteiramente pensado e executado de maneira sustentável e socialmente responsável, antes, durante e depois de sua instalação, cuja expectativa de vida útil é de 40 anos.

Um dos seus diferenciais - inspirado na bem-sucedida experiência da Usina de Irapé, da Cemig - é o Programa de Negociação Fundiária, especialmente criado pela Anglo American para cuidar de todas as atividades ligadas à aquisição de terras e reassentamento de famílias. Os primeiros acordos começaram a ser fechados em agosto do ano passado e envolvem cerca de

80 proprietários de terrenos nas comunidades de Ferrugem/Sapo, Água Santa e Mumbuca, em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. [...]

Com todas as licenças ambientais já obtidas (a Licença de Instalação foi concedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, por meio da Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Supram/Jequitinhonha - em dezembro passado, por oito votos a favor e apenas um contra), Viguetti¹⁹ afirma que o Projeto Minas-Rio é uma realidade consolidada. A transparência na condução das negociações e reassentamentos são asseguradas graças a uma rede de instituições que inclui, além da Supram, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Pastoral da Terra. Juntas, mais que validar as negociações, elas acompanham todos os procedimentos adotados (ECOLÓGICO, 2011).

Figura 6: Visão parcial do empreendimento da Mineração.



Fonte: Reproduzido de Cavalcante; Ribeiro e Mateus, (2016).

Todavia, o abismo entre o discurso da empreendedora e a realidade vivenciada pelos atingidos ficaria registrada nos resultados da vistoria conjunta IBAMA²⁰/SEMAD realizada em 2010, bem

¹⁸ Segundo informações do site da empresa: "Nossa empresa tem a intenção de fazer a diferença na vida de todos com quem nos relacionamos. Mineramos os recursos que tornam a vida moderna possível, de forma mais segura, inteligente e responsável. Somos 150.000 pessoas em todo o mundo, com operações no sul da África, América do Norte e do Sul e Austrália. [...] Há quase 100 anos, trabalhamos com os minerais que a sociedade precisa para se desenvolver e prosperar. Fornecemos aos nossos investidores um portfólio equilibrado de oportunidades. Planejamos, construímos, mineramos, processamos, transportamos e comercializamos uma gama diversificada de produtos de alta qualidade, abrangendo commodities de alto volume, metais básicos e minerais e metais e

minerais preciosos. (Anglo American, 2015). Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/?sc_lang=pt-PT. Acesso em 16.09.2015.

¹⁹ Newton Viguetti, então gerente-geral de Desenvolvimento Sustentável e Licenciamento do Projeto Minas-Rio da Anglo American. Em julho de 2011, ele recebeu o título de cidadão honorário de Belo Horizonte, por iniciativa da Deputada Luzia Ferreira, da Comissão Estadual de Meio Ambiente (ECOLÓGICO, 2011b).

²⁰ IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

como em diversos documentos protocolados na SUPRAM Jequitinhonha ao longo dos anos de 2010 e 2011. Conforme demonstram Becker e Pereira (2011), enquanto os impactos se agravavam, atingindo um contingente populacional cada vez mais amplo, a empreendedora acionava dispositivos burocráticos e técnicos para evitar o reconhecimento dos danos e dos atingidos, em sua totalidade.

A inoperância das medidas protetivas que, por mediação das diversas instâncias do Estado, foram sequencialmente incorporadas ao Licenciamento, sugere que sua principal eficácia consistiu na produção de efeitos de verdade (FOUCAULT, 1999), em momentos críticos para o avanço do próprio processo.

Muitos dos atingidos foram ouvidos em visitas que a pesquisadora fez aos sítios nos quais eles ainda estavam a viver. Causticamente, foram ouvidos lamentos indescritíveis diante do inevitável movimento, como foi o caso de D. Maria do Carmo que nos põe a pensar:

Eu bem que queria ficar na terra, a terrinha foi de família, e o velho (referindo-se ao marido) foi enterrado nela. Eu achava bom que passasse um trator em cima de mim e eu ficasse morta na minha terra. Era assim, menina, que eu queria. Meu velho já foi e meus osso tão fraco, custava nada eu ser enterrada no chão em que comi, né?! A senhora me entende? Eu era feliz de ter osso com osso do velho. Mas não vai, não. Os homem já falou que não tarda, sabe? Eles tem dinheiro, tem gravata e pode. Leva nós daqui. Os bicho, sabe as pouca vaca, essa já foram, beberam barro porque as água já poluiu e depois acabou. Não se avexe (não se preocupe), é da vida, um dia ela é boa, no outro marvada. Mas diz que tem emprego, fica assim, então, tem trabalho, só não me tem é paz.²¹

As mudanças na forma de viver, os deslocamentos de um sítio para outro a fim de garantir o esvaziamento das áreas a serem mineradas, foram grandes e constantes, e fato é que muitas daquelas pessoas não se apegavam às possibilidades de emprego que estavam a ser criadas no município, mas antes, apegavam-se em suas formas peculiares de viver e em suas lembranças, como Sr. Antônio, assim o disse:

Não sabe que é assim. Dinheiro sempre faltou, mas tem terra, uai. Eu num tenho medo de enxada, e no rio tem peixe. Arreda lá o pé, que

tem vara e a gente pesca, oh saudade! Não tem mais peixe não, não tem água que dê ar pra peixe que nem consegue mais respirar. O barro intê faz casa, mas na água, deu morte a muito peixe e gado. É só os lamiado, não vive só de lama, não. A desconfiança é de remédio de veneno na água. Agora não molha horta, não pesca peixe, a criação tem sede e fica o quê? Nem nós lá vai mais pra banhar. Tem que prendê os neto com corda, pra num correr na tentação de querer nadar nos veneno que lá ficou.²²

Em muitos casos foram ouvidas pessoas que moravam nos distritos que estavam a ser atingidos diretamente pelo empreendimento. E diferentes foram as formas de olhar para essas 'perdas', como foi ainda o caso de D. Amparo, em Córregos, também distrito rural concepcionense:

Sabe o que acontece, não é nada contra ninguém, eles estão dando empregos, está bem. Mas pense nisso, mandaram uma quantidade de homens desconhecidos pra cá. Aqui é muito pequenino. Estão espalhados pelas ruas, ouvem som alto, cospem nas ruas, fumam maconha, bebem até muito tarde fazem um barulho imenso. Mas não basta, menina, tem as explosões das minas da Anglo, tem uns horários pra isso. Eles até nos avisam, mas não é só isso que nos protege. Fizemos os restauros da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, e veja lá, eu vou te levar pra ver as rachaduras, me acompanha até lá. Então a gente junta com sacrifício o dinheiro pra deixar a Igreja bonita e vêm as bombas para rachar nossas casas e justo a igreja? A casa paroquial eu nem conto, acho que não caiu porque nós rezamos muito e até você faz campanhas pra nos ajudar. Mas lá se foi o tempo, lá se foi. Não há sossego, e eu que nunca fechei uma porta ou janela, tenho medo deles, são mau educados, não amam a terra nossa, não são gente nossa, entende?²³

Ao que muito fica indicado é que se por um lado os processos de instalação, bem como de exploração minerária diante de seus próprios percalços teve como benefício à geração de empregos, em outra instância teve a crítica dolorosa de concepcionenses que não a souberam apreciar, fosse por motivos de seu próprio *modus* de vida ou fosse por outras opiniões que ao longo desses anos de processo tenham desenvolvido acerca da chegada da mineração.

²¹ Entrevista concedida por D. Maria do Carmo, à pesquisadora, em 16.09.2011. D. Maria do Carmo vive em São Sebastião do Bom Sucesso, na Serra do Sapo, distrito rural de Conceição de Mato Dentro.

²² Entrevista concedida por Sr. Antônio, à pesquisadora, em 16.09.2011. Sr. Antônio vive em São Sebastião do Bom Sucesso,

na Serra do Sapo, distrito rural de Conceição de Mato Dentro.

²³ Entrevista concedida por D. Amparo, à pesquisadora, em 22.11.2013. D. Amparo mora em Córregos e é zeladora da igreja de Nossa Senhora Aparecida. É uma espécie de liderança no distrito em termos de negociações com o poder público.

Diante do exposto, tentou-se perceber no premente conflito entre formas de apropriação, modos de ser e visões de mundo, que são tão diferentes e mesmo abissalmente desiguais, e que se constroem, no cotidiano das relações sociais e os circuitos que passam a constituírem-se nessa implacável ciranda do progresso.

A fim de que se fale em conflitos em formas de apropriação de modos de ser e viver em sítios minerados, foi importante tentar compreender que o incremento na produção minerária provoca, inexoravelmente, interferências no meio ambiente, tanto no que diz respeito à vida social desses locais minerados, bem como promovendo a supressão da vegetação, o que passa a alterar de forma drástica a paisagem perturbando por completo seu ecossistema. E que a atividade turística pode vir a ser uma alternativa para recuperação dessas áreas.

Pensando assim, elevar-se-á o turismo como um fator contribuinte na reversão do quadro de desvalorização ambiental e comercial da região degradada, melhorando a qualidade de vida, gerando novos empregos e agregando valor cultural para a localidade. Prova disso aparece na declaração de Nilton Luiz, coordenador do CVT – Centro Vocacional Tecnológico – do município ao afirmar que,

Temos sido procurados, insistentemente, por jovens que procuram nossas ofertas de cursos nas áreas de hotelaria e turismo porque querem aprimorar de maneira profissional suas qualidades a serem oferecidas no novo mercado concepcionense, que hoje, gira em torno do turismo. Mas atenção, isso é uma novidade que nós esperávamos em benefício da cidade.²⁴

Assim, diante de uma declaração óbvia acerca dos benefícios que o turismo pode trazer como fator de contribuição nos processos 'restauradores' em áreas obrigatoriamente mineráveis fica o possível diálogo entre destruição e reabilitação em sítios destinados à exploração e ao mesmo tempo aos olhos externos, de turistas, diante de suas exuberâncias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que esteve em questão ao longo deste artigo, não foi necessariamente uma discussão acerca do processo minerário, mas antes, a tentativa de compreender como esses processos influenciaram ou não o turismo no município, independente das áreas ambientais ou mesmo culturais que foram

impactadas. Tomando por pano de fundo, ou melhor, por viés, as festas do Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, levando em consideração as pessoas que tomaram conhecimento da cidade a partir do turismo religioso oriundo deste evento.

Ora pois, começar-se-á de forma inversa, seguindo assim, a seguinte reflexão: tomado como no campo subjetivo o peregrino, o romeiro, o religioso, imbuído em seu modo de ser "fraterno", apontamos à sua negativa, no campo objetivo, o turista, curioso, "frívolo" e pergunta-se à partir daí, dessa forma weberiana, se esses "tipos ideais" podem ser separados e vistos abissalmente em oposição? Ou, seja, se um peregrino poderia ser um turista, tal qual em alguma instância, poderia um turista peregrinar?

Propor-se-á que haja um espaço em comunhão a essas possibilidades, o que levaria essas duas categorias 'ideais', em Weber, se encontrarem no conceito de turista religioso, afinando e resolvendo por ora, esse embate, foi que se propôs ao longo do artigo. Por outro lado, tomado como problema, as questões minerárias, considerando que *a priori* toma-se essa, como degradadora a partir das explorações que lhe fazem cunho próprio em ser, e que por outro tom, somente poderia ser tomada como 'boa', se essencialmente trouxesse consigo investimentos, o que geraria renda, empregos aos mesmos impactados por ela.

Tem-se aqui, portanto, uma consonância, que chamar-se-ia de mineração sustentável. E a partir desse ponto, e do que se desenvolveu ao longo do artigo, tomando a festa do Jubileu concepcionense como parte empírica, foi que ambas maneiras dialéticas de se olhar para a forma religiosa, para o turismo, para a degradação, bem como para a possível geração de rendas é que juntas, sem poesia e com esquemas resolutivos é que se tem, todos esses ingredientes a construir um possível diálogo, em movimentos sincrônicos, e porque não harmônicos, a desenrolarem soluções pacíficas em um município que vem sofrendo com as constantes modificações em seu modo de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGLO AMERICAN. Disponível em http://brasil.angloamerican.com/?sc_lang=pt-PT. Acesso em 16.09.2015.
- AUSTIN, DAVID *Private and public: an archeological consideration of things*' in H. Hundsbicheler et al. *Die Vielfalt der Dinge: Neue Wege zur Analyse mittelalterlicher Sachkultur*, Vienna: The Austrian Academy of Arts, p. 163-206, 1998.

²⁴ Declaração concedida por Nilton Luiz em 08.09.2013.

- BARBOSA, W. A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1995.
- BECKER, L. C.; PEREIRA, D. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Ed) *Recursos minerais e sustentabilidade territorial*. Brasília: MCT-CETEM. 2011.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília, Ministério do Turismo. 2008.
- CHEVALIER, J.; GHEERBARANT, A. *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema. 1994.
- ECOLÓGICO. *Projeto Responsável e Solidário*. (16/02/2011). Disponível em <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=29&secao=366&mat=376>. Acesso em 08.09.2015.
- ECOLÓGICO. b. *Reconhecimento*. Viguetti Belo-Horizontino. (12/07/2011). Disponível <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=34&secao=455&mat=465>. Acesso em 08.09.2015.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil. 2002.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- GUIMARÃES, R. L.; TRAVASSOS, L. E. P.; CUNHA, L. I. D.; AZEVEDO, Ú. R. DE; VINTIL, M. *O Geoturismo em espaços sagrados de Minas Gerais*. SBE – Campinas, S.P. Espeleo-Tema. v. 20, n. 1/2. 2009. Disponível em: http://www.sbe.com.br/espeleo-tema/espeleo-tema_v20_n1-2_049-058.pdf. Acesso em 23.09.2015
- JÁCOME, G. A. "Um espetáculo de tradição e fé entre a terra e o céu", in: *Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos*. Conceição do Mato Dentro: Capitular Editora, p. 44-9. 2014.
- KOPEZINSKI, I. *Mineração x meio Ambiente: considerações legais, principais impactos ambientais e seus processos modificadores*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade. 2000.
- MALERBA, J. MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. (Org); *Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* Rio de Janeiro: Fase. 2012.
- MELO, J. de. Um mapa do turismo religioso no Brasil. *Jornal do Comércio*, Pernambuco, 08.06.2000, p. 13.
- PORTOCARRERO, Gustavo. *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Tomar: ARKEOS. 2010.
- PAULA, J. A. de. A mineração do ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, M. E. F. L. & Villalta, L. C. (orgs.) *As Minas Setecentistas, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.
- RENGER, F. E. A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, F. L. & Villalta, L. C. (orgs.) *As Minas Setecentistas, volume 1*. Belo Horizonte: Autêntica.
- RIBEIRO, Pe. Eduardo. "Um escravo encontra uma imagem do Cristo crucificado", in: *Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos*. Conceição do Mato Dentro: Capitular Editora, p. 26-9. 2007.
- SANTOS, O. "Um culto que começou em Portugal, à beira mar", in: *Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos*. Conceição do Mato Dentro: Capitular Editora, p. 30-5. 2014.
- SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas *Amazônias*. In: ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010.
- SILVEIRA, E.J.S. *Turismo Religioso Popular? Entre a ambiguidade conceitual e as oportunidades de mercado*. Revista de Antropologia Experimental. Espanha, 4: 1-16. 2004. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=852475&15584&info=link>. Acesso em: 18.09.2015.
- STEIL, C. A. *O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa-Bahia*. Petrópolis: Vozes. 1996.
- VITARELLI, F. *O turismo religioso da Mesopotâmia a Minas Gerais*. Revista Sagarana – turismo e cultura em Minas Gerais: Belo Horizonte, 2(5), p. 20-25. 2001.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 12 de Janeiro de 2016; aceito em 08 de Agosto de 2016; publicado online 10 de Fevereiro de 2017.

Received on January 12, 2016; accepted August 08, 2017, published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double bind review section.

APRENDIZAGEM NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Brendow de Oliveira Fraga*
 Alice Rodrigues Borges Lazaroni**
 Magnus Luiz Emmendoerfer***
 Gilberto Maurício Frade da Mata****

Resumo

O artigo tem o objetivo de caracterizar o processo de aprendizagem da gestão pública municipal para a habilitação em uma política que confere recursos financeiros aos municípios com uma certa organização para o Turismo, a política do ICMS turístico. Os procedimentos metodológicos consistiram no uso de uma abordagem qualitativa, estudo de caso no departamento de turismo do município de Viçosa, Minas Gerais e entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado que foi analisado por meio da técnica análise de conteúdo. Os resultados apontam dados sobre a aprendizagem social e organizacional, os atores, objetos e efeitos no processo de aprendizagem e a percepção da gestão pública a respeito do desenvolvimento turístico. De modo geral, a gestão pública do turismo experimentou um estado de aprendizagem do gestor público com novas condutas e posturas na condução das atividades turísticas, por meio da iniciativa de sistematização e consolidação das práticas no setor. A gestão encontra-se sensibilizada para a tomada de decisão em conjunto com os atores afins ao turismo, porém com desafios para a concretização da integração de diferentes setores e aumento do reconhecimento do turismo em um município com uma imagem turística ainda não consolidada. Conclui-se que a atuação do poder público no setor turístico de Viçosa tem passado por um desenvolvimento, o qual se reflete na integração das iniciativas de consolidação da oferta turística na cidade, bem como, a organização do turismo local. O ICMS turístico tem subsidiado financeiramente as modificações e induzido a aprendizagem na gestão pública.

Palavras Chave: Administração Pública, ICMS Turístico, Políticas Públicas, Turismo.

LEARNING IN MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT FOR TOURISM DEVELOPMENT

Abstract

The article aims to characterize the learning process of municipal public management for qualification in a policy that confers financial resources to municipalities with a certain organization for Tourism, the "ICMS turístico" policy. The methodological procedures consisted in the use of a qualitative approach, a case study in the tourism department of the municipality of Viçosa, Minas Gerais, and an in-depth interview with a semi-structured script that was analyzed through the technique of content analysis. The results point to data on social and organizational learning, actors, objects and effects in the learning process and the perception of public management regarding tourism development. In general, the public management of tourism has experienced a state of learning of the public manager with new behaviors and postures in the conduct of tourism activities, through the initiative of systematization and consolidation of practices in the sector. The management is aware to the decision-making jointly with the stakeholders related to tourism, but with challenges to the integration of different sectors and increase the recognition of tourism in a municipality with a tourist image still not consolidated. It is concluded that the performance of public power in the tourist sector of Viçosa has undergone a development, which is reflected in the integration of initiatives to consolidate tourism in the city, as well as the organization of local tourism. Tourism ICMS has financially subsidized the changes and induced learning in public management.

Keywords: Public Administration, Tourist ICMS, Public Policy, tourism.

APRENDIZAGEM NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Resumen

O artigo tem o objetivo de caracterizar o processo de aprendizagem da gestão pública municipal para a habilitação em uma política que confere recursos financeiros aos municípios com uma certa organização para o Turismo, a política do ICMS turístico. Os procedimentos metodológicos consistiram no uso de uma abordagem qualitativa, estudo de caso no departamento de turismo do município de Viçosa, Minas Gerais e entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado que foi analisado por meio da técnica análise de conteúdo. Os resultados apontam dados sobre a aprendizagem social e organizacional, os atores, objetos e efeitos no processo de aprendizagem e a percepção da gestão pública a respeito do desenvolvimento turístico. De modo geral, a gestão pública do turismo experimentou um estado de aprendizagem do gestor público com novas condutas e posturas na condução das atividades turísticas, por meio da iniciativa de sistematização e consolidação das práticas no setor. A gestão encontra-se sensibilizada para a tomada de decisão em conjunto com os atores afins ao turismo, porém com desafios para a concretização da integração de diferentes setores e aumento do reconhecimento do turismo em um município com uma imagem turística ainda não consolidada. Conclui-se que a atuação do poder público no setor turístico de Viçosa tem passado por um desenvolvimento, o qual se reflete na integração das iniciativas de consolidação da oferta turística na cidade, bem como, a organização do turismo local. O ICMS turístico tem subsidiado financeiramente as modificações e induzido a aprendizagem na gestão pública.

Palabras Clave: Administración Pública, ICMS Turístico, Políticas Públicas, Turismo.



Licenciada por Creative Commons
 Atribuição Não Comercial / Sem
 Derivações/ 4.0 / Internacional

* Mestrando e Bacharel (2015) em Administração, Universidade Federal de Viçosa – UFV e Membro do Grupo de Investigação em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC). Áreas de interesse: Administração Pública, Políticas Públicas, Turismo e Economia Criativa. Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus Universitário. Centro 36571000 - Viçosa, MG – Brasil. [brendowfraga@gmail.com]

** Mestre em Administração (2016) e Bacharel em Ciências Contábeis (2013), Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora na Rede DOCTUM de ensino e membro do Grupo de Investigação em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC). Áreas de interesse: Contabilidade, Gestão e Políticas Públicas de Turismo. Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus Universitário. Centro 36571000 - Viçosa, MG – Brasil. [alicecough@gmail.com]

*** Pós-doutor em Ciências da Administração Pública (2015), Universidade do Minho, e em Turismo, Universidade do Algarve, Portugal. Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política (2009), Mestre (2004) e Bacharel (2002) em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC) e Professor no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Áreas de interesse: Administração e Políticas Públicas de Turismo e Economia Criativa. Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus Universitário. Centro 36571000 - Viçosa, MG – Brasil. [magnus@ufv.br]

**** Mestrado (2016) e Bacharelado (2012) em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. Membro do Observatório Econômico e Social do Turismo (OEST/UFJF), Centro Latino-Americano de Turismologia (CELAT/UFJF), Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC/UFV). Áreas de interesse: Administração e Turismo. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais/Brasil. Inst. de Ciências Humanas, sl A-II-08. R. José Lourenço Kelmer, São Pedro. CEP.:36036-330 - Juiz de Fora, MG – Brasil. [gilbertoadmufv@gmail.com]

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo intrínseco ao processo de desenvolvimento turístico de territórios. O turismo é uma atividade que envolve diferentes setores de uma sociedade e incorpora aspectos econômicos, culturais e sociais. Estas características do turismo permitem aos atores envolvidos no desenvolvimento turístico, múltiplas vivências adquiridas por meio de experiências e aprendizagens. Os gestores públicos que compõem a administração pública municipal do turismo, normalmente, são pessoas contratadas pelo executivo local para exercer tal atividade, muitas das vezes sem a definição de um conjunto de competências ou formações. Deste modo, não é seguro, que o profissional esteja plenamente capacitado para o exercício, demandando um processo de aprendizagem por parte do gestor.

Neste contexto, a gestão pública municipal também enfrenta desafios para a implementação de políticas públicas. As políticas elaboradas e implementadas pelos entes federativos, mesmo com a participação de diferentes setores da sociedade, possuem limitações dialógicas como a diversidade de gestões e as municipalidades que compõem o país. Autores costumam caracterizar tal prática, como políticas *top-down* (de cima para baixo), que desconhecem ou não considera (por inviabilidade, racionalidade limitada, entre outros fatores) as estruturas e competências locais. Diante disso, a atuação persistente do gestor municipal torna-se importante para fazer com que a política funcione, mesmo diante de diversas possíveis dificuldades, como falta de recursos, baixa capacitação técnica dos servidores, realidades culturais diferentes, entre outras. A atuação do gestor público do turismo em nível local, requer disponibilidade de aprender a executar funções as quais nem sempre foi capacitado como as práticas inerentes ao desenho, implementação e avaliação de políticas públicas, para que se consiga orientar os esforços com vistas à integração dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo municipal, utilizando-se de maneira efetiva dos recursos e potencialidades disponíveis. Esse gestor atua como um catalisador dos esforços e das potencialidades de inúmeros agentes que figuram no cenário municipal de funcionamento do turismo e deve procurar articular ações e iniciativas a fim de criar valor por meio da atividade turística.

Um estímulo a aprendizagem do gestor público de turismo em nível regional/estadual num país federativo como o Brasil, foi aprovação da política do ICMS Turístico que consta na Lei 18.030 de 2009 para os municípios do estado de Minas Gerais. É uma política de redistribuição fiscal (SILVA; PASSADOR,

2016) de natureza intergovernamental para o desenvolvimento turístico, em que os municípios se habilitam anualmente a mesma. Neste sentido, o gestor público de um município com interesse no turismo deve atender a um conjunto de requisitos. Ao atendê-los, demonstram um mínimo de organização do turismo a nível municipal. Assim, no processo de adesão à política, os gestores têm a oportunidade de aprender o que é o turismo, a sua organização e desenvolvimento, a integração da comunidade na gestão e o planejamento das ações municipais.

Ressalta-se que estudos como o de Silva e Passador (2016) discutem a política do ICMS Turístico com mais amplitude analítica deste objeto, inclusive revelando o estado da arte das pesquisas científicas realizadas desde a criação desta política. Entretanto, aspectos relacionados à aprendizagem dos gestores públicos para lidar com esta política é um tema importante e ainda incipiente para se compreender as facilidades e dificuldades em se desenvolver o turismo por meio de políticas públicas.

Diante deste contexto, este estudo, por meio de uma abordagem qualitativa, tem-se como objetivo investigar a partir de um estudo de caso da implementação da política do ICMS Turístico pelo departamento de turismo do município de Viçosa - MG. Para tanto, buscou-se responder a seguinte pergunta: **Como a aprendizagem do gestor público com vistas à habilitação a uma política pública de redistribuição fiscal interveio no desenvolvimento do turismo local?**

Para responder à questão norteadora, buscou-se como objetivos: (1) caracterizar o processo de aprendizagem de um gestor público municipal de turismo, no que diz respeito à mudança de ações e compromissos de uma organização responsável pelo setor turístico do município de Viçosa - MG, (2) buscar evidências do desenvolvimento turístico local e (3) verificar a intervenção da aprendizagem no desenvolvimento turístico.

No primeiro objetivo, buscar-se-á, apresentar a organização da gestão pública local de turismo, suas atividades, dificuldades e resultados alcançados. Em um segundo momento, deste objetivo, é que evidenciará a caracterização da aprendizagem deste agente. No objetivo 2, as evidências serão coletadas principalmente a partir da coleta de dados primários, isto é, da percepção do entrevistado a respeito do desenvolvimento local. O terceiro objetivo encerra no enfoque do problema de pesquisa: a intervenção da aprendizagem no desenvolvimento turístico.

Justifica-se a feitura do presente trabalho, uma vez que existem poucos estudos empíricos que relacionam aprendizagem com gestão pública municipal na elaboração e implementação de políticas

públicas de turismo. Além disso, o presente trabalho promove uma reflexão sistemática sobre a atuação da gestão pública do turismo em uma cidade cuja atividade turística não apresenta histórico de sistematizações. Por isso, acredita-se que essa pesquisa possa contribuir como um disseminador das práticas que vem sendo inicializadas no local e que vem revelando resultados para o desenvolvimento do turismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Pública e Desenvolvimento turístico

Um panorama da gestão pública do turismo em nível estadual pode ser elaborado por meio dos processos políticos ocorridos no estado de Minas Gerais para desenvolvimento do setor, iniciados com a Secretaria de Turismo do Estado de MG (SETUR), em outubro de 1999. A criação desta secretaria se pautou na regionalização e descentralização. Isso configura um cenário em que as ações da administração pública estadual do turismo independem de um ministério, bem como a geração de uma expectativa de participação social para o desenho de ações contundentes em nível local. Assim, as ações estaduais se elencaram em uma política descentralizada por meio de Circuitos Turísticos (CTs), os quais objetivam construir uma identidade local, por meio da aproximação e integração dos municípios, através de suas congruências no que diz respeito à esfera do turismo (EMMENDOERFER; SILVA; LIMA, 2014).

Minas Gerais possui hoje 47 circuitos turísticos (CTs) certificados pela Secretaria de Turismo e Esporte-SETES (MINAS GERAIS, 2015). Os CTs podem atuar no fomento das políticas públicas, pois, por integrarem os aspectos regionais de uma localidade turística, possibilitam um panorama sistêmico das atividades que potencializam a oferta turística gerando valor econômico e empregabilidade, permite a mobilização de lideranças locais e concatenam as políticas entre os entes municipais de turismo, a Secretaria Estadual de Turismo e Esporte e o Ministério do Turismo (SETTE; VALE; COUTINHO, 2013).

Com a adoção de novas práticas de gestão em Minas Gerais com o modelo Gerencialista buscou-se distinguir as incumbências do poder público das tarefas inerentes ao mercado e à sociedade civil (PEREIRA; PIMENTEL, 2014). Esses três agentes são os componentes da gestão das políticas de turismo, por meio da interação entre eles, a atividade turística é refletida e modelada, objetivando desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do turismo local, sobretudo pelo aprimoramento dos serviços e atrativos

presentes em um destino. A atuação conjunta desses agentes e efetiva na implementação das políticas públicas de turismo, ainda é um desafio.

Em termos de desenvolvimento, uma política que tem impactado centenas de municípios de Minas Gerais é a política do ICMS Turístico. A secretaria de turismo com apoio da federação dos circuitos turísticos de Minas Gerais – FECITUR, institucionalizou-a em 2009, por meio da lei nº 18.030. O objetivo desta política é fortalecer e desenvolver o turismo no estado de Minas. Do valor de ICMS arrecadado no estado é repassado o percentual de 0,1% para o critério turismo, que será distribuído aos municípios com “base no índice de investimento em turismo do município e o somatório dos índices de investimento em turismo de todos os municípios habilitados a receber o incentivo” (fórmula matemática estabelecida pela Lei nº 18.030/09) (MINAS GERAIS, 2015).

Para receberem o repasse os municípios devem cumprir alguns critérios de habilitação, sendo eles: participar de um circuito turístico reconhecido pela SETUR, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais; ter elaborada e em implementação uma política municipal de turismo; possuir em regular funcionamento um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) (MINAS GERAIS, 2015). O não cumprimento de um dos critérios impossibilita a habilitação do município na política.

Com a crescente participação do turismo nas decisões da administração pública em todos os níveis, essa atividade passou a ser sistematizada e objetivada por meio de estratégias de interiorização que visam tornar os municípios, até os mais distanciados do turismo, destinos turísticos com ofertas suficientes e adequadas para visitantes (SILVA; MIRANDA, 2014).

Desta forma, observa-se que a gestão pública de turismo orienta-se para a coletividade e para o bem comum, porém, é preciso ainda um maior envolvimento dos atores que fazem parte desta cadeia. Assim, uma condução racional e eficiente da máquina pública com vistas ao turismo, busca integrar empresários, grupos representativos da sociedade civil, as associações, cooperativas e demais órgãos do terceiro setor, bem como as escolas, universidades, grupos artísticos e demais agentes capazes de agregar valor à oferta turística de determinado destino (PIMENTEL; EMMENDOERFER; TOMAZZONI, 2014). O envolvimento de atores diversos é importante na medida que o processo de desenho e implementação de uma política pública, consiste em um fenômeno inclusivo de aprendizagem coletiva e elaboração de consenso entre os atores sociais envolvidos com o turismo local (BRAMWELL; SHARMAN, 1999).

O **desenvolvimento turístico** em uma localidade depende da integração de uma série de fatores sócio históricos, econômicos e políticos, que tanto funcionam como insumos para a instauração do turismo em nível local, como podem ser considerados resultados da conexão desses fatores de uma maneira efetiva. O turismo, enquanto um fenômeno complexo possui uma dimensão bastante expressiva, além daquela relacionada ao lazer, que tangencia o campo econômico, o desenvolvimento da cultura e da gestão social, a construção de identidades locais e a celebração de acordos entre os agentes sociais (SILVA; MIRANDA, 2014).

Com isso, os entes governamentais responsáveis pelo setor turístico consideram ao elaborar suas políticas para o desenvolvimento turístico, as atividades e organizações conexas ao turismo: comércio, os espetáculos e eventos, as fundações, as instituições históricas e religiosas e os grupos locais organizados (SETTE; VALE; COUTINHO, 2013).

O turismo tem se fortalecido, na última década, no domínio das políticas públicas brasileiras. Os fatores que ajudam a justificar este fenômeno é a confluência de aspectos de cunho econômico tais quais, a geração de emprego e divisas para as localidades, a movimentação da economia local e dinamização do comércio, bem como os incrementos na visibilidade dos destinos que a atividade turística é capaz de trazer; associados à potencialidade nacional para o turismo (PEREIRA; PIMENTEL, 2013). Em termos de políticas, esse fortalecimento é evidenciado pela sistematização que se observa no âmbito público do turismo nacional, de políticas com objetivo de aumento do potencial econômico, sociocultural e político do setor turístico.

O crescimento dos destinos turísticos e o desenvolvimento das ofertas tornam a competitividade das localidades um imperativo para a atividade turística. Isso exige a mobilização por parte de quem organiza o turismo, ao pensar em ações e compromissos que favoreçam a escolha de um destino

por parte do turista, dentre as múltiplas e variadas ofertas (CHAGAS, 2008). Isso implica no esforço da gestão de cidades que não possuem estratégias ligadas ao turismo, com baixa competitividade, para entregar valor aos usuários ou potenciais turistas.

O conhecimento do território permite aos agentes que ofertam o turismo proporcionar ao turista uma vasta gama de leituras locais. Essas leituras criam um vínculo associativo do usuário com a oferta e faz com que os elementos locais que circundam um destino possam ser pensados (CATROGIOVANNI, 2013). Dessa forma, em locais em que não existe um planejamento sistemático do turismo, as potencialidades das ofertas podem não ser integradas e isso requer uma leitura mais aprofundada de como beneficiar as ofertas tanto para auferir divisas, quanto para prospectar usuários.

2.2 Aprendizagem em Políticas Públicas

A aprendizagem tem o poder de transformar e mudar a visão das pessoas, as tornando capazes de realizar novas atividades e conquistas. Aprender é o grande desafio para as organizações em uma sociedade onde a mudança é constante (LIMA; SILVA, 2014). Ferrão (2014) com base em estudo publicado em 1992 por Bennet e Howlett analisa os processos de aprendizagem e mudança ao nível das políticas públicas, onde considera haver aprendizagem quando ocorrem mudanças duradouras de crenças, valores, competências e comportamentos. A partir destas questões o autor busca identificar:

Quem aprende, isto é, quem são os *actores* dos processos de aprendizagem; o que se aprende, ou seja, qual o *objecto* dos processos de aprendizagem e, finalmente, quais os *efeitos* dos processos de aprendizagem em relação às políticas existentes, isto é, os resultados obtidos em termos de processos de aprendizagem (*policy learning*) e alterações de política (*policy change*) (FERRÃO, 2014, p.101).

Quadro 1 - Atores, objetos e efeitos no processo de aprendizagem.

<i>Os Atores no processo de aprendizagem são:</i>	<i>Função do papel que lhes cabe em relação a</i>
1- Indivíduos	1- Formulação, realização, monitorização e avaliação de políticas (decisores políticos, dirigentes e técnicos da administração, consultores);
2- Redes (<i>policy net- Works</i>)	2- Produção, disseminação e avaliação de ideias e conhecimentos sobre políticas (acadêmicos e jornalistas)
3- Comunidades (<i>policy-communities</i>)	3- Defesa dos interesses relacionados com a política em causa (<i>stakeholders</i>)
Objetos dos processos de aprendizagem	Fins da política Meios utilizados para atingir os fins Procedimentos aplicados pelas organizações envolvidas
Efeitos dos processos de aprendizagem	Mudanças radicais (alteração paradigmática) Modificações de natureza adaptativa (alterações programáticas ou organizacionais)

Fonte: Elaboração própria a partir de (FERRÃO, 2014, p.101-102).

Dezessete anos mais tarde Zito e Schout (2009) e Egan (2009) enriquecendo os estudos de Bennet e Howlett (1992) com base na união européia identificaram quatro modos de aprendizagem em políticas públicas, a *instrumental* caracterizada pela alteração de programas que já existiam, adotando novos instrumentos; a *organizacional* onde acontecem alterações no funcionamento interno de organização e gestão e no relacionamento com os outros atores melhorando os processos de decisão; a *política ou simbólica* que correspondem a mudanças ocorridas em determinados períodos para atender preferências ou situações como em período eleitoral, por exemplo, e a *aprendizagem social* onde acontecem transformações radicais quebrando paradigmas antes existentes com mudança de princípios e valores, neste tipo de aprendizagem verificam-se comportamentos inovadores (FERRÃO, 2014).

Outras teorias também são utilizadas para analisar a aprendizagem no setor público como a teoria da aprendizagem transformadora proposta por Mezirow (1991), onde a aprendizagem é um processo cuja transformação dos quadros de referência antes aceitos irá depender dos questionamentos, análise, avaliação, que será proporcionada por meio de uma reflexão crítica onde surgem novos significados (LIMA; SILVA, 2014). De acordo com este modelo a motivação esta correlacionada à busca de resolução de problemas, e as experiências do indivíduo podem tanto ajuda-lo a enriquecer seus conhecimentos quanto criar barreiras para inibir seu desenvolvimento (LIMA; SILVA, 2014).

A respeito das políticas públicas, estas têm como objetivo solucionar problemas públicos, os quais são identificados como merecedores de intervenção (SECCHI, 2010). O grande desafio ao implementar estas políticas, principalmente em nível municipal se deve ao fato de não existir uma relação dialógica entre os entes federativos no processo de formulação, caracterizando políticas *top-down* (de cima para baixo), que não levam em consideração a escassez de recursos financeiros e de conhecimento/humanos dos municípios.

Assim, o êxito das políticas públicas depende da capacidade dos indivíduos (servidores /gestores) de aprenderem e inovarem em busca da experimentação e de processos de comunicação, pautados no diálogo e na informação (FERRÃO, 2014). A eficiência das políticas públicas requer capacidade de integração com os demais atores envolvidos no setor e aprendizagem dos executores da política em nível local para colocarem em prática decisões experimentais. Quanto maior a integração dos envolvidos neste processo, maiores as possibilidades de construção de conhecimento e de resultados melhores.

A atual complexidade existente no ambiente político e econômico exige cada vez mais que os resultados da gestão pública sejam de fato efetivos, mesmo com recursos escassos. Diante disso para governar e suprir as necessidades dos cidadãos é necessário que os gestores públicos estejam cada vez mais abertos a criatividade e inovação tanto ao elaborar como ao executar políticas públicas. Como lacuna para estudos, observa-se a escassez de dados teóricos-empíricos sobre os a organização da gestão pública em si, própria de um município, assim como dados sobre a caracterização da aprendizagem do gestor e sua relação com o desenvolvimento turístico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Escolheu-se a abordagem qualitativa para a condução desta pesquisa. Seu uso permite perceber a evolução do contexto estudado a partir das inferências geradas pelos entrevistados e entendimento da realidade. Adotou-se o estudo de caso do tipo descritivo, a partir de dados de fontes primárias e secundárias (YIN, 2010), com o objetivo de verificar como a aprendizagem do gestor público com vistas à habilitação do ICMS Turístico interveio no desenvolvimento do turismo local.

O contexto da pesquisa foi à prefeitura municipal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. A unidade de análise é o departamento de turismo da cidade. A coleta de dados primários ocorreu em março de 2015, por meio de observações de campo dos pesquisadores acerca do trabalho do gestor público responsável pelo turismo no município.

A partir dos fundamentos teóricos elaborou-se os instrumentos de **coleta de dados**: entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado. As perguntas do roteiro buscaram: caracterizar o turismo na cidade em estudo; como ocorreu o processo e quais foram as modificações em termos organizacionais de estrutura e gestão que foram implementadas para conseguir a habilitação no ICMS turístico; quais as mudanças culturais e organizacionais que ocorreram a partir do surgimento desta política no estado e como impactaram no desenvolvimento do turismo no município e na relação do poder público com os demais atores envolvidos no turismo do município como empresários, artesãos, e a própria comunidade.

O registro da entrevista foi feito por meio de um gravador mediante autorização da entrevistada, tendo participado três pesquisadores, em três encontros em dias distintos com o sujeito da pesquisa. A entrevista foi transcrita e analisada por meio da técnica temática de análise de conteúdo (BARDIN, 2015). Os temas

orientadores da **análise** de conteúdo foram destacados em itálico, a seguir:

Em termos de gestão pública do turismo e desenvolvimento, a partir da literatura abordada criou-se categorias para serem investigadas. Na parte de gestão, elegeu-se três pontos: a *organização*, entes governamentais responsáveis pelo turismo (SETTE; VALE; COUTINHO, 2013) *as dificuldades e relação da gestão com a Política do ICMS turístico*.

Na aprendizagem em políticas públicas buscar-se-ão, em conformidade com a seção teórica apresentada anteriormente, *os atores no processo de aprendizagem* (indivíduos, redes e comunidades), *objetos do processo dos processos de aprendizagem e efeitos dos processos de aprendizagem* (FERRÃO, 2014). Também haverá a caracterização quanto aos quatro modos de aprendizagem em políticas públicas: *instrumental, organizacional, a política ou simbólica e a aprendizagem social* (ZITO; SCHOUT, 2009; EGAN, 2009).

Na coleta de dados as categorias para analisar o desenvolvimento do turismo local foram: (1) *geração de empregos e divisas para as localidades, a movimentação da economia local e dinamização do comércio, bem como os incrementos na visibilidade dos destinos que a atividade turística é capaz de trazer* (PEREIRA; PIMENTEL, 2013); (2) *maior envolvimento dos atores que fazem parte desta cadeia* (PIMENTEL; EMMENDOERFER; TOMAZZONI, 2014).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Gestão Pública do Turismo em Viçosa e a Política do ICMS Turístico

Neste tópico abordam-se os órgãos, cargo, atividades e objetivos da gestão pública do Turismo de Viçosa. Em seguida, são apresentadas as dificuldades e desafios, além dos resultados alcançados pela gestão local. Por fim, discute-se a relação da gestão local com a política do ICMS turístico.

O turismo no município de Viçosa é gerido por meio do Departamento de Turismo (DETUR). O departamento tem o apoio do COMTUR composto por membros da Câmara dos Vereadores, Secretaria de Educação, Divisão de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa, Associação Comercial, do Circuito Turístico, dos produtores culturais representados pelo artesanato, da Hotelaria, dos Taxistas, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e dos Restaurantes que atuam tanto de forma consultiva como deliberativa.

O gestor público de turismo do Detur é uma servidora contratada. Este cargo, nos últimos quatro anos, pertenceu a um profissional da área de eventos, com experiência na prospecção de públicos e trabalho no setor de comércio e serviços.

O DETUR, após alguns anos em inatividade, é retomado com a chegada da atual chefe de departamento e começa a implementar ações objetivando o desenvolvimento turístico local. Uma das primeiras ações foi a realização de um *benchmarking* na cidade de Venda Nova do Imigrante. A gestora observou que a cidade de Viçosa possuía condições de desenhar políticas públicas semelhantes para sistematização e integração de sua oferta turística.

Nesse sentido, as competências essenciais do DETUR direcionaram-se para a construção de uma política de roteirização formalizada em um construto denominado: Roteiro da Viçosa. O roteiro reúne em um bairro viçosense duas galerias artísticas, um espaço de arte e cultura em um itinerário planejado e concatenação com vistas à consolidação de uma experiência integradora e abrangente ao turismo do município de Viçosa.

Um dos principais objetivos do DETUR tem sido o mapeamento sistemático das ofertas de serviços que agregam valor ao turismo na cidade. A gestora ressaltou a necessidade de conhecimento do número de restaurantes, bares e serviços afins para o turismo da cidade: *é preciso inicialmente conhecer o que o município dispõe em termos produtos e serviços, para então elaborar uma proposta sistemática de transformação dos mesmos em ofertas turísticas com valor agregado*.

O DETUR tem realizado ações no sentido de beneficiar as ofertas turísticas, como as benfeitorias no artesanato, no serviço dos restaurantes, em capacitações com os taxistas e outras ações que ampliem a qualidade da prestação dos serviços de turismo em Viçosa. Esses beneficiamentos ocorrem por meio de esforços da gestão do DETUR em capacitar os agentes, por meio de viagens técnicas, cursos e capacitações promovidos com recursos oriundos do ICMS turístico.

A respeito das dificuldades, inicia-se pelo cargo da gestora. A funcionária é apenas contratada pela prefeitura. Não há uma política de recursos humanos para os compromissos da gestão pública municipal do turismo viçosense. As possíveis implicações desse fato são a perda de conhecimentos tácitos que a gestora adquiriu ao longo de sua experiência com as questões da gestão pública do turismo em nível local.

Em relação à gestão do conhecimento, o departamento sofre com a perda de dados e inconsistência das informações gerenciais. A atual chefe do DETUR dispõe de documentos para

referência de suas ações que datam dezesseis anos atrás. As atividades de turismo permaneceram por muitos anos inativas. O departamento existia, mas não havia gestão, tendo sido retomadas no ano de 2010 com o intuito de receber o ICMS Turístico.

Dados revelam o baixo reconhecimento do departamento. Não há funcionário de carreira e uma estrutura organizacional definida. O escopo das atividades do DETUR é feito conforme as possibilidades do cenário político e o estilo gerencial do chefe do departamento. Um outro desafio, tem sido mobilizar a rede comercial para que a mesma participe das atividades do turismo e se conscientizem das atividades e desafios do turismo local.

Nesta relação entre poder público e setor privado há evidências de conflito de interesses na gestão do DETUR e o setor comercial. Na visão da entrevistada, o motivo é que o setor comercial possui uma baixa participação nas decisões referentes ao turismo, todavia ao cobrar medidas do departamento, o faz de maneira efetiva. Neste sentido, a gestora constrói sua fala caracterizando este hiato e ressaltando a necessidade da participação de agentes com atividades afins ao turismo, na construção da cadeia de valor para a oferta turística.

A visão do poder público em relação ao turismo, sob a perspectiva da gestora entrevistada, envolve, sobretudo a busca por geração de renda. Acredita-se que as ações do DETUR tenham a finalidade de aprimorar a atividade turística em um processo de desenvolvimento conjunto com uma série de dimensões da sociedade como segurança, comércio, serviços e salubridade. A gestora elucida ainda, a necessidade de progressos tanto no turismo, quanto naquelas dimensões.

Em termos de resultados alcançados, realizou-se a sinalização do roteiro, por meio de placas e reformas; a elaboração de material gráfico e de divulgação; capacitação e integração dos atores e com a pretensão de se alavancar a atividade turística municipal. O departamento conseguiu, por meio da gestão de seus fundos, a compra de um veículo.

O DETUR tem procurado sensibilizar a comunidade por meio da rádio, elucidando o potencial turístico da cidade e estimulando as pessoas da sociedade civil a contribuírem com departamento no envio de informações sobre os respectivos bairros e atividades similares.

Além disso, disseminam-se nas escolas, ainda que de maneira incipiente, as informações concernentes ao turismo local. Existe também o Fórum Municipal de Turismo que ocorre de forma bienal. Toda essa implementação ocorreu com por meio de recursos oriundos do ICMS turístico.

Nos dias atuais, o ICMS Turístico é o principal recurso para desenvolvimento das atividades de turismo em viçosa como ressaltado na fala da chefe do departamento

[..] *"hoje é nossa salvação, o departamento tem dois anos que vive única e exclusivamente do ICMS Turístico, nem verba própria do município a gente tem desde 2013, quando tivemos de abrir mão deste recurso devido as dificuldades financeiras enfrentadas pelas prefeituras no brasil, então é nossa salvação é com ele que mantemos todas as atividades do turismo"*(Chefe do DETUR).

Em relação à gestão dos recursos oriundos do ICMS a gestora ressaltou a restrição orçamentária inerente ao desempenho do departamento e salientou que caso o percentual repassado ao município fosse maior, as possibilidades de atuação seriam muito maiores. Efetivamente, nota-se que a verba referente ao turismo é gerenciada com parcimônia e legitimidade no DETUR, sendo os gastos orientados pela demanda da atividade turística. Ainda no âmbito da política do ICMS, observam-se fatores que independem do gestor para o recebimento do ICMS turístico, como ressaltado na fala da gestora *"Arrecadação do estado, arrecadação do município, número de empresas, renda per capita... Não depende de mim. Por exemplo, Paula Cândido recebe mais que a gente e é uma cidade menor"* (Chefe do DETUR).

Assim, salientam-se as dificuldades do gestor ao ter de lidar com situações contingências ao gerar um recurso cujo repasse depende de indicadores, muitos dos quais fogem ao seu gerenciamento; bem como distanciamentos entre a as políticas estaduais e municipais de turismo. Dessa forma, é sabido que os CTs funcionam como um instrumento para fortalecer a política de descentralização exercida na gestão pública estadual do turismo mineiro. Todavia, a gestora reporta que os CTs funcionam com recursos oriundos dos municípios integrantes dos circuitos e por isso, também, aumentam-se os desafios do desempenho satisfatório da gestão do turismo municipal a partir dos recursos financeiros escassos.

A principal dificuldade enfrentada pelo município de Viçosa no processo de habilitação nos dois primeiros anos foi em organizar a documentação para atender estes critérios, uma vez que o departamento estava sendo reestruturado e tiveram que criar o COMTUR e FUMTUR, além de ser elaborada e implementada a política municipal. Por estes fatores, o município somente começou a receber o recurso no ano de 2012.

É evidente a ocorrência de uma mudança de comportamento na conduta da gestão pública do

turismo no município de Viçosa MG. A cidade que não possuía evidências de uma organização do turismo conduzida pelo governo municipal, por meio dos seus órgãos competentes, agora experimenta um estado de implementação de políticas tanto estaduais como o ICMS Turístico e municipais como a implementação de uma política municipal que determina metas e ações do turismo no decorrer do ano vigente. Mesmo com restrição de contingente humano, as operações do DETUR vêm evoluindo em termos de sua constituição.

As políticas do município vêm sendo sistematizadas, planejadas e refletidas pelo gestor público, no intuito de administrar a visibilidade de Viçosa em relação às suas ofertas. Assim, observa-se que a realidade enfrentada pela gestão pública do turismo nesse município é caracterizada por restrição orçamentária para implementação das ações, na dificuldade de integração e mobilização dos agentes para uma compreensão da abrangência do turismo e na complexidade de apresentação tanto aos conselheiros quanto às demais instâncias da administração pública municipal dos resultados auferidos por meio das ações do DETUR. Na opinião da gestora, o setor do turismo ainda é considerado pela prefeitura de Viçosa como uma instância da gestão pública de menor impacto estratégico. Uma vez que o turismo é um fenômeno complexo, os impactos da implementação de melhorias e ações pela gestão pública municipal apenas terão seus resultados observáveis após uma série de desdobramentos econômicos, políticos, culturais e sociais.

No tópico seguinte serão ressaltadas as mudanças organizacionais e culturais e a aprendizagem da gestão pública municipal decorrente da implementação do ICMS Turístico que impulsionaram outras ações de turismo no município.

4.2 A Aprendizagem como elemento transformador do Turismo em Nível local

As mudanças implementadas na gestão do turismo de Viçosa, trouxeram consigo a tentativa de coesão entre os agentes promotores de atividades potencialmente turísticas que se encontravam no município. Um exemplo foi a criação do COMTUR para integrar os demais atores do turismo local (empresários, artesãos, comunidade receptora, taxistas). Este dado corrobora com a noção de inclusão no processo político (Bramwell; Sharman (1999). Embora o município não atinja uma participação plena, existe uma consciência de sua importância no desenho e implementação de políticas públicas.

Antes do ICMS turístico não havia uma atenção do poder público em desenvolver a atividade turística em Viçosa. Inexistia Conselho, Fundo e política

municipal com metas e ações a serem desenvolvidas. Ao ser contratada, a gestora teve de aprender o que é turismo e como desenvolvê-lo em nível local, para direcionar as ações do DETUR que foi reativado para contemplar um recurso novo disponível no estado o ICMS turístico. A chefe do DETUR apesar de ter experiência na promoção de eventos há mais de 12 anos, nunca havia trabalhado diretamente com turismo, em uma de suas falas ressaltou:

[...] tive que aprender o que integrava o turismo para direcionar as ações do departamento, aí descobri que muita das coisas que fazia como promotora de eventos já fazia parte do turismo e eu nem sabia que estava gerando turismo em viçosa (Chefe do DETUR).

Ferrão (2014) considera só haver aprendizagem quando ocorrem mudanças de crenças, valores e comportamentos. Analisando a gestão do turismo em viçosa observa-se que a aprendizagem ocorreu, uma vez que se busca inovar e desenvolver o turismo local com novos projetos sendo implementados, a motivação da chefe do DETUR em falar do turismo e dos planos fica muito clara impulsionar na sua fala, mas observa-se a necessidade de integração da iniciativa privada e da própria comunidade para promover o desenvolvimento do turismo.

Baseado em Ferrão (2014) foram definidos os atores, objetos (o que se aprende com a política) e efeitos (quais os resultados obtidos) dos processos de aprendizagem partir do ICMS Turístico que podem ser visualizados no quadro 02. Só existe aprendizagem quando há reflexão, mudança de postura. Foi assim que o departamento de turismo voltou a reestruturar o turismo, revendo conceitos básicos que haviam sido esquecidos em gestão anteriores.

Analisando a aprendizagem da gestão pública municipal à luz da teoria de Zito e Schout (2009) e Egan (2009) citados em Ferrão (2014), foram identificados dois modos de aprendizagem em políticas públicas: a **organizacional**, com a estruturação do DETUR antes inativo para alavancar o turismo e conseguir recursos que não fossem próprios da prefeitura, incorporando novos métodos de gestão e organização onde foram incluídos outros atores no processo de tomada de decisão representados pelo COMTUR antes inexistente, além de uma política de turismo própria do município aprovada na Câmara Municipal.

A **aprendizagem social**, onde verificam-se comportamentos inovadores na cidade, como a roteirização do turismo local com placas de sinalização turística, parceria com a Universidade e com escolas da rede municipal e busca de conscientização da comunidade, que ainda tem dificuldade de reconhecer Viçosa como uma cidade turística.

Quadro 02 - Atores, objetos e efeitos no processo de aprendizagem em Viçosa a partir do ICMS Turístico.

Atores, objetivos e efeitos		Função do papel que lhes cabe em relação a gestão pública do turismo
<i>Atores no processo de aprendizagem</i>	Prefeito	Avaliar as ações do departamento e dar o seu parecer, bem como sugestões e apoio as novas ações.
	Chefe do departamento de Turismo e COMTUR	Elaborar novos projetos como roteirização, capacitação dos demais atores e implementar as políticas estaduais (como a dos circuitos turísticos e do ICMS turístico); elaborar e implementar a política municipal de turismo, gestão e prestação de contas do fundo municipal de turismo, monitorar e avaliar o que está em andamento propondo novas alternativas de ação, caso os objetivos definidos não estejam sendo atendidos.
	Circuito Turístico	Dar suporte técnico aos municípios na execução de novos projetos e auxiliar na elaboração da documentação do ICMS turístico; e estabelecer um diálogo entre Município e Estado (Secretaria de Turismo e Esporte)
	Artesãos; Taxistas; Empresários da rede hoteleira, alimentícia e de eventos	Buscar se envolver com as atividades turísticas locais, opinar, cobrar representação no COMTUR, capacitar-se, desenvolver o turismo local
	Comunidade receptora	Reconhecer o turismo no município, exigir representação no COMTUR, fiscalizar as ações de turismo com o dinheiro público, divulgar o turismo local.
<i>Objetos dos processos de aprendizagem com o ICMS Turístico</i>		Apreendeu-se a estruturar a atividade e como gerir, tentar envolver a comunidade por meio de programas na rádio explicando o que é o turismo e como o cidadão pode participar juntamente com o DETUR; importância do turismo para geração de renda e desenvolvimento local; capacitar gestores e atores do turismo como empresários e artesãos para gerarem renda, fornecendo cursos e visitas técnicas em outras cidades que são destaque no turismo nacional, tornar as ações do poder público mais transparentes por meio da inclusão social e coletiva. Trabalhar em rede por meio do circuito turístico analisando o que deu certo em outros municípios e trocando experiências.
<i>Efeitos dos processos de aprendizagem com o ICMS Turístico</i>		O Estado espera com a política não apenas repassar um recurso, mas estruturar a atividade turística, causar reflexão e mudança na gestão pública para inovar o turismo local. Ter um COMTUR atuante, criação de novos projetos e geração de empregos no setor. Fazer com que o município tenha o ICMS turístico, mas não dependa exclusivamente dele. Em viçosa dentre as mudanças podem ser citadas criação do COMTUR com função consultiva e deliberativa; roteirização da Viçosa e do Paraíso com apoio da comunidade residente no local; capacitação da chefe do DETUR; placas de sinalização turística; projeto de formação de guias; novas parcerias com Sebrae para capacitar rede hoteleira e de alimentos; parcerias com a iniciativa privada em ventos locais; participação de feiras regionais e nacionais para divulgar o artesanato local, projeto de taxa de turismo nos hotéis da cidade e cobrança de espaço público em eventos na área central de Viçosa visando uma arrecadação própria, solicitação ao prefeito de mais funcionários no departamento e de recurso próprio da prefeitura, criação da agenda de turismo em parceria com a universidade federal viçosa onde são registrados os principais eventos que irão ocorrer no decorrer do ano na cidade visando segurança e conforto dos turistas.

Fonte: Elaboração própria a partir das categorias sugeridas por Ferrão (2014).

Com o conjunto de práticas implementadas pela chefe do DETUR, pode-se perceber uma nova realidade no cenário estratégico do turismo, no município de Viçosa. Nota-se que a própria reflexão sobre a atividade turística e as articulações que são efetuadas com agentes do turismo, com autoridades na área e com os demais órgãos turísticos tanto de nível estadual, como em nível regional, proporcionam um novo panorama sobre o setor turístico.

Ao serem pensadas ações para o desenvolvimento da atividade no município, novas ideias e novas análises surgem em termos de fatores que possam tornar a localidade competitiva e possam

beneficiar as ofertas. Com quatro anos de atuação, a gestora, coordenando os esforços do DETUR e articulando-se junto ao COMTUR as demandas municipais de turismo, conseguiu ganhos no sentido de legitimar uma atividade turística sistematizada em nível municipal, em que, sob um panorama político, pode-se afirmar que o município pensa e age em relação às suas atividades turísticas.

Em função da natureza do departamento, o processo de amadurecimento do setor relaciona-se ao próprio amadurecimento profissional do gestor. Nas falas da entrevistada, depreende-se que a mesma passou por um profundo processo de conhecimento da

amplitude da gestão do turismo e de seus elementos componentes. Dessa forma, inicialmente essa agente tivera de compreender a complexidade de suas atribuições e do setor econômico no qual atua, para então, direcionar seus esforços em ações contundentes.

Observam-se resultados paralelos da política de roteirização, consistidos em uma evolução do interesse da sociedade civil em se organizar em uma estrutura similar. Isto é, um outro bairro viçosense (Bairro do Paraíso) demandou do DETUR a feitura de um roteiro similar ao da Viroleira.

O município cumpre ainda suas funções na participação no Circuito Turístico, ao qual Viçosa está vinculada. Dessa forma, pode-se concluir que a gestão do DETUR contribui para a integração da política de nível estadual, sobretudo por captação de recursos. Na ótica da gestora, o CT é importante para o desenvolvimento do turismo em nível local, como um direcionador das informações e balizador para estruturação da atividade turística.

Ferrão (2014) destaca dois elementos relevantes na aprendizagem em políticas públicas: o primeiro consiste no caráter contingencial existente entre a instrumentalização de um novo conhecimento e a qualidade das alterações promovidas com ela. Essa contingência tanto deriva do impedimento por parte dos agentes decisores do uso do conhecimento para soluções, quanto pode derivar da assimetria entre a aprendizagem no nível da gestão pública e a aprendizagem no nível dos agentes componentes da oferta turística. Isso é verificado no roteiro da Viroleira, na qual agentes que poderiam ser ofertantes de atrativos para o turismo foram integrados em um roteiro estruturado e capacitados para integração da política de roteirização.

Os aspectos estruturais do roteiro foram plenamente figurados, todavia, notam-se falácias no processo de atuação dos ofertantes, pois observou-se a existência de assimetria no nível de informação entre os agentes do roteiro e a o departamento de turismo. Além disso, as ações de propaganda e promoção do Roteiro da Viroleira possuem um baixo impacto e visibilidade em termos de estratégia. A iniciativa do roteiro partira do departamento de turismo, fato que talvez dificulte a efetivação dessa medida. Os integrantes da gestão pública, neste caso, assimilaram o ambiente contextual da política, conseguiram alterar o padrão de comportamento empregado. Os agentes da sociedade civil não conseguiram efetivamente integrar a essa política, carecendo-se ainda de revisões sistemáticas em sua implementação.

Ainda na visão do autor, o segundo elemento considerado relevante para análise da aprendizagem ao nível das políticas públicas, consiste na percepção

de que nem sempre a ocorrência de aprendizagem, consiste em consequência direta para aumento da eficiência da política (FERRÃO, 2014).

Este fato pode ser observado pelas operações atuais da gestão do turismo em Viçosa, em que toda a atuação do setor fora retomada, após razoáveis desempenhos na gestão. O DETUR encontra-se em plena atuação, com atividades mediadas pelo COMTUR e com várias iniciativas, ações e compromissos em pauta. A gestora reitera a baixo reconhecimento frente à sociedade civil, ao mercado e à própria prefeitura municipal de Viçosa em relação aos esforços movimentados. Para a chefe do DETUR, no âmbito do turismo, as ações políticas podem ser figuradas por meio de iniciativas, cujos resultados são processuais e lentos.

Bramwell e Sharman (1999) trazem a ideia de que o êxito do aprendizado em políticas públicas envolve, dentre outros aspectos, a compreensão entre os agentes e a busca de consenso entre os interesses de todos os envolvidos com a atividade direcionadora da política. Assim, para uma construção democrática do turismo, repleta de valor e significado é preciso que os agentes construam uma relação de diálogo e possam negociar as suas necessidades, objetivando uma relação de ganhos mútuos e desenvolvimento do setor turístico. Em termos de desenvolvimento foram encontrados, a partir da visão da gestora e observação de campo, os seguintes resultados (Quadro 03).

Quadro 03 - Efeitos esperados e observados do turismo no desenvolvimento local.

Efeitos esperados	Efeitos observados
1) geração de empregos e divisas para as localidades, a movimentação da economia local e dinamização do comércio, bem como os incrementos na visibilidade dos destinos que a atividade turística é capaz de trazer (PEREIRA; PIMENTEL, 2013);	Baixo
(2) envolvimento dos atores que fazem parte da cadeia (PIMENTEL; EMMENDOERFER; TOMAZZONI, 2014)	Baixo

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa, 2017.

Pode-se concluir que o ICMS turístico, por meio do aporte de recursos financeiros ao município e a requisição de um conjunto de critérios que objetivam o desenvolvimento da organização turística local tem induzido o desenvolvimento turístico. Todavia, nota-se pela opinião da entrevistada que existe uma baixa percepção deste desenvolvimento. O turismo ainda não é visto pelo executivo local como um setor estratégico. O setor privado e comunidade não se envolve ativamente nas decisões locais.

De modo geral há um acúmulo de aprendizagem social e organizacional no âmbito do Detur, porém com limitações internas e externas. No âmbito interno, não há mecanismo para a formalização dos conhecimentos adquiridos e repasse para futuros gestores. Deste modo, a continuidade, mais provável e facilitada, do município na política é condicionada a permanência do gestor contratado. Em termos externos, devido ao não envolvimento significativo de setores privado e comunidade, há um baixo potencial de aprendizagem de agentes, deste âmbito, a respeito de aspectos preconizados pela política: como a movimentação do fundo e a existência de um conselho gestor ativo. Observa-se também que existe um efeito expressivo na sensibilização da gestão local para maior envolvimento dos setores afins ao turismo nas decisões públicas e a busca de aprendizagem contínua para atendimentos das demandas públicas de turismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na caracterização do processo de aprendizagem, o estudo apresentou os atores, objetivos e efeitos da aprendizagem com a política do ICMS Turístico. Sobre os atores, notou-se o reconhecimento da importância de estabelecer relações e a integração destes para a tomada de decisões públicas. Embora a política faça aporte de recursos, os quais são, em alguns casos, os únicos para o turismo, a gestão demonstra-se sensibilizada para o aumento da autonomia do setor em relação a recursos financeiros.

A respeito do desenvolvimento turístico local existe uma percepção de: baixa geração de empregos e divisas para as localidades, a movimentação da economia local e dinamização do comércio, bem como os incrementos na visibilidade dos destinos que a atividade turística é capaz de trazer; baixo envolvimento dos atores que fazem parte da cadeia. Não obstante, transformações tem ocorrido no setor e na gestão do turismo local. Talvez, com uma maior demanda turística, o desenvolvimento de uma imagem de destino turístico, a gestão pública possa direcionar mais recursos para o setor, assim como os atores da cadeia, se envolverem mais ativamente nas decisões públicas.

As mudanças ocorridas no caso analisado, denotam uma aprendizagem organizacional e social, que tem impactado no desenvolvimento turístico. Neste, sentido pode-se dizer que a aprendizagem do gestor público com vistas à habilitação do ICMS Turístico interveio no desenvolvimento do turismo local. Há uma nova forma de pensar o setor,

estruturando e agregando valor para as ofertas do turismo de nível local. Ainda que o elemento motivador tenha sido a contemplação do benefício do ICMS turístico, a atividade do DETUR fora renovada e transformou-se em uma possibilidade profícua de desenvolvimento local, geração de renda e arrecadação de recursos para o município. Observou-se que a presença de um conselho atuante e coeso permite a legitimação das ações do gestor com vistas à obtenção de maiores possibilidades.

Dessa forma, por meio da presente investigação, foi possível entender a dinâmica de um município sem tradição na sistematização da própria atividade turística ao tentar aprimorar as medidas e ações objetivando obter as competências necessárias para atender aos requisitos de acesso à política do ICMS turístico. A política tem sido indutora da aprendizagem na gestão pública e da organização do turismo municipal, a partir do incentivo financeiro que tem-se manifestado, no caso, como a única fonte de recurso para o desenvolvimento turístico local do poder público.

Como limitação e para futuros estudos sobre o tema, seria adequado analisar as aprendizagens coletivas dos atores públicos e privados que atuam no turismo em nível local, como conselhos gestores de turismo. Ressalta-se que a escolha do principal gestor público no setor de turismo da cidade estudada para compreensão da aprendizagem para o desenvolvimento turístico é reflexo da realidade de muitas cidades do interior do Brasil com até 100.000 habitantes, principalmente sem tradição pública na atividade turística de modo profissionalizada (FRAGA; ALVES; EMMENDOERFER, 2014). Há uma tendência de não existir ou somente ter uma pessoa responsável por este setor na gestão pública municipal, onde muitas vezes não é formada ou habilitada na área do turismo. Isso poderia ser um problema inicial. Mas, o caso da cidade estudada demonstrou que comportamentos como iniciativa, força de vontade, interesse em aprender e fazer acontecer podem ser uma forma de começar o turismo pelo poder público, que pode ao superar a fase de sensibilização e de compreensão da atividade turística como potencial para uma efetiva forma de desenvolvimento local, requisitando assim, nesta nova etapa, de profissionais formados de turismo e em administração pública especializados neste setor.

Por fim, este artigo é um ponto de partida em relação ao tema aprendizagem no contexto da gestão e políticas públicas de turismo, tem que tem ainda sido empiricamente negligenciado ou tratado de modo periférico pela comunidade científica da área.

AGRADECIMENTOS

Ao financiamento das bolsas de mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ao primeiro, segundo e quarto autores deste artigo.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 5. ed. Lisboa: Edições, 70, 2015.
- BRAMWELL, B.; SHARMAN, A. Collaboration in local tourism policymaking. *Annals of tourism research*, v. 26, n. 2, p. 392-415, 1999.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo, Organização e Reconstrução do Espaço Urbano Contemporâneo. *Rosa dos ventos*, v. 5, n. 10, p. 381-389, 2013.
- CHAGAS, M. M. Imagem de destinos turísticos: Uma discussão teórica da literatura especializada. *Turismo-Visão e Ação*, v. 10, n. 3, p. 435-455, 2008.
- EGAN, G. *The Skilled Helper: International Edition*. Monterey, CA: Wadsworth, 2009.
- EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F. C.; LIMA, A. A. T. F. C. *Inovação social na gestão pública do turismo: uma análise dos circuitos turísticos em Minas Gerais*. In: Pimentel, T. D.; Emmendoerfer, M. L.; Tomazzoni, E. L. *Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul, RS: Educus, p.463-486, 2014.
- FERRÃO, J. *O ordenamento do território como política pública*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., 2014.
- FRAGA, B. O.; ALVES, C. L.; EMMENDOERFER, M. L. Análise do processo de planejamento público do turismo pelo governo municipal numa cidade sem tradição na organização do setor. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 5, n. 21, p. 197-198, 2014.
- LIMA, J. O.; SILVA, A. B. O Significado de 'ser servidor público' à luz da Aprendizagem Transformadora. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia (Online)*, v. 13, n.1, p. 97-122, 2014.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais- ICMS Turístico. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/icsm-turistico>>. Acesso em 05 Mai, 2015.
- PEREIRA, D. O.; PIMENTEL, M. C. P. Elaboração da Política de Estado de Turismo de Minas Gerais: contexto e influências. *Revista do V Simpósio de Pesquisa e Inovação/IV Seminário de Iniciação Científica do IF Sudeste MG-Câmpus Barbacena* v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <http://ojs.barcacena.ifsudestemg.edu.br/index.php/S_PV/article/view/38/25> Acesso em 9 abr, 2015.
- PIMENTEL, M. R. A experiência Turística e a Imaginabilidade da paisagem urbana. *Rosa dos ventos*, v. 5, n. 10, p. 421-428, 2013.
- PIMENTEL, M. P. C. A dimensão institucional das políticas públicas de turismo no Brasil. PIMENTEL, TD; EMMENDOERFER, ML; TOMAZZONI, EL *Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul (RS): EDUCS, p. 15-38, 2014.
- SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo, Cengage Learning., 2010.
- SETTE, I. R.; VALLE, M. I. M.; COUTINHO, M. P. C. O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo. *Revista Turismo em Análise*, v. 25, n. 3, p. 608-627, 2014.
- SILVA, M. D. G.; MIRANDA, E. A. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. *Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento*, v. 2, n. 2, p. 94-103, 2014.
- SILVA, G. A. B.; PASSADOR, J. L. Redistribuição fiscal para o desenvolvimento turístico local e regional. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. (4, p.), 587-610, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/63585>.
- YIN, R. K. *Estudo de caso*. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZITO, A. R.; SCHOUT, A. Learning theory reconsidered: EU integration theories and learning. *Journal of European Public Policy*, v. 16, n. 8, p. 1103-1123, 2009.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 23 de dezembro de 2016; aceito em 13 de janeiro de 2017; publicado online 10 de fevereiro de 2017.

Received on December 23, 2016; accepted January 13, 2017, published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

Artigo convidado/ Invited paper.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO TURISMO: EXPERIÊNCIAS SULAMERICANAS DE TURISMO SOCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA (ARGENTINA, BRASIL E CHILE)

Aristides Faria Lopes dos Santos*

Resumo

O Turismo Social encontra-se institucionalizado nos programas nacionais de turismo de Argentina, Brasil e Chile? O objetivo da pesquisa é identificar programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015. O recorte temporal adotado deve-se ao fato de que a partir do início dos anos 2000 houve um crescimento em diversos países, notadamente, Argentina, Brasil, Chile, Equador e Venezuela, de movimentos de esquerda, que culminaram com a ascensão a governos nacionais. A escolha dos países analisados fundamentou-se no desempenho dos países analisados no ranking internacional de competitividade no setor de viagens e turismo publicado pelo World Economic Forum (WEF, 2014-2015). Como técnica de coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. As informações levantadas foram categorizadas e analisadas de acordo com as categorias: institucionalização, financiamento e público-alvo (beneficiários). Verificou-se que na Argentina o governo federal financia parcialmente as viagens para grupos familiares de baixa renda; no Brasil, o governo federal e o empresariado do setor de comércio subsidiam um sistema de serviços para empregados formais do setor; e no caso chileno o turista custeia sua viagem integralmente, mas o governo nacional mantém sistema de apoio ao turista e qualificação dos prestadores de serviços atuantes em destinos turísticos alheios aos roteiros convencionais.

Palavras-chave: Administração pública. Turismo. Turismo Social. América do Sul.

PUBLIC ADMINISTRATION OF TOURISM: SOCIAL TOURISM IN SOUTH AMERICAN EXPERIENCES A COMPARATIVE PERSPECTIVE (ARGENTINA, BRAZIL AND CHILE)

Abstract

Is Social Tourism part of institutionalized governmental programs in Argentina, Brazil and Chile? The objective of the research is to identify national official programs over Social Tourism (TS) launched from 2000 and effective during the 2015. This time period was adopted because from the early 2000s in a growing number of countries, notably Argentina, Brazil, Chile, Ecuador and Venezuela, leftist movements had grown up until national governments. The countries selected were based on the performance of the countries analyzed in the international competitiveness ranking in the travel and tourism sector published by World Economic Forum (WEF, 2014-2015). It was performed literature review and documentary research. The information gathered were categorized and analyzed according to four categories: institutionalization, financing and audience (beneficiaries). It was found that in Argentina the federal government partially funds the travel costs of familiar low income groups; in Brazil, the federal government and the service sector trade subsidizes a leisure system for formal employees; and in the Chilean case the tourist pays for your trip entirely, but the national government retains a support system for tourists and qualification courses for service providers located at alternative tourist destinations.

Keywords: Public administration. Tourism. Social tourism. South America.

ADMINISTRACIÓN PÚBLICA DEL TURISMO: EXPERIENCIAS DEL TURISMO SOCIAL SUDAMERICANO EN PERSPECTIVA COMPARATIVAS (ARGENTINA, BRASIL Y CHILE)

Resumen

¿El turismo social forma parte de programas gubernamentales institucionalizados en Argentina, Brasil y Chile? El objetivo de la investigación es identificar los programas oficiales nacionales sobre Turismo Social (TS) lanzados a partir de 2000 y vigentes durante el 2015. Se adoptó este marco temporal porque desde principios de los años 2000 un número creciente de países latinoamericanos, notadamente Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Venezuela Ecuador, los gobiernos nacionales han sido alcanzados por movimientos de orientación izquierdista. La elección de los países se basó en el desempeño de los países analizados en el ranking de competitividad internacional en el sector de viajes y turismo publicado por el Foro Económico Mundial (WEF, 2014-2015). Se realizó la revisión bibliográfica y la investigación documental. La información recogida ha sido clasificada y analizada en cuatro categorías: institucionalización, financiamiento y audiencia (beneficiarios). Se encontró que en Argentina el gobierno federal financia parcialmente los gastos de viaje de los grupos familiares de bajos ingresos; en Brasil, el gobierno federal y el sector de servicios subsidian un sistema de ocio para empleados formales; y en el caso chileno el turista paga por su viaje por completo, pero el gobierno nacional mantiene un sistema de apoyo para turistas y cursos de capacitación para proveedores de servicios ubicados en destinos turísticos alternativos.

Plabras clave: Administración pública. Turismo. Turismo social. Sudamerica.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações 4.0 / Internacional

* Doutorando e Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (Laureate International Universities). MBA em Gestão de Projetos pela Universidade Católica de Santos (Unisantos, 2011); Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2003); e Bacharel em Turismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul, 2002). Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Câmpus Cubatão). Áreas de interesse: Hospitalidade, Serviços, Stakeholders, Competitividade, Turismo. Endereço institucional: IFSP Câmpus Cubatão: Rua Maria Cristina, nº 50. Jardim Casqueiro, Cubatão (SP). CEP: 11533-160. [aristidesfaria@ifsp.edu.br]

1 INTRODUÇÃO

O turismo enquanto atividade econômica e social complexa carrega o potencial de fomentar o desenvolvimento de cidades, regiões e mesmo nações onde houver fluxos de visitantes – e, por consequência, de insumos para atender a tal demanda.

Trata-se, então, de um segmento da economia mundial composto por diversos setores, que, juntos, podem dinamizar economias regionais e mesmo a global por meio do fluxo financeiro e de transações internacionais de serviços, por exemplo.

A evolução das tecnologias da informação e comunicação, as permanentes inovações no campo dos transportes e o barateamento dos custos para deslocamento por largas distâncias impulsionaram o desenvolvimento do turismo a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No mesmo sentido, a ampliação da compreensão do acesso – e, posteriormente, do direito ao ócio, ao lazer – às viagens e ao turismo enquanto “tempo de descanso” marcou o surgimento de um novo proletariado. Trata-se, pois, do surgimento de um mercado e mesmo de um segmento no setor de viagens e turismo. Originalmente, esse processo teve início nos países industrializados, já que os mesmos foram também e naturalmente pioneiros na convenção de direitos trabalhistas (SCHENKEL, 2013).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003, p. 3), organismo das Nações Unidas que trata dos assuntos do setor em âmbito supranacional, afirma que “muitas nações dependem dessa dinâmica atividade como principal fonte geradora de renda, emprego, crescimento do setor privado e aperfeiçoamento da infraestrutura”.

Enquanto o turismo é conceituado como “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos” (OMT, 2003, p. 19); mais especificamente, o Ministério de Turismo (MTUR) brasileiro considera o Turismo Social (TS) como “uma forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2006, p. 6).

O tema central deste trabalho é a Administração Pública¹ do Turismo em nível nacional com foco em programas de TS. A escolha do tema justifica-se pela relevância da ação governamental orientada para a diversificação da oferta de produtos e serviços

turísticos – tanto ao público nacional quanto internacional –, a ampliação das oportunidades de acesso ao mercado de viagens e lazer para a população de baixa renda, a qualificação da mão de obra atuante no setor de serviços e a difusão dos benefícios econômicos e sociais advindos do turismo para pequenas comunidades e negócios locais.

A questão central a ser respondida por este estudo é: *O Turismo Social encontra-se institucionalizado nos programas nacionais de turismo de Argentina, Brasil e Chile?* O objetivo da pesquisa é identificar programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015. O recorte temporal adotado deve-se ao fato de que a partir do início dos anos 2000 houve um crescimento em diversos países, notadamente, Argentina, Brasil, Chile, Equador e Venezuela, de movimentos de esquerda (CANTU, 2015), que culminaram com a ascensão a governos nacionais.

Para a produção deste artigo foram selecionados os governos nacionais de Argentina, Brasil e Chile. A escolha dos países analisados fundamentou-se no desempenho dos países analisados no ranking internacional de competitividade no setor de viagens e turismo publicado pelo World Economic Forum (WEF, 2014-2015).

De acordo com Travel & Tourism Competitiveness Report (WEF, 2014-2015), relatório citado anteriormente, entre 140 nações, o Brasil ocupa a 51ª posição, o Chile a 56ª e a Argentina o 61º lugar, sendo os países mais bem posicionados entre os países latino americanos. Outra importante publicação é o Barômetro anual do turismo internacional publicado pela OMT (2014) aponta que em termos de desembarques internacionais na região o Brasil recebe mais de nove milhões de turistas internacionais (1º), a Argentina recebe mais de 5.500 milhões de visitantes (2º) e o Chile mais de 3.500 milhões (3º), sendo igualmente os três mais bem posicionados da região.

Tais indicadores referem-se não apenas ao turismo internacional, mas a diversos fatores como a diversidade da oferta, a qualificação da mão de obra e as facilidades disponíveis aos visitantes (serviços bancários, segurança pública e serviços de hospedagem, por exemplo). Isso significa que países e regiões competitivos tendem a prestar bons serviços aos turistas das mais diversas origens. Mais especificamente, acerca do TS são abordadas no presente estudo diferentes perspectivas conceituais sobre o assunto para orientar a análise dos programas nacionais em questão.

¹ Segundo Paludo (2013, p. 19), “a administração pública em sentido amplo compreende: o governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa

essas decisões). Em sentido estrito compreende apenas as funções administrativas de execução dos programas de governo, prestação de serviços e demais atividades”.

Este artigo foi organizado em três partes articuladas entre si. A primeira trata da conceituação (pesquisa bibliográfica) da Administração Pública (AP), passando pelos processos históricos de Descentralização (e Desconcentração) governamental no Brasil, e de Turismo, com especial interesse no segmento de Turismo Social (TS). Os principais autores consultados foram Rozenberg (1996), Arretche (1999), Falleti (2006), Franco e Lanzaro (2006), Farah (2008) e Paludo (2013).

Na segunda sessão são apresentadas diferentes noções de TS, uma breve contextualização dessas compreensões ao longo do tempo e as iniciativas de TS de Argentina, Brasil e Chile (pesquisa documental). A sessão seguinte da análise dos resultados, onde são discutidas as iniciativas de TS dos países escolhidos como objeto de investigação.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais deste artigo que objetivou identificar programas nacionais oficiais de administração pública de Turismo Social (TS) lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESCENTRALIZAÇÃO

O turismo organizado tal como é conhecido atualmente possui origem na Europa em meados do século XIX, quando surgiu a formação de grandes massas de trabalhadores assalariados e com direito a férias. Esse período da história da atividade turística em nível mundial teve, essencialmente, três fases:

[...] Turismo Industrial Primitivo, que teria origem no século XIX, estendendo-se até o início da Segunda Guerra Mundial; o Turismo Industrial Maduro, cuja origem se daria a partir da década de 1950, estendendo-se até o início da década de 1980; e o Turismo Pós-Industrial, que teria origem na década de 1980, avançando até o final do século XX (MACHADO, 2013, p. 3).

Fica patente a relação entre o trabalho assalariado e o usufruto do período de descanso remunerado (férias) por meio do turismo. Trata-se de um dos fatores impulsionadores do turismo de massa, somando-se, por exemplo, a difusão dos meios de transporte individuais a partir do século XX. Assim, conforme surgiram diversos destinos turísticos a partir de meados do século XIX, outros vieram se consolidar no período pós-guerra (1945) e, sobretudo, a partir dos anos 1950, como citado.

Esse período coincide com a ascensão do “Estado de Bem-Estar Social”, que segundo Paludo (2013, p. 13), trata-se de um Estado “que procura garantir as condições mínimas de existência e dignidade

ao ser humano”. Ainda de acordo com o mesmo autor, “o auge desse tipo de Estado ocorreu na década de 1960, e o seu declínio nas décadas de 1970 e 1980”.

Notadamente os anos 1980 marcaram a derrocada de um modelo de desenvolvimento liberal capitalista. Como exemplo, no Brasil ganhou força o processo de descentralização do governo como “parte do processo de redemocratização” política do país (FALLETI, 2006, p. 46). Movimentos semelhantes ocorreram em toda a região, tal como afirmam Franco e Lanzaro (2006, p. 13):

[...] en la década de 1980, los países de América Latina experimentaron el derrumbe del modelo de desarrollo precedente, y tuvieron que llevar a cabo políticas de estabilización destinadas a recuperar los equilibrios macroeconómicos que habían perdido, así como una serie de reformas estructurales.

Ainda de acordo com Falleti (2006, p. 60), a descentralização se trata de um

“[...] processo de reforma do Estado, composta por um conjunto de políticas públicas que transfere responsabilidades [descentralização administrativa], recursos [descentralização fiscal] ou autoridade [descentralização política] de níveis mais elevados do governo para níveis inferiores, no contexto de um tipo específico de Estado”.

Essas responsabilidades são diversas e muitas são de difícil mensuração, o que induz os governos a desconcentrarem atribuições, ou seja, transferindo poderes a outros organismos da administração direta.

No caso brasileiro, como afirma Arretche (1999, p. 114), com a instituição da Constituição Federal em 1988, “a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais”. Isso fez com que os municípios brasileiros se tornassem “entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição”. Esse processo paulatinamente fez com que a população se percebesse cada vez mais próxima aos tomadores de decisões e gestores de serviços públicos prestados diretamente aos munícipes.

Conforme Paludo (2013, p. 51), esses “serviços públicos [se for possível classifica-los assim] consistiam, basicamente, na segurança (proteção e defesa contra invasores) e na justiça exercida pelo soberano (ou alguém por ele designado) de forma discricionária [...]”. Hoje, naturalmente, a percepção sobre a ação governamental é diferente e, com isso, as expectativas sobre o bom desempenho e a transparência dos governos – em todos os níveis e poderes – aumentou e se tornaram mais complexas.

A partir do século XX a “administração pública gerencial” emergiu como uma resposta a tal demanda, ou seja, para fazer frente ao aumento das funções econômicas e sociais do Estado e ao “desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à globalização da economia mundial” (PALUDO, 2013, p. 64).

Este trabalho possui foco sobre a gestão pública do turismo, então a torna-se essencial articular os conceitos-chave “administração pública” e “turismo social”. Rozenberg (1996, p. 61) assumiu desafio semelhante e afirmou à ocasião que “quando confrontadas as várias definições de turismo social é possível concluir que o tema está muito distante de se constituir numa unanimidade quanto às suas principais características”.

Quadro 1: Comparação de Turismo clássico e Turismo social.

Turismo clássico	Turismo social
Lucro	Homem
Contemplativo	Participativo
Seletivo	Abrangente
Setor privado	Estado, ONGs, Sindicatos
Predatório	Preservacionista
Trabalho x lazer	Trabalho + lazer
Turismo como um fim	Turismo como um meio

Fonte: Rozenberg (1996, p. 61).

O quadro 1, ainda que de modo sintético, é rico em informações para esta pesquisa. Conforme exposto, verifica-se que a prerrogativa essencial desses dois modelos de turismo é divergente: o Turismo clássico (TC) visa eminentemente a obtenção de lucro, sem efetivo comprometimento com a aproximação entre visitantes e visitados, o que é proposto pelo TS.

O TC é, conforme o autor, contemplativo no sentido em que se utiliza de paisagens e pessoas como objetos a serem observados à distância. Iniciativas de TS propõem atividade, ação e interação com pessoas das localidades visitadas e uma aproximação maior em relação aos espaços compartilhados com a comunidade residente.

Enquanto o TS (mais abrangente) é desenvolvido por meio do terceiro setor e fomentado diretamente pelos governos, o TC (mais seletivo) é planejado e operacionalizado pela iniciativa privada. O governo exerce influência em termos econômicos como por meio de políticas de câmbio, políticas de concessão de vistos, taxas alfandegárias e restrições/permitsões de outras naturezas, por exemplo.

Uma vez que o TS se desenvolve por meio de organizações da sociedade civil com o estímulo do

governo, suas iniciativas tendem a ser conservacionistas, prezando pela manutenção dos espaços naturais e urbanos. Por outro lado, produtos e serviços de TC não têm o mesmo instinto preservacionista, por isso a estreita relação com o termo “turismo de massa”.

Outra diferença importante é que o TC se desenvolve em contraposição ao tempo de trabalho (*versus* lazer) e o TS tende a se desenvolver entre períodos de trabalho (mais lazer). Essas diferenças culminam na perspectiva do turismo como um meio (TS) e não como um fim em si mesmo (TC).

O autor faz referência a uma série de “controvérsias” no que tange a “diferentes visões a respeito de quem deva ser beneficiado pelo turismo social, quem deve ser responsável pela sua implantação e de que forma o turismo social deve ser posto em prática” (1996, p. 61).

É justamente a partir de tais controvérsias que esta pesquisa propõe a categorização da análise das iniciativas de TS em três unidades: institucionalização, financiamento e público-alvo (beneficiários).

[...] O desenvolvimento do turismo implica a composição e articulação de atividade de natureza multissetorial e intersetorial. Sua realização perpassa diferentes níveis de governo exigindo cooperação intra e intergovernamental. Essa complexidade requer medidas que excedem a ação isolada tanto da sociedade como do Estado; é necessária a ação combinada dos múltiplos nichos da iniciativa privada e das instâncias do poder público (RUA, 2006, p. 18).

No trecho citado (RUA, 2006), verifica-se que o desenvolvimento turístico transcende os três níveis de governo, ou seja, políticas públicas locais de fomento ao setor de viagens e turismo têm de posicionar-se em alinhamento em relação as políticas regionais, estaduais e nacionais – ainda que existam diferenças partidárias. No caso brasileiro, o Ministério do Turismo (2013-2016), no texto de abertura do Plano Nacional de Turismo vigente afirma que este “é um desafio que o Ministério do Turismo e o governo brasileiro assumem com satisfação, cientes de que o turismo responderá com crescimento sustentado e sustentável, redução de desigualdades regionais, inclusão social e geração de emprego e renda”.

Conforme Santos (2015), quando os stakeholders atuantes no setor de viagens e turismo em um dado território trabalham em cooperação – ainda que haja alta competição interna – há um impacto (positivo) na competitividade do destino como um todo, já que tendem a aumentar os níveis de qualidade da oferta de produtos e serviços e de

qualificação dos profissionais (operacionais e administrativos) do setor.

São identificados importantes elementos ainda na citação anterior, na qual Rua (2006) ressalta implicações do desenvolvimento do turismo como “composição”, “articulação”, “cooperação” e “ação combinada”. Verifica-se, pois, que há necessidade premente de diálogo entre os três níveis de governo e entre o poder público, a iniciativa privada (que no caso operacionaliza os projetos governamentais de TS) e a população em geral (turistas, beneficiários e as comunidades receptoras, residentes em localidades atendidas por esses programas).

A próxima sessão apresenta a análise sobre as iniciativas de TS em questão e, em seguida, a categorização de tais informações a fim de estabelecer um eixo de comparação entre Argentina, Brasil e Chile.

3 TURISMO SOCIAL: PANORAMA

Nesta sessão são abordadas perspectivas sobre o TS e os diferentes valores e premissas que fundamentam a compreensão do turismo enquanto atividade dinâmica que exerce influência econômica e social sobre as nações.

Em linha com o exposto na sessão anterior a respeito do histórico da perspectiva social em relação ao turismo e a conquista de direitos sociais (trabalhistas essencialmente), principalmente, a partir dos anos 1960, apresenta-se no quadro 2 uma série de eventos internacionais dedicados a discutir o “fenômeno” do turismo e, notadamente, o Turismo Social (HAULOT (1988) apud ROZENBERG (1996)).

Quadro 2: Série histórica de eventos de amplitude mundial sobre a perspectiva social do turismo entre as décadas de 1960 e 1990.

Ano	Cidade sede	Evento
1964	Bruxelas	Simpósio sobre “Promoção de Turismo Social através da cooperação entre Organizações Internacionais”
1964	Milão	Simpósio sobre o “Problema do financiamento de férias”
1966	Peschiera	Simpósio sobre “Turismo e a Juventude”
1967	Fiuggi	Primeiro Congresso sobre “Turismo para a juventude”
1969	Não informado	Mesa Redonda médica sobre o problema da concentração excessiva das férias num curto espaço de tempo
1971	Bruxelas	Simpósio sobre “Camping e Caravanas”
1972	Lugano	Simpósio sobre “Turismo para Terceira Idade”

1974	Não informado	Congresso sobre Turismo para Juventude centrado em dois temas: transporte e liderança
1975	Tânger	Tânger: primeiro encontro do BITS fora da Europa; Tema: Turismo, Artesanato e Folclore
1976	Tunis	Seminário sobre “Turismo e Meio-ambiente”
1978	De Haan	Congresso sobre “Turismo Familiar”
1978	Budapeste	Simpósio sobre Turismo Social nos países socialistas”
1980	Bruxelas	Seminário sobre “a participação e o papel dos agentes de viagens na esfera do turismo social”
1982	Vinchiature	Seminários sobre “a gestão de Associações de Turismo Social” e sobre “Juventude - Turismo - Meio-ambiente”
1984	Madri	Congresso sobre “Turismo no Meio Rural”
1986	Atenas	Congresso sobre o tema “os poderes públicos no desenvolvimento do Turismo Social”
1988	Belgrado	Congresso sobre o tema “Férias e produtividade: busca de uma harmonia”
1989	Bruxelas	Seminário internacional sobre Turismo Social e a juventude
1990	Roma	Conferência sobre Turismo Social e a juventude na Europa de amanhã”
1990	Moscou	Congresso sobre “as perspectivas de desenvolvimento do Turismo Social e da juventude na cooperação Leste-Oeste”
1991	Cidade do México	Conferência Americana sobre “o Turismo Social nas Américas”
1991	Kusadasi	Congresso sobre o tema “Turismo Social no Mediterrâneo, intercâmbio internacional”
1993	Bruxelas	Congresso europeu sobre o tema “o turismo da juventude e Turismo Social”
1995	Montreal	Seminário sobre o tema “Turismo para a juventude”

Fonte: HAULOT (1988) apud ROZENBERG (1996).

Mais recentemente, em 1999, a OMT editou o Código Mundial de Ética do Turismo. No documento a Organização afirma que o Turismo Social tem “por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”.

A partir dessa orientação, os países elaboraram suas próprias definições de TS. Na Argentina, os programas de TS do Ministério de Turismo argentino têm como destinatários principais as populações com poucos recursos disponíveis para o lazer em todo o país, sendo seu objetivo proporcionar-lhes a possibilidade de período de férias.

Os objetivos básicos do Programa de Turismo Social do governo argentino são: diversificar a oferta mediante a incorporação de novos destinos; propiciar a geração de emprego permanente; amenizar os problemas da sazonalidade (baixas temporadas), revitalizar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas; receber propostas e aportes oriundos da iniciativa privada; promover destinos turísticos emergentes; e fomentar a prática do “miniturismo” (circuitos de curta duração) e mesmo de circuitos turísticos tradicionais².

No Brasil, o TS configura-se como “uma forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2005).

No Chile, o TS, caracteriza-se como uma forma de turismo na qual se visitam povoados ou residentes próximos a estes que tenham modos de vida tradicionais; as comunidades rurais podem servir de “atrativo” ou como base de apoio (serviços) para os turistas que desejam visitar estas regiões do país (Turismo de Pueblos).

Como visto anteriormente, o fomento a iniciativas de TS auxilia países e regiões com a tarefa de diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos, o que tende a distribuir de modo mais equitativo os benefícios oriundos do turismo.

Em termos conceituais, a segmentação do mercado turístico, a determinação de ícones (atrativos turísticos de relevância regional e nacional), a roteirização de localidades, cidades e regiões turísticas prescindem de critérios para priorização de investimentos e determinadas localidades, de acordo com dadas políticas governamentais – mais ou menos atentas ao desenvolvimento social e cultural –, acabam sendo preteridas. Nesse sentido, conforme mais infraestrutura há em uma localidade, maior fluxo turístico esta tende a receber, mais divulgação será feita – em âmbito nacional e internacional – e, potencialmente, os efeitos da sazonalidade serão mais percebidos.

Isso significa que promover o TS é também incluir “novos” atores no mercado consumidor de viagens e turismo – famílias e grupos sociais diversos. Torna-se possível, então, direcionar esses “novos” fluxos para destinos alternativos, pouco tradicionais e que são, em vista do modelo predominante, menos estruturados e talvez menos preparados para atender o público-alvo do “turismo de massa” (mais ou menos elitizado em

cada caso). O TS rompe, então, com o modelo de turismo orientado ao consumo de bens e serviços, em geral, supérfluos.

O TS tem imbuído em si o potencial de reverter essa lógica, ou seja, modificar o modelo de gestão, que, em geral, segue a norma capitalista e ao atendimento de interesses do capital especulativo, materializado, por exemplo, por meio do mercado imobiliário. No caso brasileiro, destinos como a região turística da Costa da Mata Atlântica³ no litoral paulista, atendem a um modelo baseado nas residências secundárias. Há fluxos turísticos bastante volumosos na região, mas concentrados nos meses de verão (dezembro a março), sobretudo, por conta da proximidade daquela região em relação à capital paulista (São Paulo), que é de aproximadamente cem quilômetros.

4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Como técnica de coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. As informações levantadas a partir da pesquisa documental foram codificadas de modo que dados brutos pudessem ser sistematizados e agregados em unidades de análise (categorias) as quais viabilizaram a análise e posterior discussão dos resultados a partir da perspectiva comparada (BARDIN, 2011).

De acordo com Bardin (2011), a organização da codificação responde por três etapas: recorte (escolha das unidades), enumeração e classificação (escolha das regras de contagem) e agregação (escolha das categorias). Assim, as comunicações foram organizadas em unidades de registro, que correspondem, conforme a autora, em agrupamentos baseados e orientados, por exemplo, por palavras, temas, o objeto ou referente, personagem, acontecimento ou documento.

Para a determinação do objeto de estudo, o pesquisador procedeu investigação preliminar sobre o TS nos países sulamericanos por meio da rede mundial de computadores.

A escolha de Argentina, Brasil e Chile com base no desempenho desses países no ranking internacional de competitividade elaborado pelo WEF (2014-2015) justifica-se por que o TS possui intrinsecamente o potencial de levar turistas até regiões não atendidas por roteiros turísticos tradicionais, modelo conhecido como “turismo de massa”, como visto.

² GUÍA TRÁMITES. Programa Federal de Turismo Social: Prestación de establecimientos privados y/o PYMES turísticas. Disponível em: < http://www.tramites.gob.ar/tramites/programa-federal-turismo-social-prestacion-establecimientos-privados-yo-pymes-turisticas_t379 >. Acesso em: 12 de junho de 2015.

³ A denominação “Costa da Mata Atlântica” refere-se à Região Metropolitana da Baixada Santista, região administrativa paulista composta legalmente por pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Os fluxos de visitantes e de divisas por meio de iniciativas de TS impelem os governos nacionais e subnacionais a investir na implantação de infraestrutura e serviços públicos em áreas antes não atendidas por tais facilidades. É justamente esse cenário que justifica a vinculação do “social” ao “turismo” e permite aos governos a motivar/justificar novos e maiores investimentos para pequenas comunidades, afinal a “competitividade [...] tornou-se um desafio a ser enfrentado tanto por empresas como por entidades públicas” (PALUDO, 2013, p.45).

Assim, a escolha das categorias de análise atendeu a convergências previamente identificadas. Primeiro, a pesquisa buscou verificar se há ação governamental institucionalizada ou se grupos sociais informais (comunidades tradicionais, por exemplo) ou formais, tais como escolas, clubes e associações de moradores, é que lideram iniciativas de TS nos países analisados.

Em segundo lugar, o estudo buscou identificar e analisar como se dá o custeio dos deslocamentos e hospedagens, entre outros custos administrativos e dos serviços inerentes ao turismo, nas iniciativas de TS já que estes fatalmente existirão. Depois, este trabalho buscou analisar em perspectiva comparada qual o perfil do público-alvo das iniciativas – governamentais? –, ou seja, dos beneficiários das ações de TS identificadas.

Em vista das categorias determinadas, o estudo partiu de três pressupostos: as iniciativas de TS identificadas nos países analisados são governamentais e institucionalizadas, fazendo parte da agenda de governo para o setor de viagens e turismo (P1); o custeio destas iniciativas é realizado pelos governos nacionais – todos de esquerda no período analisado – seja direta ou indiretamente executados (P2); e os beneficiários dos projetos identificados passam por rigorosos processos de seleção sob o parâmetro da vulnerabilidade social (P3).

Como técnica de coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. As informações levantadas a partir da pesquisa documental foram codificadas de modo que dados brutos pudessem ser sistematizados e agregados em unidades de análise (categorias) as quais viabilizaram a análise e posterior discussão dos resultados a partir da perspectiva comparada (BARDIN, 2011). De acordo com Bardin (2011), a organização da codificação responde por três etapas: recorte (escolha das unidades), enumeração e classificação (escolha das regras de contagem) e agregação (escolha das categorias).

Assim, as informações foram organizadas em unidades de registro, que correspondem, conforme a autora, em agrupamentos baseados e orientados, por exemplo, por palavras, temas, o objeto ou referente,

personagem, acontecimento ou documento. Os dados foram, portanto, organizados em um quadro e categorizados de acordo com três unidades de análise: *institucionalização*, *financiamento* e *público-alvo* (beneficiários).

Mais especificamente, as unidades de análise (categorias) adotadas foram “institucionalização”, que buscou agregar informações sobre o nível de inserção na agenda pública de turismo dos países analisados e verificar se há um conceito único adotado para orientar ações, no caso, de Turismo Social; “financiamento”, que objetivou reunir informações as estratégias adotadas para se custear as ações propostas; e “público-alvo”, categoria dedicada a determinar quem são os beneficiários ou usuários dos sistemas nacionais de Turismo Social.

Os resultados obtidos a partir da análise documental realizada foram categorizados e organizados em quadro comparativo (quadro 3). Para esta pesquisa, a observação dos objetos de estudo escolhidos – Argentina, Brasil e Chile – em perspectiva comparada fundamentada em autores brasileiros é relevante, pois tem o potencial de subsidiar e orientar a elaboração de políticas públicas e das mais diversas ações nacionais e mesmo subnacionais de TS.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS INICIATIVAS DE TURISMO SOCIAL: OS CASOS DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Nesta sessão são analisadas as iniciativas de TS de Argentina, Brasil e Chile em perspectiva comparada.

Os dados levantados foram organizados em três categorias de análise: institucionalização (maneira pela qual o governo nacional apresenta tais iniciativas ao público, área, setor ou departamento que gerencia a ação), os meios e formas de financiamento de tais ações; e o público-alvo (se for um programa social, verifica-se o perfil dos beneficiários; caso seja um programa de promoção turística verifica-se quais são os mercados-alvo).

Assim, tomando em conta os procedimentos descritos na seção anterior, verificou-se que os programas argentinos de TS são promovidos em seis regiões diferentes localizadas fora dos circuitos turísticos tradicionais (Província de Buenos Aires, Misiones, Mendoza, La Pampa, Tucumán e Santa Fé). A compreensão conceitual do TS por parte do governo argentino é a de um programa assistencialista voltado a famílias argentinas de baixa renda.

Quadro 3: Compilação da análise das iniciativas de TS (Argentina, Brasil e Chile).

País	Institucionalização	Financiamento	Público-alvo
Argentina	Os programas argentinos de TS acontecem em seis regiões diferentes, fora dos circuitos turísticos tradicionais (ARGENTINA, 2015).	O beneficiário contrata individualmente o serviço de transporte com agências credenciadas e o governo federal custeia a hospedagem com meia pensão para cinco noites (ARGENTINA, 2015).	Famílias argentinas de todas as regiões do país que tenham recursos limitados para gastar com o lazer e especificamente com turismo (ARGENTINA, 2015).
Brasil	“Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo à igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão (BRASIL, 2006).”	Estabelecimentos comerciais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio e outros empregadores que possuam empregados segurados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (BRASIL, 2015).	Trabalhadores do Comércio (e suas famílias) formalmente registrados e cadastrados em uma das unidades do Serviço Social do Comércio (SESC) (SESC, 2015).
Chile	O programa “Rutas Chile” é uma ação instituída pelo “Servicio Nacional de Turismo de Chile”	O governo custeia um sistema de qualificação dos prestadores de serviços, amplo material informativo – virtual e impresso –, mantém escritórios de atendimento aos viajantes e os turistas pagam despesas pessoais (CHILE, 2015).	Turista internacional e turista doméstico que tenha interesse em conhecer roteiros turísticos não convencionais (CHILE, 2015).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os beneficiários contratam individualmente o serviço de transporte até a região que pretendem visitar junto às agências de viagens credenciadas e o governo federal custeia a hospedagem com meia pensão para cinco noites.

O público-alvo do programa argentino de Turismo Social é composto por famílias de todas as regiões do país que tenham recursos limitados para gastar com o lazer e especificamente com turismo.

No caso brasileiro o governo federal por meio do Ministério do Turismo é bastante claro quanto à conceituação adotada sobre o que vem a ser o TS. Considera-se o Turismo Social como uma “forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo à igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MTUR, 2006, p. 6). Ocorre que o Ministério do Turismo não comunica claramente a existência de programas federais de TS.

No Brasil ações de TS são lideradas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), entidade de direito privado subsidiada pelo governo federal brasileiro e empresas do setor de comércio. Outros setores têm arranjos semelhantes, mas com sistemas menos amplos e mais orientados a públicos sindicalizados, por exemplo.

O custeio do SESC é realizado por estabelecimentos comerciais enquadrados nas entidades sindicais subordinadas à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e outros empregadores que possuam empregados segurados no Instituto de

Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. A regulamentação de todo esse sistema é estabelecida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) e outros dispositivos.

O SESC atende aos trabalhadores do comércio e suas famílias formalmente registrados e cadastrados, mas a entidade promove eventos abertos ao público em geral e disponibiliza suas instalações para locação a promotores de eventos externos. A entidade informa que há mais de duas mil e duzentas cidades brasileiras atendidas por instalações⁴.

A experiência chilena é a mais orientada ao atendimento ao turista, tanto nacional quanto internacional. O programa “Rutas Chile” é uma ação instituída pelo “Servicio Nacional de Turismo de Chile” voltada a turistas que desejam conhecer o país por meio de roteiros não convencionais.

Os viajantes custeiam todas suas despesas, pois não há subsídios diretamente aplicados pelo governo nacional. O governo chileno custeia um amplo sistema de qualificação dos prestadores de serviços, a manutenção de um selo de qualidade, um amplo material informativo – virtual e impresso –, mantém escritórios de atendimento e apoio aos turistas que demandam os oito roteiros propostos: Ruta del Desierto, Ruta de las Estrellas, Ruta Capital, Ruta del Mar, Ruta de las Islas, Ruta Originaria, Ruta Carretera Austral e Ruta Fin del Mundo.

Importante citar que o processo de disseminação demanda pesquisas que viabilizem avanços no plano

⁴ SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. O SESC. Disponível em: < http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ >. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

“analítico” – “como subsídios para o processo concreto de transformação de políticas” – e de “práticas” – “na gestão pública subnacional no país” (FARAH, 2008, p. 70). Isso significa que outras pesquisas sobre os programas nacionais de TS, no caso, vislumbrem fornecer subsídios a gestores públicos, entes políticos e mesmo lideranças do terceiro setor no sentido de equalizar planos e programas governamentais às realidades regionais e locais.

O fortalecimento das bases é essencial para que as demandas locais ascendam à agenda pública de modo que carências nos mais variados setores sejam futuramente atendidas pelo poder público.

6 DISCUSSÃO

A partir da pesquisa documental realizada, esta pesquisa verificou que na Argentina os programas de TS realizam-se em seis regiões diferentes – todas fora dos circuitos turísticos tradicionais – o que ajuda a modificar o modelo de desenvolvimento turístico orientado ao consumo de supérfluos vigente.

No Brasil, a *institucionalização* do TS é representada formalmente pelo próprio Ministério do Turismo. No caso brasileiro, o TS é compreendido como “[...] a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo à igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”, nos termos do caderno Marcos Conceituais do Turismo (MTUR, 2006, p. 6). Novamente, o TS posiciona-se como um modelo de desenvolvimento (no caso, condução) do turismo em um dado território.

O programa “Rutas Chile” é uma ação instituída pelo “Servicio Nacional de Turismo de Chile”. Verifica-se, como será explanado em seguida, que no caso chileno a compreensão de TS encontra-se vinculada ao conceito de distribuição (interiorização?) dos rendimentos oriundos da circulação de fluxos turísticos por regiões pouco ou nada visitadas até então, já que estas têm pouca infraestrutura e estão fora dos roteiros turísticos tradicionais.

Ao analisar a *questão do financiamento* destas iniciativas de TS, verifica-se que na Argentina o beneficiário contrata individualmente o serviço de transporte com agências credenciadas e o governo federal custeia a hospedagem com meia pensão para cinco noites. O modelo proposto parece ser interessante, pois faculta ao empresário participar deste “novo” mercado, que conta com o apoio governamental para se desenvolver. Além disso, em tese, o modelo preserva o governo contra custos fixos desnecessários, os quais não existirão caso não haja fluxos.

No Brasil, ao contrário, os custos são fixos e o SESC tutela toda a infraestrutura e serviços voltados aos beneficiários (turistas ou não). Isso significa que um destino de Turismo de Sol e Praia (MTUR, 2006) que tem naturalmente um período sazonal ao longo do ano (possivelmente durante o inverno brasileiro, de junho até agosto) poderá ter um meio de hospedagem da rede altamente ocioso, gerando dispêndio à instituição. No Brasil este modelo parece sustentar-se dada as contribuições sindicais compulsórias, os aportes governamentais e a grande dimensão do mercado consumidor interno.

O modelo chileno é interessante, pois transfere ao turista os custos da viagem em si. Desse modo, o governo daquele país ocupa-se de prover apoio ao empresário e mesmo aos viajantes por meio de escritórios da autoridade nacional de turismo. A “seleção” dos beneficiários é relevante, pois ajuda a justificar a determinação dos modelos citados.

No caso argentino, os *usuários do sistema* nacional de TS são famílias de todas as regiões do país que tenham recursos limitados para gastar com o lazer e especificamente com turismo. No Brasil, têm acesso ao SESC trabalhadores do comércio (e suas famílias) formalmente registrados e cadastrados em uma das unidades da instituição, que tem amplitude nacional. No Chile, formam o público-alvo do projeto tanto o turista internacional quanto o doméstico que tenha interesse em conhecer roteiros turísticos não convencionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo Social encontra-se institucionalizado nos programas nacionais de turismo de Argentina, Brasil e Chile? Para responder ao problema enunciado, esta pesquisa fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental. A resposta, neste sentido, é sim. Todos os três casos analisados por meio, sobretudo, da pesquisa documental apresentaram algum nível de institucionalização e mesmo tutela governamental. A pesquisa bibliográfica, entretanto, apontou que o tema é pouco desenvolvido na região analisada, onde Schenkel (2013) destaca positivamente Brasil e Equador.

O trabalho partiu de três pressupostos, a saber: as iniciativas de TS identificadas nos países analisados são governamentais e institucionalizadas, fazendo parte da agenda de governo para o setor de viagens e turismo (P1); o custeio destas iniciativas é realizado pelos governos nacionais – todos de esquerda no período analisado – seja direta ou indiretamente executados (P2); e os beneficiários dos projetos

identificados passam por rigorosos processos de seleção sob o parâmetro da vulnerabilidade social (P3).

O P1 foi confirmado, ou seja, nos três países analisados as iniciativas de Turismo Social constam contempladas em agendas para o setor de turismo. Cada país, do mesmo modo, adotou um conceito balizador e abordagens diferentes para promover o TS.

Em relação ao custeio (P2) e à seleção dos beneficiários (P3), foi possível verificar que na Argentina o governo financia as viagens para grupos de famílias, crianças, idosos ou agremiações participantes. Os roteiros são voltados para temas ligados a cultura, natureza e história das regiões.

No Brasil o governo subsidia um amplo sistema de turismo (deslocamento, hospedagem, entretenimento e alimentação) voltado a empregados formais assalariados do setor de comércio. As ações de TS no país são operacionalizadas por meio do SESC.

O Chile por outro lado não possui um programa formalmente estabelecido de assistência, mas um programa voltado à promoção de destinos não convencionais, o que ajuda a distribuir os benefícios potencialmente advindos do turismo para pequenas comunidades e negócios locais. O apelo em torno do turismo como atividade promotora de benefícios sociais é explícito em toda comunicação chilena para o setor. As ações são orientadas para o “turismo alternativo”, ou seja, roteiros não convencionais preestabelecidos pelo governo nacional.

O trabalho, ainda que sinteticamente, logrou o objetivo de identificar e analisar programas nacionais oficiais de administração pública do turismo lançados a partir do ano 2000 e vigentes em 2015. Desse modo, a pesquisa abre caminho para estudos que possam dedicar-se a aprofundar e ampliar o horizonte de análise das iniciativas de TS na região.

Em vista da alternância de governos democráticos, outros estudos poderão realizados conforme forem alterados os cenários políticos nacionais. Outras categorias podem ser contempladas na análise comparativa e outros países podem ser considerados como objeto de estudo, assim como aspectos operacionais, o que poderia ser objeto de análise mais aprofunda em investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, junho, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

- BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas*. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm >. Acesso em: 10 de junho de 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.htm >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- CANTU, R. Depois das reformas: os regimes de proteção social latino-americanos na década de 2000. *Revista de Sociologia Política*, v. 23, n. 56, p. 45-73, dez. 2015.
- FALLETI, T. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 46-85, julho/dezembro, 2006.
- FARAH, M. F. S. Disseminação de políticas públicas e programas governamentais no nível subnacional de governo. *Revista Administração e Diálogo*, v. 2, n. 11, p. 69-89, 2008.
- FRANCO, R.; LANZARO, J. Políticas y políticas públicas: determinación y autonomía. In: FRANCO, R.; LANZARO (orgs.). *Política y políticas públicas en los procesos de reforma de América Latina*. Miño y Dávila: Buenos Aires (Argentina), 2006.
- MACHADO, M. B. T. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (Séculos XVIII-XX). *Revista Cultur*, a. 7, n. 01, p. 105-127, fevereiro, 2013.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (ARGENTINA). Turismo Social. Disponível em: < <http://www.argentina.gob.ar/informacion/turismo/289-turismo-social.php> >. Acesso em: 10 de junho de 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). (2006). Marcos conceituais do Turismo. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). (2006). *Marcos Conceituais do Turismo*. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em: 07 de outubro de 2016.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. (1999). *Código de Ética Mundial do Turismo*. Disponível em: < http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf >. Acesso em: 26 de maio de 2015.
- PERISCÓPIO. *Descobrimto do Brasil e feriado*. Disponível em: < <http://periscopio.bligoo.com.br/descobrimto-do-brasil-e-feriado> >. Acesso em: 26 de maio de 2015.
- REPÚBLICA ARGENTINA. *Turismo Social*. Disponível em: <<http://www.argentina.gob.ar/informacion/turismo/289-turismo-social.php> >. Acesso em 25 de maio de 2015.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943*. Disponível em: < http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%205.452-1943?OpenDocument >. Acesso em: 28 de agosto de 2015.

- ROZENBERG, J. E. *Turismo Social e Terceira Idade: desafios emergentes*. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.
- RUA, M. G. Turismo e políticas públicas de inclusão. In: MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL) (org.). *Turismo social: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão*. MTur/IBAM: Rio de Janeiro, 2006.
- SANTOS, A. F. L. *Competitividade no setor de viagens e turismo: estudos de casos múltiplos no litoral paulista*. Dissertação. Mestrado em Hospitalidade. Universidade Anhembi Morumbi: São Paulo, 2015.
- SCHENKEL, E. El turismo social como política estatal en Sudamérica. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. v. 11, n. 1, p. 173-183, 2013.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *Rutas Chile*. Disponível em: < <http://rutas.chileestuyo.cl/inicio/rutas> >. Acesso em: 25 de maio de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *¿Qué es Rutas Chile?* Disponível em: < <http://chileestuyo.cl/inicio/que-es-rutaschile/> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *¿Qué es Rutas Chile?* Disponível em: < <http://chileestuyo.cl/inicio/que-es-rutaschile/> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *Preguntas frecuentes*. Disponível em: < <http://rutas.chileestuyo.cl/inicio/preguntas-frecuentes> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE TURISMO (CHILE). *Preguntas frecuentes*. Disponível em: < <http://rutas.chileestuyo.cl/inicio/preguntas-frecuentes> >. Acesso em: 12 de junho de 2015.
- SERVICIO SOCIAL DO COMÉRCIO. O SESC. Disponível em: < http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ >. Acesso em: 12 de junho de 2015;
- SERVICIO SOCIAL DO COMÉRCIO. O SESC. Disponível em: < http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ >. Acesso em: 12 de junho de 2015
- VAZQUEZ, D.; GOMES, S. As relações verticais na federação: explorando o problema da descentralização e da autonomia. In: ARRETCHE, M. T. S. (org.) *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Editora FGV/ Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2012.
- WORLD ECONOMIC FORUM. (2014-2015). *Travel & Tourism Competitiveness Report*. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/TT15/WEF_Global_Travel&Tourism_Report_2015.pdf >. Acesso em: 07 de outubro de 2016.
- WORLD ECONOMIC FORUM. (2013). *Competitiveness Report*. Disponível em: < www3.weforum.org/docs/WEF_TT_Competitiveness_Report_2013.pdf >. Acesso em: 25 de maio de 2015.
- WORLD TOURISM ORGANISATION. (2014). *Barometer*. Disponível em: < <http://media.unwto.org/press-release/2014-12-18/international-tourism-track-end-2014-record-numbers> >. Acesso em: 26 de maio de 2015.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 31 de agosto de 2015; aceito em 01 de novembro de 2016; publicado online 10 de fevereiro de 2017.

Received on August 31, 2015; accepted on November 01, 2016; published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

IMAGEM DE MARCA DE DESTINOS TURÍSTICOS: ANÁLISE DA IMAGEM PERCEPTUAL DE DUAS CIDADES PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE DA UNESCO

Luís Filipe Silva*
Marisa del Rio**

Resumo

Reconhecendo a importância que as marcas de destinos turísticos representam na diferenciação e na tentativa de formulação de propostas únicas, num mercado altamente competitivo como o dos destinos turísticos, a presente investigação teve como objectivo a análise da imagem perceptual de dois destinos turísticos concorrentes (Porto e Santiago de Compostela) cujos centros históricos integram a lista de património mundial da humanidade da UNESCO, propondo-se assim a avaliar as diferentes percepções que os turistas possuem destes destinos e, através dos resultados obtidos, discutir as suas implicações de gestão dos destinos turísticos em causa. No inquérito lançado nas duas cidades, foram incluídas 19 dimensões inerentes à imagem perceptual. Através do recurso à estatística descritiva, analisou-se as médias obtidas por cada dimensão e, numa segunda fase, através de testes de t de amostras independentes, averiguou-se a possibilidade de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de turistas.

Palavras Chave: Turismo; Imagem de Destinos Turísticos; Imagem de Marca; Imagem Perceptual.

DESTINATION BRAND IMAGE: ANALYSIS OF THE PERCEPTUAL IMAGE OF TWO UNESCO'S WORLD HERITAGE CITIES

Abstract

Recognizing the importance of Destination Brands in differentiating and in the creation of unique propositions in a highly competitive tourism destination marketplace, the purpose of this study was to analyse the perceptual image of two competing tourism destinations (Porto and Santiago de Compostela) which city centres are part of the World Heritage list by UNESCO. Therefore, the study aims to evaluate the different perceptions that the tourists hold towards these destinations and to discuss managerial implications suggested by the results obtained. The survey used in both cities included 19 dimensions with the purpose of measuring the perceptual image of these destinations. Using descriptive statistics resources, the study analysed the evaluation mean scores for every dimension and secondly, through the use of independent samples t tests, the possibility of statistically significant differences between the two groups of tourist was tested.

Keywords: Tourism; Tourism Destination Image; Brand Image; Perceptual Image.

IMAGEN DE LA MARCA DE DESTINOS TURÍSTICOS: UN ANÁLISIS DEL IMAGEN PERCEPTUAL DE DOS CIUDADES PATRIMONIO MUNDIAL DE LA HUMANIDAD DE LA UNESCO

Resumen

Reconociendo la importancia que las marcas de destinos turísticos representan en el proceso de diferenciación y en el intento de formulación de propuestas únicas, en un mercado altamente competitivo como el de los destinos turísticos, esta investigación tiene como objetivo del análisis del imagen perceptual de dos destinos turísticos competidores (Porto e Santiago de Compostela) cuyos centros históricos integran la lista de patrimonio mundial de la humanidad de la UNESCO, donde se propone evaluar las diferentes percepciones que los turistas tienen de estos destinos. Los resultados obtenidos evidencian las implicaciones de gestión de los destinos turísticos en análisis. En la encuesta utilizada en las dos ciudades se incluirán 19 dimensiones inherentes a imagen perceptual. Con apoyo de la estadística descriptiva fueran analizadas las medias obtenidas por cada dimensión y, en la segunda fase, por medio de testes de t de muestreo independientes, se identificó la posibilidad de diferencias estadísticamente significativas entre los dos grupos de turistas.

Palabras Clave: Turismo. Imagen de Destinos Turísticos. Imagen de la Marca. Imagen Perceptual.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Doutorando em Direcção e Planificação do Turismo (Universidade de Santiago de Compostela/USC - Espanha). Mestre em Marketing (Instituto Universitário da Maia - Portugal). Licenciado em Turismo (Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Portugal). Pesquisador associado da USC. Áreas de interesse: gestão de marcas de destinos turísticos, gestão da imagem de marca, marketing estratégico, gestão do turismo. Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Ciência Económicas e Empresariais. Av. do Burgo, s/n. (Campus Norte). CEP.: 15782. Santiago de Compostela. [luissilvamkt@gmail.com]

** Doutorada e Licenciada em Ciência Económicas e Empresariais (Universidade de Santiago de Compostela/USC - Espanha). Profesora Titular da USC, Depto de Organización de Empresas y Comercialización. Directora do Mestrado em Marketing Digital e Gestão Comercial. Áreas de interesse: marketing, gestão e planeamento do turismo, turismo urbano, gestão de empresas. Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Ciência Económicas e Empresariais. Av. do Burgo, s/n. (Campus Norte). CEP.: 15782. Santiago de Compostela. [marisa.delrio@usc.es]

1 INTRODUÇÃO

As cidades são bons exemplos de como o branding ou gestão de marcas impactou a gestão das cidades, através de um aumento exponencial de estudos nos últimos 20 anos focados em como as cidades são capazes de gerir os seus atributos, identificando-os, criando-os e comunicando-os aos seus mercados (LUCARELLI; BERG, 2011).

Em adição, num contexto em que os consumidores, de diferentes áreas e backgrounds, possuem a possibilidade de viajar à escala global, os recursos históricos e culturais representam um aspecto crucial nos destinos que procuram ser relevantes no competitivo mercado global dos destinos turísticos. Deste modo, esta necessidade de aumento da notoriedade dos destinos está interligada com o papel fundamental desempenhado pela imagem dos destinos turísticos, que nos propomos a discutir neste artigo.

Tendo em conta estes pressupostos, o objectivo deste artigo centrou-se em perceber como os turistas avaliam a imagem perceptual de dois destinos turísticos concorrentes que partilham o facto de serem duas cidades que integram a lista de património mundial da humanidade da UNESCO, juntando a isto, a particularidade de se encontrarem geograficamente separadas apenas por 250 km.

Deste modo, no inquérito lançado nas duas cidades foram incluídas 19 dimensões da imagem perceptual e através da análise das médias das avaliações dos turistas foi possível fazer um levantamento das percepções que os turistas detêm destes destinos. Usando para o efeito uma escala de likert de 1 a 7, no Porto todas as dimensões analisadas obtiveram avaliações positivas (superior a 4) e só duas dimensões (“boa cidade para fazer compras” e “Porto/Santiago é uma cidade limpa”) obtiveram avaliações inferiores a 5 pontos. Em Santiago também todas as dimensões obtiveram avaliações positivas e apenas as dimensões “boa cidade para fazer compras” e “boa relação qualidade/preço” obtiveram avaliações inferiores a 5 pontos.

Numa segunda fase, o artigo pretende perceber a eventual existência de diferenças estatisticamente significativas entre as duas cidades, através de testes de t de amostras independentes, sendo que os resultados obtidos sugerem que existem 8 variáveis onde estas diferenças significativas se observaram: 3 variáveis onde o Porto obteve avaliações significativamente superiores comparativamente a Santiago (“as pessoas estão dispostas a ajudar os turistas”; “bom clima”; e “boa relação qualidade/preço”); 5 variáveis onde Santiago obteve avaliações significativamente superiores comparativamente ao

Porto (“locais históricos e/ou culturalmente interessantes”, “actividades culturais interessantes”, “bom nível de segurança”, “Santiago/Porto é uma cidade limpa”, “Santiago/Porto é uma cidade com muito turismo”).

Este artigo começa por apresentar uma revisão da literatura referente às áreas da gestão de marcas de destinos turísticos e imagem de destinos turísticos, bem como a sua importância, seguindo-se uma breve apresentação das duas cidades estudadas. Posteriormente é apresentada a metodologia utilizada no estudo, resultados obtidos em cada cidade e a comparação entre as mesmas, terminando com as conclusões do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA: AS MARCAS E A GESTÃO DE MARCAS

As marcas e a gestão de marcas são áreas que tem recebido especial atenção nas últimas décadas por parte de académicos e praticantes do marketing. O reconhecido impacto e importância das marcas nas performances das organizações, resultou num aumento do interesse em aplicar as teorias do *branding* em sectores onde os seus produtos e serviços tradicionalmente não estão dependentes da gestão de marketing, como é o caso de países, regiões ou cidades (HANKINSON, 2001).

Num mercado competitivo e até saturado, mais de 190 países competem entre si e um número substancialmente maior de cidades tentam fazer-se notar. Neste enquadramento, os destinos turísticos precisam mais do que nunca diferenciarem-se dos seus concorrentes no sentido de reduzirem o grau de *substituibilidade*, aumentar a notoriedade e criar propostas únicas e conexões emocionais autênticas com os turistas (PRITCHARD; PRIDE, 2002).

Ainda que seja relativamente recente o reconhecimento de que as marcas podem oferecer algo extremamente benéfico aos destinos turísticos, numa perspectiva do conceito de marketing, a grande maioria dos destinos de facto possuem uma imagem percebida com mais ou menos atractividade (ANHOLT, 2003).

2.1 Definição da Imagem do Destino Turístico

Na literatura especializada, uma das definições mais presentes é a de Crompton (1979) que define a imagem de um destino como “o somatório das crenças, ideias e impressões” que o turista possui relativamente ao destino turístico. Neste caso, as imagens tendem a representar uma simplificação de um conjunto alargado de associações e pedaços de informação relativos ao destino.

Autores como Reynolds (1965), definiram também a imagem do destino como um constructo mental, criado pelo potencial visitante com base na escolha de algumas impressões retiradas do conjunto total de impressões, sendo que, estas impressões são sujeitas a um processo criativo onde as mesmas são elaboradas, embelezadas e ordenadas.

Echtner e Ritchie (1991) por sua vez, definem imagem do destino como as “percepções dos atributos individuais do destino e a impressão holística criada pelo destino”, num ponto de vista de que a imagem do destino é mais do que a soma dos seus atributos e aspectos tangíveis, e na tentativa de capturar a multidimensionalidade do conceito, sugerindo que os investigadores devem considerar os componentes holísticos e os componentes singulares do destino para definir o conceito.

A grande maioria dos investigadores parece concordar que o constructo da imagem do destino contém pelo menos duas componentes: (1) racional, perceptual ou cognitivo e (2) afectivo ou emocional (GARTNER 1993; DANN, 1996; MACKAY; FESENMAIER, 1997; BALOGLU; MCCLEARY, 1999; STEPCHENKOVA; MILLS, 2010).

Deste modo, a dimensão cognitiva ou perceptual diz respeito ao conhecimento, percepções, ideias ou crenças que os turistas detêm em relação ao destino, enquanto a dimensão afectiva diz respeito às emoções e sentimentos para com o destino (STEPCHENKOVA; MILLS, 2010).

Em adição, alguns autores (GARTNER, 1993; PIKE; RYAN, 2004; PRAYAG, 2007, 2009; CHEN; PHOU, 2013) incluem uma terceira dimensão, a dimensão conativa ou comportamental, defendendo que existe uma associação entre a imagem do destino (enquanto resultado do elemento perceptual e afectivo) e como os turistas agem perante este.

2.2 Imagem do Destino e a Imagem de Marca do Destino Turístico

Neste estudo consideramos as marcas de destinos turísticos e a imagem de destinos turísticos como dois conceitos distintos, mas ao mesmo tempo dois conceitos interrelacionados. Tal acontece numa óptica em que não é possível criar uma marca de um destino turístico sem criar uma adequada imagem do mesmo e liga-la à aquela marca.

A imagem de destino turístico, enquanto conceito isolado, não poderá ser considerada em si mesma uma marca ou uma acção de *branding*. Consequentemente, fará sentido encarar o conceito de imagem de destino turístico como uma parte importante da marca, tendo em conta que, no caso do conceito de marca de destino turístico, este é constituído por outros

elementos para além da sua imagem, onde podemos incluir o conceito de identidade da marca.

Deste modo, Cai (2002) é da opinião de que a imagem não faz propriamente uma marca, mas por outro lado é um componente importantíssimo do valor da marca (*brand equity*).

Assim, será importante que os gestores de destinos turísticos nas suas actividades de marketing evitem aquilo que Aaker (1996) chama de “armadilha da imagem de marca” (*brand image trap*), isto é, ainda que a imagem de marca seja um importante *background* de informação aquando da criação da identidade da marca, torna-se crucial separar os dois conceitos, de modo a evitar que o consumidor dite o que a marca é, ou por outras palavras, evitar que a imagem de marca dite a identidade da marca.

2.3 A importância da Imagem do Destino Turístico

A imagem de destinos turísticos desempenha um papel fundamental na decisão de escolha dos destinos turísticos e possui um impacto directo nos níveis de satisfação do turista em relação ao destino e processo de selecção do mesmo (CHON, 1990). Deste modo, os destinos que possuem imagens mais fortes aumentam as suas possibilidades de serem considerados e escolhidos no processo de selecção do destino turístico por parte do consumidor (SON, 2005).

No entanto, a imagem do destino turístico não exerce influência apenas no processo de selecção do destino turístico e na sua subsequente avaliação por parte do turista, mas também na sua qualidade percebida e nas intenções futuras do turista (BIGNE, SANCHEZ; SANCHEZ, 2001). Em adição, existe um forte impacto da imagem do destino na lealdade do turista, seja esta lealdade atitudinal (intenção de recomendar), comportamental (intenção de visita e revisita) ou composta (junção dos dois anteriores níveis) (ZHANG; CAI; LU, 2014).

Através do estudo da imagem, os investigadores são capazes de avaliar o valor da marca dos destinos, bem como compreender os níveis de notoriedade e conhecimento da marca do destino. Para além disto, os estudos de imagem de destinos podem ser importantes ao providenciar informação útil para a criação de estratégias de posicionamento e desenvolvimento de produtos, bem como na avaliação da eficiência promocional do destino e previsão das intenções comportamentais do consumidor (PAN; LI, 2011).

Uma vez que a imagem de um destino consiste numa interpretação subjectiva da realidade por parte do turista (BIGNÉ ET AL., 2001), a imagem do destino pode ser vista como algo, frequentemente mais importante que os recursos tangíveis que o destino oferece, numa perspectiva em que o turista é motivado

a ter um determinado comportamento baseado em percepções ao invés da realidade (GALLARZA, SAURA; GARCIA, 2002).

Tendo em conta esta última perspectiva, frequentemente as dimensões da imagem perceptual incluem terminologia também ela subjectiva (ex: “bom clima”, “beleza natural” ou “cidade interessante”). Sendo que o objectivo passa por medir a percepção final que os turistas possuem do destino (imagem), onde os turistas poderão ter conceitos distintos sobre o que consideram “bom”, “interessante” ou “bela”, os estudos da imagem remetem-se necessariamente para a interpretação subjectiva da realidade por parte do turista.

3 METODOLOGIA

3.1 Design do Questionário

No sentido de medir a imagem perceptual dos destinos turísticos em causa, foi desenvolvido um questionário com base nas propostas de Baloglu & McCleary (1999), Beerli & Martin (2004), San Martin & del Bosque (2008) e Chen & Pou (2013). Deste modo, foram seleccionados 19 itens (tabela 1) aos quais os turistas foram convidados a avaliar através de uma escala tipo Likert de 1 a 7. A natureza destes itens incluía: infraestruturas, ambiente social, ambiente cultural, atmosfera e ambiente natural.

Tabela 1 – Dimensões da Imagem Perceptual presentes no estudo.

Dimensões da Imagem Perceptual	<ol style="list-style-type: none">1 Boa Qualidade Hoteleira2 Boa Cidade para fazer Compras3 Interessantes Paisagens e Atracções naturais4 Locais históricos e/ou culturalmente interessantes5 Actividades culturais interessantes6 Excelente Gastronomia7 Santiago/Porto é uma cidade tranquila8 As pessoas estão dispostas a ajudar os turistas9 Bom nível de segurança10 As pessoas são interessantes e amigáveis11 Boa cidade para relaxar12 Beleza Natural da Cidade13 Bom clima14 Boa cidade para descansar15 Boa relação qualidade/preço16 Boas infraestruturas para acolher visitantes17 Santiago/Porto é uma cidade limpa18 Cidade interessante para aprender costumes locais19 Santiago/Porto é uma cidade com muito turismo
---------------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Aos turistas convidados a participar no estudo, era-lhes pedido que especificassem o seu nível de concordância ou discordância em relação às características da cidade em que se encontravam naquele momento (Porto ou Santiago), usando uma escala de 1 a 7, sendo que 1 correspondia a “discordo totalmente” e 7 correspondia a “concordo totalmente”.

3.2 Recolha da Informação e Perfil da Amostra

O questionário foi lançado nos centros históricos das duas cidades. Na cidade do Porto, os questionários foram lançados durante os meses de Agosto e Setembro de 2013 e na cidade de Santiago de Compostela os questionários foram lançados em Setembro e Outubro do mesmo ano.

Os potenciais participantes no estudo foram informados da natureza do mesmo, da confidencialidade da sua participação e que a recusa em participar seria encarada como algo absolutamente natural. Por estas razões, os autores do estudo abordaram os turistas enquanto estes se encontravam a relaxar e a descansar em parques ou jardins, depois de os mesmos terem visitado a cidade.

Em Santiago de Compostela a grande maioria dos turistas foi inquirida no Parque da Alameda (um parque natural no centro histórico a cerca de 400 metros de distância da Catedral de Santiago). Uma pequena parte dos turistas foi também inquirida na Praça do Obradoiro (praça onde se localiza a Catedral), resultante de que por vezes no Parque da Alameda já não se encontravam turistas disponíveis para responder ao questionário.

Na cidade do Porto a grande maioria dos turistas foram convidados a participar no estudo no Jardim da Cordoaria (também conhecido por Jardim de João Chagas), um jardim localizado no centro histórico a alguns metros da Torre dos Clérigos. Uma pequena parte dos turistas foi abordada nas imediações da Torre dos Clérigos, quando no Jardim da Cordoaria não se encontravam mais turistas disponíveis para participar no estudo.

O facto de os turistas abordados encontrarem-se num momento de relaxamento, contribuiu significativamente para maximizar os seus níveis de vontade e interesse em participar no estudo. No Porto foram abordados 512 turistas, tendo 408 acordado em responder ao inquérito, perfazendo assim uma taxa de resposta de 79,6%. Em Santiago, um total de 530 turistas foram abordados, tendo 407 participado no estudo, perfazendo assim uma taxa de resposta de 76,7%. Assim, nas duas cidades um total de 1042 turistas foi convidado a participar no estudo, sendo a amostra final de 815 turistas inquiridos, representando uma taxa de resposta total de 78,2%.

Relativamente ao perfil da amostra, na cidade do Porto 48,3% dos inquiridos era do sexo masculino e 51,7% do sexo feminino. Relativamente à idade, 38,2% dos respondentes encontram-se no intervalo entre os 25 e 34 anos, 24,5% tinham uma idade inferior a 24 anos, 16,4% entre os 35 e os 44 anos, 5,1% entre 55 e 64 e apenas 1,2% tinham mais do que 65 anos. Dos inquiridos, 45% eram licenciados, 27,9% afirmaram ter uma pós-graduação ou mestrado, 4,7% eram doutorados, 19,1% tinham apenas concluído o ensino secundário e 1,7% apenas o ensino primário. No que diz respeito aos rendimentos mensais, 32,6% da amostra encontra-se no intervalo entre os 0 e os 1200 euros, 33,6% no intervalo entre os 1201 e os 2400 euros e 13,2% acima dos 2401 euros mensais.

No caso da amostra de Santiago, 47% dos inquiridos eram do sexo feminino e 53% do sexo masculino. Em adição, 24,3% dos inquiridos tinha menos de 24 anos, 18,4% entre 35 e 44 anos, 11,8% entre 45 e 54 anos, 8,8% entre 55 e 64 e 2,7% 65 anos ou mais. Relativamente aos rendimentos mensais, 39,6% da amostra encontra-se no intervalo entre os 0 e os 1200 euros, enquanto 29,7% afirmou receber mensalmente entre 1201 e 2400 euros. Finalmente, 11,5% afirmou receber 2401 euros ou mais por mês.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 As duas cidades analisadas: Porto e Santiago de Compostela

4.1.1 Porto

A cidade do Porto é uma cidade localizada no Norte de Portugal. Das várias atracções que a cidade oferece podemos destacar as várias igrejas, catedrais, edifícios históricos, edifícios de arquitectura moderna (ex: casa da música), galerias de arte, vários museus, a histórica avenida dos aliados, o rio Douro, o vinho do Porto, entre outras experiências e ofertas disponíveis.

Em 1996, o centro histórico da cidade foi classificado como património mundial da humanidade pela UNESCO, considerando que a cidade possui um “valor universal, uma vez que o seu tecido urbano e os seus muitos edifícios históricos carregam em si um testemunho extraordinário do desenvolvimento de uma cidade europeia que vislumbra no ocidente ligações culturais e comerciais, ao longo de um milénio” (UNESCO, 2015).

Nos anos mais recentes, a cidade do Porto tem recebido especial atenção internacional, tendo sido premiada e reconhecida variadas vezes. Foi capital europeia da cultura em 2001, contribuindo para a

regeneração do seu centro histórico e para a modernização das suas instalações culturais.

Em 2012 e 2014 a cidade foi eleita como melhor destino europeu pelo *Europeans Consumers Choice* (ECC, 2015). O ECC (2015) destacou as vistas charmosas que se revelam ao longo da costa do rio e do mar, enquanto o centro da cidade é ao mesmo tempo contemporâneo e criativo, com as suas ruas, monumentos, museus, esplanadas e áreas propícias a compras que misturam tradição, modernidade e exclusividade.

Em 2013, uma das editoras de guias de viagens mais reconhecidas internacionalmente (Lonely Planet), elegeu a cidade do Porto como o melhor destino europeu, destacando o centro histórico da cidade, o renascimento da cidade nas últimas duas décadas após sinais de decadência, bem como a chegada das companhias áreas *low cost* que conduziram a um boom do turismo (LONELY PLANET, 2015).

Em 2015, o jornal The Guardian (2015) elegeu o Porto como um dos 40 melhores destinos a visitar em 2015. Por último, este reconhecimento internacional conduziu a que o Porto obtivesse o seu melhor ano na área do turismo em 2014, com mais de 2,6 milhões de dormidas, sendo que em 2004 esse número rondava 1 milhão de dormidas.

4.1.2 Santiago de Compostela

A cidade de Santiago de Compostela é uma cidade espanhola localizada na província de A Coruña, no noroeste espanhol. O centro da cidade é um impressionante exemplo de reabilitação, restauro e preservação da herança cultural da cidade.

Com mais de 50 edifícios históricos, o centro urbano de Santiago é constituído por importante património arquitectónico de cariz religioso como igrejas, conventos, mosteiros, entre outros, sendo a principal atracção a impressionante catedral de Santiago e as quatro praças que a envolvem (Obradoiro, Quintana, Imaculada e Pratarías). Em 1985, o centro histórico da cidade foi oficialmente reconhecido pela UNESCO como património mundial da humanidade, pela sua relação com um dos maiores temas da história medieval europeia.

Santiago, nos dias hoje, beneficia ainda de uma importante notoriedade internacional, em parte pela relação com o caminho de Santiago. Recentemente, personalidades de renome internacional como o escritor Paulo Coelho (em livros como o “Diário de um Mago” e o “Peregrino”) e o famoso actor Martin Sheen (no filme “O Caminho”) promoveram e destacaram nas suas obras a força das experiências que a cidade de Santiago e o Caminho de Santiago proporcionam aos seus visitantes.

Para além disto, Santiago é considerada uma das cidades mais importantes da cristandade, a par de cidades como Jerusalém, Vaticano ou Lourdes, sendo que esta notoriedade e associação mental é ainda uma importante geradora de valor para a cidade.

No ano 2000, a cidade foi capital europeia da cultura contribuindo para o posicionamento da cidade enquanto destino turístico vocacionado para o turismo cultural. Para além do seu singular centro histórico, a cidade possui uma oferta cultural integrada composta por museus, teatros, exposições de arte, concertos, galerias de arte e celebrações tradicionais.

A importância do turismo religioso decaiu nos últimos anos, sendo encarado como um nicho de mercado, bem como os peregrinos que todos os anos visitam a cidade através do caminho de Santiago. Ainda que estes segmentos de mercado sejam ainda importantes, estes não representam a maioria dos turistas que cada vez mais visitam a cidade atraídos pela possibilidade de experienciarem o património histórico, artístico e natural, a gastronomia, o folclore e a aura única que envolve a cidade.

Santiago beneficia também de atenção internacional enquanto *case study* de como se deve preservar recursos culturais tangíveis, mais especificamente nas áreas da preservação e reabilitação de um centro histórico urbano, tendo recebido vários prémios internacionais, de onde podemos destacar o Prémio Europeu de Urbanismo pela Comissão Europeia em 1998 (entre 130

candidatos) e o Prémio Habitat das Nações Unidas, premiando as melhores práticas no planeamento da protecção e reabilitação do centro histórico de Santiago (TURISMO DE SANTIAGO, 2015).

De acordo com Guilarte (2014), Santiago recebe entre 500 mil e 600 mil turistas por ano, reflectindo-se entre 1 milhão e 1 milhão e 200 mil dormidas em 2013, representando um crescimento de 4% em 2013, tanto em número de turistas como em dormidas.

Ainda de acordo com o estudo da Exceltur (2013) Santiago ocupa o oitavo lugar do ranking das cidades espanholas mais visitadas. Santiago é ultrapassada por grandes cidades como Barcelona, Madrid, Valencia, Sevilha ou Bilbao, no entanto se considerarmos apenas cidades com menos de 200 mil habitantes, Santiago ocupa o segundo lugar do ranking (EXCELTUR, 2013).

4.2 Resultados da Análise Descritiva da Avaliação da Imagem

Analisando os valores médios da avaliação das dimensões da imagem perceptual de Porto e Santiago (tabela 2) podemos verificar que todas as dimensões foram avaliadas positivamente.

No caso do Porto, todas as dimensões obtiveram avaliações superiores a 4 pontos e apenas duas variáveis obtiveram pontuações inferiores a 5 pontos ("boa cidade para fazer compras" com um valor médio de 4,47 pontos e "Porto é uma cidade limpa" com um valor médio de 4,80 pontos).

Tabela 2 – Valores médios da avaliação das dimensões da imagem perceptual do Porto e Santiago.

Dimensões da Imagem Perceptual	Porto	Santiago	Variation
1 Boa Qualidade Hoteleira	5,14	5,06	0,08
2 Boa Cidade para fazer Compras	4,47	4,37	0,10
3 Interessantes Paisagens e Atracções naturais	5,68	5,62	0,06
4 Locais históricos e/ou culturalmente interessantes	6,07	6,54	0,47
5 Actividades culturais interessantes	5,20	5,47	0,27
6 Excelente Gastronomia	5,42	5,45	0,03
7 Santiago/Porto é uma cidade tranquila	5,44	5,43	0,01
8 As pessoas estão dispostas a ajudar os turistas	5,96	5,53	0,43
9 Bom nível de segurança	5,50	5,75	0,25
10 As pessoas são interessantes e amigáveis	5,87	5,70	0,17
11 Boa cidade para relaxar	5,41	5,38	0,03
12 Beleza Natural da Cidade	5,87	6,00	0,13
13 Bom clima	6,25	5,45	0,80
14 Boa cidade para descansar	5,39	5,24	0,15
15 Boa relação qualidade/preço	5,65	4,80	0,85
16 Boas infraestruturas para acolher visitantes	5,38	5,41	0,03
17 Santiago/Porto é uma cidade limpa	4,80	5,53	0,73
18 Cidade interessante para aprender costumes locais	5,12	5,12	0,00
19 Santiago/Porto é uma cidade com muito turismo	5,70	6,29	0,59

Fonte: Elaboração própria.

É também importante referir que duas variáveis obtiveram valores médios superiores a 6 pontos (“bom clima” com 6,25 pontos e “locais históricos e/ou culturalmente interessantes” com 6,07 pontos), sendo estas as variáveis que obtiveram as pontuações mais elevadas. Em adição, podemos também ainda referir que três variáveis obtiveram valores médios altos “as pessoas estão dispostas a ajudar os turistas” com um valor médio de 5,96 pontos; “As pessoas são interessantes e amigáveis” com 5,87 pontos; e “beleza natural da cidade” com 5,87 pontos

No caso de Santiago, todas as variáveis obtiveram avaliações médias acima de 4 pontos. Deste modo, 17 variáveis obtiveram avaliações superiores a 5 pontos e apenas duas dimensões, do total das 19 dimensões analisadas, obtiveram avaliações inferiores a 5 pontos (“boa relação qualidade/preço com 4,80 pontos; e “boa cidade para fazer compras” com 4,37 pontos).

Para além disto, 3 variáveis obtiveram valores médios iguais ou superiores a 6 pontos (“locais históricos e/ou culturalmente interessantes” com 6,54 pontos; “Santiago é uma cidade com muito turismo” com 6,29 pontos; e “beleza natural da cidade” com 6 pontos).

4.3 Comparação entre as duas cidades

De modo a determinar possíveis diferenças estatisticamente significativas nos valores médios das avaliações entre os dois grupos de turistas (turistas do Porto e de Santiago), procedeu-se à realização de testes de t de amostras independentes.

Os resultados apurados sugerem que das 19 variáveis usadas para medir a imagem perceptual dos destinos, 11 obtiveram valores $p > .005$ e assim não foram apuradas diferenças estatisticamente significativas. Neste grupo de 11 variáveis inclui-se: “boa qualidade hoteleira”, “boa cidade para fazer compras”, “interessantes paisagens e atrações naturais”, “excelente gastronomia”, “Santiago/Porto é uma cidade tranquila”, “as pessoas são interessantes e amigáveis”, “boa cidade para relaxar”, “beleza natural da cidade”, “boa cidade para relaxar”, “boas infraestruturas para acolher visitantes”, e “cidade interessante para aprender costumes locais”.

Por outro lado, os resultados dos testes de t sugerem a existência de diferenças estatisticamente significativas em 8 variáveis:

- Na variável “locais históricos e/ou culturalmente interessantes”, Santiago ($M=6.54$, $SD=.686$) obteve um resultado significativamente mais alto quando comparado ao Porto ($M=6.07$, $SD=.911$) - $t(810) = 8.197$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre .353 e .575).
- Na variável “atividades culturais interessantes”, Santiago ($M=5.47$, $SD=1.086$) obteve uma avaliação

estatisticamente superior à do Porto ($M=5.20$, $SD=1.093$) - $t(779) = 3.514$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre .121 e .427).

- Na variável “as pessoas estão dispostas a ajudar os turistas”, o Porto ($M=5.96$, $SD=.975$) obteve uma avaliação significativamente superior à de Santiago ($M=5.53$, $SD=1.079$) - $t(793.365) = -5.838$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre -.566 e -.281).
- Na variável “bom nível de segurança”, Santiago ($M=5.75$, $SD=.955$) obteve um resultado superior ao do Porto ($M=5.50$, $SD=1.131$) - $t(766.214) = 3.387$, $p = .001$, $\alpha = .005$ (intervalo de confiança de 95% entre .106 e .398).
- Relativamente à variável “bom clima”, o Porto ($M=6.25$, $SD=.841$) obteve uma avaliação estatisticamente superior a Santiago ($M=5.45$, $SD=1.277$) - $t(695.052) = -10.617$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre -.958 e -.659).
- Na variável “Boa relação qualidade/preço”, o Porto ($M=5.65$, $SD=.999$) obteve uma diferença significativamente superior à de Santiago ($M=4.80$, $SD=1.124$) - $t(798) = -11.365$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre -1.002 e -.707).
- Na variável “Santiago/Porto é uma cidade limpa”, Santiago ($M=5.53$, $SD=1.003$) obteve uma diferença estatisticamente significativa comparativamente ao Porto ($M=4.80$, $SD=1.330$) - $t(743.568) = 8.753$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre .564 e .890).
- Relativamente à variável “Santiago/Porto é uma cidade com muito turismo”, Santiago ($M=6.29$, $SD=.798$) obteve um resultado estatisticamente superior ao do Porto ($M=5.70$, $SD=.972$) - $t(773.502) = 9.491$, $p = .000$, $\alpha = .005$ (com um intervalo de confiança de 95% entre .471 e .717).

5 CONCLUSÕES

O estudo e análise descritiva da imagem perceptual dos dois destinos turísticos propostos, possibilitou a compreensão de como os turistas percebem e avaliam as diferentes dimensões que constituem a imagem perceptual destes destinos. Para além disto, os resultados sugerem diferenças estatisticamente significativas entre as duas cidades que, por sua vez, poderão sugerir novas estratégias e implicações de gestão.

No caso do Porto, os turistas consideraram o clima, os locais históricos ou culturalmente relevantes como as características mais marcantes da cidade, seguido de características como a hospitalidade dos residentes e a beleza natural da cidade. No caso de Santiago, os turistas consideraram os locais históricos ou culturalmente relevantes, a beleza natural da cidade

e a turisficação como as características mais marcantes da cidade. Comparativamente, os resultados dos testes de t de amostras independentes sugerem a existência de diferenças estatisticamente significativas em 8 variáveis analisadas.

A cidade do Porto obteve avaliações significativamente mais elevadas em 3 variáveis. Estes resultados sugerem que o Porto deve comunicar e promover a hospitalidade dos seus residentes, uma vez que os turistas consideram que estes são bastante receptivos na hora de os ajudar quando necessário.

Em adição, o factor clima parece também ser um factor de diferenciação quando comparado com a cidade de Santiago. Por último, o Porto obteve uma avaliação significativamente mais alta no que diz respeito à relação qualidade-preço. Deste modo, estes resultados sugerem que os turistas possuem a percepção de que os preços praticados no Porto são melhores do que em Santiago, em relação aos produtos, serviços ou experiências oferecidas pelo destino.

No caso de Santiago, a cidade obteve avaliações significativamente mais altas em 5 variáveis analisadas. Os resultados significativamente mais altos nas variáveis “locais históricos e/ou culturalmente interessantes” e “actividades culturais interessantes” sugerem que o estatuto que Santiago possui, sendo considerada uma das cidades historicamente mais importantes da cristandade e todos os anos o destino de milhares de peregrinos, ainda se faz sentir nos dias de hoje, sendo percebido pelos turistas e podendo explicar esta diferença significativa.

Além disto, os resultados sugerem também que as percepções de limpeza e segurança são distintas nas duas cidades. Deste modo, as entidades que gerem o turismo do Porto deverão averiguar se estas dimensões reflectem uma realidade existente e se estas mesmas dimensões poderão ter um impacto negativo na marca do destino turístico. A verificar-se, será vantajosa a aplicação de novas estratégias de gestão da marca que possibilitem a mudança de percepção dos turistas nestas dimensões e consequentemente reforçar a imagem de marca do destino.

Para além disto, Santiago obteve um valor significativamente mais elevado na variável que pretendia medir os níveis de turisficação percebidos, resultado este que se reveste de interesse acrescido, uma vez que anualmente a cidade do Porto recebe mais do dobro do número de turistas que Santiago, por sua vez, recebe. Uma possível explicação para este resultado poderá dever-se ao facto da actividade turística em Santiago concentrar-se numa área relativamente pequena, isto é, o centro histórico, e em particular ao redor da Catedral de Santiago. Estas circunstâncias poderão dar a impressão ao turista de um destino sobrelotado e,

consequentemente, turisficação. Deste modo, os gestores deste destino turístico deverão considerar novas estratégias que impulsionem a atracção de turistas a outros pontos da cidade para além do seu centro histórico.

Os resultados do estudo sugerem também que as duas cidades analisadas têm algo a aprender uma com a outra. Com base nas avaliações dos turistas, as duas cidades possuem fortes e dinâmicas imagens de marca, existindo áreas com lugar para melhorias.

A singularidade de Santiago, e uma estratégia de gestão da marca envolta nessa singularidade, é ainda hoje um factor de forte diferenciação, factor esse que deverá inspirar a cidade do Porto a procurar a sua própria identidade singular, no sentido de diferenciar a cidade num mercado por si só saturado.

Para além disto, embora o Porto possua nos dias de hoje uma oferta cultural vibrante e dinâmica, os resultados obtidos revelam diferenças significativamente mais elevadas em Santiago nas dimensões que pretendiam medir o interesse histórico e as actividades culturais das cidades. Assim, as entidades responsáveis pela gestão do turismo da cidade do Porto, deverão fazer um esforço que possibilite realçar, comunicar e promover, através da marca, a identidade cultural e a oferta cultural da cidade no seu todo, no sentido de reduzir esta diferença significativa comparativamente a Santiago.

As fortes percepções de segurança e limpeza (áreas às quais os turistas geralmente são bastante sensíveis) obtidas em Santiago, revelam algo que a grande maioria dos destinos turísticos gostaria de obter, e algo que a cidade do Porto deverá tentar maximizar no futuro, tentando assim atingir os níveis obtidos em Santiago. Por outro lado, a diferença significativa obtida pela cidade do Porto na dimensão preço-qualidade sugere que este destino definiu com sucesso as suas estratégias de segmentação de mercado, disponibilizando uma oferta de qualidade a preços que os turistas, dos diferentes segmentos, consideram apropriados. Consequentemente, os resultados sugerem que as entidades que geram o turismo de Santiago deverão fazer um esforço de marketing na tentativa de melhorar a eficácia das suas estratégias de segmentação de mercado e assim adaptar a sua oferta aos diferentes segmentos e reduzir a distância entre a oferta turística e o preço que os turistas consideram apropriado para essa oferta.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D. *Building Strong Brands*. New York, USA: Free Press, 1996.
- ANHOLT, S. *Branding Places and Nations*, Brands & Branding, 213-226, 2003.

- BALOGU S.; MCCLEARY, K. W. *U.S. International pleasure travelers' images of four Mediterranean destinations: A comparison of visitors and nonvisitors.* *Journal of Travel Research*, 38(2), 144-152, 1999.
- BEERLI, A.; MARTIN, J. D.; BEERLI, A.; MARTIN, J. D. *Factors influencing destination image.* *Annals of Tourism Research*, 31(3), 657-681, 2004.
- BIGNE, J. E.; SANCHEZ, M. I.; SANCHEZ, J. *Tourism image, evaluation variables and after purchase behaviour: inter-relationship.* *Tourism Management*, 22 (6), 607-616, 2001.
- CAI, L. A. *Cooperative branding for rural destinations.* *Annals of Tourism Research*, 29(3), 720-742, 2002.
- CHEN, C. F.; PHOU, S. *A closer look at destination: Image, personality, relationship and loyalty.* *Tourism Management*, 36, 269-278, 2013.
- CHON, K. S. *The role of destination image in tourism: A review and discussion.* *The Tourist Review*, 45(2), 2-9, 1990.
- CROMPTON, J. L. *An assessment of the image of Mexico as a vacation destination and the influence of geographical location upon that image.* *Journal of Travel Research*, 17(4), 18-24, 1979.
- DANN, G. M. *Tourists' images of a destination-an alternative analysis.* *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 5(1-2), 41-55, 1996.
- ECC *European Best Destination*, disponível em <<http://www.europeanconsumerschoice.org/travel/european-best-destination-2012/>>, acesso em: 5 Março de 2015.
- ECHTNER C. M.; RITCHIE, J. B. *The meaning and measurement of destination image.* *Journal of Tourism Studies*, 2 (2), 2-12, 1991.
- EXCELTUR *UrbanTUR 2012: Monitor de competitividad turística de los destinos españoles, 2012*, disponível em <http://www.exceltur.org/wp-content/uploads/2014/10/URBANTUR-2012_INFORME.pdf>, acesso em: 10 de Abril de 2015.
- GALLARZA, M. G.; SAURA, I. G.; GARCIA, H. C. *Destination image: Towards a conceptual framework.* *Annals of Tourism Research*, 29(1), 56-78, 2002.
- GARTNER, W. C. *Image formation process.* *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 2(2/3), 191-216, 1993.
- GUILARTE, P. Y. *Nuevas tendencias en turismo cultural. El papel de la investigación turística en ciudades patrimoniales: los casos de Santiago de Compostela y la Habana Vieja.* Unpublished Ph.D Thesis, Santiago de Compostela, 2014.
- HANKINSON, G. *Location Branding: A study of the branding practices of 12 English cities.* *Journal of Brand Management*, 9(2), 127-142, 2001.
- LONELY PLANET *Top 10 European travel destinations for 2013*, disponível em <<http://www.lonelyplanet.com/europe/travel-tips-and-articles/77757>>, Acesso em: 3 de Maio 2015.
- LONELY PLANET *Porto*, disponível em <http://www.lonelyplanet.com/portugal/the-north/porto>, Acesso em: 5 de Março de 2015.
- LUCARELLI, A.; OLOF BERG, P. *City branding: a state-of-the-art review of the research domain.* *Journal of place management and development*, 4(1), 9-27, 2011.
- MACKAY, K. J.; FESENMAIER, D. R. *Pictorial element of destination in image formation.* *Annals of Tourism Research*, 24 (3), 537-565, 1997.
- MORGAN, N.; PRITCHARD, A.; PRIDE, R. *Destination Branding: Creating the Unique Destination Proposition.* Oxford, UK: Butterworth-Heinemann, 2002.
- PIKE, S.; Ryan, C. *Destination positioning analysis through a comparison of cognitive, affective and conative perceptions.* *Journal of Travel Research*, 42(4), 333-342, 2004.
- PAN, B.; Li, X. R. *The long tail of destination image and online marketing.* *Annals of Tourism Research*, 38 (1), 132-152, 2011.
- PRAYAG, G. *Exploring the relationship between destination image and brand personality of a tourist destination: An application of projective techniques.* *Journal of Travel & Tourism Research*, 7(2), 111-130, 2007.
- PRAYAG, G. *Tourist's Evaluations of Destination Image, Satisfaction, and Future Behavioral Intentions – The Case of Mauritius.* *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 26 (8), 836-853, 2009.
- REYNOLDS, W. H. *The role of the consumer in image building.* *California Management Review*, 7(3), 69-76, 1965.
- SAN MARTÍN, H., & DEL BOSQUE, I. A. R. *Exploring the cognitive-affective nature of destination image and the role of psychological factors in its formation.* *Tourism Management*, 29 (2), 263-277, 2008.
- STEPCHENKOVA, S.; MILLS, J. E. *Destination image: A meta-analysis of 2000-2007 research.* *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 19 (6), 575-609, 2010.
- SON, A. *The measurement of tourist destination image: applying a sketch map technique.* *International Journal of Tourism Research*, 7(4/5), 279-294, 2005.
- THE GUARDIAN *Holiday hotspots: where to go in 2015*, disponível em: <<http://www.theguardian.com/travel/2015/jan/03/holiday-hotspots-where-to-go-in-2015>> Acesso em: 5 de Março de 2015.
- TURISMO DE SANTIAGO *Cidade Premiada*, disponível em <<http://www.santiagoturismo.com/info-xeral/cidade-premiada>>, Acesso em: 6 de Março de 2015
- UNESCO *Historic Centre of Oporto*, Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/755>>, Acesso em: 2 de Maio de 2015.
- ZHANG, H., FU, X., CAI, L. A., & LU, L. *Destination image and tourist loyalty: A meta-analysis.* *Tourism Management*, 40(1), 213-223, 2014.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 23 de novembro de 2016; aceito em 13 de janeiro de 2017; publicado online 10 de Fevereiro 2017.

Received on november 23, 2016; accepted january 13, 2017, published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double bind review section.

TERRITORIAL DYNAMICS OF THE BAY OF VILLEFRANCHE-SUR-MER (FRENCH RIVIERA) : FROM COMMERCIAL AND MILITARY VOCATION TO TOURISM AND SPORTING ACTIVITIES

Christian Coglievina*
Bernard Massiera**
Valérie Morales***
Imed Ben Mahmoud****

Abstract

The study concerns the dynamics of the coastal activities of the harbor of Villefranche-sur-Mer. Borrowing the concepts of territorialities (Gunn; Var, 2002) or competitiveness of an area (Wackermann, 1989), revisited in a historical perspective and development of natural territories (Bessy 2008), it explored the problem of the littoral development in the light of its past activities. Three periods succeed each other from the international trade stop, then from the military presence to the current tourist vocation leading to its "sportivation", especially in connection with the development of a local nautical offer. The articulation of these three periods determines the multiplicity of contemporary offerings which also involves the communities in a sustainability policy (sustainability of the sporting offer and protection of the marine biotope) through partnerships both scientific, National Center of Scientific Research (C.N.R.S.), and associations like A.I.D.A. (International Association for the Development of Apnea).

Keywords: Coastline development. French Riviera. Tourism. Sportivation. Sustainable.

DINÂMICA TERRITORIAL DA BAÍA DE VILLEFRANCHE-SUR-MER (RIVIERA FRANCESA): DA VOCAÇÃO COMERCIAL E MILITAR AO TURISMO E ACTIVIDADES DESPORTIVAS

Resumo

O nosso estudo diz respeito à dinâmica das actividades costeiras do porto de Villefranche-sur-Mer. Tomando emprestados os conceitos de territorialidade (Gunn; Var, 2002) ou competitividade de uma área (Wackermann, 1989), revisitados numa perspectiva histórica e desenvolvimento de territórios naturais (Bessy 2008), exploramos o problema do desenvolvimento do litoral à luz de suas actividades passadas. Três períodos sucedem-se desde a paragem do comércio internacional, passando da presença militar para a actual vocação turística que conduz à sua "esportividade", especialmente em relação ao desenvolvimento de uma oferta náutica local. A articulação destes três períodos determina a multiplicidade de ofertas contemporâneas que também envolve as comunidades em uma política de sustentabilidade (sustentabilidade da oferta esportiva e proteção do biótopo marinho) por meio de parcerias científicas, do Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS) e associações Como AIDA (Associação Internacional para o Desenvolvimento da Apnéia).

Palavras Chave: Desenvolvimento do litoral. Riviera Francesa. Turismo. Esportivação. Sustentabilidade.

DINÂMICA TERRITORIAL DE LA BAÍA DE VILLEFRANCHE-SUR-MER (RIVIERA FRANCESA): DE LA VOCACIÓN COMERCIAL Y MILITAR AL TURISMO Y A LAS ACTIVIDADES DEPORTIVAS

Resumen

Nuestro estudio hace referencia a la dinámica de las actividades costeras del puerto de Villefranche-sur-Mer. Teniendo en cuenta los conceptos de territorialidad (Gunn; Var, 2002) y de competitividad de un área (Wackermann, 1989), utilizado a la luz de una perspectiva histórica y del desarrollo de los territorios naturales (Bessy 2008), hemos analizado el tema del desarrollo de Villefranche-sur-Mer debido a sus actividades pasadas hasta el presente. Tres períodos sucedieran se desde la instalación del comercio internacional en el área, pasando por la presencia militar hasta la actual vocación y utilización turística del espacio, que lo conduce a una utilización conectada a "deportividad", especialmente en relación al desarrollo de una oferta náutica local. La articulación de estos tres períodos ha determinado la multiplicidad de ofertas contemporáneas a la cuales también se involucra las comunidades en una política de sustentabilidad (de la oferta deportiva y de la protección del biotopo marino) por medio de colaboraciones científicas, en particular con el Centro Nacional de Investigaciones Científicas (CNRS) y con las asociaciones como el AIDA (Asociación Internacional para el Desarrollo de la Apnea).

Palabras Clave: Desarrollo costero. Riviera Francesa. Turismo. Deportivación. Sustentabilidad.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

*Certified professor, economy and management, Master 2 titular (1990). Associate Professor at University of Nice. Interest areas: sport tourism. [coglievina.christian@hotmail.fr]

** PhD Sciences of sport, (2003). Professor of sport management and Manager for student PhD (HDR) at University of Nice. Interest areas: management of sport and sport tourism. [Bernard.massiera@unice.fr]

*** PhD Sciences of sport (2013). Assistant professor, sociology of sport, at University of Côte d'Azur. Interest areas: sport policy and participative democracy. Major affiliations: AIEST, AFEST, LAMHESS. Université Côte d'Azur. Postal address: Université Côte d'Azur, Faculté des Sciences du Sport, 261 boulevard du Mercantour, BP 3259 - 06205 Nice - cedex 3 - France. [valerie.morales@unice.fr]

**** PhD in Sociology (2004). Associate professor, sport management, at University of Nice. Responsible of Master diploma. Interest areas: governance and sport tourism. [Imed.Ben-Mahmoud@unice.fr]

1 INTRODUCTION

The bay of Villefranche-sur-Mer is located in France, on the French Riviera, between Nice and the Principality of Monaco. The harbor is a natural bay of the Mediterranean basin. It offers a safe anchorage away from east and west winds. The city has recorded a steady demographic decline since 1990, rising from 8000 in 1990 to 5326 in 2013.

The object of study is to show how the harbor presents itself through a double identity: cultural (through tourism) and sport (in connection with nautical activities). Nevertheless, this identity results from many evolutions, which left a mark on the city. Thus, it will study the process of “*sportivation*” inserted in a complex landscape.

Picture 1: France map.



Source: Public Archive of Villefranche-sur-Mer (2016).

Picture 2: Bay of Villefranche.



Source: Public Archive of Villefranche-sur-Mer (2016).

Today, the harbor accommodates multiple activities:

- Local fishing.

- Strategic military port, numerous national navies according to the epochs.
- Port of call for cruise ships (as main activity with 219 235 passengers in Nice-Villefranche in 2015, mainly between July and September, cf. Table 1 and 2, and Diagram 1 and 2). Villefranche-sur-Mer associate to Nice' harbor represent the first cruise destination in France.
- Contemplative or sporting nautical activities (with multiple variations of leisure) (as an activity with high development potential).

Table 1: Evolution by type of passenger between 2005 and 2015 in the different port of the French Riviera.

Année	Nice-Villefranche			Villefranche		
	Tête de ligne	Transit	Total	Tête de ligne	Transit	Total
2005	45 130	319 772	364 902	2 280	266 808	269 088
2006	64 018	402 269	466 287	4 434	314 377	318 811
2007	52 064	455 283	507 347	4 222	394 830	399 052
2008	49 303	465 630	514 933	1 404	421 640	423 044
2009	35 041	420 913	455 954	955	401 013	401 968
2010	39 412	408 870	448 282	4 222	394 041	398 263
2011	43 446	403 258	446 704	10 851	391 532	402 383
2012	31 437	332 605	364 042	9 543	328 540	338 083
2013	55 627	431 813	487 440	27 803	420 572	448 375
2014	41 631	296 079	337 710	8 585	295 457	304 042
2015	28 926	190 309	219 235	1 198	176 702	177 900

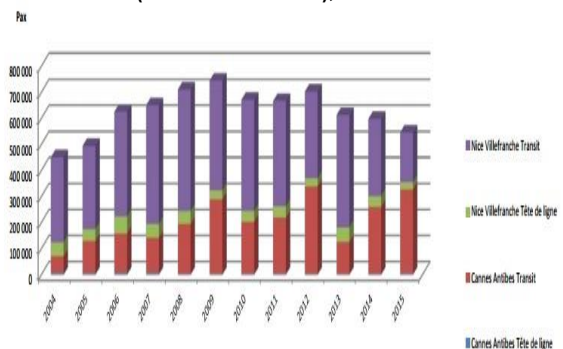
Source: Municipality of Villefranche-sur-Mer (2016).

Table 2: Monthly distribution of passengers between 2005 and 2015.

Passagers	2012	2013	2014	2015
Janv	678	-	-	381
Fev	-	4 227	-	2 462
Mars	5 241	7 978	2 036	3 327
Avril	40 551	40 452	30 970	22 812
Mai	108 241	99 146	90 887	82 927
Juin	104 305	76 716	104 063	79 041
Juil	115 687	103 261	105 292	99 241
Août	122 261	92 895	95 627	92 925
Sept	104 040	89 161	92 513	93 096
Oct	88 159	80 828	71 361	45 916
Nov	7 304	17 171	2 936	22 045
Dec	6 730	1 351	2 340	2 024
TOTAL	703 197	613 186	598 025	546 197

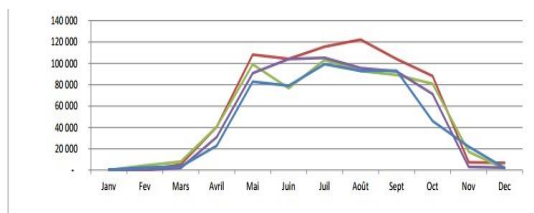
Source: Municipality of Villefranche-sur-Mer (2016).

Diagram 1: Breakdown by type of cruiser (transit and header), 2012-2015.



Source: Municipality of Villefranche-sur-Mer (2016).

Diagram 2: Monthly cruise ship distribution (2012-2015).



Source: Municipality of Villefranche-sur-Mer (2016).

Nevertheless, secondary activities are established in Villefranche-sur-Mer, and are partly explained by the socio-economic history of the harbor. It is thus a territory for:

- Maritime free port.
- Shipyards and nautical maintenance.
- Residential constructions.
- Water tourism.
- Organization of cultural, social and sporting events.

This classification (main and peripheral activities) allows us to observe that the bay of Villefranche, like most of similar sites in the world, are distinguished by numerous utilities that it will present from the various periods that the harbor has experienced since the "Antiquity" until the development of multiple forms of tourism (seaside, contemplative, business, cultural, etc.) and sports activities (nautical and terrestrial).

2 THEORETICAL FRAMEWORK ABOUT THE TERRITORIAL DEVELOPMENT OF THE LITTORAL

This investigation refers to social constructivism to investigate the strategy of development of seaside tourism in favour of territorial activities (SPECTOR; KITUSE, 1977; SHEPHERD; LUCKMAN, 1986; HACKING, 2001). The interest of this approach centred on sociology of the rationale in actions allows us to explain the basis for the choices of developments and to understand the rationalities which exist behind every facility. By identifying the construction of the modes "to think and decide" the seaside development allows the understanding of the mechanisms have been developed. The theoretical frame of the rationale of action allows a combination of decision-makers and action analysis.

2.1 Theoretical Framework of Territorial Development

Various approaches exist in tourist development. In a recent work on the subject, Hall (2008, p. 50) determines 5 approaches ("*boosterism*", an economic approach, a spatial approach, a community oriented approach, and a sustainable tourism approach).

Even if the two most recent visions of tourist development (community oriented and sustainable tourism approaches) develop continually, the vast majority of strategies follow the economic approach and aim essentially at increasing, or, at the very least, guaranteeing the scenic attractiveness of a place.

On the whole, the attractiveness of a territory is one of the first conditions for its economic development. On a worldwide scale, the major tourist destinations, such as the French Riviera, continue to put up stiff competition amongst the emergence of new major tourist destinations.

China, for example, could become the number one tourist destination for international tourists in 2020, dethroning France (UNWTO). The attractiveness of a destination would allow it to generate a flow of tourist clientele. As a result "*the focus for much tourism policy and planning, with very few exceptions, countries, regions and destinations are seeking to attract and retain the voluntary mobile*" (HALL, 2008, p. 8).

Besides the question of the image of a destination, the tourist attractiveness is based on what it offers (RODRIGUEZ-DIAS, ESPINO-RODRIGUEZ, 2008), thus on the development of locations, the variety, the quality and even the originality of facilities proposed to the various tourist clientele.

The local private and public stakeholders from major tourist destinations make sure that a variety and high level of services are proposed. The quality and the innovation of these services insure the competitiveness of an area (WACKERMANN, 1989).

Innovation concerns simultaneously the tourist products and the tourist facilities, given that tourist products exist which follow fashion trends. In fact, major destinations must possess fashionable tourist facilities firstly to differ themselves, and secondly to not fall behind the competition (CHRISTOFLE, 2003).

Tourist development proves an essential tool in working out strategies of land use and territorial development (GUNN; VAR, 2002). It visibly demonstrates the role-players' willingness, which is fundamental in our era of world communication. A big project, a large-scale development is therefore "a language, it is a window into a destination that shows its dynamism, source of economic, cultural and social attractiveness" (LECROART, 2007, p. 30).

The tourist destination, according to Mc Kercher (1999) and Farrel & Twining-Ward (2004), is a complex system which adapts itself to the environmental, economic, political movements [...] to assure these interactions and this constant adaptation of the system towards the outside (attractiveness - competitiveness), the role- players in the private sector (individuals, people working in the tourism industry, developers, companies) as in the public sector (the state, city

councils, and so on...) consume and produce land at the same time (HALL, 2008).

The conclusion to the transformation is the effect on attendance and on the functioning of the system: new clients, new uses of the land, new services (CLARY, 1993). It is necessary to recognize that the involvement of the role-players is not identical and that the development is essentially a public activity, even if strategic partnerships can be established with private players (LECROART, 2007; HALL, 2008).

Globally, two big types of development strategies appear: those which look at the external attractiveness of the tourist destination (outside - in approach), by far the most common, and those corresponding to the internal needs of the destination (bottom-up approach). The first case generally concerns the proven locations, competitive tourist destinations which wish to remain in a positive trajectory. The second case concerns instead territories in economic and social reconversion which rely on the tourist development to take them out of a difficult situation.

Whatever the chosen initiative, the development of tourism is globally perceived by the decision-makers as a means to promote growth in an essentially economic approach. To keep or even to increase the attractiveness of a destination is thus the *leitmotiv* of the public strategies concerning tourist development.

Thanks to the increase and the solvency of people who are eager to consume coastal tourist products, the development of amenities adapted to this clientele would be an opportunity to expand the charm of the destination. Possessing these specialised equipment could then prove to be in itself a competitive advantage, a key for success, which would allow the tourist destination to surpass the competition of the other tourist destinations.

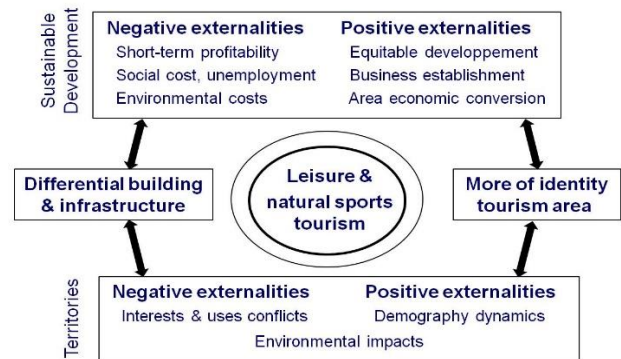
2.2 The Problem of the Littoral's Development Processes

The inquiry concerns the processes that led to an evolution of the tourist attractiveness of the harbor, from antiquity to the present day, through the various developments that have succeeded each other. The evolution of the attractiveness of the roadstead, from antiquity to the present day, has gone through different stages, ultimately leading to "sportivisation" of activities. Chronologically the following activities appeared in the harbor: anchoring, trade route, commercial activities, military activities, scientific exploration, cruise stops, cultural, sports and recreational events).

This demonstration is based on the model of analysis of the development of natural territories (BESSY, 2008). This model highlights how different territories adapt to environmental, economic and

political movements and how they are structured and promoted from a perspective of sustainable development through adjustments, practices and events. Indeed, the development of seaside tourism on the Côte d'Azur has led to a multitude of economic practices that today structure the territories using the most diverse and inaccessible natural environments as its coastline and its bays as it is show in this study from antiquity to the present.

Diagram 3: Analysis model of the development of natural territories.



Source: Bessy (2008).

3 METHODOLOGY

In view of this object, it used methodological tools for capturing the subjective aspects of the observed social scene. This study used a qualitative approach to collect the data. To facilitate the value neutrality (WEBER, 1965), it made a remotely engagement (ELIAS, 1993). The proximity promoted the internalization of social relationships (PAUGAM, 2008). Detachment is a condition that allows for an epistemological separation (BACHELARD, 1938), a detachment from cognitive and emotional links as well as praxis, promoting the process of theorising.

Concerning data collection, it worked on individual interviews with local stakeholder and restorers and hotels representatives. These interviews are objectified through a triangulation of researchers crossing a double views: two researchers made the interviews together with the sample. It also used a documentary watch based on daily newspapers, both current and older, in the archives of the city. In fact, this qualitative approach is based on participatory observation (GOLD, 1958).

4 RESULTS AND DISCUSSION

4.1 The Uses of the Roadstead from Antiquity to the Present Day

Since antiquity, the harbor of Villefranche-sur-mer has sheltered human activities for economic and strategic reasons.

4.1.1 The period of Antiquity to the Eighteenth Century: a harbor economy

4.1.1 A business activity

From the antiquity the harbor of Villefranche-sur-mer is frequented by the Greek and Roman sailors who appreciate this site of anchorage. In the 13th century the Count of Provence, Charles d'Anjou, noted the strategic importance of the harbor and the village is christened Villa Franca with a franchise of free port. On 15 October 1482 the fleet of knights of Malta with the support of the Turkish sultan Giaume and some of the Grand Master of the Order who had just acquired the right to anchor in all the ports of Turkey, settled at Villefranche-sur-Mer.

The fleet of the Order of Malta renewed this anchorage until 1530. It was at this period that it allowed the population of Villefranche to face the scarcity of the time thanks to regular supplies from the Sicily organized by the Order of Malta. In the Middle Ages, in 1543, the harbor was occupied by the Franco-Turkish fleet and the Duke of Savoy Emmanuel Philibert fortified the site by the construction of the citadel Saint Elme. This citadel has been restored and can be visited today. The port of Darse is set up for military naval construction and fishing boats. During this period the fishing activity continued. During the XVIIth and XVIIIth century Villefranche is successively occupied by the Turks, the French and Savoisiens of Charles Emmanuel III.

Picture 3: Trade activities in Villefranche's bay.



Source: Public Archive of Villefranche-sur-Mer (2016).

4.1.2 Period of the XIXth Century to the Sixties: the strategic interest

i. The Imperial Russian Navy

In 1856 the Duke of Savoy gave the Russian Imperial Navy the lease of Villefranche. This lease involved the construction of communication infrastructure such as the road from Nice road to Villefranche.

From 1856 to 1930 the imperial Russian navy occupied the harbor as both a port of attachment for military purposes and for the imperial nobility in resort on the French Riviera.

During this period of the scientific teams of Kiev University begin the first oceanographic research inside the harbor. This research continued until 1930, despite the political uncertainties between France and the U.S.S.R., a new geopolitical entity resulting from the Bolshevik revolution.

ii. The French Navy

From 1860 following the linking of Nice to France, Villefranche became French, which enabled France to become a major user of the harbor for its military fleet, which could control, with the military port of Toulon, the maritime movements of the Mediterranean basin.

iii. The U.S. Navy

First, at the end of the Second World War, under the North Atlantic Treaty (NATO), the harbor welcomed the 6th American fleet ("US fleet") until the France which in 1966 renounced the military N.A.T.O. partnership with the United States.

This decision obliged Villefranche and France to turn away from the choice of a military development towards that of the activity of reception of cruise ships. This choice enabled Villefranche to be in association with the port of Nice, the first French cruise port from 1970 to 2007.

The year 1966 was the pivotal date of the socio-economic activity of the harbor: from a military strategy to a tourist strategy. This development is of major importance in order to understand the development of cultural and sports activities following this period. This first step will have required some twenty years before it recorded a real return on investments which permit to maintain the competitiveness of the place (WACKERMANN, 1989).

Picture 4: Military activities in Villefranche's bay.



Source: Public Archive of Villefranche-sur-Mer (2016).

4.1.3 Period of the 20th century, tourism conditioning the development of sports leisure

i. The fundamentals of maritime tourism

This tourism and leisure period (especially sports) in Villefranche has benefited from the steady growth of cruise tourism from the 1970's until today. This economic activity in the Mediterranean basin has resumed the criteria of success of cruises in the Caribbean. These criteria are the quality of hospitality, catering, accommodation, security in the broadest sense of the term, and the quality of animation and the provision of leisure and sporting events. Tourists now find all these criteria at their stopovers in Villefranche (survey Master G.A.T.H. 2002). In addition, frequentation of the harbor increased steadily from 3% to 6% between 1970 and 2012 (C.C.I. Nice, 2013).

Picture 5: Maritime economic activities.



Source: Meretmarine.com (2016).

ii. The first facilities for the cruise

In 1932 the first determining factors of maritime tourism, through adapted infrastructures, settled in the environment of the harbor. Thus, two large anchorage were positioned in the middle of the bay to accommodate the large cruise units in the Mediterranean.

The construction of a real ferry terminal was introduced in order to receive tourists cruise through a shuttle service. These initial conditions for tourism were first used by the sailors of the national fleets who were anchoring in the harbor before being dedicated to commercial tourism.

iii. Professional tourism real estate

Progressively, with the development of the bay, the city is economically more welcoming with the opening of hotels, restaurants, drinking places, outdoor cinema, museums, the theater and congress hall,

beach diving centers, boat rental and all other marine equipment (rowing, windsurfing, paddle, ...), as well as real estate rentals. These establishments participate in the animation and dynamism of the city throughout the year.

iv. Scientific exploration

The oceanographic research site continues its development until the end of the XIXth century by the scientists of Kiev. This development of a conduit to be integrated with the University Pierre Marie Curie of Paris and the National Center of Scientific Research (C.N.R.S.). This recognition contributes to the development of the notoriety of Villefranche in the fields of maritime ecology, marine biodiversity, respect for fauna and marine flora.

4.2 Actualities and Prospects

This historical richness permit to observe the multiplicity of current uses and to imagine what development could be envisaged with a valorization of local specificities additional to different functional uses. This objective is realized through the use of "trend" products and equipment to control the evolution of competitive aeras (CHRISTOFLE, 2003).

4.2.1 The roadstead as a support site

The roadstead is a site support composed of different assets that allow it to distinguish in relation to all the roadsteads that can be found around the planet.

i. Scientific site

This site which was hatched at the end of the nineteenth century under the Kiev scientist leadership is nowadays recognized as one of the major centers of an environmental study on marine ecology. Throughout the years, studies and researches are undertaken to improve environmental approaches to the marine ecology (Bessy, 2008). It confirms the internationally image that respects the H.Q.E. (High Environmental Quality) criteria.

ii. Business events

The harbor and the city of Villefranche, offers diversified shops for the local population and tourists can find all kinds of desires like shopping. Local shopping offers a wide selection of fashion items and regional crafts. In this negotiation activity, it should be noted that throughout the year, the municipality receives congresses, exhibitions and exhibitions in the old castle

of Saint Elmo and in the communal gardens. The municipality organizes every Sunday a flea market and punctually throughout the year some intellectual and commercial manifestations.

iii. Marine physical activities

Since 2000s, it has found that the uses of tourists have evolved. They are no longer satisfied with a traditional seaside tourism. They aspire to more active practices like culturally and / or sportive activities. These practices are more or less gentle, accessible to the highest number and however their age and their physical characteristics.

This trend is found both for all types of tourists and for all local and environmental populations. It has allowed the development of new activities like: aqua gym, nautical trails, all derivatives of windsurfing, paddle, sea triathlon, sport swimming on the high seas,... Not forgetting pedal boats, scuba and underwater diving, water skiing, water polo, ... Knowing that these "ludosports" activities are present throughout the year in the bay of Villefranche. Moreover, the elements respond perfectly to the emergence of environmental requirements of local activities (SPECTOR; KITUSE 1977; BERGER; LUCKMAN 1986; HACKING 2001), as illustrated by the ban on water skiing since the 1980s in Villefranche' bay. This allows for a good classification for environmental standards. It is focused on a most relevant follow-up of the part of the town hall and the "Observatoire Océanologique" recognized by the Pierre and Marie Curie University (Paris) and the National Center of Scientific Research (C.N.R.S.).

4.3 The Harbor as a Place of "Practices"

4.3.1 Touristic activities

Touristic activities can be cultural by visiting a cultural heritage and museums (Volpi museum, Cocteau chapel, medieval town, Saint Elmo castle). The touristic activities can also be gourmet through the discovery of local specialties proposed in many typical and traditional restaurants.

Shopping is, as it has previously presented, well represented in the town. To these traditional touristic activities, it is important to present a great local cultural event like the nautical carnival. It takes place every year in March and attracts the public in resort on the French Riviera coming simultaneously for the carnivals of Nice, Menton and Villefranche.

Moreover, during the summer season, a naval battle is organized every year during the month of August in the harbor. These two nautical manifestations are made on small fishing boats called "pointu" (local fishing

boat). These folk events bring tourists as well as the local population.

4.3.2 Sports practices

Since the beginning of the 21st century the sports practices more and more present in and around the harbor complete the local tourist offer. They can be classical activities such as the Pasqui Trophy Regattas or as the pedestrian rounds which are very popular with the local population as well as tourists or visitors.

However, since 2 years the town of Villefranche has imagined and created the Triathlon of the seas (combining three practices: swimming, paddle and rowing) whose first edition met a great success. This event takes place in September and extends the summer season.

Picture 6: Nautic sport activities in Villefranche's bay.



Source: Public Archive of Villefranche-sur-Mer (2016).

In addition to these traditional or innovative sports practices, the town of Villefranche-sur-mer hosts the International Center for Snorkeling, which since 1989 is one of the most remarkable "spots" of apnea on the planet. This site brings more and more practitioners around the world. It should be recalled that many world records of snorkeling were beaten in the harbor by Loic Leforme (1999, 2000, 20001, 2002 and 2004) who left his life in 2007 and Guillaume Néry who succeeded him by becoming World champion (2008) and record holder of the dive world in constant weight (September 10, 2015). The harbor, is one of the world championship and record sites, which attracts enthusiasts and media of extreme sports.

5 CONCLUSION: THE COMPLEXITY OF HARBOR ATTRACTIVENESS, A SPORT OPPORTUNITY

This study identifies the historical evolution of the tourist attractiveness offer of the Villefranche bay during the twenty centuries (CHRISTOFLE, 2003). From this approach it can note the pragmatic use of the harbor which has become highly diversified and complex over time. From an exclusively functional use of the harbor until the 15th century, it is nowadays occupied, by cultural and social uses like tourism and sport leisure. Between these two different vocations, the harbor has had military and scientific uses.

Finally this site and its population have been able to adapt to the various geo-political, socio-economic and environmental developments over the last century (BESSY, 2008). Of course these developments are not over. Public actors such as municipalities and the department (in partnership with Pierre and Marie Curie University and C.N.R.S.) and private companies (various entrepreneurs and sports clubs) are part of current policies: sustainable development, preservation of biodiversity and the ecological environment of the bay. This ecological approach aims to preserve and develop the quality and safety of the site for all its users (humans, fauna and flora).

To illustrate this permanent evolution of the attractiveness of the harbor it can remind the implementation of a new moorings regulation. The opening for summer 2016 of a new beach granted to "Marinières" and finally the project of thalassotherapy and well-being center for 2018/2019 on the flanks of the harbor above the fort Saint Elme.

These two tourist' tools will make it possible to valorise spaces that did not present any positive externality for the business of the harbor namely tourism attractiveness, based especially on sports activities, leisure and well-being.

It distinguish here sports activities as related to analogue culture and purely sports activities (measured, performing and competitive) such as those related to digital culture (LORET, 1995). Moreover, these innovations bring structuring effects to the tourist offer with an adapted architecture, H.Q.E. (High Environmental Qualities), and the use of natural materials.

These characteristics are central in a participatory policy sensitive to the reasoned development of the environment. Within the framework of sports tourism activities, a sustainable development objective contributes to reducing the destructive effects of the territory. These relate to the overall increase in pollution, wild moorings, erosion, faulty markings, and tourist over-frequency according to seasonality. It is in

this perspective that local elected representatives are looking for a model to protect the site and the socioeconomic development of the site.

Finally this contribution questions the strategies of reconversion of the various profitable activities in the seaside towns, especially around the Mediterranean coast. This work highlights a successful example of reconversion. This is for the future the double dilemma that public and private decision-makers will have to solve in the coming decade.

BIBLIOGRAPHY

- AVE M., *Les templiers*. Ed. M.S.M. 2000.
- BACHELARD G. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin, 1938.
- BEN MAHMOUD I., MASSIERA B., IONESCU S., CIUBOTARIE R. Le marathon de Timișoara: de la compétition sportive à l'enjeu touristique, *Revue Discobolul*, n° 20, Bucarest: UNEFS, 2010 bis.
- BEN MAHMOUD I., MASSIERA B. L'attractivité d'un événement sportif entre accomplissement personnel et enchantement touristique: le cas du marathon Nice Cannes, *Revue Téoros*, volume 31, N°2, 2012.
- BEN MAHMOUD I., MASSIERA B. Jeux d'influences et de dépendances dans la gouvernance d'un événement sportif entre promotion du sport, enjeux économiques et intérêts politiques, *Revue Européenne de Management du Sport* N° 41, 2014.
- BEN MAHMOUD I., MASSIERA B., COGLIEVINA C. *L'événementiel sportif, vecteur d'attractivité territoriale d'une destination orientée vers le tourisme de luxe*. Ed. Mondes du Tourisme, 2014bis.
- BESSY O. *Sport, loisir, tourisme*. Ed. Presses Universitaires du Sport, 2008.
- BOOTH D., Modern sport: Emergence and Experiences. In: COLLINS, C. (ed.) *Sport in New Zeland Society*. Cengage Learning Australia, 2000.
- BOSSEVAIN J. *Ritual, Tourism and Cultural commoditization in Malta: Culture by the pound?* Ed. T. Selwyn:1996.
- BUFFON E. *Du rôle de Villefranche dans l'histoire*, 13ème année N°8 Academia Nissarda, avril 1910.
- BUTLER R.W. *The influence of Sport on Destination Development: the case of golf at St. Andrews, Scotland*. Sport Tourism Destination. Ed. J.E.S. Higham, 2005.
- CHAMBRE DE COMMERCE ET D'INDUSTRIE, *Statistiques fréquentation port Villefranche sur mer*, 2013.
- CHRISTOFLE S. *Côte d'Azur et "événementiel congrès": leadership territorial et renouvellement de destinations?* Ed. Mondes du tourisme H.S. DECEMBRE, 2014.
- CHRISTOFLE S. Dynamiques, réseaux urbains et mondialisation dans le système des réunions et des congrès internationaux, *Netcom*, vol. 17, n°1-2, 2003.
- CLARY D., *Le tourisme dans l'espace français*. Editions Masson, Paris, 1993.

- COGLIEVINA C., MASSIERA B., BEN MAHMOUD I. L'enjeu pour la Côte d'Azur du tourisme sportif: Impact socio-économique du marathon Nice Cannes, *Revue Espaces Tourisme & Loisirs*, N° 287 (2), 2010.
- CORNELOUP J. *Sciences sociales et loisirs sportifs de nature*. Ed. Du Fournel, 2007.
- ELIAS, N. Engagement et distanciation: contributions à la sociologie de la connaissance. [Translation from German by Michèle Hulin of Engagement und Distanzierung. Arbeiten zur Wissenssoziologie I and with a foreword by Roger Chartier.] Paris: Arthème Fayard, 1993.
- ESPINO-RODRIGUEZ T.; MANUEL RODRIGUEZ-DIAZ M. Effects of internal and relational capabilities on outsourcing: an integrated model, *Industrial Management & Data Systems*, Vol. 108 Iss: 3, pp.328 – 345, 2008.
- FARREL B.H.; TWINING-WARD L. Reconceptualizing Tourism. *Annals of Tourism Research*, 31 (2): 274-95, 2004.
- FARRELL B.H.; TWINING-WARD L. Seven steps towards sustainability: tourism in the context of new knowledge. *Journal of Sustainable Tourism*, 13 (2), 109–122, 2005.
- FORMICA S.; KOTHARI T.H. Strategic Destination Planning: Analyzing the Future of Tourism, *Journal of Travel Research*; 46; 355-367, 2008.
- GOLD, R. L. Roles in sociological field observations. *Social Forces*, 36, 217-223, 1958.
- GUNN C. A.; VAR T., *Tourism Plannings Basics, Concepts, Cases*, 4th ed., Routledge, New York, 2002.
- HALL C.M. *Tourism planning, policies, processes and relationships*. Pearson Education, 2nd Ed. 2008. 302p.
- HIGHAM J.; HINCH T. *Sport and Tourism Globalization, Mobility and Identity*. Ed. Butterworth-Heinemann, 2009.
- LANE H. *Quand l'esprit entend. Histoire des sourds et muets*. Ed. Odile Jacob, Paris, 1991.
- LATOUCHE, R. *Histoire de Nice t. 2. De 1860 à 1914*. Ed. La ville de Nice, 1954.
- LECROART, P. Stratégies, acteurs et grands projets: quelques points de repère, *Cahiers de l'laurif*, n°146, 212 p, 2007.
- LEQUIN, M. *Ecotourisme et gouvernance participative*. Ed. Presses de l'Université du Québec, 2014.
- LIEGEARD, S. *La Côte d'Azur*. Ed. Maison Quantin, 1988.
- LORET, A. *Génération glisse: dans l'eau, l'air, la neige...la révolution du sport des "années fun"*. Ed. Autrement, coll. Mutation, 1995.
- MC KERCHER, B. A Chaos approach to Tourism, *Tourism management*, 20 (4), 425-34, 1999.
- ORIGET DU CLUZEAU, C.; VICERIAT, P. Le tourisme des années 2020. Ed. La documentation Française, 2009.
- PAUGAM, S. *La pratique de la sociologie*. Paris: Presses universitaires de France, 2008.
- SOBRY, C. *Le tourisme sportif*. Ed. Presses universitaires du Septentrion, 2004.
- UNIVERSITE NICE SOPHIA ANTIPOLIS *Master G.A.T.H., Enquête de satisfaction ports de Villefranche et Nice*, Ed. Master G.A.T.H., 2002.
- WACKERMANN, G. Equipements techniques, services et attraction touristique internationale, *Annales de Géographie*, Vol. 98, n°545, pp. 51-70, 1989.
- WEBER, M. Essai sur le sens de la "neutralité axiologique" dans les sciences sociologiques et économiques. pp. 399-477. In: WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. [trad. fr. de Freund J.], Paris, Éditions Plon, 1965b [1917].

Acknowledgments

to Pascale Hattemberg, Deputy Mayor Delegate for Tourism and Events.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 25 de Janeiro de 2017; aceito em 30 de Janeiro de 2017; publicado online 10 de Fevereiro de 2017.

Received on November 23, 2016; accepted January 30, 2017, published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double bind review section.

EL TURISMO RESIDENCIAL DE RETIRO EN MAZATLÁN, MÉXICO: UNA PROPUESTA DE MARCA-CIUDAD

Omar Lizárraga Morales

Resumen

Una estrategia competitiva de los destinos turísticos suele ser la especialización. En el presente artículo proponemos la especialización de la oferta turística de Mazatlán enfocada a un segmento de mercado con gran potencial actualmente, nos referimos al segmento de turistas en edad de retiro laboral. Particularmente en Estados Unidos hay una franja etaria en edad de jubilación que busca lugares de esparcimiento. Mazatlán, México por su relación histórica con la población del vecino país se encuentra en la mira de muchas de estas personas. Mediante una imagen de marca-ciudad – como lo han hecho muchas ciudades en el mundo – proponemos posicionar al puerto mexicano como el destino turístico residencial internacional de retiro por excelencia.

Palabras clave: Turismo residencial. Jubilación. Turismo de retiro. Marketing. Marca-ciudad. Mazatlán (México).

RETIRING RESIDENTIAL TOURISM IN MAZATLÁN, MEXICO: A BRAND-CITY PROPOSAL

Abstract

A competitive strategy of tourist destinations is usually specialization. In this article we propose the specialization of Mazatlán's tourism offer focused on a market segment with great potential at present, we refer to the segment of tourists of retirement age. Particularly in the United States there is an age group in retirement age that is looking for places of entertainment. Mazatlán, Mexico for its historical relationship with the population of the neighboring country is in the sights of many of these people. Through a city-brand image - as many cities in the world have done - we propose to position the Mexican port as the international residential tourist destination of retreat par excellence.

Keywords: Residential Tourism. Retirement. Marketing. Brand-City. Mazatlán (México).

O TURISMO RESIDENCIAL DE APOSENTADOS EM MAZATLÁN, MÉXICO: UMA PROPOSTA DE MARCA-CIDADE

Resumo

A estratégia competitiva dos destinos turísticos normalmente especialização. Neste trabalho, propomos a especialização do turismo em Mazatlán focada em um segmento de mercado com grande potencial agora, nós nos referimos ao segmento da idade da reforma turistas de trabalho. Particularmente nos Estados Unidos, há uma faixa etária em idade de reforma está procurando locais de entretenimento. Mazatlán, México por sua relação histórica com a população do país vizinho é o alvo de muitas dessas pessoas. Através de uma marca-ciudad - como têm feito muitas cidades no mundo que oferecem a posição porto mexicano como a reforma residencial destino por excelência internacional.

Palavras-chave: Turismo residencial. Aposentadoria. Marketing. Marca-ciudad. Mazatlán (México).



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional

* Doctorado en Ciencias Sociales (2007-2011), Maestría en estudios de Estados Unidos y Canadá (2004-2006), y Licenciatura en Turismo (1999-2004), todos por la Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS (México). Actualmente es Profesor-Investigador de Tiempo Completo, Titular C, de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Sinaloa/UAS (México). Áreas de interés: Turismo y Movilidades humanas. Dirección de la Universidad: Av. Ejército Mexicano Esq. Con Universidad S/N, Av. de los Deportes, Tellería, 82017 Mazatlán, Sin. omar.lizarraga@uas.edu.mx

1 INTRODUCCIÓN

Las marcas comerciales son en el siglo XXI una forma muy efectiva de comunicación, tanto que los productores marcan sus productos diversos antes de enviarlos al mercado para distinguirse de sus competidores. A principios del siglo XIX, los fabricantes de tabaco, medicamentos con patente y jabones empezaron a utilizar las primeras marcas orientadas a un mercado de masas, asociando el producto con su presentación y valiéndose, por primera vez, de campañas publicitarias.

La marca desempeña hoy en día un rol estratégico fundamental, a tal punto que en muchas empresas, pero también naciones y ciudades es donde enfocan su planificación y convierten la imagen en un importante activo. Ciudades que construyen una imagen de marca formada por símbolos, edificios emblemáticos, expectativas e imaginarios que son difundidos masivamente de manera internacional.

Ciudades como Milán, o Nueva York, por ejemplo, son ciudades-marca especializadas en la moda textil. Es decir, al pensar en determinado producto o servicio nos vienen a la mente estos lugares especializados que lo ofrecen por excelencia.

En la actividad turística la imagen de marca es fundamental para vender destinos. Países como España, Francia o Estados Unidos son buenos ejemplos de cómo han logrado forjar una imagen de marca-país que seduce y fomenta a practicar el turismo. Igualmente ciudades como Barcelona, Madrid, París, Londres, han sabido posicionar a nivel mundial sus mejores elementos de ventaja competitiva, construyendo poderosas marcas conocidas a nivel global.

La región conocida como el *sunbelt* en Estados Unidos, particularmente estados como Florida, Texas, Arizona y California, se han posicionado como destinos por excelencia para practicar el turismo y la migración de retiro. El clima cálido, las amenidades, las comunidades ya establecidas; el glamour, convierte a la práctica de desplazarse a esos lugares como un símbolo de status social y económico. En sus inicios aquí la actividad fue tomada como una curiosidad, pero en la actualidad se ha convertido en una necesidad debido al impacto económico que representa (LONGINO, 2001).

En este trabajo proponemos la construcción de una imagen de marca-ciudad para Mazatlán, Sinaloa; un destino turístico maduro en el Pacífico mexicano. Resaltando los atributos comparativos y competitivos que tiene para impulsar un mercado turístico y residencial ya en crecimiento y con gran potencial; nos referimos precisamente al segmento en edad de retiro, ya que durante la última década ha recibido de manera natural y creciente a este segmento de población.

2 LA MARCA-CIUDAD

Para Tinto (2008), la imagen de marca es el conjunto de percepciones, asociaciones, recuerdos y prejuicios que el público procesa en su cerebro y cuya síntesis es una imagen mental del producto, a través de su representación, relación calidad-precio y de las ventajas y satisfacciones que de él reciben o piensan que pueden recibir a través de su nombre o publicidad. La imagen de marca es una consecuencia de cómo ésta se percibe. Constituye una representación mental de los atributos y beneficios percibidos de la marca.

La marca se convierte en un nombre genérico como por ejemplo, el caso del queso francés Rockefort, el jamón serrano en España, etc. En la actualidad vivimos en una civilización de la imagen donde el universo de la marca ha dejado de ceñirse sólo al producto para ampliarse al terreno de la comunicación masiva en el cual la marca debe adaptarse a las pautas de difusión que marcan los diferentes medios de comunicación para lograr ser recordada por su público. Kotler (1994), afirma que uno no consume un producto sino la imagen que tiene del mismo. Construir una marca no es sólo darle un nombre a un producto, es generar una experiencia.

Los consumidores tienen un conjunto de expectativas a satisfacer, mismas que luego se transformarán en el conjunto de características de un producto o servicio. No se debe olvidar que ese conjunto de intereses es lo que ellos realmente quieren, y por lo tanto lo que ellos valoran. La valoración del consumidor es en base a la medida de compatibilización entre lo que él espera recibir y lo que percibe que le están dando. Es la representación mental, el conjunto de impresiones o incluso los valores, que la gente relaciona o asocia a un determinado sujeto (entidad, organización, empresa). Esta imagen influye en el grado de preferencia del público por el sujeto y por lo tanto en el comportamiento de compra sobre lo que éste ofrece al mercado (COSTA, 1989).

La marca reside en la mente humana en forma de imagen, lo que cuenta son las sensaciones que despierta en la mente del consumidor. Es un elemento cargado de contenido emocional, actúa como un precepto que orienta al ser humano en la toma de decisiones. En la cultura de lo intangible, los valores inmateriales y emocionales tienen un peso decisivo en la comunicación integral, es así como las marcas inducen a los consumidores a pensar en ciertas características y connotaciones, que se atribuyen a los productos que llevan esas determinadas marcas. El objetivo y meta de una marca es la construcción de diferencias simbólicas o materiales en la mente del consumidor (TINTO, 2008).

Para Villafane (2004), la marca debe gestionarse con una visión estratégica de largo plazo, focalizando su posicionamiento buscado y capitalizando la inversión constante que se haga en su imagen. De ahí la importancia de estudiar al público, averiguar su carácter y su forma de ser, y una vez conocidos éstos, dotar a las marcas que queremos de una personalidad acorde con la de su potencial usuario. Una vez consolidada la marca, ésta evoca garantía y, por tanto, tiende a suscitar confianza en lo que representa, de manera que simplifica el proceso de elección de los consumidores.

Ahora bien, la imagen de marca está presente no solo a nivel de productos específicos, sino que también se encuentra presente en un nivel mucho más macro como es el caso de la llamada imagen de marca de un país, región o ciudad. La cual está siempre presente y forma parte del macro entorno ambiental de una organización, afectando está por igual a todos aquellos productos hechos en un área geográfica determinada de manera positiva o negativa según sean las percepciones que tengan los diferentes públicos de ese lugar (YAPRAK; BAUGHN, 1991).

En la literatura académica, la marca-ciudad es el nombre, término, símbolo o diseño, o combinación de ellos, que trata de identificar las características de la ciudad y diferenciarla de otras ciudades (LORETO; SANZ, 2005). También podemos encontrar la utilización de otro término que se asemeja al de marca ciudad, que es el denominado *citymarketing* o marketing de ciudades. Es obvio que una de las principales funciones de la marca ciudad es la diferenciación a favor de la localidad.

El posicionamiento de las ciudades se consigue por medio de una determinada segmentación del mercado y una diferenciación valorada por ese segmento. La marca-ciudad es de gran valor para la gestión del marketing municipal, pues representa un conjunto de fortalezas y debilidades vinculadas a las imágenes que se tiene del lugar de origen incorporando o disminuyendo el valor suministrado por una marca de un producto o servicio.

La imagen definitiva o global se compone de la imagen orgánica y de la imagen inducida, definiendo la imagen orgánica como el resultado de la exposición general y la información de todo tipo, en los periódicos, revistas, televisión y otros medios, por ejemplo, los amigos, los conocidos y los grupos de referencia. La imagen inducida aparece debido a los esfuerzos y comunicaciones del conjunto de emisores (públicos o privados), hechos a través de todo tipo de acciones de comunicación. Estas recogen tanto las personales como las impersonales, internas o externas. Por su parte, la imagen orgánica suele desarrollarse primero y

tener una mayor influencia en la formación de la imagen global (VAN RIEL, 1997)

A partir de estos conceptos se puede concluir que la imagen-ciudad no es una cosa ni un producto, son impresiones e información respecto a una entidad o región, se la puede definir como el conjunto de impresiones y opiniones que tiene alguien de ese lugar. En su formación, pueden influir los datos o hechos históricos, geográficos, políticos, turísticos, etc., como también los prejuicios o ideas previas que tenga el propio individuo.

Una gestión adecuada de la imagen de marca-ciudad va a permitir a cualquier elemento de ese lugar obtener una rápida identificación mundial: sus productos, su moda, su tecnología, o su turismo, manifestado éste en la calidad de sus servicios, su calidad de vida, su ambiente, su cultura o sus amenidades.

3 LA HISTORIA DEL TURISMO INTERNACIONAL EN MAZATLÁN, SINALOA (MÉXICO)

Para proponer una imagen de marca-ciudad es importante conocer la identidad e historia del lugar. Mazatlán se trata de un puerto turístico que ha pasado por altibajos en su afluencia turística, y creemos que en el segundo decenio del siglo XXI podría convertirse en un sitio atractivo para personas en edad de retiro, mismos que visitaron el puerto en sus años de auge.

Durante el periodo de 1920 y 1929, fue cuando Mazatlán se vio favorecido con los turistas anglosajones. Después de la Primera Guerra Mundial Estados Unidos adquirió gran nivel adquisitivo ya que

“La profunda depresión pos bélica de la primera guerra mundial fue seguida de una fase de prosperidad en la década de 1920. Fue la primera sociedad de consumo de masas con todas sus virtudes y defectos, treinta años antes de que otros países alcanzaran este nivel [...]” (ADAMS, 1982, p. 366).

Este mejoramiento en las condiciones de vida de los ciudadanos norteamericanos, sin duda influiría en sus estándares de consumo de bienes y servicios, como es el caso del turismo.

En esta etapa es que nace en Mazatlán el Hotel Belmar. En 1922, Lewis Bradbury, propietario de las minas de Tajo, inauguró aquel majestuoso hotel. En ese año se construyó también el aeropuerto y comenzaron las obras del puerto con la construcción del muelle fiscal y el rompeolas. Después del Hotel Belmar, el mazatleco Guillermo Freeman construyó el Hotel Freeman con una amplia y ventilada arquitectura californiana. Años más tarde, los herederos de Juan de

Cima y Virginia León, construyeron los hoteles De Cima y El Dorado. Este último abandonado por un largo litigio judicial (MARTINI, 2004).

La oficialización de la actividad turística en Mazatlán ocurrió hasta 1934 cuando se registró legalmente la primera empresa dedicada a la explotación del turismo. El mismo Lewis Bradbury, con otros socios de estadounidenses fundó la empresa Hoteles de Sinaloa cuyo objeto social fue establecer y explotar cualquier empresa en el ramo de deportes, turismo y hoteles, antecedente de lo que hoy son las dos asociaciones de hoteles que existen en el puerto (MARTINI, 2004).

Posteriormente, en la era de la posguerra, la población estadounidense se vio fuertemente incrementada en un lapso de pocos años. Las presiones emocionales de la guerra, seguidas de la seguridad que proporcionaba la prosperidad económica esos años, animaron a los estadounidenses a casarse a edades más tempranas que antes y, consecuentemente, a tener más hijos. En este periodo, el crecimiento de la población fue espectacular:

“En 1940 los Estados Unidos contaban con 123 millones de habitantes, en 1951 la población alcanzó los 151 millones y en 1960 los 179 millones. La razón de esta sorprendente expansión era simplemente el crecimiento del índice de natalidad y la reducción del índice de mortalidad en 1947 el llamado “baby boom” llegó a su cota máxima [...], los movimientos migratorios internos hacia el oeste que se produjeron durante la guerra continuaron en tiempos de paz atraídos por el clima y por las oportunidades económicas, la población de California aumentó en un 50% en la década de 1950”. (ADAMS, 1982, p. 369).

Por otra parte hubo una creciente migración del campo hacia las ciudades, que principalmente se concentró en Los Ángeles, Nueva York, Chicago, Detroit y Filadelfia (SANTAMARÍA, 2002).

En los años cincuenta empieza a desarrollarse de manera acelerada el fenómeno turístico en México cobrando gran auge en esta actividad. En el contexto de prosperidad y abundancia de Estados Unidos, se fortaleció la industria nacional y se incrementó la inversión extranjera.

Fue así como la elaboración de estas políticas marcaría la era del nacimiento del turismo como industria en México, ya que a partir de ahí, más empresarios veían esta actividad como una inversión muy lucrativa. Estas políticas de promoción al turismo se combinaron con el desarrollo de nuevos medios de transporte que crecieron de manera espectacular: los

automóviles desplazaron a los ferrocarriles y para los años sesenta el transporte aéreo se convirtió en el medio favorito de los turistas internacionales.

Dentro de las estrategias que se impulsaron para lograr un crecimiento económico sostenido se consideró al turismo como una actividad prioritaria, combinando las acciones gubernamentales con las privadas. Esta combinación abrió agencias promotoras en varias ciudades de Estados Unidos, siendo los destinos de la Ciudad de México, Acapulco, Guadalajara, Monterrey, Mazatlán y Cozumel, los favorecidos por las campañas.

En los años sesenta, Mazatlán se incorporó a la industrialización turística, siguiendo las pautas marcadas por el gobierno federal, recibió importantes apoyos para la ampliación de su infraestructura turística y portuaria. Con la inauguración de la terminal aérea en 1951 y los hoteles que se construyeron en los cincuenta, el movimiento de pasajeros en Mazatlán aumentó considerablemente. En 1960 por ejemplo se tuvo un registro de 339,767 turistas que ingresaron al puerto vía carretera, y 281,425 vía aérea, con otra parte de 21,818 de ellos el ferrocarril (SANTAMARÍA, 2002).

La atención al turismo en estos años, dejó de ser artesanal —en el que el turista elige el lugar de alojamiento y los servicios complementarios para retomar las nuevas formas de promoción y atención entre los usuarios del servicio, mismas que consisten en hacer una oferta turística integral que contenga destinos de playa y servicios especialmente diseñados para el tipo de usuarios que se quiere atraer. Este método tiene como fin tener el control de los elementos y poner a la venta un paquete integrado. En el año de 1961, el número de turistas estadounidenses que visitaron la República Mexicana, fue de 717, 299 personas y el 39% lo hizo por vía aérea. Es claro que el uso del avión fue un medio de transporte que incrementó el número de turistas en la década de los sesenta.

Las características naturales sirvieron para presentar a Mazatlán ante Estados Unidos como un polo de atracción turística. En 1950 con una inversión directa del gobierno de Sinaloa y del ayuntamiento y la participación de un comité ciudadano encabezado por Mariano Farriols se construyeron los primeros 4 kilómetros de la avenida del Mar. En 1968 ya estaba abierta a la circulación, esta avenida hizo correr aceleradamente la actividad turística hacia el norte del puerto (SANTAMARÍA, 2005), en 1973 llegó hasta Los Cerritos para unirse la carretera internacional por el entronque Habal-Cerritos.

Para 1974 con la crisis mundial de los precios del petróleo el turismo en México entró de nuevo en una contracción. A nivel nacional el turismo tuvo un crecimiento poco acelerado, pero no afectó el turismo

estadounidense que viajaba por avión. En este periodo Mazatlán se encuentra en una posición benéfica al no existir cadenas hoteleras internacionales en otros destinos, esto debido a una serie de restricciones legales que hacía posible las inversiones sólo empresarios nacionales. Esto cambiaría más tarde.

Para mediados de los años setenta durante el gobierno del entonces presidente Luis Echeverría, se hizo un cambio a la vieja ley nacionalista que favoreció la inversión extranjera en las costas del país a través de los fideicomisos en bancos mexicanos. A partir de estas transformaciones legales, la inversión privada creó y desarrolló nuevas zonas de atracción turística masiva, principalmente en el litoral del Caribe frente a las costas de Quintana Roo, principalmente Cancún y Cozumel, además de grandes inversiones en las costas del estado de Nayarit, cuando se creó lo que se conoce como Nuevo Vallarta. Pero los inversionistas extranjeros ya no se vieron atraídos por traer su capital a Mazatlán.

A partir de los cambios en la ley, en las costas del pacífico se promovieron otros centros turísticos importantes en los estados de Guerrero, Oaxaca, Michoacán, Jalisco, Colima y en el Litoral del golfo de California. Esas zonas fueron dotadas de infraestructura básica en materia de comunicaciones, servicios municipales y sanidad ambiental. Con ello se alentaron las inversiones privadas, nacionales y extranjeras, en hotelería y otros servicios turísticos (SANTAMARÍA, 2005). Y en efecto, grandes cadenas hoteleras invirtieron ampliamente en Cancún, Vallarta e Ixtapa Zihuatanejo. Así es como nacieron los destinos turísticos estratégicamente planeados, con los que tendría que competir, a partir de entonces, el puerto de Mazatlán como centro turístico.

Cancún fue un proyecto que cobró importancia mundial, desplazando antiguos destinos como Acapulco y Mazatlán. Junto a ese centro turístico, otros nuevos destinos surgidos posteriormente, aunque derivados de las políticas gubernamentales mencionadas, tales como Puerto Escondido, Oaxaca y Los Cabos en el estado de Baja California Sur. Este último por cierto, es el principal competidor de Mazatlán, toda vez que cuenta con mayor cercanía con los Estados Unidos, además que ha recibido importantes inversiones en obras de infraestructura, tanto en carreteras como en aeropuertos e infraestructura de servicios. Si Acapulco había sido el principal competidor de Mazatlán desde los años treinta hasta a fines de sesenta, a inicios de los ochenta lo fue Puerto Vallarta y en ésta última década lo ha sido Los Cabos.

Así pues, según Barbosa y Santamaría (2006), basándose en el modelo del ciclo de vida del destino turístico de Butler, concluyen que Mazatlán es un

destino maduro que a inicios del siglo XXI se encuentra en una fase de estancamiento. Pues este puerto emerge como destino de playa en los años 30 y 40 cuando tuvo un auge y crecimiento durante 35 años. Sin embargo, la falta de planificación estratégica a largo plazo, aunado con la competencia de otros destinos relativamente nuevos, ha ocasionado un estancamiento.

Si bien, Mazatlán tuvo sus años "dorados" en los setentas del siglo pasado, actualmente tiene un gran potencial en el segmento de jubilados. Aquellas personas que visitaron en su juventud el puerto, ahora vuelven en edad de jubilación.

4 EL TURISMO RESIDENCIAL DE RETIRO Y SU EMERGENCIA EN MAZATLÁN

El segmento turístico y residencial que proponemos atraer mediante una imagen de marca-ciudad, es referido al movimiento que efectúan personas en busca de condiciones benéficas y placenteras, ya sea de carácter económico, social o climático.

Para Huete (2008) el término "turismo residencial" fue incorporado en el debate académico de Francisco Jurdao en su libro de 1979 "España en venta: compra de suelo por extranjeros y colonización de campesinos en la Costa del Sol". En los años siguientes el término "Turismo residencial" ha sido utilizado por diferentes investigadores para referirse a un conjunto diverso de procesos difíciles de delimitar, en los que la intensa actividad económica alrededor del negocio inmobiliario, con aspectos específicos del turismo, y éstos, con algunas formas de las nuevas formas de inmigración.

Cañada (2013) lo define como el fenómeno en el cual la gente se instala temporal o permanentemente en un destino turístico y compra una casa, apartamento o tierra. A menudo son personas de origen europeo o estadounidense que se trasladan al sur en busca de un estilo de vida más relajado, menor coste de vida, mejor clima, etc.

Esta movilidad conocida desde los años cincuenta y sesenta, a principios del siglo XXI, ha ido aumentando rápidamente a varios países latinoamericanos como Costa Rica, Panamá, Venezuela, Argentina, pero especialmente a México. La población de Estados Unidos en este país que vive permanentemente o temporalmente representa el flujo turístico y migratorio residencial más significativo con 56.906 ciudadanos estadounidenses registrados oficialmente en el Instituto Nacional de Migración (2015).

En la literatura europea y anglosajona se ha impuesto el término de Lifestyle Migration (O'REILLY, 2000, WISHITENI et al, 2009). El término Lifestyle, o estilo de vida, es utilizado en las revistas de moda, por ejemplo para presentar las últimas novedades, sea de vestuario, de muebles u otros utensilios. Pero el término también se emplea en la vida cotidiana como sinónimo de calidad de vida.

En los estudios sobre migración norteamericana a España, el término es utilizado para explicar el comportamiento de movilidad que efectúan las personas con el fin de mantenerse en forma, tanto física como psicológica; de la posibilidad de consumir cultura, de mantenerse informados, de poder elegir una u otra forma de ocio, de rodearse de pequeñas o grandes comodidades.

Lifestyle Migration por su denominación en inglés, significa para Benson y O'Reilly (2009, p.2) "una movilidad espacial de individuos relativamente adinerados de todas las edades que se movilizan por cortas o largas temporadas a lugares que por varias razones les ofrecen una mejor calidad de vida".

Este tipo de turistas y migrantes buscan una mejor calidad de vida, pero no sólo en el sentido económico, sino que también huyen de los posibles malos escenarios que se pudieran presentar en su lugar de origen, como la soledad, la rutina, el poco ejercicio físico, la inactividad, etc. Sus participantes también buscan una aventura, tener un nuevo inicio, buscan escapar de la monotonía, aun cuando ellos se caracterizan por practicar el ocio en las comunidades receptoras, muchos de ellos emprenden negocios. Aparentemente el hecho de migrar tiene un impacto en sus vidas, un impacto de autorrealización (BENSON y O'REILLY, 2009).

Para el migrante por estilo de vida, el principal motivo de su movilidad no consiste en la realización de un trabajo remunerado en el lugar de destino, sino el recreo, el ocio, las vacaciones, un tratamiento médico, o disfrutar de las playas, al tiempo que mantiene una calidad de vida aceptable, rasgos que caracterizan a un turista cuando visita un centro turístico por cortas temporadas (WISHITENI et al, 2009). Como dicen LEONTIDOU; TOURKOMERIS (2009), un nuevo tipo de movilidad residencial estacional /semi permanente se ha extendido desde los jubilados a otros grupos de población que buscan un estilo de vida distinto.

Aunque no llamada de esta forma, la migración por estilo de vida por largas o cortas temporadas es un rasgo común que distingue a la sociedad estadounidense. Hay abundantes estudios sobre la migración al interior de Estados Unidos en busca de un mejor clima; de lugares donde mantenerse social y físicamente activos como en Florida, California u otros destinos de playa.

La mayoría de los estudios no distinguen la diferencia entre turismo y migración de estilo de vida, ya que algunos turistas disfrutaban tanto los destinos que visitan que incluso compran una vivienda y hacen repetidas visitas en el área. Algunas veces lo hacen por varias semanas continuas y pasan "desapercibidos" entre los turistas tradicionales. Aquí cabe la interrogante de si sólo podemos considerar como inmigrantes a quienes permanecen tres meses continuos en un lugar o si también podemos considerar a los que reúnen tres meses o más a través de diferentes visitas a lo largo de un año y durante varios años continuos.

Según un estudio previo (LIZÁRRAGA, 2012), la mayoría de los estadounidenses radicados en Mazatlán, habían visitado el puerto anteriormente como turistas (el 91%), por lo general un periodo vacacional previo fue el contacto inicial con el área. Mazatlán es un centro turístico, es lo que O'REILLY (2000) llama un "área libre", un espacio construido socialmente que representa un escape de la rutina y tiene un sentido hedonista construido socialmente que muchos jubilados buscan en esa etapa de sus vidas. No solo fueron turistas en el área tiempo atrás, sino que también de alguna manera tienen contacto con otros turistas, en varios sentidos. La mayoría de ellos recibe visitas de amigos y familiares de Estados Unidos y están en constante contacto con turistas en espacios públicos y privados.

En el año 2008 el crecimiento fue más lento debido a la crisis económica, esta crisis no sólo afectó a la llegada permanente y semi permanente de estadounidenses demandantes de bienes raíces en México, sino también se reflejó una caída en la recepción de turistas tradicionales provenientes de aquel país. Sin embargo, durante ese año los destinos mexicanos seguían reflejando un crecimiento, lento, pero crecimiento a fin de cuentas. Al año siguiente, en el 2009 se refleja una caída drástica en la llegada de turistas residenciales y de turistas tradicionales en todo México con su respectiva caída en el sector inmobiliario.

Por ejemplo, el estado de Sinaloa recibió en el año 2008 a 120, 363 turistas de nacionalidad estadounidense, y en el año 2009 recibió tan sólo a 75,433. Otro factor que impactó en la actividad turística e inmobiliaria en los dos estados en el año 2009, además de la crisis económica, fue el brote del virus Ah1n1 y los altos índices delictivos durante ese periodo.

En resumen, el número de turistas y migrantes provenientes de Estados Unidos, a pesar de intermitentes olas de violencia, las tendencias indican que seguirá creciendo en México, y particularmente a

Sinaloa y Baja California Sur en los próximos años debido a:

- a) la jubilación masiva de los *babyboomers*, pues los integrantes de esta generación están en edad de jubilación mediante el seguro social a partir del año 2011, y un buen número de ellos buscará lugares alternativos de residencia distintos a su lugar natal;
- b) los factores geográficos, económicos, sociales y culturales de atracción existentes en el noroeste mexicano comparados con las localidades de origen; c) Los estadounidenses en ambos puertos, tienen previos contactos con otros compatriotas, lo que habla de la importancia que representan las redes sociales; las que a su vez provocan el incremento permanente de la inmigración, pues existe una espiral creciente compuesta por redes sociales-migración-redes sociales;
- d) puesto que estos extranjeros en general, tienen una imagen benéfica de la región por viajes turísticos anteriores, no perciben la degradante transformación de la zona y están más o menos contentos con lo que se encuentran.

Si bien, el turismo tradicional y residencial ha sido una constante en la economía de Mazatlán, digamos de manera natural, esta actividad bien puede ser planificada estratégicamente mediante la construcción de lo que en este documento llamamos una imagen de marca-ciudad, que llegue de manera masiva a todo el mundo y que al pensar en Mazatlán, los ciudadanos del mundo tengan en su mente al puerto sinaloense como el destino idílico para su jubilación.

5 LA PROPUESTA

Si en marcas de productos y servicios las modificaciones de los consumidores son muy lentas, mucho más lo son en términos de imágenes de las ciudades. Nadie constituye la imagen de una ciudad, y por ende una marca, de la noche a la mañana, por mucho dinero que invierta en “spots” y anuncios a través de los medios de comunicación. Uno de los primeros pasos es identificar cuál es para una ciudad su factor diferencial, ya que no existe marca ciudad perdurable sin consentimiento interno, y luego cuál es el factor diferencial que pueda atraer a los turistas y las inversiones hacia esa ciudad.

Es indispensable realizar estudios relativos a las percepciones del público objetivo respecto de los elementos diferenciales del lugar, susceptibles de generar comportamientos positivos y favorables hacia la marca. En términos simples, es necesario conocer cómo nos ven y cómo nos convendría ser vistos.

En Mazatlán, los atributos que perciben positivamente los estadounidenses, según un estudio previo (LIZÁRRAGA, 2012), son por orden de importancia: el clima agradable, la gente amable, buenas perspectivas económicas y buenos servicios de salud.

Estas son las ventajas que Mazatlán debe explotar para la construcción de imagen ante una población en edad avanzada. Claro que hay otros aspectos físicos de la ciudad que se deben mejorar, como son: una buena conectividad con el resto del país y del extranjero, bonitas construcciones y lugares públicos, buena gestión municipal, seguridad ciudadana, variedad de actividades de tiempo libre y cultura, buena infraestructura para el transporte, agradable medio ambiente sano y sin contaminación.

La intención es evitar que Mazatlán, se convierta en un destino fácilmente sustituible para el consumidor, y esto se logra haciendo cosas diferentes que la competencia. En este trabajo proponemos la regeneración distintiva en tres ejes principalmente:

1. *El cuidado del medio ambiente;*
2. *Una estrategia comercial, y*
3. *Su administración de marca.*

1. *El medio ambiente.* Un elemento importante para los turistas estadounidenses es la calidad en el medio ambiente, incluso lo es para cualquier destino turístico. En Mazatlán se propone crear una conciencia ciudadana preocupada por recibir a turistas amigables con el medio ambiente. Para que esto ocurra se requiere en primer lugar la voluntad de los habitantes locales. Es necesaria la implementación de nuevas tecnologías verdes, en establecimientos de hospedaje y en viviendas que hagan el medio ambiente sostenible.

En un estudio realizado por la fundación estadounidense International Community Foundation (KIY y McENANY, 2011), proponen para los sitios turísticos en zonas costeras, una serie de recomendaciones con el fin de mantener en buenas condiciones el medio ambiente y a la vez atractivos estos sitios para los *babyboomers*. Algunas de estas recomendaciones son:

- 1) Repensar los desarrollos inmobiliarios con campos de golf como principal atractivo y prestar atención a las áreas verdes para observación de aves, para hacer ejercicio y senderos para disfrutar la naturaleza.
- 2) Hacer obligatorio para los inversionistas, el riego de los campos de golf con aguas exclusivamente tratadas.
- 3) Incentivar desarrollos inmobiliarios con fuentes de energía renovables y programas de conservación de agua y energía.

- 4) Proteger el acceso a las playas y la vista al mar en los corredores costeros al evaluar las solicitudes de autorización para nuevos desarrollos costeros y concesiones.
- 5) Codificar los criterios globales de turismo sostenible, y hacer de México un destino verdaderamente sustentable para el turismo y el retiro.
- 6) Establecer un estudio de base en materia ambiental, seguido de monitoreo y emisión de reportes. Como el programa de "Playas limpias" establecido por el gobierno de México, que los reportes transparentes rindan cuentas al público en general que ayuden a educar a la población en el tema y también a diseñar estándares apropiados para que los sigan las demás empresas desarrolladoras.

El mismo documento hace recomendaciones de políticas a los gobiernos municipales, algunas de estas recomendaciones son:

- 1) Promover políticas de uso de suelo que permitan a los estadounidenses envejecer en su hogar en México. Algunas deficiencias actuales que señalan son:
 - 2) Uso predominante del automóvil como medio de transporte.
 - 3) Calles y banquetas inseguras.
 - 4) Poca conectividad entre los distintos tipos de transporte.
 - 5) Limpiar comunidades de playa mediante:
 - a) La creación de programas de reciclaje y una cadena de suministro para productos reciclados.
 - b) Campañas de limpieza de playas y de la comunidad. Estas actividades también contribuiría a estrechar relaciones entre estadounidenses y locales.

Por otra parte, Juárez (2008) propone en estos sitios naturalmente atractivos para la actividad turística impulsar la economía ambiental. Ésta es el área de la economía en la que se endogenizan las imperfecciones del mercado convirtiendo los bienes libres en bienes económicos, al asignarles un valor, todos los recursos y servicios de la naturaleza deben tener una función de demanda. Esto ha llevado a algunos economistas a recomendar la definición de la propiedad de los recursos y específicamente a la propiedad privada, ya que es al amparo de ésta donde se garantiza la exclusividad y transmisión de los activos ambientales, haciendo posible la negociación y el mejor uso de los recursos.

La economía ecológica se puede considerar una crítica de la economía convencional; un nuevo enfoque sobre las interrelaciones dinámicas entre los sistemas económicos y el conjunto total de los sistemas físicos y sociales. Esta corriente hace de la discusión de la equidad, la distribución, la ética y los procesos culturales, elementos centrales de la comprensión del

problema de la sustentabilidad. Es entonces una visión sistemática que trasciende el actual paradigma económico (Juárez, 2008).

La economía ecológica entiende que la actividad económica no es una actividad que utilice bienes ambientales o recursos naturales de manera aislada, sino que está centrada precisamente en la utilización de los ecosistemas; resalta la indeseabilidad de generar más residuos de los que se puede tolerar la capacidad de asimilación de los ecosistemas, y la conveniencia de extraer de los sistemas biológicos, más allá de lo que puede ser considerado como su rendimiento sustentable o renovable. Este paradigma recomienda:

- 1) El uso de los recursos renovables (pesca, leña) en un ritmo que no debe exceder su tasa de renovación.
- 2) El uso de los recursos agotables (petróleo, carbón) en un ritmo no superior al de su sustitución por recursos renovables.
- 3) La generación de residuos sólo en la cantidad que el ecosistema sea capaz de asimilar o reciclar, y La conservación de la biodiversidad (JUÁREZ, 2008).

2. *Estrategia comercial.* Lo más importante es construir una imagen de marca que muestre la verdadera identidad de Mazatlán. Esta imagen debe mostrar además una buena calidad urbana, un urbanismo amigable con las personas de edad avanzada o con discapacidad. Deberá mostrarse una imagen de espacio público que da prioridad al espacio de ocio y recreación, una mejor de movilidad. En este caso se recomienda venderse como producto de playa, pero con oferta de productos diferenciados, es decir un destino que ofrece además del sol y mar, una serie de atractivos naturales y culturales. En este último sentido la música y gastronomía regional son esenciales.

Un factor de diferenciación que se propone es marcar a Mazatlán como un destino para el turismo residencial, para esto el sector inmobiliario tendrá la tarea de construir espacios de calidad para personas de edad avanzada, y promocionar el destino masivamente como el destino ideal para jubilarse. También en cuanto a la arquitectura, se recomienda imponer colores y arquitectura propios de la región, que dé belleza escénica y ponga valor agregado. En Altea, España en un proyecto de regeneración turística se impusieron colores y modelos arquitectónicos alicantinos en las áreas turísticas y tuvo un gran éxito en la construcción de su imagen urbana más ordenada. Por supuesto, la democratización de la toma de decisiones es importante, mediante consultas ciudadanas.

Es importante tener una visión de qué es lo que se quiere para Mazatlán a largo plazo, por supuesto si se planea en torno a atraer un segmento de turismo jubilado y de ingresos altos, se tienen que hacer

transformaciones estructurales en el mercado turístico actual. Se trata de construir un destino atractivo para un turismo que gaste más, y al mismo tiempo genere una menor carga ambiental, y menos estacionalidad en la afluencia durante el año. Esto generará un círculo virtuoso en el puerto que se manifestará en una mayor inversión, una valorización de la oferta turística, la atracción de un turismo de mayor poder adquisitivo, esto a su vez generará un mayor ingreso económico en las familias locales, y una menor carga ambiental.

Finalmente estas imágenes tienen que ser divulgadas masivamente en medios impresos, radio y televisión en los principales mercados emisores de turistas y migrantes residenciales en Estados Unidos y Canadá, de manera que cualquier persona jubilada en el mundo, al retirarse, piense en Mazatlán, Sinaloa.

3. *La administración.* Es primordial que haya apertura, que la idea de construcción de marca-ciudad sea compartida y hacer partícipes a todos los sectores involucrados, pero a la vez es importante el liderazgo que lleve a cabo la coordinación intersectorial y coordine redes de cooperación. En este sentido se propone un liderazgo institucional como la Secretaría de Turismo, pero bien podría ser otra institución de nueva creación formada por distintos actores empresariales, académicos y gobernantes.

Administrativamente, para impulsar la renovación por parte de las empresas, bien pueden promoverse incentivos fiscales. La sinergia generará *clusters* turísticos, que competirán entre sí, pero es necesaria la colaboración con el fin común.

6 PROPUESTAS COMPLEMENTARIAS

La inmigración y el turismo residencial internacional hacia Mazatlán, ha acarreado también algunos problemas sociales y ambientales (Véase LIZÁRRAGA, 2012). Sin embargo el gobierno local puede convertir esta corriente migratoria en una palanca importante para el desarrollo regional. Nos referimos no sólo por la derrama económica que dejan en este lugar como demandantes de bienes y servicios de todo tipo, sino por su alto capital humano.

Una característica de los *baby boomers* es que no quieren ser apartados de la sociedad, algunos inician nuevas carreras, inician negocios, dan clases, aprenden una nueva disciplina, se emplean en un trabajo de medio tiempo, realizan actividades filantrópicas y tienen un alto sentido de organización social.

Los *baby boomers* son la población más educada en toda la historia de la humanidad. Un buen número de los que inmigran a Mazatlán tiene un perfil educativo

alto, algunos con postgrados: profesores, ingenieros, médicos, informáticos, gente de negocios; hombres y mujeres con mucha experiencia y un abundante conocimiento intelectual que aún puede ser aprovechado. Incluso de manera voluntaria con el único propósito de sentirse útiles a la sociedad que los acoge.

Una característica en la arquitectura de las zonas de residencia de los estadounidenses en Mazatlán, es el urbanismo defensivo y la construcción de torres de condominios frente al mar, que bloquean la vista y que rompen con la armonía del entorno. En esta ciudad se pueden construir modelos de residencia para los inmigrantes internacionales con el intento de hacer una repartición justa del territorio y a la vez que les permita vivir en relación con personas de todas las edades. Esto se ha puesto en práctica en Francia, Gran Bretaña, Suecia o Italia.

La actual distribución de la población estadounidense en México está claramente concentrada en las costas, y además en algunos pequeños polos residenciales en el occidente del país. Sin embargo, la experiencia de Florida, del sur de España y de Australia, permite entrever que habrá una dispersión de los destinos favoritos a lo largo de las costas, hacia las zonas rurales.

En Baja California Sur ya somos testigos de un desplazamiento urbano-rural, pues hay un buen número de estadounidenses que se mudan a pueblos como Todos Santos o Mulegé, con todos los efectos que el flujo migratorio significa. Algunos estadounidenses en Mazatlán ya están en busca de casas apropiadas para el retiro en pueblos como La Noria, El Quelite, El Recodo o Copala, en este último ya hay una población considerable de origen estadounidense.

Dichos desplazamientos pueden dirigirse todavía más al norte, como los que hay en los municipios de Culiacán, Los Mochis o El Fuerte, y al sur de Sinaloa en las playas de Rosario y seguramente en el desarrollo turístico integralmente planeado que se construye en las inmediaciones de Marismas Nacionales. En estos lugares, las autoridades locales deberán tener una fuerte presencia para no permitir la polarización social y las injusticias que esto acarrea. En el CIP "Costa del Pacífico" por ser un destino planeado y que será demandado por un segmento de inmigrantes de alto poder adquisitivo, se pueden crear modelos de residencia con el fin de tener una justa repartición del territorio y promover una integración social.

La ausencia de una planificación específica del desarrollo turístico/residencial puede conducir a los municipios del litoral mexicano a un camino sin retorno caracterizado por la pérdida de la calidad del entorno

natural, el aumento de la pobreza y los procesos de segregación social. El turismo genera un ciclo de vida en los territorios en los que penetra, exigiendo, tras las primeras etapas de su desarrollo, medidas enérgicas basadas en los principios de la sostenibilidad económica, social y ecológica (LENILTON, 2009).

Ya que la población está caracterizada por gente de una cierta riqueza con excelentes expectativas para su calidad de vida, ésta demandará un buen nivel de cuidados y tratamiento. Por lo tanto en Mazatlán hay un potencial económico mediante el impulso de clínicas y hospitales que otorguen servicios médicos a esta población inmigrante.

Hasta ahora, la naturaleza socialmente selectiva de la migración internacional estadounidenses hacia México, en términos de recursos financieros y habilidades personales, ha permitido a la mayor parte de los inmigrantes llevar a cabo el traslado de residencia de manera satisfactoria. Sin embargo, conforme vayan envejeciendo en el lugar y empiecen a ser incapaces de valerse por sí mismos, y debido a la ausencia del apoyo familiar en el destino, requerirán de apoyo prolongado por parte de los servicios de bienestar locales, especialmente si aumenta la proporción de aquellos que disponen de menores ingresos económicos.

Actualmente no existe ninguna reciprocidad bilateral entre México y Estados Unidos en aspectos colaterales al problema, como son: normas de control de inmigración, otorgamiento de visas y facilidades para invertir con un mínimo de requisitos.

Por lo tanto se puede crear un instituto gubernamental impulsado por las autoridades locales, que coordine acciones encaminadas a dar respuesta a las demandas de estas personas, encargado de planificar estratégicamente políticas públicas que ayuden a convertir esta inmigración en una palanca para el desarrollo de las localidades de destino.

Este instituto podría también minimizar los desequilibrios socio-económicos derivados de la ausencia de programación, descoordinación y formación. Y a la vez beneficiarse del enorme potencial económico, cultural y humano que ellos suponen para el desarrollo de futuras generaciones. Sólo desde una actuación planificada y tomando el sistema como un conjunto será posible acometer la tarea adecuadamente.

Este tipo de institutos ya se han elaborado en municipios como Mijas, en España, por el amplio número de residentes extranjeros que se han establecido ahí.

En Rosarito, Baja California debido al gran número de extranjeros que reside, se creó la Oficina de Atención a Residentes Extranjeros (FRAO por sus siglas en inglés) la cual está dedicada a cubrir las necesidades de orientación e información de las personas extranjeras viviendo en el municipio y las que planeaban venir a vivir a la ciudad. Según su ex titular quien dejó de ser su directora el 15 de julio del 2009, con el tiempo el servicio de FRAO creció porque se establecieron relaciones con los grupos de extranjeros organizados en distintos temas (sociales, de altruismo o servicio a la comunidad) a tal grado que la titular participa en organización de eventos para/de/con los extranjeros, principalmente de origen estadounidense. Esta participación en un principio no era impuesta por el gobierno, se dio básicamente por las relaciones personales y afinidad con los grupos quienes aceptaban la participación institucionalizada y veían un apoyo oficial.

Anteriormente han sido señaladas las limitaciones de las fuentes de información existentes en México para la cuantificación de los inmigrantes estadounidenses, pues bien, una dependencia de este tipo ayudaría a conocer de manera más detallada los aspectos sociodemográficos de esta comunidad extranjera en el país. El Instituto Nacional de Migración (INM) sólo cuenta con información de los extranjeros que cuentan con formas migratorias, sin embargo no cuenta con datos sobre los que residen en el país con visas de turistas. Además el INM no tiene entre sus obligaciones darle seguimiento a esta población. Por otra parte la Secretaría de Turismo con sede en los municipios estudiados, no cuenta con las herramientas para conocer, analizar y coordinar acciones enfocadas a los turistas residentes, menos aún a los inmigrantes permanentes.

El Instituto que proponemos tendría que tener como objetivos generales¹:

- 1) Recoger, sistematizar información relativa a la demografía y las condiciones del entorno físico, social y medio ambiental.
- 2) Paliar los problemas de participación, integración, protección y asistencia socio-sanitaria de los inmigrantes, especialmente las derivadas de las barreras lingüísticas, culturales y jurídicas.
- 3) laborar políticas y programas que faciliten la integración de los inmigrantes jubilados, en la vida social, cultural, política y económica de las localidades de destino.
- 4) Contribuir al equilibrio socio-cultural, político y financiero en los destinos de jubilados extranjeros.

¹ Este plan fue trabajado junto con la Lic. Lissy Bernal, cuando se desempeñaba como representante del gobernador ante la comunidad de residentes internacionales.

- 5) Contribuir al enriquecimiento personal y social mediante la permeabilidad intercultural, entre los inmigrantes y la sociedad anfitriona.
- 6) Coordinar programas que ayuden a la impartición de conocimiento de idiomas y otras habilidades entre las dos culturas.
- 7) Proporcionar orientación de necesidades:
 - a) residenciales,
 - b) de salud,
 - c) urbanos y gubernamentales, y
 - d) funerarios.
- 8) Proporcionar información sobre movilización a residentes extranjeros y a potenciales inmigrantes internacionales.
- 9) Coordinar actividades (filantrópicas y de propuestas) con las asociaciones de extranjeros ya existentes en las dos ciudades.
- 10) Coordinar proyectos de "Ciudades hermanas" con Estados Unidos para promover los dos puertos para turistas residenciales.
- 11) Coordinar con otras instituciones de gobierno y promover actividades culturales, deportivas y sociales dirigidas al turismo internacional.
- 12) Trabajar en vinculación estrecha con los consulados de estados Unidos y Canadá para velar por el bienestar de los turistas e inmigrantes internacionales.

La inmigración de origen estadounidense va ser uno de los grandes deberes para los políticos y planificadores en México. Para solucionar los problemas actuales y futuros hay que encontrar soluciones colectivas entre los países de origen y destino. También los responsables en los países de origen están llamados a enfrentarse con sus efectos, por sí solas las áreas de destino probablemente no puedan dominar y solucionar los problemas futuros.

Ya ha sido documentada la importancia económica que tiene en los lugares receptores de turistas residenciales e inmigrantes internacionales en México. La creación de un instituto mejoraría la calidad de vida y amenizaría la estancia de estos residentes extranjeros. Sería un producto turístico que México ofrece a sus visitantes y residentes. Este Instituto a su vez tendría la capacidad de cuantificar el fenómeno, pues estaría en contacto directo con los extranjeros constantemente. Sólo con una planeación integral esta inmigración será una palanca para el desarrollo local de los destinos populares entre los estadounidenses jubilados.

Este Instituto podría promover los destinos turísticos alrededor del mundo mediante páginas de Internet, mediante redes sociales formales e informales, revistas de circulación en inglés, en tianguis turísticos y consulados.

El turismo alternativo y ecoturismo, podría ser uno de los pilares del desarrollo sustentable regional a

través de la creación de empleos en beneficio de las familias y comunidades locales, desde una perspectiva basada en el cuidado y aprovechamiento racional de los recursos naturales.

Es importante involucrar a la ciudadanía, tanto estadounidense como mexicana, a participar en programas de protección del medio ambiente, tales como programas de reciclaje, reforestación, separación de residuos, creemos que sería alta la participación si se proponen programas de este tipo.

BIBLIOGRAFÍA

- ADAMS, P. *Los Estados Unidos de América*. México: Editora Siglo XXI, 1982.
- BENSON, M.; O'REILLY, K. Migration and the search of a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration. En: *The Sociological Review*. 57:4, 2009.
- CAÑADA, E. *Turismo y Desarrollo*: Herramientas para una mirada crítica. Ed. Enlace. Managua, 2007.
- COSTA, J. *Imagen global*. Barcelona: CEAC, 1989.
- HUETE, R.; MANTECÓN, A.; MAZÓN, T. ¿De qué hablamos cuando hablamos de turismo residencial? En: *Cuadernos de turismo*, no 22; pp. 101-121. Universidad de Murcia, 2008.
- JUÁREZ, E. El reto de la sustentabilidad desde la perspectiva de los enfoques económicos. Capítulo 1, pp. 31-52. En: GÁMEZ, A. (Ed). *Turismo y sustentabilidad en Cabo Pulmo, Baja California Sur*. San Diego State University, UABCS y CONACYT. México, 2008.
- KIY, R.; McENANY, A. *The greening of U.S. retirement destinations in Mexico*: Emerging Issues and trends in coastal communities. International Community Foundation, 2011. Disponible en: <http://www.icfdn.org/publications/housing/index.php>. Recuperado: 10 de octubre de 2012.
- KOTLER, P. *Dirección de Marketing*. Análisis, Planificación, Gestión y Control. México: Editorial Prentice Hall, 1994.
- LENILTON, F. Segundas residencias y multiterritorialidad en el nordeste brasileño: El aumento del turismo residencial. En: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Eds.) *Turismo, Urbanización y estilos de vida*. Las nuevas formas de movilidad residencial. Icaria, 2009.
- LEONTIDOU; L. TOURKOMERIS, K. El turismo residencial y la litoralización del Mediterráneo: La migración del norte a las costas meridionales de Europa. En: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Eds.) *Turismo, Urbanización y estilos de vida*. Las nuevas formas de movilidad residencial: Icaria, 2009.
- LEVITT, T. Marketing success through differentiation of anything. *Harvard Business Review*, vol.58 (1), pp. 83-91, 1980.
- LIZÁRRAGA, O. *La transmigración placentera*. Movilidad de estadounidenses a México. México: UAS e IPN, 2012.
- LONGINO, C. Geographical Distribution and Migration. En: BINSTOCK, R.; GEORGE, L. (Eds.) *Handbook on Aging and the Social Sciences*, 5th. Edición, Nueva York, 2001.

- LORETO, F.; SANZ, G. *Evolución de la terminología del marketing de ciudades*, 2005. Disponible en: <<http://cvc.cervantes.es/obref/aeter/comunicaciones/florian.htm>>. Consultado el 16/04/2015>. Recuperado: 20 de septiembre 2015.
- MARTINI, M. *Grandeza Mazatleca*. México: Ed. Paralelo 23, 2004.
- O'REILLY, K. *The British on the Costa del Sol: transnational identities and local communities*. London and New York: Routledge, 2000.
- RAMIREZ, M. *Teoría general del turismo*. México D.F.: Diana, 1992.
- SANTAMARÍA, A. *El nacimiento del turismo en Mazatlán*. Culiacán: UAS, 2002.
- SANTAMARÍA, A. *Del alba al anochecer*. Culiacán: U.A.S., 2005.
- SANTAMARÍA, A.; BARBOSA, A. *Estudio comparativo de playas: Mazatlán, Acapulco, Cancún y Los Cabos*. Culiacán, Sin.: UAS, 2006.
- TINTO, J. La imagen de marca de las ciudades. En: *Provincia*, no. 19, 2008.
- VAN RIEL, C. *Comunicación corporativa*. Madrid: Prentice Hall, 1997.
- VILLAFANE, J. *La Buena Reputación*. Claves del Valor Intangible de las Empresas. Madrid: Pirámide, 2004.
- WISHITEMI, B.; MASILA, P.; BONIFACE, K. *Turismo residencial: la experiencia de África*. En: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Eds.) *Turismo, Urbanización y estilos de vida. Las nuevas formas de movilidad residencial*: Icaria, 2009.
- YAPRAK, A.; BAUGHN, C. The country of origin effects in cross-national consumer behavior: emerging research avenue. *Proceedings of the Fifth Bi-Annual World, Marketing Congress of the Academy of Marketing Science*, pp.63-269, 1991.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 17 de maio de 2016; aceito em 13 de janeiro de 2017; publicado online 10 de fevereiro de 2017.

Received on May 17, 2016; accepted January 13, 2017, published online February 10, 2017.

Artigo original de pesquisa/ Original research article. Seção revisada por pares / Double blind review section.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. PROCESSO GERAL

ABET usa o Double-blind peer review que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais. Deste modo os autores devem seguir alguns passos para garantir este processo:

Submeter apenas um arquivo de texto (editor Microsoft Word 2003 ou versão mais recente, ou no doc rtf), sem identificação, direta ou indireta, de autoria do manuscrito. Todas as informações pessoais sobre o autor (s) (nomes, afiliação instituição, país, endereço completo, número de telefone, e-mail e um conjunto de dados biográficos do autor (es) não superior a 60 palavras) será inserido no sistema website. Talvez, se houver qualquer necessidade, o autor (s) pode apresentar um documento adicional (Geralmente com informação específica sobre o papel (por exemplo, excel tabelas ou dados SPSS). Sobre como inserir o manuscrito e um documento complementar, por favor, consulte o conteúdo de este link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

Para garantir qualquer possível identificação de autoria no manuscrito, deve-se:

- Usar terceira pessoa para referir a trabalhos publicados anteriormente pelos autores do texto. Exemplo: Substituir "como analisamos no estudo" por "como foi analisado no estudo... (Anônimo, 2009).
- Remover qualquer afiliação autoral das figuras.
- Citar artigos publicados pelo autor do texto como segue: "[anônimo, 2009].
- Para blinding na lista de referência insira: "(Anônimo, 2009). Detalhes omitidos por double-blind reviewing".
- Remover agradecimentos
- Remover informações de autoria nas propriedades do documento.

2 MANUSCRITO

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e à 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10 e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico). tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico).

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em inglês (resumo e título). Para os artigos escritos em inglês deve se acrescentar um resumo em espanhol.

Palavras chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões,

GUIDELINES FOR AUTHORS

1 GENNERAL PROCESS

ABET uses the double-blind peer review which is the omission of the identities of authors on the and reviewers on the original paper's process of reviewing. Thus, authors must follow some steps to ensure this process:

Submit ONLY ONE archive of the text (microsoft word editor 2003 or newer version, in rtf or doc) without direct or indirect identification of authorship (manuscript). ALL THE PERSONAL INFORMATION about the author(s) (names, affiliations, affiliated institution's country, complete mailing address, phone number, email and a biographical data of the author(s) not exceeding 60 words) will be inserted in the website system. Maybe, if there is any necessity, the author(s) could submit an additional document (generally with specific information about the paper (e.g. excel tables or SPSS data). About how to insert the manuscript and the supplementary document, please refer to the contents of this link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

To ensure any possible identification of authorship in the manuscript, you must:

- Use third person to refer to previously published works by the authors of the text. Example: replace "as we analyzed in the study" by "as was analyzed in the study. (Anonymous, 2009).
- Remove any copyright of affiliation.
- Quoting published articles by the author of the text as follows: "(anonymous, 2009).
- For blinding in the reference list enter "(anonymous, 2009). Details omitted by double-blind reviewing. "
- Remove thanks
- Remove copyright information in the document properties.

2 MANUSCRIPT

Typography: The manuscript should be prepared with simple line spacing, font Arial Narrow, size 11, paginated with 3 cm margins on the left and top and 2 cm to the right and bottom, in A4 paper. Direct citations should use the 10 source and notes must have the same font, size 9. Do not use fonts or different sizes in the text. If you want to highlight any word or paragraph, use the same font in *cursive* (italic).

Abstract: The article should come accompanied by an abstract in the original language; write in 150-250 words, always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language. abstract in the vernacular language and foreign language (150 to 250 words), the internal divisions that consider necessary (usually, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgements (if applicable) and references.

keywords: the text must contain between three and five keywords on the main theme of the paper and separated themselves by a dot.

Text: the text must possess an extension between 5,000 and 9,000 words to articles; and 3,000 to 5,000 for reflexive

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (que não ultrapasse 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês deve ser enviado um resumo em português ou espanhol, assim como o título; palavras-chave (entre três a seis, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referência: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) e NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notas: as notas explicativas devem utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre ao final do texto do artigo, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9.

Para conhecer os critérios de avaliação consulte: <https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXI2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Assim, alinhada às melhores práticas de publicação, nacionais e internacionais, ABET exige o cumprimento dos seguintes critérios para publicação regular* de artigos:

1. O manuscrito submetido deve ser uma contribuição original e inédita amparada por alguma linha temática inserida no escopo da revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. O artigo não pode ter sido publicado previamente em nenhum periódico ou livro. Aceitam-se, no entanto, artigos apresentados em anais de congressos.
3. O texto não pode estar em avaliação, simultaneamente, em outro periódico, seja nacional ou internacional.

opinions (*pensatas*) and essays; and between 2,000 to 3,000 for research notes as well to book reviews.

Languages: the manuscript can be write in Portuguese or English or Spanish or French.

Title: should be write in the original language and as well the abstract always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language.

Illustrations: illustrations (tables, graphs, diagrams, flowcharts, organization charts, engravings, photographs and other) and tables should be inserted in the text. All must have subtitles-title and source. Tables should follow the Tabular Presentation rules of the IBGE. Can use color images, while you should evaluate the possibility of using it in paper format, in black and white so that it is readable in the case of the print edition.

Abbreviations and acronyms: Should be defined clearly in its first use in the text.

Citations and reference: the references, as well as the citations in the body of the text should follow the standards of the Brazilian Association of technical norms NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) and NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notes: the explanatory notes should be use only if they are essential, and should be at the end of the text of the article, using the same font (Arial Narrow) in size 9.

To meet the evaluation criteria see: <https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXI2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3. CONDITIONS FOR SUBMISSION

As part of the submission process, authors are required to check the conformity of the submission for all items listed below. Submissions that are not in accordance with the standards will be returned to the authors.

Thus, aligned with best practices, nationally and internationally, ABET requires compliance with the following criteria for regular publication of articles:

1. The manuscript submitted should be original and unprecedented contribution bolstered by some thematic line inserted in the scope of the journal. Otherwise, you must justify in "Comments to the Editor."
2. The article may not have been previously published in any journal or book. We accept, however, papers presented at congresses.
3. The text may not be at the same time on review in another journal, whether national or international.
4. Articles can have a maximum of 3 (three) co-authors, besides the main author, totaling so a maximum (and exceptionally) of 4 (four) persons per manuscript.
5. ABET reserves itself the right to postpone the edition or volume (year) subsequent an article is approved, if the authors or co-authors of the same have already posted some article in the current year, so as not to exceed 20% of the source concentration of institutions, thereby ensuring the fulfillment of national criteria (and international recommendations) periodic assessment.

4. Os artigos poderão ter, no máximo, 3 (três) coautores, além do autor principal, totalizando assim, no máximo, 4 (quatro) pessoas por manuscrito.
5. ABET se reserva ao direito de postergar a uma edição ou volume (ano) subsequente um artigo aprovado, caso os autores ou coautores de uma mesma instituição já tenham publicado algum artigo no ano corrente, de forma a não ultrapassar 20% de concentração de origem de instituições, assegurando assim o cumprimento de critérios nacionais (e recomendações internacionais) de avaliação de periódicos.
6. Do mesmo modo, a fim de evitar concentração, ABET publicará apenas 1 texto de um mesmo autor por ano. Caso o autor tenha outro manuscrito aprovado, o mesmo será postergado para o ano seguinte.
7. ABET não publicará artigos nos quais o editor chefe e/ou editores associados figurem como autores ou coautores.
8. ABET poderá publicar manuscritos de autores ou coautores do Conselho Editorial, de membros do Conselho Científico e pessoas da própria Universidade Federal de Juiz de Fora se, e somente se, estes não estejam envolvidos nos processos de avaliação do artigo.
9. A fim de evitar endogenia, artigos da UFJF serão publicados, em no máximo 20% (4,8 artigos ao ano).
10. Mesmo que cumpram os demais requisitos, só serão aceitos em *desk review* para prosseguir no processo editorial os manuscritos que estejam livres de identificação dos autores. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo através da opção "Propriedades no Word", garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
11. As informações relativas a autoria deverão ser preenchidas diretamente no sistema, na aba metadados.
12. Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Os artigos que, porventura, ultrapassem este tamanho poderão ser enviados diretamente pelo e-mail da revista: <ABET.uffj@gmail.com>.
13. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 11-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
14. O texto deve utilizar o sistema brasileiro de citações e referências, conforme disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (norma 6023). O detalhamento completo dos padrões de estilo e requisitos bibliográficos estão descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
6. Likewise, in order to avoid concentration, ABET publish only 1 (one) text from one author per year. If the author has another manuscript approved, it will be postponed to the following year.
7. ABET does not publish articles in which the editor and/or associated editors list as authors or co-authors.
8. ABET may publish manuscripts of authors or co-authors of the Editorial Board, members of the Scientific Board and people from the Universidade Federal de Juiz de Fora if, and only if, they are not involved in the process of evaluating the proper (or friend's) article.
9. In order to avoid endogenous concentration UFJF articles will be published, in a maximum of 20% (4.8 items per year).
10. Even if you meet the other requirements, will only be accepted on *desk review* to proceed in the editorial process the manuscripts that are free from identification of the authors. The identification of authorship of the work must be removed from the archive via the option "properties in Word", guaranteeing in this way the confidentiality criteria, if submitted for peer review (e.g. articles), as per available in Ensuring the Blind Peer Review. **ATTENTION!** This condition is essential for the text to start the editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
11. Information of the authorship must be filled directly in the system, in the metadata tab.
12. The files for submission must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as you don't exceed 2 MB). Papers which, perhaps, exceed this size can be sent directly via email to the journal: <ABET.uffj@gmail.com>.
13. The text is single-spaced; uses an 11-point font; italics instead of underlining employs (except in URL addresses); the figures and tables should be included.
14. The text should use the Brazilian system of citations and references, as stated by the Brazilian Association of technical standards ABNT (6023 standard). Full details of the style patterns and bibliographic requirements are described in Guidelines to Authors, in the section About the Journal. **ATTENTION!** This condition is essential to start the text editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
15. All addresses "URL" must be on active status.
16. Articles must meet all the proceedings of the editorial process (cf. Evaluation Policy).

4. COPYRIGHT DECLARATION

Creative Commons Copyright notice and Policy for open Access Journals

Authors who publish in this journal must agree with the following terms relating to copyrights

15. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
16. Todos os endereços "URL" devem estar ativos.
17. Os artigos devem cumprir todos os tramites do processo editorial (cf. Política de Avaliação).

4 DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Aviso de Direito Autoral Creative Commons Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicarem nesta revista devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais:

- (a) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

5 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

(a) Authors keep all copyright and grant the journal the right of first publication, with the work simultaneously licensed under the Creative Commons Attribution License that allows job sharing with recognition of authorship of the paper and initial publication in this journal.

(b) Authors are allowed to assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work published in this journal (e.g. publish in institutional repository or book chapter), with recognition of authorship and initial publication in this journal.

(c) authors are allowed and are encouraged to publish and distribute their work online (e.g. in institutional repositories or on your personal page) at any point before or during the editorial process, as this can generate productive changes, as well as increase the impact and citation of published work (see the effect of Free Access).

5. PRIVACY POLICY

The names and addresses reported in this journal will be used exclusively for the services rendered by this publication is not available for other purposes or to third parties.